

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

**Entre a estrutura e a ação: as interações entre produtores e circuitos mercantis no
assentamento Francisco Julião**

Pedro Campeão Ferreira

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**Entre a estrutura e a ação: as interações entre produtores e circuitos mercantis no
assentamento Francisco Julião**

PEDRO CAMPEÃO FERREIRA

Sob a Orientação da Professora

Claudia Job Schmitt

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ

Setembro de 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

PEDRO CAMPEÃO FERREIRA

Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau **de Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 17/09/2013

Claudia Job Schmitt, Dra. UFRRJ/CPDA

(Orientadora)

Paulo André Niederle, Dr. UFPR

Sérgio Pereira Leite, Dr. UFRRJ/CPDA

*Dedico esse trabalho à memória de Cícero
Guedes, companheiro incansável na luta
pela reforma agrária no Norte Fluminense.*

Cícero, presente, presente, presente!

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente a minha orientadora Claudia Schmitt, pelo profissionalismo e dedicação com que orientou o desenvolvimento dessa dissertação, foi de grande valor e aprendizado esse período que passei trabalhando ao seu lado, obrigado. Aos professores Sérgio Leite, John Wilkinson e Paulo Niederle, que estiveram presentes nas bancas de qualificação e defesa, contribuindo de forma significativa para o resultado final desse trabalho. A Jaque pela disponibilidade em auxiliar na tabulação dos dados da pesquisa. A todos os professores do CPDA, que, ao longo desses dois anos, aprimoraram, dentro e fora da sala de aula, a forma como faço minhas leituras do mundo em que vivemos. Aos funcionários do CPDA, especialmente ao amigo Marcos Porto.

A minha família um agradecimento essencial, pelo apoio irrestrito à conclusão dessa etapa. Não posso deixar de registrar o apoio dos meus pais, irmãs e sobrinhos e, é claro, de minha companheira Cristiane que, não só enfrentou a distância e a cansativa estrada ao longo do mestrado, mas também contribuiu muito na execução do trabalho, principalmente nessa reta final.

Aos meus amigos do CPDA que assumiram lugares tão importantes em minha vida. Grande parte das reflexões desse trabalho foi dividida com estes ao longo do curso nos mais diversos espaços, entre disciplinas, reuniões, manifestações, “flash mobs” (rs), confraternizações e birscas em geral. Aqueles que dividiram o teto comigo no Rio de Janeiro, Gemilson, Lu, Vitão, Diego e Hell, e aqueles que ainda dividem, Ju, Nani, Ynaê, Pati Silva e Michele (e o Marquinhos). Não posso deixar de mencionar o Zé Renato, a Nati, Gabriel, Teresa, Damiana, Melque, Iby, Pati Pinheiro, Serginho, Inês, Luis, Josi, João e todos outros tantos que contribuíram e compartilharam a realização dessa etapa.

Aos agricultores do projeto de assentamento Francisco Julião, pela boa recepção e contribuição ao longo da realização da pesquisa e aos técnicos da COOPERAR-RJ pelo suporte.

E por fim, mesmo acreditando que só avançaremos rumo a um país menos desigual no momento em que fazer pesquisa deixe de ser um privilégio, agradeço ao CNPq.

RESUMO

FERREIRA, Pedro Campeão. **Entre a estrutura e a ação: as interações entre produtores e circuitos mercantis no assentamento Francisco Julião**. 2013. 166p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

A pesquisa buscou analisar as interações estabelecidas por agricultores assentados da reforma agrária com diferentes circuitos mercantis, a partir de um estudo de caso do assentamento Francisco Julião, situado no município de Cardoso Moreira, no Norte Fluminense. O trabalho procurou compreender o caminho percorrido pelas famílias assentadas na construção de relações com diferentes mercados, em um contexto marcado por uma série de pressões estruturais e limitações de recursos. Foram consideradas como dimensões relevantes de análise as trajetórias sociais dos assentados, suas estratégias de reprodução familiar e as redes sociais ativadas no processo de implantação do assentamento. Como suporte teórico utilizou-se aportes da Perspectiva Orientada aos Atores, da Nova Sociologia Econômica e da literatura sobre mercados e produção familiar, procurando compreender o modo como, sob circunstâncias estruturais bastante semelhantes, as famílias assentadas acabam trilhando trajetórias distintas na construção de seus arranjos de mercados, ativando diferentes redes sociais e construindo combinações de estratégias que não podem ser compreendidas segundo uma lógica segmentária, restrita a uma dicotomia entre circuitos curtos e longos de comercialização. Constatou-se, ainda, que os arranjos de mercado construídos no âmbito do assentamento são complexos e mobilizam uma diversidade de relações sociais e políticas dos assentados entre si e com seu entorno, sendo que as fronteiras que separam “produtores”, “comerciantes” e “intermediários”, tornam-se, por vezes, difusas.

Palavras-chave: Assentamentos. Comercialização. Mercados. Reforma Agrária. Norte Fluminense. Estratégias de Reprodução Social

ABSTRACT

FERREIRA, Pedro Campeão. **Between the structure and the action: the interactions established by producers and market circuits in the Francisco Julião settlement.** 2013. 166p. Dissertation (Master in Development, Agriculture and Society). Institute of Humanities and Social Sciences, Social Sciences Post Graduation Program in Agriculture, Development and Society, Federal Rural University of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2013.

This research analyzes the interactions established by land reform settlers with different market circuits, and is based in a case study of the land reform settlement Francisco Julião, located in the municipality of Cardoso Moreira, in the Northern region of the state of Rio de Janeiro. The study tried to understand the paths taken by different families of land reform settlers in the social construction of their connections with the different markets, in a context well-marked by a series of structural pressures and resources constraints. We considered as relevant dimensions of analysis, the social trajectories of these families, their livelihood strategies, and the social networks activated during the process of implementation of the land reform settlement. As theoretical support, we used the contributions of the “actor oriented perspective”, elements from the New Economic Sociology and the literature on markets and household production, seeking to understand how, under very similar structural circumstances, settler families end up treading different paths in construction of their market arrangements, accessing different social networks and building different combinations of livelihood strategies, that may be not understood according to a restricted logic, based in dichotomical distinction between long and short market circuits. It was found, also, that market arrangements built by these settlers are complex and mobilize a diversity of social and political relations between the settlers and their territory, showing that the boundaries between, “producers”, “traders” and “brokers”, become, sometimes, blurred.

Key words: Settlements. Commercialization. Markets. Land Reform. Northern state of Rio de Janeiro. Social livelihood strategies

LISTA DE ABREVIÇÕES E SÍMBOLOS

AMOPRUSAN	Associação de Moradores e Produtores Rurais de Santa Margarida
APRUMAB	Associação de Pequenos Produtores de Marrecas e Babosa
ATES	Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária
CCH	Centro de Ciências do Homem
CCTA	Centro de Ciências Tecnológicas e Agropecuárias
COAGRO	Cooperativa Agroindustrial do Rio de Janeiro
CEASA	Central de Abastecimento Sociedade Anônima
CEPERJ	Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EMATER/RJ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IAA	Instituto do Açúcar e Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LEEA	Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico
LEAG	Laboratório de Engenharia Agrícola
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIB	Produto Interno Bruto
PMCD	Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POA	Perspectiva Orientada aos Atores
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
LISTAS DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS, TABELAS E ANEXOS	xii
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	24
Mercados e produção familiar nos assentamentos de reforma agrária: construindo um referencial de análise.....	24
1.1 A produção familiar e os mercados: os dilemas da reprodução nos mercados capitalistas	24
1.2 Atores sociais, forças estruturais e margens de manobra.....	28
1.3 A política de reforma agrária e seus reflexos na constituição dos assentamentos.....	32
1.4 Os assentados do PA Francisco Julião como camponeses e agricultores familiares.....	34
1.5 A construção social dos mercados nos assentamentos de reforma agrária: contribuições da Nova Sociologia Econômica	36
CAPÍTULO II.....	46
Especulação, concentração e violência. Um esboço do cenário da reforma agrária no Rio de Janeiro e na região Norte Fluminense	46
2.1 Desenvolvimento e Agricultura no Norte Fluminense.....	46
2.2 A formação dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense	53
2.3 O processo de implantação dos assentamentos de reforma agrária e os desafios da permanência na terra	57
2.4 O destino da produção dos assentamentos: os circuitos mercantis do Norte Fluminense .	59
2.5 O município de Cardoso Moreira e a implantação dos assentamentos de reforma agrária	62
CAPÍTULO III	72
O caminho percorrido no caminho a percorrer.....	72
3.1 O caminho percorrido: as trajetórias de vida e a construção de oportunidades na luta pela terra	72
3.2 As trajetórias sociais dos assentados do PA Francisco Julião: uma leitura transversal	83
3.3 O assentamento Francisco Julião: formação e trajetória do PA.	90

CAPÍTULO IV	106
As relações dos assentados com os circuitos mercantis no PA Francisco Julião	106
4.1 As relações com os mercados no processo de implantação do assentamento Francisco Julião	106
4.2 Os circuitos mercantis no PA Francisco Julião: breve descrição dos diferentes mercados	110
4.3 As complexas formações de circuitos mercantis aparentemente simples	119
4.4 Atores sociais e redes de sociabilidade e na construção dos circuitos mercantis	122
4.5 O desempenho econômico dos circuitos mercantis no assentamento: os limites e possibilidades na agregação de valor frente diferentes necessidades	125
4.6 As dimensões simbólicas da comercialização	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
ANEXOS.....	146

LISTAS DE FIGURAS, QUADROS, GRÁFICOS, TABELAS E ANEXOS

FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos lotes dos assentados no PA Francisco Julião	21
Figura 2. Distribuição do PIB por setor nos municípios da Região Norte Fluminense no ano de 2010.	51
Figura 3. Localização do município de Cardoso Moreira no contexto da Região Norte Fluminense....	63
Figura 4. Mapa de localização dos assentamentos de reforma agrária no município de Cardoso Moreira	66
Figura 5. Composição das famílias entrevistadas considerando os membros da família que residem nos lotes ou que mesmo não residindo no assentamento participam das atividades produtivas.	87
Figura 6. Linha do tempo da trajetória histórica de implantação do PA Francisco Julião.	91
Figura 7. Parcelamento provisório do PA.	102
Figura 8. Mapeamento dos diferentes circuitos mercantis e espaços de comercialização existentes no assentamento Francisco Julião no momento da pesquisa.	107
Figura 9. Representação gráfica do espaço de comercialização às margens da BR 356.....	121

QUADROS

Quadro 1. Estabelecimentos agrícolas, pessoal ocupado e área dedicada à agricultura segundo os Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006.....	48
Quadro 2. Número de estabelecimentos por estrato de área na Região Norte Fluminense em 1996/1996	53
Quadro 3. Percepção qualitativa dos entrevistados quanto à variação da renda familiar depois da ida para o assentamento.	88

GRÁFICOS

Gráfico 1. PIB por setor no município de Cardoso Moreira e valor adicionado pela administração pública.....	65
Gráfico 2. Origem dos entrevistados segundo local de nascimento e última residência.....	84
Gráfico 3. Escolarização formal entre os assentados entrevistados.	85
Gráfico 4. Participação dos entrevistados em cursos de formação.	85
Gráfico 5. Percepção dos assentados sobre a sua situação financeira atual.	89
Gráfico 6. Principais limitações de uso da terra.	103

TABELAS

Tabela 1. Distribuição da população rural e urbana dos municípios da Região Norte Fluminense.....	47
Tabela 2. Principais produtos agrícolas colhidos na região Norte Fluminense e no município de Cardoso Moreira no ano de 2010.....	49
Tabela 3. PIB e PIB per capita dos municípios do Norte Fluminense	50
Tabela 4. Número de estabelecimentos agrícolas segundo grupos de atividade no ano de 1995/1996.	52
Tabela 5. Distribuição dos PAs reconhecidos pelo INCRA na região Norte Fluminense em 2013.	54
Tabela 6. Índices de Gini dos Municípios do Norte Fluminense.....	56
Tabela 7. Principais canais de comercialização acessados pelos agricultores que responderam ao questionário.	109
Tabela 8. Produtos comercializados do Sr. Geraldo.	128
Tabela 9. Produtos comercializados do Sr. Marcelo.....	131

ANEXOS

Anexo I. Questionário de coleta de dados.....	146
Anexo II. Roteiro de entrevista voltado para trajetórias familiares	152
Anexo III. Roteiro de entrevistas voltado para as lideranças locais	155
Anexo IV. Fotos do presente estudo.	156

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos trabalhei como extensionista e pesquisador¹ em diversos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense. Dentre minhas funções, participei do debate envolvendo os movimentos sociais e as famílias assentadas sobre o tema da comercialização, bem como da elaboração e execução de projetos de aquisição de produtos agrícolas oriundos dos assentamentos, por meio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Acompanhei, também, discussões relativas à implantação de feiras agroecológicas de produtores assentados, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Nesse período, pude perceber a importância da comercialização para esses produtores, não exclusivamente do ponto de vista econômico, mas também como forma de valorização social e estímulo à atividade que desempenham. Observei que, para muitos assentados, o mercado acaba se tornando um espaço de reconhecimento, afirmação de identidade e construção de cidadania.

Ao longo desse tempo, também pude compreender melhor as diversas dificuldades e entraves vivenciados pelos assentados, tanto na viabilização econômica de seus sistemas produtivos, como na própria manutenção das famílias nos lotes. Intrigado com a presença de lotes nos assentamentos que não eram utilizados permanentemente para moradia, ou que permaneciam subutilizados do ponto de vista produtivo, pude perceber, com o tempo, que mesmo lotes “pouco aproveitados”, em diversos casos, podem compor estratégias de reprodução social cuja racionalidade escapa a um primeiro olhar. Esses lotes não são mantidos, necessariamente, segundo uma lógica de reserva de valor, mas como uma “segurança”, ou seja, uma possível alternativa de vida para certas famílias cuja inserção no meio urbano é, em geral, muito precária. Muitas famílias assentadas combinam atividades nos lotes, voltadas, em geral, para a subsistência, com uma série de trabalhos realizados fora do assentamento, e que acabam respondendo por uma parcela bastante expressiva da renda familiar. No caso do PA Francisco Julião, chama atenção o grande número de famílias que optaram pela vida no assentamento e que enfrentam diversos entraves para fazer, da atividade agrícola, sua principal estratégia de reprodução familiar.

Para a realização de um trabalho de pesquisa mais circunscrito, visando à produção de uma dissertação de mestrado, compreendemos que essa temática mais abrangente, relacionada às estratégias de reprodução econômica e social das famílias assentadas, ainda era muito ampla, sendo necessário trabalharmos a partir de um recorte mais específico. Assim, buscamos analisar as estratégias de reprodução econômica e social das famílias no assentamento pesquisado, tomando como foco principal as interações estabelecidas pelos assentados com diferentes circuitos mercantis². Foram consideradas, sobretudo, as relações

¹ Durante o curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense – Darcy Ribeiro (UENF), trabalhei como assistente de pesquisa em diferentes projetos de investigação coordenados por professores da UENF em assentamentos. No Centro de Ciências do Homem – CCH, vinculado ao Laboratório de Estudo do Espaço Antrópico – LEEA, sob a orientação do professor Dr. Marcos Pedlowski, produzi meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Identificando os mecanismos que controlam a comercialização da produção agrícola em assentamentos de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes” um estudo de caso em dois assentamentos do município, o PA Che Guevara e o PA Dandara dos Palmares. Posteriormente, trabalhei no projeto de extensão coordenado pelo professor Dr. Paulo Marcelo de Souza, pesquisador do Centro de Ciência e Tecnologias Agropecuárias – CCTA, vinculado ao Laboratório de Engenharia Agrícola - LEAG, intitulado “Noções de planejamento produtivo e registro rural como ferramentas para o desenvolvimento produtivo sustentável dos assentamentos da região Norte Fluminense.”

² Nosso entendimento sobre circuitos mercantis nesse trabalho não se restringe às noções de cadeias produtivas, mas envolve múltiplas dimensões. Segundo Zelizer (2005), os circuitos mercantis podem incorporar diferentes

construídas pelos agricultores com os mercados de produtos agrícolas, buscando também compreender o papel desses mercados na consolidação do assentamento como um espaço de trabalho e meio de vida.

Dentre as diversas estratégias identificadas no âmbito do assentamento, procurei valorizar aquelas ligadas à produção e comercialização, tendo a terra como elemento chave, sem descartar, no entanto, outras possíveis combinações de atividades. A análise buscou articular dois planos distintos: em um primeiro plano, concentramos nosso olhar sobre as famílias assentadas e suas estratégias de produção e comercialização, considerando suas trajetórias sociais, os arranjos produtivos e de comercialização construídos por cada família, as percepções, expectativas e projetos dos entrevistados em relação a essas atividades; em um segundo nível, buscou-se compreender a articulação existente entre esses diferentes arranjos e as dinâmicas sociais envolvidas na implantação e consolidação do assentamento, considerando que esse segundo plano é, como veremos, muito mais do que a soma das trajetórias individuais dos assentados.

Ao tratar de assentamentos de reforma agrária, não podemos deixar de nos remeter, ainda que brevemente, aos Planos Nacionais de Reforma Agrária, que se apresentam como peças-chave das políticas de reestruturação fundiária. Debates sobre o papel da comercialização da produção agrícola na economia dos assentamentos de reforma agrária estão presentes desde a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. O I PNRA³, lançado em 1985, já apontava, em sua idealização, para uma série de objetivos que buscavam conjugar políticas de crédito e apoio à produção, incentivos fiscais, assistência técnica e difusão tecnológica, investimentos em pesquisas adequadas às unidades de produção a serem estabelecidas nos assentamentos, infraestrutura, suporte à comercialização e à produção voltada ao abastecimento das famílias assentadas, como forma de dar concretude e viabilidade à reforma agrária no Brasil (Brasil, 1985).

Passados vinte anos, em novembro de 2003, o Governo Federal lança o II PNRA, que reitera a necessidade de desconcentração da propriedade da terra, aliada à garantia de uma série de ações que buscavam assegurar a qualidade de vida nos assentamentos por meio de investimentos em infraestrutura social e produtiva, com a finalidade de provocar uma modificação na estrutura agrária do país (Brasil, 2003). O II PNRA retoma as principais diretrizes do I PNRA, incorporando ao mesmo tempo, novas perspectivas, como por exemplo, as discussões sobre desenvolvimento territorial, a implantação de novas modalidades de crédito para a agricultura familiar no âmbito do PRONAF e a assistência técnica dirigida aos assentamentos de reforma agrária em processo de consolidação (Brasil, 2003).

São restritos os avanços na realização da reforma agrária no país obtidos ao longo desses últimos vinte e oito anos, desde o lançamento do I PNRA. Os planos propostos não deram conta de suprir, nem a demanda pela distribuição de terras, nem o desenvolvimento equânime dos assentamentos criados nesse período. No entanto, desde o período da redemocratização, que se inicia no final dos anos 1970, é possível identificar a emergência de um projeto alternativo para a agricultura brasileira, que passa a disputar espaço político no âmbito do Estado e da sociedade (Delgado, 2010). Essa disputa cresceu e, em meio a

compreensões, práticas, informações, obrigações, direitos, símbolos, formas de troca e podem avançar das mais íntimas às mais impessoais relações sociais. (Zelizer, 2005).

³ O I PNRA retoma uma série de princípios estabelecidos no Estatuto da Terra, de 1964, que define que o objetivo da reforma agrária consiste em “estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.” (Brasil, 1985, p. 4) Além disso, o Estatuto da Terra também previa à necessidade de orientação quanto “à melhor destinação econômica das terras, adoção de práticas adequadas segundo as condições ecológicas, capacidade potencial de uso e mercados interno e externo” (Brasil, 1964).

diferentes conjunturas políticas, mais ou menos favoráveis, e através da mobilização de distintos atores e estratégias, registra-se um aumento das pressões sociais no sentido de avançar na implementação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil rural. Este projeto, chamado por Delgado (2010) de *projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar*, que encontra suas principais referências identitárias nos sem-terra, assentados e agricultores familiares que se tornaram os principais protagonistas em sua construção, sobretudo a partir da década de 1990.

Mesmo reconhecendo que a construção desse *projeto alternativo de desenvolvimento rural baseado na agricultura familiar*, ao longo dos últimos anos, tem ganhado força não só pelo seu caráter democratizante, mas também pela abertura de novos espaços significativos de disputa no interior do Estado, não se pode deixar de apontar para uma relativa perda de prestígio da reforma agrária, sobretudo no período mais recente (Delgado, 2010), mantendo-se no país uma estrutura agrária baseada na grande propriedade, acompanhada de um acirramento da disputa entre a *agricultura familiar* e o *agronegócio*⁴ pelos recursos públicos destinados ao setor agropecuário. Ainda, segundo Delgado (2010), o *agronegócio*, principal protagonista do projeto neoliberal no campo (Delgado, 2010), expandiu suas investidas sobre o Estado Brasileiro, ao passo que a reforma agrária continua relegada a um segundo plano, caminhando muito vagarosamente e ocorrendo de maneira incompleta, tendo em vista que o poder público, ao mesmo tempo em que não avança com eficácia sobre a distribuição das terras, não tem sido capaz de dotar com infraestrutura e serviços básicos as áreas onde realiza este tipo de intervenção. Esses dois últimos fatores combinados (manutenção da estrutura agrária e fragilidade das políticas de viabilização dos assentamentos) representam, a meu ver, os maiores entraves estruturais da reforma agrária, refletindo-se, como veremos, de diversas formas nos resultados alcançados por essa política e, afetando, inclusive, a inserção dos assentados nos mercados de produtos agrícolas.

Como resultado da minha experiência como técnico, depois de alguns anos acompanhando diferentes experiências de famílias assentadas na região Norte Fluminense, percebi a importância de realizar um estudo que aprofundasse as discussões sobre a inserção dos assentados na região nos mercados de produtos agrícolas, considerando o contexto político da reforma agrária no Brasil.

Se há, como preveem os PNRAs, alguma intenção de fazer da reforma agrária um instrumento de distribuição de terras e desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo a produção familiar, torna-se essencial um olhar sobre a viabilização dos sistemas produtivos nos assentamentos, bem como sobre as possibilidades de acesso aos circuitos mercantis já existentes ou de estruturação de novos circuitos de mercado, adequados aos modos de produção desses agricultores.

Compreende-se que o estudo das práticas e estratégias de comercialização nos assentamentos de reforma agrária pode trazer contribuições não apenas no sentido de buscar subsídios para a viabilização e instrumentalização da reforma agrária enquanto uma política pública mais eficaz e inclusiva, como no sentido de garantir melhores condições de produção e a qualidade de vida desses agricultores que sofrem, constantemente, com a desvalorização de seus produtos e de seu trabalho ao se inserirem em mercados através de relações marcadas por uma forte desigualdade.

O trabalho de pesquisa aqui apresentado, buscou analisar as interações estabelecidas por agricultores assentados pelas políticas de reforma agrária, com diferentes circuitos

⁴ As categorias *agricultura familiar* e *agronegócio* estão utilizada aqui na forma comumente encontrada no debate político, referindo-se, de um lado, a um campo político identificado com o agronegócio, envolvendo atores como a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entre outros atores e outro ligado à agricultura familiar e movimentos sociais de luta pela terra.

mercantis. Recorremos a um estudo de caso com o objetivo de tentar compreender o processo de construção, em um assentamento específico, das relações dos agricultores com diferentes circuitos mercantis, considerando as estratégias de reprodução social das famílias, as dinâmicas internas do assentamento e as redes sociais mobilizadas nessas interações.

No entanto, para evitar uma redução do papel dos atores sociais nos processos decisórios, a partir de um olhar voltado para uma valorização, quase que exclusiva, dos aspectos estruturais que pressionam constantemente estes agentes sociais, buscamos orientar nossa pesquisa considerando os espaços de ação e as margens de manobra, comumente ignoradas sob uma visão estritamente economicista (Long, 2007). A condição de vulnerabilidade econômica e social desses produtores faz com que os mesmos precisem combinar diferentes estratégias, cujo alcance não se restringe ao campo econômico, e que os levam a tentar utilizar, da melhor maneira possível, os recursos⁵ existentes, explorando possíveis brechas no sentido de ampliar suas margens de manobra. A realidade vivenciada por esses produtores, e que informa seus processos de decisão, é extremamente complexa e, portanto, difícil de ser compreendida somente a partir de uma teoria geral. Isso implica em observar com bastante cuidado a forma com que os mercados são construídos, constituídos ou simplesmente acessados em cada contexto, valorizando a diversidade dos aspectos sociais que participam desse enredo.

De forma geral, a reflexão que buscamos construir nesse trabalho, tomando como base a trajetória do assentamento Francisco Julião, envolve um debate mais amplo acerca da reprodução de um tipo específico de agricultura familiar, produzida e reproduzida nos assentamentos de reforma agrária. No decorrer do trabalho, veremos com mais especificidade quem são os agricultores de que tratamos e como as condições locais irão influenciar na organização de suas estratégias nos mercados em que participam.

Procuramos manter, também, um olhar atento sobre o significado das relações que esses agricultores estabelecem com os mercados em sua vida cotidiana, buscando compreender de forma um pouco mais detalhada, o crescente entrelaçamento entre a esfera da subsistência e os processos de monetarização da vida social, para além das concepções mais rígidas que buscam isolar as decisões dos agricultores na esfera do mercado de uma série de elementos, de natureza não mercantil, que acabam condicionando essas decisões. Por exemplo, a decisão de um assentado de optar pela compra de uma motocicleta, e não por investir em um equipamento de irrigação, não pode ser dimensionada, apenas, pela possível utilidade de cada um desses itens do ponto de vista da produção. A opção por uma motocicleta, mesmo que em um primeiro momento pareça menos lógica do ponto de vista “utilitarista”, pode se constituir, no âmbito familiar, como uma estratégia para manter o filho na atividade rural, seja em função da necessidade de mão de obra para o trabalho, seja para tentar evitar que o mesmo se envolva com outras atividades ilegais fora do assentamento. Trata-se, aqui, apenas de um exemplo, mas que se encontra muito próximo de situações que tive a oportunidade de observar na minha trajetória de atuação junto as famílias assentadas nessa região. Torna-se necessário, portanto, levar em consideração, as distintas racionalidades com as quais operam esses atores, ao se depararem com a multiplicidade de processos sociais com os quais precisam interagir (Long, 2007).

Importante considerar, além disso, em nível global, a existência de uma série de processos que induzem a uma crescente integração dessas famílias aos circuitos longos de

⁵ Tomamos, aqui, como referência, a definição de Ploeg (2008). Este autor compreende que, no caso dos camponeses, a base de recursos engloba, para além da terra como um fator garantidor da autonomia, um conjunto mais amplo de recursos e capacidades que são mobilizados, de diferentes maneiras, pelos agricultores, incluindo: canais de comercialização, infraestrutura, disponibilidade de outros meios econômicos (rendas ou atividades agrícolas), informação, capacidade de expressão de sua identidade, bem como a constituição de relações sociais de confiança.

produção, fazendo com que a reprodução das famílias se torne cada vez mais dependente de determinados tipos mercados, posto que, como apontam Schneider & Niederle (2008), produtores familiares, em diferentes contextos, passam a depender cada vez mais da compra de insumos e ferramentas em mercados externos e da comercialização da produção para arrecadar dinheiro, como forma de dar continuidade ao ciclo produtivo.

Sejam quais forem os meios pelos quais os camponeses e agricultores familiares acessam os mercados ou o grau de influência que sofrem dos mercados globais, os fatores econômicos que atravessam essas relações não podem ser subestimados. Mas devemos ter o cuidado, ao mesmo tempo, de não reduzir essas interações a simples trocas epifenômenas no âmbito do mercado capitalista (Granovetter, 1985). Também é preciso notar que os mercados onde ocorrem as trocas se mostram mais amplos e complexos do que simples disputas de preços reguladas pela oferta e demanda, colocando em jogo posições de poder e valores diversos. Obviamente, os preços têm grande peso e importância nas transações comerciais, porém, aspectos como qualidade, convenções, normas culturais, estruturas de mercado, padrões de consumo, redes de sociabilidade, também participam dessa teia de relações.

Outro aspecto importante que tentamos tratar com atenção nesse trabalho, diz respeito à inserção desses agricultores em diferentes circuitos mercantis, considerando a heterogeneidade das experiências e trajetórias sociais presentes na composição dos assentamentos. Essa heterogeneidade influencia, significativamente, os arranjos produtivos e de comercialização construídos pelos produtores. As interações estabelecidas com mercados já existentes ou a construção de novos circuitos de mercado por iniciativa dos próprios assentados, só pode ser compreendida a luz de objetivos muito concretos estabelecidos por esses atores sociais, incluindo aí a manutenção da propriedade (nesse caso, o lote conquistado via reforma agrária) e a reprodução da família (Malagodi, 2004).

Os distintos modos como os assentados interagem com os mercados refletem necessidades, projetos de vida e diferentes pressões advindas de uma estrutura socialmente excludente e economicamente exploratória. Na maioria dos casos, a busca de um equilíbrio – bastante frágil, na maioria das vezes - passa por garantir a sobrevivência, desenvolvendo, ao mesmo tempo, uma série de estratégias que visam manter uma precária base de recursos. Equilíbrio instável, praticado, dia a dia, “na corda bamba”. O ator e a estrutura encontram-se, portanto, estreitamente interligados, pois como observa Elias (1994), a estrutura traz a complexidade do todo, de modo que ao olharmos para a estrutura, podemos a partir daí, buscar formas de compreender as partes individuais, que não podem ser segmentadas, e as formas de ação que permeiam as relações que buscamos compreender.

Assim, com base em alguns aportes teóricos da Perspectiva Orientada aos Atores, da Nova Sociologia Econômica e da literatura sobre mercados na agricultura familiar, buscamos reconstituir as experiências dos assentados na relação com os mercados, valorizando sua capacidade de agência, sem desconsiderar, no entanto, a precária base de recursos que sustenta essa agricultura. A inserção nos mercados, elemento fundamental para a reprodução econômica e social das famílias assentadas, tanto no curto prazo (safra a safra), como no longo prazo (de geração para geração), envolve um balanço tênue entre o bem estar da família e a permanência na terra, com vistas à garantia de continuidade de suas atividades produtivas incluindo o preparo da terra, o investimento nas lavouras, a colheita, o transporte e manutenção da família. Fortes pressões estruturais interferem, sem dúvida, no fluxo de opções e decisões desses agricultores, fato que, por sua vez, não os conduz fatalmente a um destino comum inevitável. A própria diferença de caminhos percorridos pelas famílias em projetos de assentamento, penetrados pelas mesmas políticas de Estado e submetidos a pressões muito semelhantes advindas dos mercados globais, mostram como na composição dos assentamentos, as opções feitas pelos agricultores, não sem qualquer constrangimento, influenciam no seu desenvolvimento.

Para essa pesquisa, foi escolhido o assentamento Francisco Julião, situado no município de Cardoso Moreira, no Norte Fluminense, visando à realização de um estudo de caso. A opção por um estudo de caso se justifica pela nossa intenção de realizar um trabalho de natureza qualitativa, que visou compreender, desde a perspectiva dos assentados, como se conformam as interações entre os agricultores e os circuitos mercantis. Nesse sentido, o PA Francisco Julião mostrou-se como uma boa opção para a realização da pesquisa, considerando o grau elevado de diversificação dos sistemas de produção agrícola existentes no assentamento e a inserção, relativamente bem sucedida, desses produtores em diferentes circuitos de comercialização, o que faz com que esse assentamento seja reconhecido como um assentamento “produtivo” em relação aos demais PAs da região⁶. Outros fatores também reforçam a escolha deste PA tendo em vista a realização deste estudo, incluindo o grande número de assentados que residem no PA e fazem da comercialização de produtos agrícolas parte importante, se não fundamental, de suas estratégias de reprodução social e econômica. Estes resultados têm sido alcançados, no entanto, em meio a uma escassa presença tanto de políticas públicas como de infraestrutura básica no âmbito do PA, cabendo destacar, ainda, o fato de que o município apresenta condições ambientais em boa medida desfavoráveis, caracterizando-se pela ocorrência de longos períodos de seca e por sérios problemas de alagamento nas épocas de cheia do rio Muriaé, que corta o assentamento. Por fim, o grau de iniciativa dos assentados na condução dos interesses e objetivos de desenvolvimento do assentamento, contribuiu para que o caso do assentamento motivasse uma reflexão sobre o papel dos atores na interação com os circuitos mercantis.

O projeto de pesquisa original desse trabalho elencava algumas questões-chave que trataram de nortear o processo de investigação. Retomo, a seguir, essas questões, que creio serem úteis à compreensão dos rumos deste trabalho, podendo também contribuir para uma reflexão sobre esse mesmo tema em outros contextos de pesquisa:

- Como e em que condições foram construídos os circuitos mercantis e arranjos de mercado existentes no PA?
- Como as trajetórias de vida e a capacidade de ação dos agricultores influenciaram nesses arranjos?
- Quais são as principais características desses circuitos de mercado?
- Quem são os atores e quais são suas capacidades de agência nesses processos?
- Que fatores econômicos, políticos e sociais influenciaram e influenciam na construção dessas relações?
- Qual a percepção, desses produtores, sobre suas interações com esses diferentes circuitos mercantis?

Buscando refletir sobre essas questões, recorreremos a uma reconstituição das trajetórias das famílias assentadas e do processo histórico de implantação do assentamento, com o objetivo de melhor compreender a articulação existente entre as ações e estratégias voltadas para a permanência na terra e a construção social dos mercados⁷.

O assentamento Francisco Julião foi criado no ano de 2006 e abriga, atualmente, 42 famílias. Ainda que se trate de uma pesquisa qualitativa, buscamos nos dados quantitativos uma relação de complementaridade na construção desse trabalho. Apesar de reconhecermos

⁶ Há outros assentamentos na região com um perfil produtivo semelhante ao do Francisco Julião, no entanto, outros fatores, que serão apontados no texto, se somaram para reforçar a escolha deste assentamento como objeto de nosso estudo de caso. Entre eles o fato de que atuei como técnico extensionista no PA, tendo bastante conhecimento das famílias e abertura para um diálogo mais próximo com os assentados.

⁷ A ideia de construção social dos mercados é utilizada aqui de maneira ampla, indicando tanto o acesso a mercados já existentes, como a a criação, pelos assentados, de novos circuitos mercantis, que operam, em alguns casos, através de uma relação direta com os consumidores. Compreende-se que essas várias dinâmicas são socialmente construídas.

as limitações dessa pesquisa do ponto de vista quantitativo, principalmente com relação à precisão dos dados econômicos, os esforços realizados nessa direção, através da utilização de um questionário, das entrevistas semi-estruturadas e da organização de um diário de campo, mostraram-se importantes na construção de um panorama geral da realidade do assentamento e no aprofundamento dos temas da pesquisa.

Um fato interessante e que merece ser registrado, é que observamos que na fala dos entrevistados, de forma bastante frequente, pessoas e fatos são omitidos ou exaltados, de acordo com a realidade que o indivíduo pretende mostrar. Mesmo sabendo que eu, enquanto técnico, tinha conhecimento de certas relações familiares, fatos e histórias do assentamento e das famílias, o que parecia emergir, no momento de realização da entrevista, era uma construção “institucionalizada” dessas histórias. Nesses depoimentos, por serem declaratórios e formalmente registrados, os fatos são contados de modo a incluir ou excluir determinados aspectos da realidade, de maneira claramente seletiva. A própria relação dos familiares declarados na pesquisa não condiz necessariamente com a quantidade de membros efetivos dessa família, podendo haver inclusões ou exclusões segundo as relações pessoais do entrevistado com essas pessoas ou, até mesmo, a lógica de trabalho ou de organização daquela família específica, principalmente quando se trata de pessoas que não residem, nem participam das atividades no assentamento e que, como pude observar ao longo das entrevistas, são frequentemente “esquecidas” na listagem dos familiares.

Para aplicação dos questionários foram selecionados 16 agricultores, em um universo total de 42 famílias assentadas, escolhidos com base em critérios qualitativos, considerando a localização do lote, as atividades econômicas desenvolvidas pela família, as características de seus sistemas produtivos, as relações estabelecidas com diferentes mercados e sua “posição social e política” no assentamento. Aplicamos, inicialmente, 5 questionários na forma de pré-testes para avaliação do instrumento, tendo sido aplicados, posteriormente, com pequenas modificações, mais 11 questionários, conforme o Anexo I, totalizando 16. Esse questionário continha perguntas abertas e fechadas e teve como objetivo fazer um levantamento inicial do perfil das famílias entrevistadas, considerando aspectos relacionados à organização familiar, estrutura dos sistemas produtivos e estratégias de comercialização. O instrumento também buscou levantar as condições de cada família no que diz respeito ao acesso à infraestrutura, renda, patrimônio, grau de instrução, percepção sobre sua condição econômica e grau de inserção em redes de relação dentro ou fora do assentamento. Esses dados foram trabalhados ao longo da descrição do assentamento, servindo como base, não só para a compreensão da realidade local, mas também como um elemento dimensionador das estratégias de reprodução econômica e social dos assentados e dos arranjos produtivos e de comercialização por eles construídos. Os dados obtidos através do questionário foram tabulados, passando a compor a base de dados da pesquisa, subsidiando, também, a seleção dos agricultores que participariam das entrevistas semi-estruturadas.

Dentre esses dezesseis agricultores que responderam aos questionários, foram entrevistados dez assentados, com utilização de dois roteiros diferentes. Oito agricultores responderam ao roteiro sobre as trajetórias familiares, Anexo II e outros dois responderam ao roteiro voltado para as lideranças do assentamento, Anexo III. O roteiro destinado à entrevista com as lideranças foi aplicado a um casal de assentados que hoje ocupam os cargos de vice-presidente e tesoureira da Associação de Produtores Rurais do Assentamento Francisco Julião, entidade associativa que representa, legalmente, os assentados, e também a um líder regional do MST, que se encontra, atualmente, assentado no PA. As entrevistas foram transcritas e cuidadosamente analisadas, buscando captar as relações existentes entre as trajetórias sociais e estratégias de reprodução das famílias assentadas e sua vinculação com os diferentes circuitos mercantis. Foi utilizado, também, um diário de campo, onde foram registradas diversas visitas e conversas informais realizadas no assentamento, na cidade de

Cardoso Moreira, em visita a órgãos⁸ municipais, estaduais e federais responsáveis pela agricultura familiar e pela reforma agrária, em encontros com agentes de comercialização, como atravessadores, que atuam no assentamento, negociações em espaços públicos (relacionadas, por exemplo, ao acesso a mercados institucionais), como audiências públicas e reuniões com a Secretaria Municipal de Agricultura, além de outras situações relevantes para a pesquisa. O trabalho de observação participante me permitiu também acompanhar alguns produtores nos momentos em que ocorrem as transações comerciais de seus produtos. Essas observações foram sistematizadas em relatos que compuseram de forma fundamental a análise e compreensão do funcionamento dessas relações.

A Figura 1 mostra como estão distribuídos espacialmente no assentamento os entrevistados da pesquisa e de qual(is) foram os roteiros de entrevistas responderam. Se, por um lado, ao selecionar as famílias, procuramos abranger assentados de todas as partes do assentamento, buscando captar a heterogeneidade das situações, por outro lado, por se tratar de uma pesquisa sobre comercialização, houve uma tendência em concentrar essa seleção na área mais produtiva do assentamento.

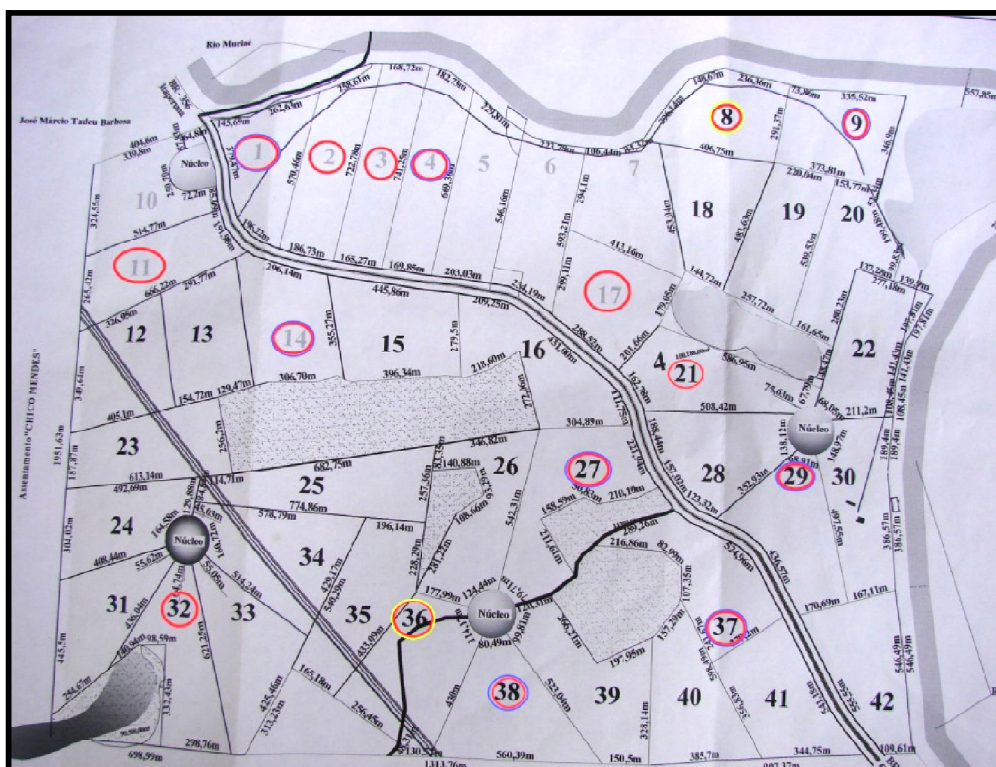


Figura 1. Distribuição dos lotes dos assentados no PA Francisco Julião

Como vemos na Figura 1, o PA é cortado pela BR-356. De um lado, temos uma área mais plana, onde o rio Muriaé é acessado diretamente pelos lotes 1 a 9, sendo que os lotes, de uma a seis, se estendem até a BR-356. Do outro lado da pista, a área onde se concentra a outra metade do assentamento, e que faz divisa com o PA Chico Mendes, possui um relevo mais montanhoso, com muitas áreas declivosas e pedregosas, que, no entanto, não são inutilizáveis do ponto de vista produtivo (ver fotos, anexo IV).

Os números marcados apenas com círculos vermelhos representam os produtores que responderam somente ao questionário do anexo I. Os produtores marcados com círculos azuis,

⁸ Os órgãos visitados foram INCRA, EMATER e Secretaria de Municipal de Agricultura.

além do questionário do anexo I, também responderam ao roteiro elaborado para realização das entrevistas semi-estruturadas (anexo II). Finalmente, aqueles marcados por um círculo amarelo, além do questionário do anexo I, foram entrevistados utilizando-se o roteiro voltado para as lideranças (anexo III).

O trabalho que segue está dividido em quatro capítulos. O primeiro deles tem por objetivo sistematizar o referencial de análise que orientou a pesquisa, buscando sua aproximação com o caso empírico analisado. Resgatamos inicialmente, de forma sintética, alguns elementos presentes nos debates teóricos travados por autores clássicos da questão agrária sobre os destinos da agricultura camponesa no final do século XIX e início do século XX, procurando apontar suas contribuições e limitações, no sentido de pensar o desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar e suas relações com os mercados capitalistas contemporâneos. Apresentamos, a seguir, a Perspectiva aos Atores (POA) desenvolvida pela escola Wageningen, notadamente através das contribuições de Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg. Adiante, há uma breve discussão sobre os rumos da reforma agrária no Brasil identificando limites relacionados à implementação desta política e sua repercussão no que tange à inserção dos beneficiários da reforma agrária nos mercados de produtos agrícolas, buscando, depois disso, organizar alguns elementos de forma a situar os assentados do PA Francisco Julião como atores sociais, recorrendo à literatura sobre agricultura familiar e camponesa. Finalmente discutimos os aportes da Nova Sociologia Econômica utilizados nesse trabalho, com destaque para as ideias e noções como imbricação [*embeddedness*], construção social de mercados e redes e circuitos mercantis. Por último, fazemos uma breve discussão sobre as relações que se estabelecem entre estrutura e ação, no estudo das formas de inserção dos assentados nos mercados de produtos agrícolas. No segundo capítulo traçamos um esboço do desenvolvimento do quadro agrário no Rio de Janeiro, com destaque para a região Norte do estado. Abrimos o capítulo fazendo um panorama socioeconômico da região e do desenvolvimento da agricultura, que foi marcada e ainda sofre os reflexos da economia açucareira, construída sobre um modelo altamente concentrador de terras. Tendo visto a formação da estrutura agrária, na seção seguinte discutimos a formação dos assentamentos na região frente às estratégias dos Movimentos Sociais e a implementação efetiva da reforma agrária na região. Depois traçamos alguns desafios e percalços dessa implementação no novo quadro econômico do Estado. No item que segue, com base em minha convivência em diversos assentamentos da região, temos por objetivo refletir acerca dos circuitos mercantis já estruturados, os entraves e a necessidade dos assentados de criar novos espaços de ação para a interação com os mercados. Por fim, após avançar nas discussões anteriores, trazemos o contexto específico do estudo de caso, o desenvolvimento da economia e agricultura e a implantação da reforma agrária no município de Cardoso Moreira. Essa relação é importante, pois, como veremos, o contexto local, tem forte influência no desenvolvimento dos PAs ali instalados.

No terceiro, nosso objetivo foi reconstituir o histórico do assentamento tentando traçar o perfil e as estratégias de reprodução social das famílias entrevistadas na pesquisa. Nesse capítulo serão trabalhadas parte dos dados da pesquisa de campo a fim de compor um cenário da situação atual da implantação do assentamento e de como cenário foi construído ao longo desses sete anos, desde a conquista da terra. Consideramos de grande importância fazer uma leitura sobre a emergência e o papel das lideranças no assentamento, com ênfase para o fato de que estas tem um papel fundamental, que não se dá de forma isolada, na constituição do assentamento. Outro fator que tem grande peso para o trabalho nesse capítulo é o protagonismo dos assentados nas ações desenvolvidas no PA. Isso fica bastante evidente na realização do parcelamento do PA 'por conta própria', que, sem dúvida, apesar de todos os possíveis percalços, mudou significativamente os rumos do assentamento e das famílias ali assentadas.

Finalmente o último capítulo trata mais especificamente das estratégias de interações com os mercados e circuitos mercantis. Inicialmente, buscamos demonstrar como esses mercados encontram-se profundamente imbricados com as estratégias de reprodução social e vão se estabelecendo de acordo com o conjunto de opções e possibilidades acessadas ou construídas pelos assentados. Nesses termos, buscamos evidenciar que dentre as estratégias, apesar de diversas, existem aquelas com maior peso e que, nem sempre, são os canais prioritários ou desejados pelos produtores. Assim, apontamos os principais canais de comercialização utilizados pelos assentados, fazendo uma descrição mais detalhada dos seus modos de operação, para, na seção seguinte, demonstrar que, mesmo aqueles circuitos mercantis que aparentam extrema simplicidade, podem guardar complexas combinações de estratégias quando observados em maior detalhe. Propomos com isso, uma flexibilização das noções entre circuitos curtos e longos, mostrando que, por vezes, essas formas não ocorrem de maneira isolada no dia a dia dos produtores. Na outra seção discutimos a formação das redes de sociabilidade e a interação com os diferentes agentes de comercialização no acesso e construção dos circuitos mercantis. Depois fazemos uma análise do desempenho econômico dos principais circuitos mercantis operados no assentamento. Para ilustrar essa análise, tomamos como exemplo dois agricultores que operam distintas estratégias de reprodução e comercialização. Por último, elencamos brevemente alguns aspectos das dimensões simbólicas da comercialização no assentamento.

Ao fim, apresentamos algumas considerações sobre a pesquisa buscando enfatizar o acesso e a permanência na terra como elementos centrais no acesso e construção de mercados, tendo em vista as diferentes limitações que se apresentam ao longo da consolidação do assentamento. Além disso, enfatizamos o protagonismo dos assentados na construção de vínculos com os mercados, tendo em vista que a ação de determinadas lideranças, potencializou a capacidade de ação dos demais assentados do PA.

CAPÍTULO I

Mercados e produção familiar nos assentamentos de reforma agrária: construindo um referencial de análise

O capítulo que segue busca desenvolver algumas referências teóricas que orientaram o presente trabalho, no intuito de aproximá-las de nosso objeto da pesquisa. Primeiramente, retomamos alguns elementos do debate desenvolvido por autores clássicos da “questão agrária” sobre os destinos da agricultura camponesa numa sociedade capitalista, dando destaque aos trabalhos de Lênin e Chayanov. Posteriormente, apresentamos algumas ideias mais gerais sobre a reprodução da agricultura camponesa e familiar nos mercados capitalistas na contemporaneidade. Introduzimos, a seguir, a Perspectiva Orientada aos Atores elaborada pela Escola de Wageningen, notadamente, com base nos aportes de Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg. Essa abordagem constituiu-se como uma ferramenta importante para que pudéssemos refletir sobre as interações estabelecidas pelos agricultores familiares com os mercados de produtos agrícolas, considerando não só a ação de forças estruturais, mas também a capacidade de agência desses agricultores no sentido de explorar oportunidades e margens de manobra na construção de diferentes estratégias de reprodução econômica e social. A seção seguinte busca trazer alguns elementos sobre a trajetória de implementação das políticas de reforma agrária, seguida de alguns comentários sobre a identificação dos assentados do PA Francisco Julião como camponeses e agricultores familiares. Apresentamos, por fim, as contribuições da Nova Sociologia Econômica ao debate sobre a construção social dos mercados. A última seção trata dos limites e possibilidades que se apresentam para os assentados na construção social de mercados, buscando um ponto de observação capaz de conciliar estrutura e ação.

1.1 A produção familiar e os mercados: os dilemas da reprodução nos mercados capitalistas

Ao final do século XIX, ganha corpo no debate sobre a questão agrária a discussão sobre os rumos da organização da produção familiar, considerando sua funcionalidade e suas tendências de desenvolvimento no modo de produção capitalista (Oliveira, 2007). O debate, por longo período, permaneceu polarizado por entre as perspectivas leninistas da diferenciação social, que indicavam um caminho inevitável da extinção das formas camponesas de agricultura e a perspectiva chayanoviana, que enfatizava a permanência desses grupos, nas sociedades capitalistas, ainda que sob fortes pressões (Long, 2007)⁹.

O modelo leninista de diferenciação social parte do pressuposto de que haveria uma crescente desintegração do campesinato, tendo como resultado uma tendência à formação, no meio rural, segundo a lógica capitalista, de duas classes, uma burguesia agrária, concentradora

⁹Lênin e Chayanov debatiam, no período da revolução russa, os destinos da agricultura num momento de transição, frente à decadência do feudalismo e a ascensão polarizada do capitalismo e do socialismo. Lênin foi líder do Partido Comunista Russo e escreveu o *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* poucos anos antes da revolução de 1917. Já Chayanov foi responsável pelo Instituto de Economia Agrícola em seu retorno a Rússia em 1924 e publicou diversas obras sobre as economias camponesas nesse período. Faz-se necessário contextualizar o momento histórico em que se trava tal discussão. Abramovay (1998) reitera que a obra de Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, tem de ser entendida no contexto revolucionário de afirmação da organização marxista contra a autocracia Russa.

dos meios de produção e uma camada de camponeses pobres, que tenderiam à proletarização, subordinados ao mercado e à espoliação típica das economias mercantis. (Lênin, 1899). Assim, a extrema pobreza tenderia a resultar numa contínua separação dos produtores de seus meios de produção, gerando uma classe paupérrima que seria obrigada a vender sua força de trabalho no mercado capitalista para sobreviver (Abramovay, 1998). Nesse sentido, ocorreria um processo inevitável de destruição do campesinato, marcado por uma crescente polarização entre classes sociais distintas, ou seja, a burguesia agrária e o proletariado rural. Soma-se a essa perspectiva a visão de Kautsky (1899) de que no desenvolvimento capitalista não haveria espaço para outras classes que não a burguesia e o proletariado, pois a indústria e o comércio do período da revolução, essencialmente urbanos, dissolveriam a pequena indústria camponesa. Em sua análise, o modo de produção industrial tenderia se expandir e sobrepor o modo de vida camponês, resultando numa constante subordinação da agricultura à indústria, conseqüentemente colocando as pequenas propriedades em função das grandes explorações, devido à sua superioridade técnica, de modo a reiterar a eliminação e/ou crescente do campesinato à lógica do desenvolvimento capitalista no campo (Oliveira, 2007).

Se, de fato, tais abordagens representaram contribuições importantes para a compreensão do desenvolvimento da produção familiar sob o modo de produção capitalista ao longo desses últimos séculos, a análise linear que indicava a extinção do campesinato se mostra, hoje, insustentável, ainda mais frente à resiliência desta categoria de produtores e às diferentes dinâmicas envolvidas em suas relações com os mercados (Wilkinson, 2008).

Já o modelo de Chayanov, colocava em cheque o modelo Leninista da diferenciação social, pregando a permanência das formas de organização camponesas sob o capitalismo, devido à sua lógica interna de organização. Chayanov (1987) reivindicava a constituição de uma teoria da organização dos sistemas econômicos que não tomasse como única referência o modo de produção capitalista. Na sua visão, os princípios que embasavam a teoria econômica moderna, como renda, capital, preço, entre outros, não davam conta de analisar as economias camponesas, cuja estrutura e funcionamento escapavam a tais categorias. Mesmo sem negar o papel do domínio do capital financeiro e comercial na organização da economia mundial, recusava que seus princípios fossem automaticamente transferidos para todos os campos da vida econômica. Para pensar as economias camponesas, Chayanov (1981) elaborou uma teoria sobre os *sistemas econômicos não capitalistas*, que nos parece útil para a compreensão das formas de organização das unidades de produção familiar. Para Chayanov (1987), a lógica de funcionamento dessas unidades não pode ser derivada de princípios de maximização das utilidades, pois seu funcionamento não está baseado em uma racionalidade estritamente capitalista, mas sim, em formas de produção de base familiar. Os processos decisórios numa unidade de produção familiar passam, segundo o autor, por uma equação envolvendo as necessidades de consumo da família, a disponibilidade de mão de obra e a penosidade do trabalho, tendo como referência um resultado econômico que se encontra associado ao produto indivisível da unidade familiar. Além disso, esse produto pode ser distinto entre unidades familiares e pode variar de acordo com a situação dos mercados, localização da unidade produtiva, disponibilidade de matérias primas e fatores de produção, tamanho da família, qualidade do solo etc, fazendo com que os rendimentos oriundos da exploração familiar ocorram de forma distinta daqueles oriundos da exploração capitalista (Chayanov, 1981). Dentro dessa visão, o funcionamento e o grau de exploração de cada unidade familiar são determinados, portanto, pela busca de um equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e o nível de penosidade do trabalho (Chayanov, 1987).

Tendo em vista esse brevíssimo resgate do debate teórico proposto pelos clássicos da questão agrária, buscamos nos apropriar de suas possíveis contribuições, refletindo também sobre as limitações dessas análises no sentido de pensar a reprodução da agricultura camponesa familiar nos mercados capitalistas no período mais recente. Dessa maneira, ao

passo que a teoria chayanoviana traz elementos significativos para a compreensão das relações no campo, ela também apresenta limitações na abordagem da realidade atual dos agricultores nos assentamentos de reforma agrária, considerando o atual nível de desenvolvimento dos mercados agrícolas. Sua perspectiva encontra-se muito voltada para o interior da unidade produtiva familiar, demonstrando certos limites para captar a diversidade de relações e interações estabelecidas pelos agricultores com agentes externos à unidade produtiva. A abordagem Chayanoviana¹⁰ encontra-se, portanto, baseada em um modelo muito limitado à reprodução da produção familiar no interior das explorações agrícolas.

O presente trabalho pretende escapar desse tipo de redução, pois entendemos que a existência da agricultura familiar encontra-se fortemente imbricada com diferentes mercados. A análise aqui proposta busca romper com a dicotomia insular entre processos internos e processos externos às unidades de produção. Além disso, a heterogeneidade das situações vividas pelos produtores no interior do assentamento não permite reduções a um só modelo de reprodução e, conforme sugerido por Chayanov, não necessariamente, prevalecem os valores de uso ou a produção para o autoconsumo como referências na tomada de decisões (Carneiro, 2009). O grau de imbricação com os mercados não permite observar essas unidades de maneira semelhante no âmbito da reprodução, tendo em vista que o mercado penetra de diversas formas nas relações econômicas e sociais das famílias, até mesmo na composição da mão de obra que pode não se limitar ao trabalho familiar.

Não obstante, ainda que pertinente e necessário dirigir críticas aos modelos de análises baseados em uma visão linear da subordinação da agricultura camponesa e familiar ao desenvolvimento capitalista, ou ainda à visão chayanoviana fortemente ancorada em uma análise da microeconomia da unidade camponesa, não podemos desconsiderar a crescente influência da mercantilização das diversas esferas da vida desses agricultores. A ‘fictícia’ mercantilização da terra e o do trabalho como formas de acumulação do modelo capitalista (Polanyi, 2000) se cristaliza na forma de estruturas que acentuam cada vez mais a pressão sobre esses agricultores. Voltar a pesquisa para a capacidade de ação dos atores não significa, no entanto, ignorar o papel de forças estruturais na determinação de suas condições de existência, mas tentar compreender como opera essa categoria social (o campesinato) que demonstra tamanha resiliência, recriando, ao longo do tempo, seus modos de vida através de diferentes estratégias de resistência e adaptação.

Já nas sociedades contemporâneas, a reprodução da agricultura camponesa e familiar implica em relações com diferentes mercados, sejam eles em escala local, nacional ou até mesmo global. A própria reforma agrária, por ser uma política guiada pelo Estado, ao longo do tempo, pode inserir os beneficiários desse programa em determinados ordenamentos, de mercado inclusive, orientando esse processo de acordo com os interesses de um projeto de desenvolvimento rural que pode responder a diferentes aspectos, sejam eles sociais, econômicos, ecológicos ou algum tipo de balanço entre eles (Ploeg, 2007). O próprio Contrato de Concessão e Uso da terra estabelece um compromisso de residência e exploração da terra entre o Estado e os beneficiários da reforma agrária, sendo que aqueles que não cumprem com tal acordo, são passíveis de perda do direito de uso da terra. Ainda que isso não se cumpra de forma efetiva, há um direcionamento oficial por parte do Estado para o uso e exploração da terra voltados para uma determinada proposta de desenvolvimento rural.

O desenvolvimento capitalista da agricultura e a mercantilização da vida rural tornaram, historicamente, as necessidades básicas desses produtores cada vez mais atreladas a um “mercado de dinheiro”, fazendo com que o funcionamento de suas economias dependa crescentemente da troca de moeda, mesmo entre os agricultores e camponeses mais pobres

¹⁰ O tema das relações da agricultura familiar com o meio externo foi abordado por Chayanov (1981), em suas discussões sobre a cooperação agrícola.

(Long, 2007)¹¹. Dessa maneira, os agricultores familiares e camponeses, nas diferentes partes do mundo, encontram-se inseridos em uma diversidade de lógicas de mercado, sendo submetidos a pressões estruturais advindas das relações que estabelecem com os diferentes mercados (de insumos, de créditos, de trabalho, etc) com os quais se relacionam. Como respostas a estas pressões, é possível identificar uma série de estratégias e repertórios de ação através dos quais diferentes tipos de agricultores familiares procuram garantir sua reprodução econômica e social buscando viabilizar sua permanência na atividade agrícola e/ou na terra.

É na vida cotidiana desses agricultores que se tornam mais explícitas as contradições existentes entre as formas hegemônicas de organização dos mercados e as estratégias de reprodução da agricultura camponesa e familiar. Se, por um lado, há uma constante cristalização de variadas estruturas de mercado, que exigem que esses produtores, operem em uma determinada escala, atendendo a certos padrões de qualidade, normas fitossanitárias entre outras normas ou convenções, existe também, do outro lado, por parte dos agricultores, uma necessidade estratégica ou inevitável de se inserir nesses espaços. Nesses termos, não há como separar agricultura camponesa e familiar, reforma agrária e o capitalismo, mesmo naqueles casos em que os agricultores buscam desenvolver projetos alternativos, visando resistir a esse modelo. A resistência pode ser entendida não somente como uma negação de um modelo global, mas também como uma situação marginalização em relação a este, de forma que a ação marginal pode buscar burlar, desconstruir ou até mesmo se inserir nesse modelo. Compreendemos, portanto, que a existência dos camponeses e agricultores familiares encontra-se, hoje, profundamente imbricada ao modelo de produção agrícola e desenvolvimento rural que se tornou dominante nas diferentes partes do mundo e, tanto a resistência, como a crítica, ainda que pertinentes, são pressionadas constantemente por certos modos de produzir e formas de participar dos mercados. Justamente porque a resistência se constrói no interior do próprio modelo, muitas vezes surgem diversas contradições, pois esse modelo é capaz de se retroalimentar e se (re)apropriar das diferentes estratégias de resistência postas em prática. Logo, da mesma forma que a resistência opera por meio da capacidade de agência dos atores, da construção de novos circuitos e conexões locais, das diferentes e possíveis combinações de estratégias para a criação de novos espaços de manobra, o modelo hegemônico também não é estático, daí a importância da criação e renovação constante desses novos espaços, valorizando as alternativas que escapam a esse modelo.

“O estabelecimento de um pensamento hegemônico, posto como inquestionável em sua ideologia e principalmente em sua implementação, faz crer que não há possibilidades ou alternativas para além do modelo proposto por este pensamento. No âmbito das hegemônias, as abordagens mais tecnologicistas, que tratam dos aspectos técnicos das facilidades de comunicação e circulação de informações, ou aquelas que reforçam os aspectos financeiros e econômicos dos processos de globalização, apresentam uma versão ‘encantada’ desses processos, criando um ambiente impermeável a questionamentos e contradições, atribuindo aos processos um valor intrínseco, como se ocorressem por si só, sem a intervenção humana, reforçando o caráter de ‘naturalidade’ do processo, como se globalização e mercado atuassem por si, escondendo as dinâmicas sociais e políticas que a sustentam (Mato, 2005). O predomínio da lógica capitalista faz crer que as possibilidades de

¹¹ Não se trata aqui, no entanto, de tratar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura de forma generalizante, tendo em vista que ele se manifesta de modo heterogêneo entre os países e mesmo nas diferentes regiões do Brasil, com a vigência de distintas formas de estruturação, exploração e apropriação da atividade agrícola.

alternativas a este modelo soem como meras especulações ou pequenas transgressões localizadas e deslocadas da lógica que impera triunfante nas dinâmicas globais.” (PEREZ-CASSARINO, 2012: p. 32).

A resistência cotidiana opera em grande medida por meio da capacidade de ação, compreensão, cognição e, porque não, apropriação do modelo. Sua força se deve, de certo modo, às situações criadas a partir das condições adversas, pois esse mesmo modelo no qual camponeses e agricultores familiares são pressionados a participar, não comporta sua participação de forma plena, excluindo, parcial ou integralmente, parcelas significativas desses grupos. Diferentemente da ideia neoclássica de maximização da utilidade, não há inúmeras possibilidades ótimas a disposição dos atores, o que torna os caminhos cada vez mais estreitos. Estes se veem pressionados pela estrutura, participando, muitas vezes, de forma marginal nos ordenamentos de mercado que se tornaram hegemônicos. Isso pode conduzi-los tanto a situações extremas de total exclusão, como à construção de novos espaços de ação, por meio da (re)criação desses mercados, visando escapar dos caminhos pré-definidos pelos circuitos mercantis controlados por atores hegemônicos, aproveitando suas possíveis brechas estruturais (Ploeg, 2011). O próprio fatalismo associado à estrutura desses mercados, visto muitas vezes como uma realidade inevitável, compõe o axioma que rege esse modelo, pois logo de saída já acusa o fracasso como um ponto de chegada, dificultando e desencorajando possíveis alternativas de se estabelecerem. Um dos desafios na superação desse modelo encontra-se relacionado à crítica e à construção de alternativas visando uma possível reorientação dos ordenamentos impostos pelos mercados globais, processo esse que envolve dimensões políticas, ideológicas e culturais, para além dos aspectos produtivos e de mercado propriamente ditos (Perez-Casarino, 2012).

1.2 Atores sociais, forças estruturais e margens de manobra

Uma das perspectivas teóricas que orientou nossas reflexões sobre a construção social dos mercados nesta dissertação foi a Perspectiva Orientada aos Atores, desenvolvida pela Escola de Wageningen, marcada pela significativa contribuição de autores como Norman Long e Jan Douwe Van Der Ploeg. Essa abordagem foi selecionada na medida em que estabelece uma relação entre forças estruturais que conformam um determinado contexto social, econômico, político e cultural e as formas heterogêneas com que os atores lidam, individual e coletivamente, com os diferentes tipos de pressões a que são submetidos. A Perspectiva Orientada aos Atores é resultado de diversas contribuições analíticas que buscam construir suas referências com base na centralidade da ação dos atores, procurando tornar mais explícita a interação entre teoria e pesquisa empírica (Schneider & Gazolla, 2011). Dessa forma, ela se conjuga aos demais referenciais utilizados na construção dessa pesquisa, de modo a valorizar a capacidade de agência dos agricultores assentados, sem desconsiderar as dimensões estruturais envolvidas nos processos de desenvolvimento, resultando numa necessidade constante de revisão de conceitos, tanto da ideia de estrutura, como do papel dos atores (Long & Ploeg, 2011).

Esta abordagem nos motiva a dar atenção às distintas estratégias de relação com os mercados, desenvolvidas pelos atores no assentamento pesquisado, abrindo espaço com isso para uma discussão sobre como, em condições estruturais aparentemente semelhantes, podemos nos deparar com resultados significativamente distintos nessas relações. Busca ainda se distanciar das visões estritamente lineares dos processos de mercantilização, em um esforço por se constituir como uma alternativa às visões excessivamente segmentadas entre os grilhões estruturais e o individualismo metodológico (Schneider & Gazolla, 2011).

Logo, a crítica à teoria da mercantilização é um dos fundamentos da Perspectiva Orientada ao Ator, que busca fazer uma releitura do conceito de estrutura. Como apontam Ploeg & Long (2011), “*uma vantagem da abordagem orientada aos atores é que ela parte de um interesse em explicar respostas diferenciadas a circunstâncias estruturais similares, mesmo que as condições pareçam relativamente homogêneas.*” (PLOEG & LONG, 2011: p.24). Trata-se, portanto, de uma perspectiva analítica pertinente ao estudo de caso apresentado, tendo em vista que buscamos aqui demonstrar como os atores, ainda que sob fortes pressões estruturais, podem influenciar no curso do desenvolvimento de suas atividades.

Podemos encontrar, também, nos trabalhos de Bourdieu (2005) elementos importantes para pensar o modo como a estrutura e a ação operam no campo econômico, influenciando as práticas dos atores. Bourdieu (2002) utiliza o conceito de *habitus* para designar a influência da estrutura social sobre indivíduos. Nesse sentido, ele mostra como essas estruturas se cristalizam nos indivíduos em seus processos de socialização, suas trajetórias, experiências, percepções e cognição, mostrando que essas estruturas não são fixas, no entanto, podem ser bastante rígidas no modo como operam nos diferentes campos. Tomando o campo econômico como um objeto de análise, a percepção do autor parece ser de que as estruturas atuam de maneira bastante rígida tanto na estruturação desse campo e no modo como influenciam as práticas dos atores, mas, ainda assim, existem possibilidades de construção de espaços de manobra a partir do acúmulo e combinação de diferentes tipos de capitais e do modo como os atores operam nas disputas no interior dos diferentes campos sociais, entre eles o econômico. Nesses termos, Bourdieu (2005) dirige uma crítica à Granovetter buscando enfatizar que nos estudos das práticas dos atores não se faz necessário optar exclusivamente entre uma visão estrutural ou uma visão estratégica. A crítica de Bourdieu consiste em mostrar que não basta se desvencilhar do individualismo metodológico sem, no entanto, superar uma percepção interacionista que ignore as pressões estruturais próprias do campo, fazendo com que os agentes sejam vistos como mônadas fechadas (Bourdieu, 2005).

Esta percepção atomizada dos agentes sociais não é, por certo, a visão que orienta este trabalho de pesquisa, posto que, o foco de nossa análise consiste em compreender as combinações de estratégias construídas pelos agricultores em um contexto de grandes pressões estruturais e limitações de recursos, levando em consideração suas trajetórias sociais e os campos de relação em que as famílias estão inseridas.

Torna-se relevante aqui tentar compreender as estratégias de reprodução desenvolvidas nas unidades familiares a partir da identificação da natureza de suas tomadas de decisão, considerando ao mesmo tempo, as relações que perpassam esses processos de decisão. A necessidade de reprodução intermediada pelo dinheiro tende a se enraizar cada vez mais na vida desses agricultores, paradoxalmente com maior ênfase nos casos onde há maior vulnerabilidade econômica e social e, conseqüentemente, menor acesso ao dinheiro.

Tomando por base a Perspectiva Orientada aos Atores, Norman Long (2007) reforça as limitações de um enfoque centrado exclusivamente nos processos de mercantilização da agricultura. O autor chama atenção, primeiramente, para o fato de que esse determinismo estrutural, ao adotar uma perspectiva histórico-estrutural, ignora a possibilidade de construção de espaços de manobra em nível local e regional, priorizando os componentes analíticos relacionados ao funcionamento do mercado capitalista, retirando das circunstâncias empíricas sua diversidade. Com isso, perdemos a possibilidade de obter, a partir da perspectiva dos atores, uma compreensão mais dinâmica das interações que se estabelecem em diferentes contextos, entre as dimensões mercantis e não mercantis que compõem a vida social. Segundo Long (2007), a teoria da mercantilização, nem na sua versão marxista, nem na matriz proposta pela teoria da modernização, consegue dar conta dos processos que ocorrem no interior das unidades produtivas, deixando de compreender, adequadamente, o papel desempenhado, por

exemplo, pelo trabalho assalariado na economia camponesa, que difere da compreensão linear que percebe o assalariamento como sinônimo de proletarização. Em última instância, como consequência das limitações apresentadas, essas visões deixam de atribuir aos atores sociais um papel estratégico e ativo no próprio processo de mercantilização (Long, 2007). Logo, os processos de mercantilização não podem ser entendidos de forma linear e homogênea, como se estivessem condicionados somente pela esfera do mercado, sendo importante considerar que eles são influenciados também pelas próprias relações sociais geradas a partir dos atores e de seus modos de produção (Schneider & Niederle, 2008). Dessa maneira, os atores podem ser entendidos como sujeitos individuais ou coletivos, sempre interagindo e se relacionando com seu meio a partir de sua capacidade de agência, fazendo com que ser um ator seja uma condição social. *“Nesse sentido, os atores são sujeitos sociais ativos, dotados de capacidade de agência, o que lhes permite agir e reagir em face de situações adversas ou de um contexto hostil.”* (SCHNEIDER & GAZOLLA, 2011: p.12)

Segundo Ploeg (2008), frente à crescente mercantilização da agricultura e da vida rural, camponeses e agricultores familiares vêm sendo fortemente pressionados a aderir a modos de gestão informados segundo uma lógica empresarial, incorporando métodos de organização bastante distintos daqueles que caracterizam a agricultura camponesa e familiar. Especialização produtiva, ampliação da escala de operação, vinculação a diferentes mercados (mercados de terras, insumos, trabalho, serviços, máquinas e produtos agrícolas, entre outros) e pressões cada vez maiores visando à adoção de objetivos centrados quase exclusivamente na maximização dos lucros, compõe o ambiente de operação de uma parcela significativa dessas unidades de produção. Este mesmo autor aponta, por outro lado, que os estilos de agricultura¹² adotados pelos camponeses, são distintos na combinação e desenvolvimento de seus recursos e objetivos, tanto materiais, como sociais. É o que Ploeg (1992) chamou de coordenação entre diferentes domínios. Nessa direção, o autor menciona quatro domínios distintos que são articulados pelos agricultores no desenvolvimento de suas unidades produtivas: o familiar e comunitário, o da reprodução social, o da produção e o domínio das relações econômicas e institucionais. As combinações que se estabelecem entre essas diferentes esferas de atuação variam de acordo com os objetivos, interesses, oportunidades e o peso dado pelos atores sociais a cada uma dessas dimensões:

“In the domain of production and reproduction (the domains in which agriculture in a narrow sense takes place, and in which a specific style of agriculture develops), many tasks can be identified. These must not only be coordinated with each other but, also, with the framework or context within which they take place, with the relevant social and economic parameters. The separate tasks, and in particular the integrated whole, derive meaning from the results they achieve in other domains. This is why, in a broader sense, farm labor can be defined as the coordination of domains in relation to each other.” (PLOEG, 1990: p.30-31).

Em meio a fortes pressões, os agricultores buscam gestionar e coordenar essas relações, fazendo opções, desenvolvendo ao longo do tempo diferentes estilos de agricultura e buscando ampliar suas margens de manobra. Se, em um dado momento optam, na medida em que podem optar, por formas de produção mais voltadas para a comercialização em grande escala, com larga utilização de insumos externos, em outro momento podem incorporar práticas técnico-produtivas baseadas em uma maior utilização de recursos internos à unidade de produção ou concentrar energias na produção para o autoconsumo, de modo a assegurar a

¹² Para uma melhor definição de estilos de agricultura, ver Ploeg (2008).

garantia de subsistência da família. Os agricultores constroem, portanto, de acordo com a situação, modos específicos de ordenamento da produção como forma de equacionar desigualdades nas relações de poder (Ploeg, 2008).

As condições de existência de produtores familiares inseridos em diferentes mercados e pressionados por distintos modos de produção os colocam numa permanente negociação com os mercados e o Estado, para que possam garantir sua reprodução. Para isso, eles operam diferentes e oportunas combinações de estratégias que, para além de buscar aumentar sua capacidade de gestão da unidade produtiva, visam primordialmente sua reprodução social no curto prazo e a manutenção da terra no longo prazo. Assim, por mais que seja importante agregar valor monetário à sua produção no momento da comercialização, é necessário não subestimar as limitadas opções disponíveis considerando as diversas pressões estruturais que interferem nesse objetivo.

Existem diferenças significativas nas possibilidades desses agricultores de realizar opções, bem como nas racionalidades em que são feitas essas opções. Nesses casos, níveis de consumo e de realização pessoal e familiar também interferem no tipo de opção feita pelo agricultor. A expectativa de ganho e outros parâmetros subjetivos influenciam sobretudo na conformação das estratégias de reprodução e no modo como esses agricultores organizam sua produção. Por certo, a opção por determinados circuitos e modos de produção não se reduz às condições materiais desses agricultores, mas também com o grau de expectativa que o mesmo tem em relação à atividade agrícola. Para melhor compreender os resultados alcançados como um todo, é pertinente considerar tanto a ação individual dos agricultores e das famílias como a estruturação de redes e dispositivos coletivos que possibilitam aos agricultores lidar com essas diferentes pressões.

Se tomarmos somente a questão da mão de obra, nas formas como ela aparece nesse estudo de caso, podemos perceber como as estratégias são distintas e complexas. Em nosso estudo de caso, muitas vezes a família sequer participa diretamente das atividades produtivas, residindo em outros lugares, contando, inclusive, para sua reprodução social, com distintas fontes de renda. A opção por manter a família ou parte da família fora do assentamento, parece ser uma consequência das difíceis condições de vida, principalmente iniciais, no PA Francisco Julião. A opção por garantir que membros da família (geralmente mulher e filhos) tenham melhores condições de vida e/ou acesso a outras fontes de renda no meio urbano, reduzindo o desgaste familiar no período da estabilização¹³ no assentamento, pode implicar em um aumento da intensidade e penosidade do trabalho exercido pelo responsável do lote. Esse trabalho mais penoso e intenso pode ser o resultado de diferentes situações, seja porque o agricultor(a) assume toda a responsabilidade pelo lote, tendo que desempenhar as tarefas produtivas sozinho, à custa de troca de serviços ou contratando mão de obra, seja por que a família passa a ter que manter mais de uma casa. Importante chamar a atenção, além disso, para o fato de que, por vezes, mulheres assumem a responsabilidade pelo lote, desempenhando o papel do chefe de família, quebrando assim a noção de família patriarcal, ou por não estarem casadas ou porque o marido mantém um trabalho externo. Existem, ainda, casos em que nenhum dos membros da família está presente no lote, ou seja, a família como um todo não reside no assentamento e não participa das atividades produtivas. Nesses casos, o trabalho é realizado através de outras estratégias, seja por meio a contratação de mão de obra, seja através de trocas de serviços com outros os assentados.

¹³ A Passagem do acampamento para o assentamento é um difícil período de estabilização e pode ser muito desgastante para as famílias, principalmente quando os filhos ainda são crianças. A falta de infraestrutura básica como moradia, acesso à água, estradas, transporte são condições que certamente mobilizam os assentados a buscarem alternativas que possibilitem maior “preservação” da família.

Por essas razões, optamos por realizar uma pesquisa qualitativa que tomasse como referência a Perspectiva Orientada aos Atores, de modo a conseguir captar essa diversidade de situações e resultados que serão apresentados mais detalhadamente no capítulo III.

1.3 A política de reforma agrária e seus reflexos na constituição dos assentamentos

A concentração da terra é uma das chagas que o Brasil carrega em sua história, e que se arrasta por muito tempo, aumentando a concentração da riqueza, do poder e restringindo, conseqüentemente, o amplo acesso aos direitos básicos pelos cidadãos. Não pretendemos aqui fazer uma revisão da história da questão agrária no país, mas, com o intuito de reiterar que o acesso a terra é um ponto chave na relação entre assentados e mercados, é pertinente apontar o direcionamento dos PNRA, tanto do ponto de vista das políticas voltadas ao acesso à terra propriamente dito, como no que tange ao papel que assume a comercialização de produtos agrícolas assume nesses planos. O I PNRA surge no contexto da redemocratização no país, em 1985, em meio a fortes pressões dos movimentos sociais pela realização da reforma agrária. Esse plano é chancelado pelo então Presidente da república José Sarney, grande proprietário de terras. Já no fim desse ano de 1985, a Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, lançava um dos números de sua revista no qual a capa trazia o título “Um PNRA ao avesso: recuo do governo Sarney esvazia o Plano original e abandona a desapropriação como instrumento principal”¹⁴. A concentração de terra sempre relacionada à concentração de poder, econômico e político, encontra, na estrutura de poder da sociedade brasileira, o primeiro entrave estrutural da reforma agrária. Coincidências à parte, esse mesmo presidente que chancela o primeiro e fracassado PNRA, irá assumir em sua história política os mais altos cargos da gestão política do país, ocupando atualmente, e também no momento do lançamento do II PNRA, o cargo de presidente do Senado.

Se no I PNRA a realização da reforma agrária se demonstrou muito aquém das necessidades de reestruturação fundiária do país, o II PNRA, chancelado no ano de 2003, pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, não poderia ser exitoso sem realizar uma ampla e necessária reestruturação fundiária. Este segundo Plano, aponta de forma mais concreta para uma série de propostas de viabilização dos assentamentos já constituídos, incluindo, em suas metas, a implementação de um plano de desenvolvimento agrícola sustentável, o acesso pelas famílias assentadas a diferentes programas de seguridade social e dando destaque a temas como igualdade de gênero, acesso à cultura, educação no campo, entre outros. No entanto, nenhum dos planos conseguiu atingir a questão da desconcentração das terras, de modo a dar respostas efetivas às demandas sociais, fazendo com que a implementação de seus objetivos ocorresse de forma estanque, sem uma maior articulação entre diferentes instrumentos de política pública, e de forma bastante desigual nas diferentes regiões do país. Fundamentalmente, a instabilidade e a precariedade nas formas de acesso à terra nos assentamentos de reforma agrária, e a tutela das instituições que gerenciam os projetos de desenvolvimento sobre os assentamentos, reforçam as dificuldades de execução e implementação dos objetivos apontados nos Planos.

Tendo como pano de fundo essa insuficiência das políticas de reestruturação fundiária no país, voltamos nosso olhar de forma mais específica para os objetivos relacionados à comercialização e acesso a mercados nos referidos Planos. No caso específico da comercialização, embora seja possível encontrar orientações gerais sobre esse tema, tanto no I como no II PNRA, e mesmo considerando a existência de alguns instrumentos como os

¹⁴ Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA – Ano 15 - n°3 – Agosto-Dezembro de 1985.

PDA¹⁵, ou mesmo dos mecanismos de acesso aos mercados institucionais criados na última década – o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, existe uma grande variabilidade de processos em âmbito local e, novamente, seus objetivos encontram-se distantes da realidade na maior parte dos casos.

No Censo Agropecuário de 2006, pela primeira vez, realizou-se uma tentativa de tratar de forma específica os estabelecimentos agrícolas situados em assentamentos de reforma agrária. O trabalho desenvolvido por Kageyama *et al.* (2010), que contabilizou a existência, segundo os dados do Censo, de 189.193 estabelecimentos agrícolas de assentados com titulação definitiva da terra¹⁶, apresenta diversas informações sobre a infraestrutura implantada nos assentamentos, o tamanho das unidades produtivas, a composição das famílias, entre outras características, que permitem compor um quadro geral das condições produtivas existentes nas unidades de produção localizadas nos assentamentos. A autora aponta, ainda, para o fato de que os assentamentos de reforma agrária apresentam diferenças regionais muito semelhantes àquelas apresentadas pela média geral dos estabelecimentos agrícolas identificados pelo Censo, reproduzindo, portanto, os padrões gerais encontrados no conjunto da agricultura brasileira. O trabalho de Leite *et al.* (2004) mostra, além disso, em linhas gerais, no que tange às formas de comercialização da produção agrícola nos assentamentos de reforma agrária, a precariedade na infraestrutura, principalmente no que diz respeito às vias de acesso, fator este de grande influência nas condições de escoamento da produção. Outro elemento de peso é a presença marcante do atravessador e a assimetria existente nas relações estabelecidas com os diferentes agentes de mercado, aspectos que marcam as condições em que são comercializados os produtos agrícolas nos assentamentos (Souza, 2011). Por fim, Kageyama *et al.* (2010), ao analisarem os resultados sobre os assentamentos de reforma agrária divulgados nesse Censo, chamam atenção para uma vasta gama de processos sociais envolvidos na consolidação desses assentamentos ao longo do Brasil.

Esse trabalho optou por analisar as relações estabelecidas por camponeses e agricultores familiares em um contexto particular, um assentamento de reforma agrária situado na região Norte Fluminense. É importante destacar que, no caso específico dos assentamentos de reforma agrária, o acesso dos agricultores à terra é mediado ou viabilizado pelas políticas de reforma agrária, sendo os mesmos, portanto, influenciados pelas orientações que são estabelecidas por estas políticas e seus modos de execução. Não menos relevante é considerar a heterogeneidade de formas com que essas políticas têm sido executadas nas diferentes regiões do Brasil.

Por outro lado, um possível ponto comum na realização da reforma agrária nas diferentes regiões do Brasil, é o fato de que a ida para o assentamento sinaliza, em muitos casos, para uma nova forma de inserção social dessas famílias assentadas, abrindo-se, com isso, novas oportunidades no que se refere ao seu papel político, econômico e social. Ou seja, essas famílias passam por um processo de (re)configuração de suas estratégias de vida, a partir de um balanço entre sua nova condição de vida e sua experiência anterior na prática de uma nova sociabilidade (Leite *et al.*, 2004). Essa nova sociabilidade inclui novas formas de relação e interação, tanto internamente, no âmbito comunitário, como externamente, na sua relação com o Estado e mercados, o que não significa dizer que nesse novo processo não passem por uma série de dificuldades, impasses e entraves estruturais.

¹⁵ Os PNRA são planos Nacionais que funcionam como instrumento para orientar a execução da reforma agrária no âmbito Nacional. Já o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA funciona como um instrumento de orientação para o desenvolvimento dos assentamentos em nível local.

¹⁶ Dados organizados pelo Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, relativos ao ano de 2011, contabilizaram a existência, em todo o Brasil, de cerca de 8.951 assentamentos rurais, implantados entre 1979 e 2011, com 1.045.069 família sem terra, em uma área de 83.366.844 ha (DATALUTA, 2012).

O caso do PA Francisco Julião não difere de forma significativa dos demais assentamentos no que tange à falta de infraestrutura. As estradas no interior do assentamento são bastante precárias e a presença do atravessador é uma constante nas relações comerciais estabelecidas no âmbito PA. Por outro lado, essa presença do atravessador nem sempre é vista como um problema, apesar das assimetrias na relação, em diversos casos o atravessador é o canal de comercialização mais importante no escoamento da produção ou da maior parte dela. Justamente por essa razão é importante a orientar a pesquisa segundo a perspectiva dos atores, pois, ao conhecer suas estratégias, evitamos incorrer numa análise parcial sobre as relações comerciais estabelecidas pelos assentados.

1.4 Os assentados do PA Francisco Julião como camponeses e agricultores familiares

Ao tratar das relações dos assentados da reforma agrária com os mercados, fazemos referência a uma agricultura familiar ou camponesa. Estas categorias de análise remetem a processos específicos de ordenamento da atividade produtiva, que têm como objetivo, para além dos ganhos econômicos, a manutenção e reprodução da unidade de produção familiar.

Partimos do pressuposto de que as práticas que estão envolvidas na reprodução econômica e social destes agricultores não são, necessariamente, orientadas por uma racionalidade de tipo empresarial, voltada para a obtenção de determinadas taxas de retorno financeiro conforme estabelecido pelas teorias econômicas neoclássicas. No caso da agricultura camponesa e familiar é possível verificar, em diversos momentos, a existência de conflitos entre uma lógica estritamente ligada à troca mercantil e um conjunto mais abrangente de valores, preocupações e necessidades que orientam esses atores (Sabourin, 2009) e que visam, além da renda, o bem estar e a qualidade de vida da família, a preservação e aperfeiçoamento de sua base de recursos e a busca por ampliar suas margens de autonomia e capacidade de escolha frente a uma série de fatores que condicionam sua reprodução social.

Compreendemos aqui que as ações e decisões dos agricultores pesquisados são fortemente influenciadas não apenas por lógicas de mercado, mas por suas trajetórias e perspectivas de vida e trabalho na terra. No entanto, quando nos referimos às trajetórias, devemos ser cuidadosos para não cair numa ‘tipificação ideal’ de agricultor, ou seja, de numa estereotipação desse sujeito. Principalmente quando tratamos de assentamentos de reforma agrária, o cuidado deve ser redobrado, pois o recrutamento das famílias feito pelos movimentos sociais e outras redes de relações se estende a diferentes públicos e espaços de vida. Os perfis sociais dos beneficiários da política de reforma agrária variam muito de uma área para outra, cabendo considerar que, a depender do contexto, muitas famílias podem não possuir uma trajetória de vida e/ou trabalho no meio rural antes de ir para o assentamento¹⁷. Além disso, os longos períodos que essas famílias passam acampadas a espera do assentamento os conduzem a diferentes formas de trabalho, obtenção de renda, hábitos de consumo e expectativas de vida.

Assim, buscamos aqui utilizar a literatura existente sobre agricultura camponesa e familiar como uma importante referência mobilizada nesse trabalho, tendo em mente, entretanto, essa significativa heterogeneidade, considerando ainda as especificidades dos assentamentos de reforma agrária. Fazemos aqui alusão à agricultura familiar e aos agricultores assentados, relacionando-os aos seus modos de produção, identificando-os, sem significativas distinções, como camponeses ou agricultores familiares, portadores, portanto de

¹⁷ Para mais informações sobre o assunto ver Medeiros (1999), Medeiros(2003) e Alentejano (2003). Para informações mais detalhadas sobre o recrutamento de famílias no PA Paz na Terra do município de Cardoso Moreira ver Martins (2008).

características que, com o passar do tempo, adquirem novas roupagens na (re)construção no ideário do camponês brasileiro.

Compreendemos, também, que as semelhanças existentes entre camponeses e agricultores familiares são, sem dúvida, muito maiores e mais significativas do que suas possíveis diferenças. Como observa Wanderley (2009), é possível identificar, entre as diferentes populações que hoje ocupam as áreas rurais brasileiras, um conjunto compartilhado de características ou traços comuns que compõem as diversas dimensões da existência camponesa, incluindo, formas de produção e organização de base familiar, estratégias de reprodução, luta e resistência que buscam garantir o acesso aos recursos produtivos e a manutenção da terra, dinâmicas específicas de interação com os mercados, as cidades, o ambiente e o mundo. Segundo a autora

“apesar das particularidades, que tendem a se fortalecer, uma vez que lutam pelo reconhecimento de suas identidades e seus direitos, o traço de união entre todas essas categorias parece ser sua condição de agricultores territoriais, pelo fato de que, de uma forma ou de outra, são grupos sociais que se constituem em função da referência ao patrimônio familiar e ao pertencimento à comunidade rural.” (WANDERLEY, 2009: p. 40).

Portanto, os agricultores assentados no Norte Fluminense e, em especial no PA Francisco Julião, encontram-se bastante identificados com a caracterização geral proposta por Wanderley (2009). Essa autora entende que entre “agricultores familiares e camponeses não existe nenhuma mutação radical que aponte para a emergência de uma nova classe social, ou um segmento de agricultores gerado pelo Estado ou pelo mercado.” (WANDERLEY, 2009: p. 40). Mesmo considerando que os assentados são público de uma política de reforma agrária guiada pelo Estado, entendemos que isso não os enquadra num segmento criado pelo Estado, visto que a reforma agrária consiste numa resposta do Estado às demandas históricas por acesso a terra desses grupos, e não o contrário. Este trabalho parte da ideia de que existe uma vinculação entre as relações que os assentados estabelecem com os mercados e as suas possibilidades de territorialização e de manutenção de suas relações com a terra. Buscamos explorar, ao longo de todo o trabalho, a forte vinculação existente entre o acesso a terra, a construção social dos mercados e os constantes desafios associados à permanência na terra.

Wanderley (2009) nos chama atenção ainda para um processo de aprimoramento nos estudos sobre o mundo rural, do conhecimento sobre o campesinato como categoria social, que tem como referência a pequena propriedade gerida pela família, considerando que:

“Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção de consumo, através do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc.” (WANDERLEY, 2009: p. 40).

As trajetórias e objetivos de vida dos assentados têm, nesse sentido, um peso explicativo importante na compreensão de como essas famílias organizam suas estratégias de reprodução familiar, que têm como uma dimensão importante, a relação com os mercados.

Wanderley (1996) também indica que o caráter familiar não pode ser visto como elemento meramente descritivo, tendo em vista que a articulação família-produção-trabalho influencia diretamente no modo como a família age econômica e socialmente. Porém, é importante observar as diferentes formas com que uma família pode se organizar para integrar sua estrutura produtiva. No PA Francisco Julião, por exemplo, na atual etapa de implantação do assentamento, alguns dos assentados trabalham sozinhos em seus lotes ou com apoio de parceiros ou diaristas, sem a presença da família no local do assentamento. O fato da família não estar diretamente integrada à estrutura família-produção-trabalho, no ambiente do lote, não significa, necessariamente, que essa família não possa operar como uma unidade de produção econômica e social. Isto é, a família pode participar de diversas formas, inclusive como âncora econômica obtendo renda fixa em algum serviço externo, agrícola ou não agrícola (Almeida, 1986). Além disso, outras fontes de renda, externas ou pluriativas, podem fazer parte do portfólio de opções para realizar investimentos produtivos (Schneider, 2003). O papel da família não se restringe à geração de renda externa, pois esta pode operar também como mão de obra esporádica e auxiliar ou na manutenção de diferentes redes de sociabilidade ou até mesmo de mercado fora da unidade produtiva (Almeida, 1986). O fato é que, nesses casos, os processos de decisão ainda estão no âmbito familiar, sendo influenciados da mesma forma que seriam nos casos onde a família participa de forma permanente das atividades produtivas. A própria noção de horizonte de gerações, mencionada por Wanderley (1996), encontra-se muito presente entre os agricultores assentados, que buscam no assentamento melhores condições de vida para as futuras gerações, como mostra Wanderley (1996):

“...as estratégias da família em relação à constituição do patrimônio fundiário, à alocação dos seus diversos membros no interior do estabelecimento, ou fora dele, a intensidade do trabalho, as associações informais entre parentes e vizinhos, etc, são fortemente orientadas por este objetivo a médio ou longo prazo, da sucessão entre gerações. Combinando os recursos que dispõe na unidade de produção com aqueles a que pode ter acesso fora do estabelecimento – em geral, atividades complementares, temporárias e intermitentes – a família define estratégias que visam, ao mesmo tempo, assegurar sua sobrevivência imediata e garantir a reprodução das gerações subsequentes.” (WANDERLEY, 1996: p. 5).

Sugerimos, aqui, que o modelo de agricultura que se reproduz no assentamento Francisco Julião não representa uma desagregação conceitual da agricultura familiar (Wanderley, 2009), mas aponta para a diversidade de estratégias de reprodução desse tipo de agricultura desenvolvidas, nesse caso específico, no contexto de um assentamento de reforma agrária.

1.5 A construção social dos mercados nos assentamentos de reforma agrária: contribuições da Nova Sociologia Econômica

Segundo Steiner (2006), a Nova Sociologia Econômica – NSE estrutura-se como um campo de conhecimento em finais dos anos de 1970, fortemente associada aos trabalhos de Mark Granovetter, entre outros autores, que se esforçavam em tensionar os pressupostos da economia neoclássica, partindo da premissa de que toda a ação é socialmente localizada e que nenhuma instituição social, inclusive o mercado, se afirma segundo axiomas teóricos, sendo sempre resultado de construções sociais. Nesse sentido, a sociologia econômica se apresenta

como um referencial teórico que busca conjugar aportes distintos para a compreensão dos fatos socioeconômicos.

“A sociologia econômica não pretende, obviamente, recusar categoricamente a teoria econômica; pretende, menos ainda considerá-la uma ciência definitiva, que não deixa dúvidas, dado que seus princípios explicativos são muito parciais para isso. A sociologia econômica busca seu caminho unindo análises sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação melhor para os fatos socioeconômicos do que a explicação fornecida pela teoria econômica.” (STEINER, 2006: p. 28).

Entendemos que a contribuição da NSE tem grande utilidade no estudo das interações que os agricultores estabelecem com os mercados nos assentamentos de reforma agrária. Para esse trabalho, a NSE traz importantes contribuições, pois ela nos fornece elementos relevantes capazes de conjugar aportes teóricos distintos para a compreensão das condições que esses agricultores efetivamente possuem, para se inserir nos mercados (Wilkinson, 2008). Para isso, é necessário partir de um referencial capaz de captar, em meio à heterogeneidade, o papel dos agricultores, de modo a tratá-los, não como uma categoria vazia, mas percebendo como recebem e processam as informações e, a partir destas, como conformam suas estratégias e constroem relações com os demais atores à sua volta, ainda que sob diferentes coerções (Ploeg & Long, 2011).

A seguir, buscaremos delimitar algumas ideias e conceitos utilizados ao longo do trabalho, a fim de sistematizar a contribuição da NSE, esclarecendo seus usos na construção desse trabalho. Cabe ressaltar, novamente, que o trabalho toma como preocupação central as possibilidades de atuação dos agricultores frente à sua limitada disponibilidade de recursos, em um contexto que reduz, consideravelmente, seu leque de opções. A combinação de estratégias diversas, algumas que geram maior grau de autonomia, e outras que resultam em margens mais estreitas de barganha, resultando em situações de maior sujeição por parte dos produtores, compõe esse portfólio de opções disponíveis aos assentados e não devem ser vistas de forma isolada, pois seu resultado final incide sobre o curso do desenvolvimento de cada uma das unidades produtivas.

Destacamos ainda, na literatura relacionada à Nova Sociologia Econômica, algumas ideias centrais que influenciaram a perspectiva adotada pelo trabalho em relação à construção social dos mercados: a imbricação social dos mercados, a noção de circuito mercantil e as discussões sobre o papel dos atores sociais na construção social dos mercados. Agregamos a isso uma breve discussão relativizando, em certa medida, a dicotomia entre circuitos longos e circuitos curtos de produção na construção de estratégias de inserção dos camponeses e agricultores familiares nos mercados de produtos agrícolas.

Atores, redes e circuitos mercantis: a imbricação social dos mercados

O recurso à noção de redes ou circuitos de comercialização pode auxiliar a compreensão da participação e interação dos atores com os mercados. Outro fator que pode trazer contribuições é a flexibilização de algumas compreensões acerca das ideias de circuitos curtos ou locais e longos.

Existem diversos elementos, que não se resumem a trocas monetárias, e que são fundamentais na conformação das relações que se estabelecem nos diferentes circuitos mercantis. Foi possível perceber, ao longo da pesquisa, uma série de valores que estão

embutidos nas práticas de mercados dos agricultores assentados: suas formas de organização e relacionamentos em redes, suas trajetórias pessoais e até mesmo o modo como sua atividade é percebida no âmbito cultural local. É relevante, portanto, não só a visão de mundo do agricultor, mas a percepção que os outros atores com os quais interagem têm de sua atividade. Nesse sentido, mais do que olhar para cadeias e fluxos de mercado, é preciso refletir sobre o modo como o agricultor se constrói como um agente nessas relações. Daí a importância de reconhecer as combinações de estratégias que são acionadas por esses agricultores em seu esforço por permanecer na terra, produzir e acessar diferentes mercados.

Existe uma vasta literatura acerca da participação da agricultura familiar em circuitos curtos e longos e, principalmente, sobre as vantagens para esses agricultores em participar em circuitos curtos e pequenos mercados (Leader, 2000; Maluf, 2004; Specht & Rückert, 2008). Os circuitos curtos buscam a diminuição do número de intermediários entre produtores e consumidores, valorizando os ativos territoriais e locais que se estabelecem entre o produtor e o consumidor, buscando manter as características intransferíveis da produção local (Leader, 2000). Não por acaso, a definição de circuito curto tem a ver também com a abrangência das redes sociais que ele busca articular, o que faz com que a capacidade de escoamento através desses canais se torne mais difícil quando se torna necessário buscar aumentos de escala, principalmente para aqueles produtos onde há menor valor agregado.

Ainda que haja certo consenso acerca das vantagens da valorização dos circuitos curtos e ou a estruturação de sistemas agroalimentares localizados, na venda direta e na valorização dos ativos territoriais (Specht & Rückert, 2008), considero importante enfatizar que essas noções não se aplicam de forma estanque, na complexa realidade apresentada nesse trabalho. Mais adiante, no capítulo IV, buscarei mostrar que esses circuitos curtos encontram-se, muitas vezes, fortemente imbricados com redes ou circuitos mais longos sem, no entanto, necessariamente, operarem significativas distinções de preço e qualidade.

Esses mercados, olhados em seu objetivo final, podem parecer extremamente simples, porém, guardam complexas relações e ações voltadas à busca de um equilíbrio interno à unidade de produção, através de combinações que visam potencializar certos ativos, frente a um grande universo de limitações impostas em grande medida por sua situação marginal. A conformação dos circuitos mercantis em operação no assentamento, no período em que realizamos a pesquisa, encontra-se diretamente ligada a alguns fatores fundamentais e bastante heterogêneos. Se por um lado há grande interferência do tipo de organização de mercado e das condições econômicas que determinam participação dos agricultores nesse ou naquele circuito, identificamos, por outro lado, a criação de uma série de estratégias que buscam driblar as barreiras existentes, visando aumentar o poder de barganha por parte dos agricultores nesses tipos de transações. Para compreender de maneira mais abrangente esses processos é preciso perceber os mercados a partir de sua construção social, sendo assim, compreender que este não se organiza unicamente de maneira racional e ordenada. Não há, nesse sentido, uma separação rígida entre os princípios da racionalidade do mercado e as racionalidades que informam estratégias e lógicas não mercantis (Long, 2007).

É significativa a crítica à visão do mercado, enquanto uma forma de gestão racional e impessoal da combinação entre oferta e demanda (Perez-Casarino, 2012; Abramovay, 2004). Como aponta Raud-Mattedi (2005), a ideia do mercado como um ente que possui vida própria é, em si, a-histórica, ou no mínimo reducionista:

“assim, a economia de mercado só existe e se mantém no quadro de uma sociedade que incentiva a busca racional do lucro e onde reina uma certa ética do trabalho. Nesse sentido, não se pode pensar que os interesses sejam os únicos elementos explicativos do comportamento do ator econômico e do funcionamento do mercado, pois os interesses precisam

dos valores para a formulação de seus objetivos e para a legitimação dos meios empregados para persegui-los.” (RAUD-MATTEDI, 2005: p. 132).

Se, por um lado, buscamos rejeitar a imagem de um mercado auto-regulando, por outro construímos ao longo da pesquisa um olhar que buscou valorizar os vínculos sociais subjacentes às relações mercantis estabelecidas pelos produtores assentados. Abramovay (2004) aponta para duas vertentes fundamentais típicas desse tipo de análise. Uma diz respeito à compreensão da interação social concreta entre os atores para a explicação dos mercados enquanto mecanismos de formação de preços. Ou seja, rejeita-se a ideia de equilíbrio no mercado a partir dos preços concorrentes, o que nos leva a desconstruir a noção de que a competitividade entre produtos e produtores esteja puramente baseada nas relações entre preços. A segunda mostra que a ação econômica não se dá a *priori*, mas emerge das formas e tipos de relação entre os atores. O foco principal que buscamos compreender é justamente o modo como se estabeleceram as interações que possibilitaram aos assentados acessarem mercados já existentes e construir novos mercados.

Para pensar a noção de mercados, seguindo a matriz da sociologia econômica, recusamos, como dito anteriormente, os fundamentos dos modelos de equilíbrio e de racionalidade que balizam a economia ortodoxa. Se na sociedade o capital é desigualmente distribuído, as trocas econômicas irão, necessariamente, refletir essas condições de assimetria (Souza, 2011), reforçando relações sociais que reproduzem essas condições de desigualdade. A assimetria na distribuição e no acesso à informação afeta também diretamente a tomada de decisões por parte dos produtores e, como mostram Barbosa *et al.* (2010), se reflete na precariedade das formulações e execução de contratos ou acordos que são estabelecidos nessas interações, pressionando a adesão a opções que não sejam compatíveis com a construção da autonomia e a ampliação do controle dos agricultores sobre sua base de recursos. Se tomarmos este estudo de caso como exemplo, por vezes, os próprios acordos firmados no momento da venda da produção são resultado dessa assimetria de informações e desigual distribuição de capital.

Buscando nos valer da abordagem da sociologia econômica para compreender como se desenvolvem as relações entre agricultores assentados e os diferentes circuitos mercantis, enfatizamos as interações sociais, na tentativa de superar o “imperialismo da economia” enquanto disciplina dominante nesse tipo de estudo (Wilkinson, 2002). Não menos relevante é notar como o tema da confiança, enquanto base estruturadora de redes e relações sociais, influência nas interações que se estabelecem no campo econômico. Nas análises de Bourdieu (2005), a confiança é apontada como elemento estruturador do capital social, e mais especificamente, nos trabalhos sobre comercialização de agricultores familiares de Abramovay (2009) e Cunha (2000), a confiança caracteriza um elemento central desses estudos. Tais reflexões encontram-se no cerne de nossa discussão e, veremos no Capítulo IV, na descrição dos canais de comercialização do assentamento, como se dá a estruturação das relações entre produtores e atravessadores.

Se com a NSE procuramos voltar o olhar da pesquisa para os fenômenos econômicos a partir de uma matriz que tenha suas bases, não nas estruturas nem funções, mas nos tecidos das relações sociais, a noção de imbricação torna-se, aqui, uma noção importante na compreensão das formas de interação dos agricultores com os diferentes mercados.

Tomando Granovetter (1985) como referência para este tipo de análise, o autor indica algumas vantagens em romper com as concepções sub ou supersocializadas da ação humana na sociologia e na economia, assinalando o primado das relações sociais, da estruturação da confiança e da formação das redes na compreensão dos fenômenos econômicos, entre eles o mercado, posto que, em sua concepção, a ação econômica é socialmente situada. Nesses

termos, os atores não se reduzem a marionetes culturais, o que permite valorizar e observar as estratégias desenvolvidas frente a um mercado compreendido como espaço de conflito. No entanto essa limitada capacidade de decisão dos atores não faz deles decisores estratégicos, capazes sempre de maximizar suas utilidades com vistas a um resultado econômico. A ação desses atores tem por finalidade mais do que objetivos econômicos podendo incorporar outros desejos e motivações, como sociabilidade, reconhecimento e poder.

Essa constatação remete à tese do enraizamento ou imbricação (*embeddedness*) de Granovetter, construída a partir de um modelo plural da ação social. Tal abordagem evita trilhar rumos que são comuns no argumento econômico tradicional, onde as relações sociais são lidas como epifenômenos do mercado (Granovetter, 1985). Steiner (2006) enfatiza que ao abordar fatos econômicos como fatos sociais, a nova sociologia econômica procura dar conta da dimensão social, sem perder de vista os comportamentos individuais, dirigindo, no entanto, uma forte crítica à teoria econômica do comportamento racional (*rational choice*), na qual os indivíduos se comportam puramente de maneira egoísta e maximizadora de interesses. Nesse sentido, é coerente valorizar o enfoque das redes sociais na nova Sociologia Econômica onde, segundo Wilkinson (2002):

“o homem, em maior ou menor grau, sempre elaborou os seus cálculos econômicos a partir de sua inserção em redes sociais. A natureza dessas redes sociais, portanto, e a posição do ator nessas redes deveriam ser os pontos de partida para a análise da vida econômica.” (WILKINSON, 2002: p. 9).

Como aponta Maluf (2004), da mesma forma que mercados e redes socioeconômicas se constituem a partir de formas sociais, as atividades produtivas também são “situadas”, ou seja, oriundas das relações sócio-físicas das quais provêm, possuindo, portanto um enraizamento físico e historicamente constituído e, no caso de assentamentos de reforma agrária, a própria dinâmica produtiva terá forte relação com a dinâmica existente no interior do assentamento. São, portanto, diversas as pressões e conjunturas que mobilizam esses atores, no entanto, as lógicas através das quais os agricultores mobilizam recursos e constroem suas relações com diferentes agentes, de forma a lidar com suas necessidades, são bastante diferenciadas, tendo em vista os perfis heterogêneos desses produtores.

Logo, trata-se também de observar diversos processos de microprodução da família e de ocupação e uso da unidade de produção doméstica (Almeida, 1986). Esses processos sofrem interferência de vários elementos que condicionam os graus de liberdade existente na organização interna da unidade produtiva e na sua relação com seu entorno. Um bom exemplo é a disponibilidade de uso da terra, fator que deve ser levado em conta considerando que nem todos os lotes apresentam a mesma capacidade de exploração, tanto do ponto de vista físico, como do ponto de vista das características sociais e econômicas de cada agricultor. A taxa de exploração do trabalho também é uma variável importante na capacidade dos agricultores utilizarem mão de obra em seu processo de produção, seja ela familiar ou contratada. Isso se relaciona com a composição familiar e a possibilidade de arregimentar ou contratar mão de obra. Há casos em que membros da família que não convivem na terra são recrutados apenas em períodos de safra. Observou-se ainda, no assentamento, a contratação de mão de obra, normalmente temporária, para o trabalho no lote. Como observa Almeida, “*unidades domésticas respondem com variações na intensidade, no ciclo e na divisão do trabalho, recrutando/expulsando membros na qualidade de parentes ou empregados, bem como com variação no consumo.*” (ALMEIDA, 1986: p. 13).

Assim, é indispensável considerar essas diferentes pressões a que estão submetidos os produtores e como estas influenciam, inibem ou estimulam a opção por determinadas estratégias, sejam elas políticas, pessoais, de mercados etc.

Outra abordagem que valoriza a noção de imbricação social é a perspectiva proposta por Zelizer (2009) que aponta criticamente para as noções de mercados autorregulados, qualificando-as, tal como Granovetter e Raudi-Mattedi, como modelos a-históricos e irrealistas, demonstrando a necessidade de examinar a estruturação e interações sociais nas relações de mercado (Comunello, 2010). Dentro de sua perspectiva também é importante para este trabalho à ideia de economia moral dos circuitos mercantis, como veremos na estruturação das relações entre agricultores e atravessadores, onde fatores econômicos interagem constantemente com outros fatores não econômicos, fazendo com que tais relações sejam perpassadas por critérios afetivos, mostrando que mesmo o mercado intermediado pelo dinheiro não expressa exclusivamente a relação entre objetos (Zelizer, 1989).

Nessa mesma linha a reflexão aqui desenvolvida, buscamos compreender o papel dos atores nas interações com os mercados. Sendo assim, consideramos importante enfatizar também questões tais como a construção dos mercados, os graus de agência sobre os mercados, as relações de empoderamento e desempoderamento, as articulações com as políticas e o poder público e até mesmo as condições ambientais onde ocorrem tais processos. Para isso, buscamos evitar o que Granovetter (1985) denomina de concepções subsocializadas ou supersocializadas, enfatizando tanto as interações sociais dos produtores e de suas relações com seu entorno como os processos de estruturação das redes de comercialização às quais se encontram vinculados.

Transpondo ainda outras ideias desenvolvidas por Granovetter (1973) sobre os laços que se estabelecem entre diferentes redes na construção social dos mercados, para o estudo das relações estabelecidas por agricultores familiares com os mercados de produtos agrícolas, podemos supor que certas dificuldades de inserção em alguns mercados por parte dos agricultores podem estar relacionadas aos tipos de configuração das redes sociais que compõem esses mercados mais amplos. Ploeg (2011) já indicava que a arquitetura e as dinâmicas de funcionamento dessas redes, quando ligadas primordialmente aos modos empresariais de produção, podem fomentar de diferentes maneiras a exclusão constante dos produtores familiares ou, pelo menos, de algumas categorias de agricultores familiares. Mais do que isso, a participação desses agricultores passa a se dar, normalmente, através de outras vias, comumente intermediadas por agentes de mercado que possuem livre circulação no interior dessas redes, como, por exemplo, os atravessadores. Assim, os produtores assentados recebem pela comercialização de sua produção valores que estão normalmente abaixo do que poderiam receber caso tivessem maior autonomia sobre a circulação de seus produtos nos circuitos mercantis¹⁸. Verifica-se, ao mesmo tempo, nas estratégias dos agricultores, não uma dicotomia entre circuitos curtos (ou mercados locais) onde há maior controle por parte dos agricultores e os circuitos longos de produção controlados em grande medida pelos atravessadores. Dentro de suas possibilidades, os agricultores buscam compor suas estratégias conforme sua capacidade de circulação nessas diferentes redes.

Não existe no assentamento um único mercado local movido por uma única racionalidade, passível de ser compreendida através das relações entre oferta e demanda. O que existe é um entrelaçamento entre diferentes redes e mercados, em função das conexões que a região estabelece com mercados mais amplos. Nesse sentido, espaços que poderiam ser ocupados pela produção local acabam sendo ocupados por produtos vindos de fora da região,

¹⁸ A pesquisa demonstrou que há um grau de insatisfação dos produtores com os preços recebidos pelos seus produtos, principalmente nos mercados onde possuem menor ou nenhuma autonomia sobre a definição dos preços. As diferenças entre preços pagos pelo atravessador e preços obtidos na venda direta da produção chegam a ser, em alguns casos, maiores do que 60%.

ou mesmo por produtos da região que acabem circulando em uma lógica que não é local, mas que é dada por dinâmicas que operam em circuitos de mercado de maior alcance.

Uma constatação que pode tornar mais clara a influência das redes na organização dos mercados é, como indica Wilkinson (2002), o fato de que não há, necessariamente, uma combinação impessoal entre a oferta e a demanda em determinados mercados. No caso do mercado agrícola no Norte Fluminense, também é perceptível a ausência de conexão direta como regra entre demanda e oferta de produtos agrícolas em nível local, em função das conexões que essa região estabelece com circuitos nacionais e globais de produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas. Um bom exemplo desta desconexão é a capacidade de oferta de hortaliças por parte dos agricultores da região, visto que cerca de 80% dos produtos comercializados no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes são provenientes de outras regiões. Já a produção de abacaxi dos assentamentos é distribuída em grande medida por intermediários em mercados distantes (Ferreira & Pedlowski, 2010). Isso pode indicar uma certa forma de isolamento das redes destes agricultores em relação aos mercados locais. Mais do que isso, muitas vezes esses agricultores não conseguem se inserir ou ampliar sua capacidade de trânsito nessas redes. O agricultor, como agente econômico, acaba tendo dificuldades de fazer a articulação entre esses vários circuitos, ficando a mercê de outros agentes econômicos. Isso não implica na ausência de circulação desses agricultores nessas redes, no entanto, normalmente seus acessos são mais restritos naqueles mercados que envolvem escalas maiores de comercialização ou produtos com maior valor agregado. A possibilidade de haver dificuldades em transitar entre diversas redes visando, inclusive, acessar mercados locais, pode resultar em opções mais restritas de acesso a mercados.

Ao nos referenciarmos no trabalho de Granovetter, podemos inferir que as possíveis dificuldades de produtores familiares transitarem entre as principais redes de mercados, podem resultar em maiores danos à participação dos produtores, não em um canal específico, mas em uma série de redes mais amplas de comercialização, uma vez que o atravessador pode se constituir como um laço fraco, que faz a ligação entre o contexto local e um universo mais amplo de relações mercantis. Nas palavras de Granovetter: “*the contention here is the removal of the average weak tie would do more "damage" to transmission probabilities than would that of the average strong one*” (GRANOVETTER, 1973: p. 8). Nesses termos, ainda que o fortalecimento das redes locais, o que Granovetter denomina “laços fortes”, seja bastante importante para o estabelecimento desses agricultores, ele pode não ser suficiente para garantir margens de manobra mais amplas. No caso de uma parcela dos nossos entrevistados, que investem na produção de determinados produtos em maior escala (roças implantadas por dois ou três produtores) visando compor estratégias de conexão com esses circuitos mais longos, estes têm encontrado sucessivos obstáculos em suas tentativas de inserção nesses circuitos mais amplos. É possível que tal dificuldade ocorra em função dos limitados “laços fracos” aqui entendidos como pontes que viabilizam a participação em mercados já estruturados.

É importante frisar que nem todos os mercados já estruturados são profícuos para estes produtores, como observado anteriormente. A possibilidade da construção e busca de novos mercados, adequados ao seu modo de produção, é bastante pertinente, mas também se faz importante expandir a participação direta dos agricultores em mercados já estruturados, nos quais sua inserção ainda ocorre, muitas vezes, de forma intermediada. Diferentes esforços podem ser identificados na combinação e na conexão de estratégias diversas para a ampliação dessas margens de manobra. Crescentes esforços podem ser identificados nesses aspectos, como a diversificação da produção, distintas formas de agregar valor ao produto final, a priorização do acesso direto a circuitos locais de mercados, o rastreamento da produção, a opção por vínculos produtivos baseados na complementaridade, a formação de mercados baseado na confiança, na aproximação entre produção e consumo entre outras (Maluf, 2004).

Outro fator que tem demonstrado forte peso na articulação entre diferentes estratégias é a combinação de distintas fontes de renda através da pluriatividade. Mesmo sabendo que o foco deste trabalho não consiste em compreender a formação da renda no interior do lote, a pluriatividade, para além da arrecadação de renda que pode ser investida em fins produtivos e/ou infraestrutura, pode ser também bastante importante no estabelecimento de novas redes de sociabilidade, que podem contribuir para o desenvolvimento dos laços fracos e/ou agregando novos ativos a essas redes, ampliando as capacidades estratégicas desses agricultores.

A estrutura e a ação surgem, portanto, como aspectos inseparáveis na conformação das racionalidades que informam as práticas dos produtores. Não há uma rígida separação entre os princípios da racionalidade mercantil e princípios inerentes outras formas de racionalidades, pois a realidade se apresenta de maneira mais complexa, sendo a distinção feita por razões heurísticas (Long, 2007). Nesses termos, o desafio teórico e metodológico consiste em captar a partir da multiplicidade dos valores sociais, de que forma os valores mercantis, em oposição a outros tipos de valores, são fundamentais para a compreensão e definição das relações sociais (Long, 2007). Ou ainda, na perspectiva de Bourdieu (2005), compreender os processos decisórios a partir de uma noção de sujeito econômico que,

“(…)não tem nada de pura consciência sem passado da teoria, que a decisão econômica não é a de um agente econômico isolado, mas a de um coletivo, grupo, família ou empresa, funcionando à maneira de um campo. No mais, além de serem profundamente enraizadas no passado, sob a forma de disposições ou de rotinas, através da história incorporada dos agentes responsáveis por elas, as estratégias econômicas são, na maioria das vezes, integradas num sistema complexo de reprodução, estando, portanto, plenas da história de tudo ao que visam perpetuar.” (BOURDIEU, 2005: p. 18).

Ao olharmos para nosso estudo de caso, que busca levar em consideração as pressões estruturais, as trajetórias sociais, as experiências de vida e as estratégias dos agricultores na relação com os mercados, fica mais claro como estes processos encontram-se profundamente imbricados e se refletem mutuamente. É importante lembrar que esses espaços de ação não se caracterizam somente por capacidades individuais dos atores, que são constantemente marginalizados e estereotipados e muitas vezes confrontados com o tipo ideal de um “agricultor empreendedor”. Buscando me apropriar de uma ideia apresentada por Souza (2009), cabe aqui uma rápida crítica a perspectiva que opõe sucesso individual ao agricultor do “tipo” empreendedor ou “fracasso” individual daqueles que não conseguem se inserir ou obter ganhos monetários em determinados mercados, tendo em vista ainda que maximizar os ganhos monetários para a acumulação não é, necessariamente, o objetivo final de todos os produtores. Esse enfoque busca escapar das análises que estão centradas apenas nos componentes econômicos, rejeita uma visão estruturalista fatalista que atribui por antecipação um determinado lugar aos atores sociais, mas é cuidadoso ao discutir os graus de autonomia existentes na construção e ampliação de espaços de manobra. Assim, o que entendemos por espaço de ação, mantém forte relação com a visão de Long de que a análise deve considerar *“cómo los actores adquieren y sostienen formas apropiadas de capacidad y erudición para realizar sus acciones sociales, y cómo enrolan a los otros en los proyectos que desarrollan.”* (LONG, 2007: p. 216).

As estruturas e as instituições, por sua vez, também penetram no plano das ideias, para além da noção de infraestrutura, por isso a noção de mercado encontra-se no foco das discussões, mesmo quando priorizamos a perspectiva dos atores. Parece evidente, a princípio,

mas consideramos importante destacar que a estrutura está presente nas imagens e ideias que se cristalizam no comportamento dos produtores (Long, 2007). A estrutura que pressiona os agricultores está, portanto, em toda parte, inclusive em parte de suas decisões. O comportamento aparentemente paradoxal mostra como esta opera também no plano das ideias, confundindo-se com valores e práticas sociais historicamente sedimentadas, de modo a induzir algumas explicações e tomadas de decisão a partir de uma noção de mercado auto-suficiente.

Em nosso estudo de caso, podemos identificar, como exemplo das pressões que pesam sobre as estratégias definidas pelos produtores, a crescente externalização dos custos da atividade produtiva, onde as indústrias produtoras de insumos, sementes, maquinário e biotecnologias, bem como diferentes agentes ligados ao mercado financeiro, passam a se estruturar como uma rede de agentes que influencia os modos de produção desses agricultores, tornando-os cada vez mais dependentes dos diferentes mercados externos, reduzindo seu leque de opções e sua capacidade de gestão das relações que os mesmos estabelecem com os diferentes circuitos mercantis (Goodman; Sorj; Wilkinson, 1990).

Logo, se, por um lado, sua consolidação enquanto agricultores familiares têm, na maioria das vezes, características distintas dos modos de produção típicos da agricultura empresarial, por outro sofrem constantes pressões relacionadas à ampliação de sua escala de produção, à dependência em relação ao uso de insumos externos e à adesão a diferentes mercados (de insumos, de mão de obra, de máquinas, de escoamento da produção agrícola) para garantirem sua reprodução. Em nosso caso, a pressão exercida sobre esses agricultores não chega ao ponto de gerar grandes dependências como aquelas relacionadas às sementes transgênicas, também devido ao seu alto custo. Porém, por produzirem continuamente em solos muitas vezes desgastados, frequentemente estes investem em adubação química e em outros casos o manejo de algumas culturas é feito por meio do uso de agrotóxicos. Isso acaba por reforçar uma situação em que os agricultores se tornam mais dependentes de um mercado de insumos intermediado pelo dinheiro, fator escasso no assentamento. Os recursos investidos nas lavouras são obtidos por conta própria e, quanto maiores os gastos com investimentos externos, maiores às dificuldades de se investir na produção e maior se torna a dependência em relação outros atores. Essa dependência também se reproduz na ausência de condições de investimento por conta própria na lavoura. Nesse caso, quando terceiros investem na lavoura dos assentados, ou os investimentos ficam para serem pagos após a safra, com frequência os riscos ficam por conta do produtor e, em caso de perda da produção, seja na lavoura, seja por falta de escoamento, a existência de um ciclo de endividamento acaba perpetuando uma relação de dependência desse agricultor com diferentes agentes.

Nesses termos, ao debatermos as interações que se estabelecem entre agricultores assentados e diferentes agentes de mercado, tratamos de um grupo que se relaciona de forma dinâmica e complexa através da combinação de diferentes redes sociais e estratégias de reprodução, diante de um contexto econômico, social e ambiental¹⁹ marcadamente instável. Ao passo que a reprodução social e produtiva se dá, cada vez mais, intermediada por um mercado monetário, é preciso garantir, de alguma forma, um fluxo de renda constante. Sendo assim, a combinação entre fluxos de renda constantes e/ou a garantia de um maior grau de autonomia e capacidade de decisão na participação nos circuitos mercantis, são elementos-chave no fortalecimento das estratégias de reprodução econômica e social desses agricultores assentados. Trata-se, portanto, de um complexo debate onde são alvo da discussão estratégias de reprodução social implementadas por uma categoria profundamente heterogênea em

¹⁹ A instabilidade no âmbito ambiental é fundamental para a compreensão das relações sociais e econômicas no assentamento. É preciso reiterar que diversos lotes do PA atravessam um período de alagamento ao longo do ano afetando mais ainda a reprodução baseada nos ciclos produtivos.

unidades produtivas marcadas por profundas limitações de recursos e diferentes tensões, que vão desde a pressão especulativa da terra às disputas internas comunitárias.

Finalmente e não menos importante, é enfatizar o desafio da necessidade de se pensar em relações de mercados próprias da agricultura familiar e para a agricultura familiar. Esse aspecto é de fundamental importância para evitar qualquer tipo de confusão entre demandas de um mercado estruturado exclusivamente para o lucro, baseado num tipo de racionalidade econômica e num determinado modelo de produção, em contraposição a um modo de produção que priorize a manutenção dos recursos ambientais e tenha sua base sustentável atrelada ao patrimônio familiar, que toma sua principal forma na construção e garantia de reprodução como base estratégica para o desenvolvimento de uma unidade de produção e consumo (Malagodi, 2004). Ou seja, um dos principais desafios talvez seja o acesso aos mercados baseados na consolidação de um modelo capaz de articular sustentabilidade ambiental e a reprodução social da família baseados na garantia e manutenção da propriedade da terra.

Como aponta Maluf (2004) a variedade das opções e possibilidades de inserção em mercados é proporcional e relacionada à disponibilidade de recursos que podem ser combinados nos processos produtivos das unidades familiares. As possibilidades são diversas, no entanto, as estratégias não se resumem à troca de produtos na forma de mercadoria por dinheiro. As trocas de produtos no interior do assentamento e comunidades vizinhas, a produção destinada ao consumo familiar e à alimentação de criações, o beneficiamento de produtos *in natura* para agregação de valor, a entrada em nichos de mercados artesanais diferenciados, as trocas de serviços entre agricultores, entre outras iniciativas, podem compor um papel estratégico na reprodução familiar e na formação de redes que se direcionem aos mercados. É importante compreender, portanto, os limites e possibilidades dessas redes na busca de uma valorização da produção familiar nos assentamentos, de forma a tornar viável a reprodução destas famílias e fazer do programa de reforma agrária uma política massiva de combate à pobreza e distribuição de riquezas. Nesse sentido, conhecer o *modus operandi* desses agricultores é também primordial para o desenho de políticas públicas adequadas à sua condição enquanto produtor.

CAPÍTULO II

Especulação, concentração e violência. Um esboço do cenário da reforma agrária no Rio de Janeiro e na região Norte Fluminense

Este segundo capítulo tem por objetivo situar a pesquisa no contexto da reforma agrária e no espaço da região Norte Fluminense. Inicialmente, apresentamos alguns dados sobre a região em estudo, organizando um breve histórico da trajetória de desenvolvimento regional e da questão agrária no Norte Fluminense, considerando a luta pela terra e a criação dos assentamentos. Posteriormente discutimos os desafios da reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro, especialmente na região Norte. Veremos com clareza, nessa seção, que a realização da reforma agrária enfrenta desafios significativos, principalmente num estado onde a especulação imobiliária avança de forma abrupta e a agricultura é constantemente relegada ao segundo plano pela ação pública. Abro aqui um parêntese para comentar o avanço dos conflitos no campo no Rio de Janeiro. Não é por acaso que a violência associada aos conflitos de terra venha atingindo níveis alarmantes e, segundo dados do relatório do ano de 2012 “*Conflitos no Campo no Brasil*” da Comissão Pastoral da Terra - CPT, o estado do Rio de Janeiro foi o terceiro colocado no Brasil em número de assassinatos ligados a disputas pela terra, ficando atrás apenas do estado de Roraima e do Pará (CPT, 2013). Somente nos primeiros meses de 2013 foram registrados mais dois assassinatos de lideranças ligadas a movimentos de luta pela terra, no município de Campos dos Goytacazes, mas o relatório completo de todo o estado no ano de 2013 ainda não foi divulgado pela CPT. Os dados indicam, ainda, que no Brasil, entre 2000 e 2012, foram registrados 458 assassinatos por conta de conflitos agrários (CPT, 2013). A potencialidade da atividade agrícola nos assentamentos de reforma agrária e dos agricultores familiares no estado pode nos mostrar um novo caminho, menos violento, mais justo e equânime, do que aquele que seguimos hoje.

Por fim, faço uma breve apresentação dos três assentamentos implantados no município de Cardoso Moreira, buscando resgatar os caminhos e percalços enfrentados pelos assentados na implantação desses PAs, com destaque para o PA Francisco Julião, objeto do presente estudo de caso.

2.1 Desenvolvimento e Agricultura no Norte Fluminense

A região Norte Fluminense, segundo a divisão estabelecida pelo IBGE, é uma das seis mesorregiões²⁰ do Estado do Rio de Janeiro, sendo composta por nove municípios. Possui, segundo o Censo Demográfico de 2010, uma população de total de 836.915 habitantes, ocupando uma área equivalente a 9.745,40 km², 22,25% da área total do Estado. O clima regional é quente e úmido, e o relevo apresenta grandes áreas de baixadas com temperaturas médias entre 18,7°C e 27,7°C. A distribuição de chuvas é bastante irregular, estando concentrada principalmente nos meses de outubro a janeiro, sendo as precipitações menos frequentes nas áreas de planície onde os solos são mais férteis (Carvalho & Totti, 2006).

²⁰ Há diferenças entre a divisão de mesorregiões do Estado estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e a divisão utilizada pela Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, no entanto essas diferenças não alteram a configuração de municípios do Norte Fluminense.

O Norte Fluminense, historicamente, apresenta uma contribuição significativa para a economia do Estado do Rio de Janeiro, inicialmente devido às atividades agrícolas, principalmente com o desenvolvimento do setor canavieiro e, a partir de meados dos anos 1980, em função da exploração de petróleo e gás natural, principais fatores de crescimento do PIB do Estado. Com essas mudanças no foco do desenvolvimento dos municípios do interior do Estado, guiadas pela mecanização da agricultura (em algumas regiões) e, essencialmente, pela expansão das atividades extrativas, houve uma redução da população rural permanente que se reproduzia por meio de atividades agrícolas, resultando num crescimento do setor informal e aumento da migração dessa população (CEPERJ, 2013)²¹. Essa constatação fica patente ao observarmos a tabela da distribuição da população rural e urbana dos municípios do Norte Fluminense (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição da população rural e urbana dos municípios da Região Norte Fluminense 2010.

Município	População Rural / (%)	População Urbana	População Total	Área (km ²)
Campos dos Goytacazes	45.006 (9,7%)	418.725	463.731	4026,7
Carapebus	2.817 (21%)	10.542	13.359	308,1
Cardoso Moreira	3.843 (30,5%)	8.757	12.600	524,6
Conceição de Macabú	2.874 (13,5%)	18.337	21.211	347,3
Macaé	3.869 (1,9%)	202.859	206.728	1216,8
Quissamã	7.246 (35,8%)	12.996	20.242	712,9
São Fidélis	7.864 (20,9%)	29.679	37.543	1031,6
São Francisco de Itabapoana	20.264 (49%)	21.095	41.359	1122,4
São João da Barra	7.054 (21,5%)	25.693	32.747	455

Fonte: IBGE: Censo, 2010.

É perceptível o desequilíbrio entre população rural e urbana na região, principalmente nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, onde o setor de petróleo e gás tem atuação mais expressiva. Com exceção do município de São Francisco do Itabapoana, onde existe maior equilíbrio na distribuição populacional, os demais municípios apresentam essa tendência à urbanização, que ocorre de forma bastante desigual, gerando grandes bolsões de pobreza nas cidades. Cardoso Moreira, por sua vez, ainda apresenta uma taxa significativa de habitantes residentes no meio rural, tornando ainda mais significativa a presença dos assentamentos que, segundo técnicos da EMATER local, respondem por boa parte da produção agrícola de grãos e hortigranjeiros no município.

Nas últimas décadas, principalmente a partir de 1930, a região Norte Fluminense esteve tradicionalmente ligada à economia canavieira, porém, com o declínio da produção de cana-de-açúcar e a emergência de novas atividades econômicas entre as décadas de 1980 e 1990, houve uma mudança no perfil da arrecadação regional, diminuindo a importância do

²¹Ver: http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html. Acessado em 10/08/2013

setor agrícola e assumindo destaque a exploração de petróleo e gás natural. Observa-se, como desdobramento desse processo, um intenso crescimento da população urbana na região.

Até meados da década de 1980, Campos dos Goytacazes era referência regional de uma economia altamente atrelada à monocultura canavieira e à pecuária, com alta concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, além de índices de produtividade bastante baixos em relação aos valores nacionais (Ervas, 2003). As taxas de crescimento da região entre as décadas de 1940 a 1970 foram de 37%, sendo que posteriormente, entre 1970 e 2000, essa taxa atinge um crescimento de 48% (Alentejano, 2003). Esse crescimento econômico carregou consigo uma urbanização sem planejamento, a contínua expulsão dos trabalhadores rurais do campo e a manutenção de elevados índices de concentração de terra. Além disso, não houve uma incorporação de boa parte dos trabalhadores rurais à economia do petróleo e gás, fazendo com que os mesmos passassem a engrossar as periferias das cidades da região em busca de trabalho, em geral, precarizado, nos setores informais da economia urbana.

O desenvolvimento da agricultura no estado do Rio de Janeiro espelha também um declínio das atividades agrícolas. Segundo dados extraídos dos Censos Agropecuários, entre 1975 e 2006, podemos verificar tanto uma redução do número de estabelecimentos agrícolas como do pessoal ocupado na agricultura (Quadro 1). Mesmo assim, a cana-de-açúcar continua a ser o produto agrícola de maior importância econômica para a região Norte Fluminense (Tabela 2), persiste hoje, no entanto, o quadro de estagnação da produção da cana-de-açúcar na região, com apenas duas usinas²² em pleno funcionamento, apesar da retomada de algumas políticas públicas mais tímidas²³ de incentivo ao setor sucroalcooleiro.

Quadro 1. Estabelecimentos agrícolas, pessoal ocupado e área dedicada à agricultura segundo os Censos Agropecuários de 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006

Dados estruturais	Censos				
	1975	1980	1985	1995/1996	2006
Nº Estabelecimentos	76.235	77.617	91.280	53.680	58.887
Área (ha)	3.446.176	3.181.385	2.264.149	2.416.305	2.629.365
Pessoal Ocupado	278.564	301.688	321.912	174.274	157.492

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006.

Os dados do Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA de 2010 da EMATER, apresentados na Tabela 2, abaixo, fornecem um panorama da situação da agricultura no Estado. Esses dados são bastante imprecisos e subestimados no que tange à quantidade de produção e a área colhida, permitindo apenas uma avaliação muito superficial dos resultados alcançados considerando os principais produtos.

²² Usina Cana-Brava em São Francisco de Itabapoana e COAGRO, em Campos dos Goytacazes.

²³ Os incentivos do Governo do Estado são firmados através de convênios com bancos e via redução do ICMS e podem ser consideradas políticas tímidas de investimento, se comparados aos recursos investidos no setor no auge de história na região. com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. A extinção o IAA em 1990, coincide com a retirada de diversos subsídios do Pró-álcool.

Tabela 2. Principais produtos agrícolas colhidos na região Norte Fluminense e no município de Cardoso Moreira no ano de 2010.

Produto	Total Norte Fluminense (Kg)	Cardoso Moreira (Kg)
Abacaxi colhido	50122000	-
Abóbora colhida	5630000	730000
Aipim colhido	83956100	-
Banana colhida	19659000	67000
Cana-de-açúcar colhida	4990500000	219000000
Coco Verde colhido	59354000	500000
Mandioca colhida	49490000	2880000
Maracujá colhido	651000	-
Milho Verde colhido	281000	50000
Quiabo colhido		54000

Fonte: ASPA – EMATER, 2010.

Como é possível observar na Tabela 2, a cana-de-açúcar, mesmo em declínio, continua respondendo por uma parcela significativa da produção colhida na região. Esse fenômeno pode ser explicado, por duas possíveis razões. Primeiramente porque a cana-de-açúcar, mesmo em declínio, ainda é uma importante lavoura produzida na região, em função de toda uma trajetória de investimentos privados e estatais nessa cultura. É possível, entretanto, que a discrepância em relação aos demais produtos ocorra, em grande medida, em função das dificuldades enfrentadas pelos órgãos oficiais no sentido de contabilizar a produção dos demais produtos, o que seria mais fácil no caso da cana cuja produção é bastante concentrada.

Outro setor que vem recebendo incentivos do Estado na região é o da fruticultura²⁴, mas este ainda se encontra, segundo alguns autores, muito aquém de seu potencial produtivo (Simões & Souza, 2009). Segundo dados o Governo do Estado do Rio de Janeiro, desde o ano 2000, o Programa Frutificar incorporou, em todo o Estado, cinco mil hectares²⁵ de fruticultura irrigada, visando à implantação de culturas como abacaxi, banana, caju, laranja, limão, tangerina, coco verde, goiaba, manga, maracujá, pêssago e uva, um investimento ainda tímido para uma política com 13 anos de vigência.

O reflexo desses processos, no quadro geral da região, traduz-se no baixo estímulo à produção de base agricultura familiar no contexto geral da produção agrícola do Norte Fluminense. Nas últimas décadas, a priorização de outros setores econômicos - que não a agricultura - mais dependentes de mão de obra especializada, somada à má distribuição e aplicação dos royalties oriundos da exploração do petróleo e gás²⁶, tem resultado em um desenvolvimento bastante desigual e desequilibrado dos municípios. Esse desequilíbrio se manifesta na distribuição do PIB a preços correntes e do PIB per capita, nos municípios da região Norte Fluminense, conforme apresentado na Tabela 3, a seguir.

²⁴ O Frutificar, programa de incentivo à fruticultura, foi criado no ano de 2000 e visa a correção das desigualdades regionais, o aumento da produção e produtividade de frutas no Estado do Rio de Janeiro, permitindo o acesso a novas variedades e o aporte de modernas tecnologias, através de linha de crédito específica para financiamento de projetos de fruticultura irrigada. Ver: <http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=167019>. Acesso: julho de 2013.

²⁵ Foram implantados 5000 hectares de fruticultura irrigada por meio dessa política em todo o Estado, o que não significa que esses mesmos 5000 hectares continuem produzindo até o presente momento.

²⁶ Os Royalties da extração de petróleo e gás são recursos pagos na forma de compensação financeira aos municípios e Estados que são afetadas pela exploração de recursos minerais.

Tabela 3. PIB a preços correntes e PIB per capita dos municípios do Norte Fluminense

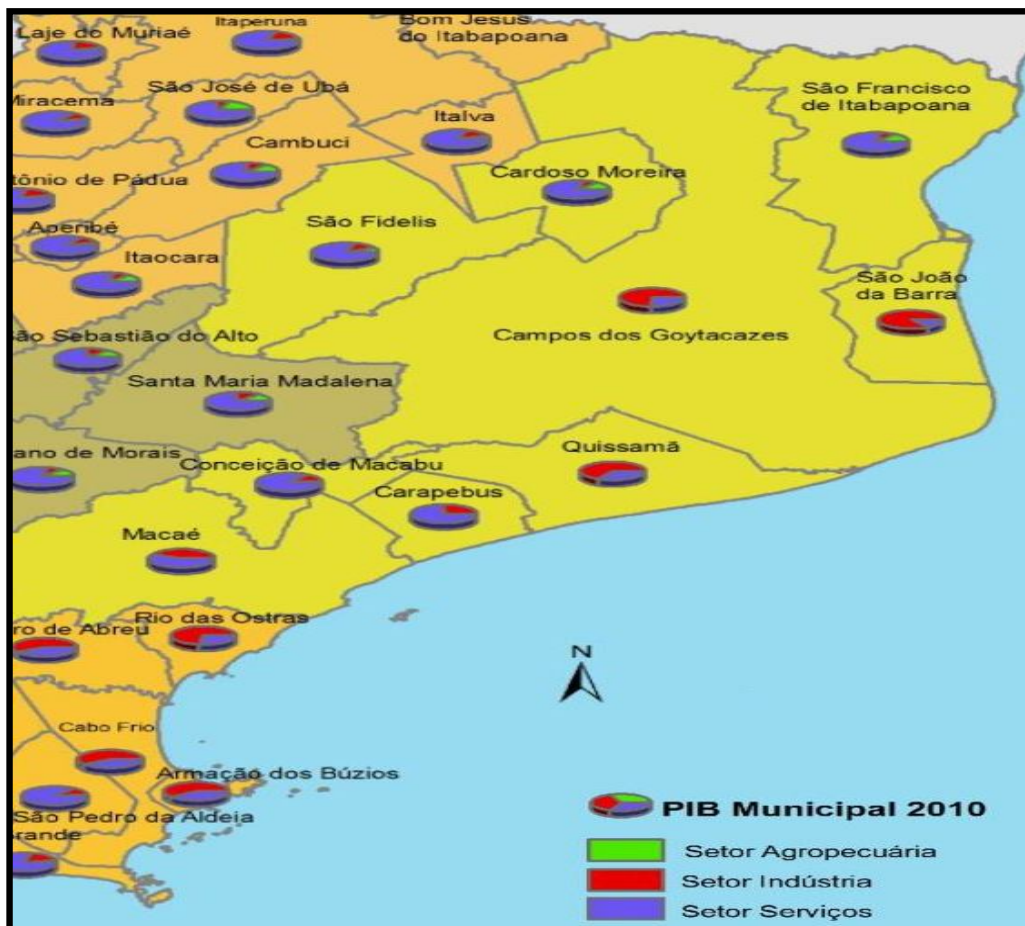
Município	PIB a preços correntes	PIB per capita
Campos dos Goytacazes	R\$ 25.131.179,00	R\$ 54.607,81
Carapebus	R\$ 1.119.357,00	R\$ 83.859,53
Cardoso Moreira	R\$ 119.598,00	R\$ 9.537,31
Conceição de Macabú	R\$ 185.020,00	R\$8.727,37
Macaé	R\$11.267.976,00	R\$54.501,02
Quissamã	R\$ 3.112.919,00	R\$153.769,95
São Fidélis	R\$ 427.819,00	11.392,40
São Francisco de Itabapoana	R\$ 616.362,00	R\$14.903,46
São João da Barra	R\$ 3.484.707,00	R\$ 106.348,05

Fonte: IBGE, 2010.

Além de gerar uma distribuição desigual da riqueza entre os municípios, a arrecadação dos royalties não significa melhoria na qualidade de vida e acesso à renda da população nas unidades federativa que recebem esses recursos. Campos dos Goytacazes e Macaé são as cidades que possuem a maior arrecadação proveniente dos royalties e, ainda assim, Campos possui um dos piores índices de educação básica do Estado, segundo o IDEB²⁷. Macaé, por sua vez, já registrou os mais altos índices de violência urbana da região. Constatase, além disso, um forte desequilíbrio na distribuição do PIB por setor. A participação do setor agropecuário no PIB geral dos setores ganha maior expressão, no contexto da região, somente nos municípios de Cardoso Moreira e São Francisco do Itabapoana (Figura 2).

²⁷ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Figura 2. Distribuição do PIB por setor nos municípios da Região Norte Fluminense no ano de 2010.



Fonte: CEPERJ, 2010.

No contexto geral do Estado do Rio de Janeiro, a agricultura possui uma expressão econômica até certo ponto reduzida, representando 0,4% do Valor Adicionado do PIB do Estado (CEPERJ, 2010). De acordo com Alentejano (2003), há um predomínio absoluto da pecuária, pois em todas as regiões do Estado a maior parte das áreas se destina a tal atividade. Se observarmos os dados referentes ao número de estabelecimentos segundo grupos de atividade, além da pecuária, podemos notar certa expressão das lavouras temporárias do Norte Fluminense, o que muito se deve à presença da atividade canavieira na região (Tabela 4).

Tabela 4. Número de estabelecimentos agrícolas segundo grupos de atividade no ano de 1995/1996.

Grupo de atividade	Norte Fluminense	Total Estado
Lavoura Temporária	193.876	337.889
Horticultura	1.519	58.356
Lavoura Permanente	13.577	132.838
Pecuária	375.949	1.448.773
Produção Mista	78.102	346.009
Silvicultura	163	24.465
Pesca/Aquicultura	7	2870
Carvão Vegetal	0	5.082,5
Total	663.193	2.356.282,5
%	28,14%	71,85%

Fonte: Alentejano, 2003.

No entanto, podemos constatar que há potencial regional para a expansão de atividades ligadas a uma produção mais diversificada, à horticultura, lavouras permanentes e até mesmo conversão da atividade canavieira para outros tipos de culturas que tragam maiores retornos econômicos em mercados mais adequados à agricultura familiar²⁸. Por certo, a produção de cana-de-açúcar, ainda que represente uma âncora econômica em diversos assentamentos da região, consegue ocupar essa posição mais por possuir um mercado certo, do que por pelo valor agregado na comercialização. Além disso, a cana-de-açúcar, depois de plantada, requer cuidados menos intensivos, permitindo que o agricultor mantenha outras fontes de renda externas à agricultura. Vale lembrar que esse circuito tem se reduzido cada vez mais e, que, muitas vezes, os agricultores familiares envolvidos na produção de cana, passam grandes períodos aguardando o pagamento da safra vendida. Em algumas áreas, notadamente no PA Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, há em andamento uma conversão significativa de grandes cultivos de cana-de-açúcar para grandes cultivos de abacaxi.

É importante considerar, no entanto, o potencial existente para a expansão de novas formas de agricultura. Ainda que as formas mais perceptíveis de conversão, desencadeadas pela crise da lavoura canavieira, estejam ligadas às grandes monoculturas, um olhar mais atento dá conta de observar a expansão e diversificação da produção regional, sendo que a produção de abacaxi não ocupa proporções significativas das áreas de cana-de-açúcar desativadas nos assentamentos. Esse potencial de expansão fica patente ao observarmos a quantidade de assentamentos e de pequenos e médios estabelecimentos agrícolas existentes na

²⁸ Atualmente o valor da tonelada da cana-de-açúcar pago aos agricultores assentados tem variado entre R\$25 e R\$30 e podem ser ainda menores de acordo com a época do ano ou a safra global do município, valores que sequer cobrem os custos de investimento da primeira colheita. Fonte: pesquisa de campo.

região. Ainda que a agricultura apresente uma série de restrições no seu desenvolvimento no Estado do Rio de Janeiro, podemos ponderar que há espaço para o fortalecimento da agricultura familiar, caso haja uma opção política pela desconcentração da terra e pelo investimento nesse segmento, considerando, inclusive, o amplo mercado consumidor existente.

O Quadro 2 reforça os altos índices de concentração da terra existentes no Norte Fluminense, indicando que apenas 9% dos estabelecimentos representam mais da metade de área ocupada na região áreas que, quando produtivas, apresentam índices de produção e produtividade muito abaixo dos nacionais. Por outro lado, podemos identificar também que, mesmo frente a tais índices de concentração de terras, existe potencial para o investimento na agricultura familiar no Norte Fluminense, onde cerca de 90% dos estabelecimentos são compostos por pequenos e médios proprietários que possuem até 100 ha.

Quadro 2. Número de estabelecimentos por estrato de área na Região Norte Fluminense em 1996/1996

Região Norte Fluminense	Estabelecimentos segundo diferentes estratos de área							
	Menos de 10 hectares		Entre 10 e 100 hectares		Entre 100 a 1000 hectares		Mais de 1000 hectares	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
	45,4%	4,7%	45,5%	39,1%	8,8%	49,3%	0,2%	6,8%

Fonte: Alentejano (2003).

Nesse sentido, regiões com grande concentração de assentamentos de reforma agrária expandem as possibilidades da agricultura familiar. No entanto, para que isso ocorra, é preciso superar os diferentes desafios que se colocam na construção de um projeto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar. Investimentos em infraestrutura, a expansão das linhas de crédito, melhor acesso à documentação rural²⁹, acesso aos mercados já existentes e criação de novos mercados adaptados à realidade da produção familiar, podem estimular ainda mais a produção de alimentos nos assentamentos de reforma agrária. Atualmente, mesmo quando conseguem superar outras adversidades, os assentados encontram grandes dificuldades em acessar mercados e escoar sua produção agrícola de forma a garantir renda suficiente para a manutenção da família e a permanência na atividade.

2.2 A formação dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense

Atualmente, de acordo com dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA existem no Rio de Janeiro 75 assentamentos, sendo que, 23 deles, cerca de 30% do total, encontram-se distribuídos entre 7 dos 9 municípios que compõem a região Norte Fluminense. Nesses Projetos de Assentamento (PAs) estão assentadas 2.107 famílias, ocupando uma área de aproximadamente 30.608,81 hectares. A maioria desses assentamentos foi implantada a partir da década de 1990. A Tabela 5, abaixo, indica a distribuição dos PAs

²⁹ No que diz respeito à documentação rural são marcantes os altos índices de produtores que não tem acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e à documentação fiscal de comercialização da produção.

reconhecidos pelo INCRA na região Norte Fluminense, indicando o município, o número de famílias assentadas, a área, a data da desapropriação³⁰ e o ano da criação do PA.

É fundamental reiterar que, como dito anteriormente, não houve uma priorização da distribuição de terras através do instrumento de desapropriação, fator que vem se agravando nos últimos anos. A Tabela 5, mostra ainda que os últimos assentamentos criados no Rio de Janeiro datam de 2008, e que após essa data há uma completa estagnação da reforma agrária por meio de processos de desapropriação de imóveis rurais no Estado. Indica, ainda, a morosidade da realização da reforma agrária, sendo que em diversos casos é perceptível o descompasso existente entre o período da desapropriação e o ato de criação dos PAs. Os dados relativos à Região Sudeste do país também não são animadores. Desde o ano de 2008 foram criados, por meio de desapropriações, apenas 50 assentamentos, sendo 13 no Estado de São Paulo, 27 no Estado de Minas Gerais, 8 no Espírito Santo e apenas 2 no Rio de Janeiro. Nos dados do INCRA não há registros de assentamentos criados na região sudeste a partir de 2012.

Tabela 5. Distribuição dos PAs reconhecidos pelo INCRA na região Norte Fluminense em 2013. Fonte: (INCRA, 2013)

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias	Área (ha)	Ano da Obtenção	Ano da Criação do PA
Imbuuro	Macaé	125	1206,3826	1986	1987
Novo Horizonte	Campos dos Goytacazes	265	4335,1	1987	1987
Tipity	São Francisco do Itabapoana	201	920	1989	1991
Capelinha	Conceição de Macabu	119	1416,47	1996	1997
Zumbi dos Palmares	Campos dos Goytacazes	507	8005,29	1997	1997
São Domingos	Campos dos Goytacazes	103	768	1997	2000
Bem Dizia	Macaé	53	1465,4835	1998	1999
Oziel Alves I	Campos dos Goytacazes	35	410,7336	1998	2006
Celso Daniel	Carapebus	201	2849,4773	1999	2005
Che Guevara	Campos dos Goytacazes	74	1119,662	1999	2000
Antonio de Faria	Campos dos Goytacazes	92	1221,023	2000	2001
Ilha Grande	Campos dos Goytacazes	58	822,7218	2001	2001
Josué de Castro	Campos dos Goytacazes	35	610,9988	2001	2007
São Fidélis	São Fidélis	21	623,0027	2001	2002
Terra Conquistada	Campos dos Goytacazes	12	211,3565	2002	2005

³⁰ Com exceção do PA Oziel Alves I que foi obtido por meio de processo de Adjudicação, todos os demais PAs da tabela são frutos de processos de desapropriação.

Projeto de Assentamento	Município	Nº de Famílias	Área (ha)	Ano da Obtenção	Ano da Criação do PA
Dandara dos Palmares	Campos dos Goytacazes	21	419,1027	2002	2005
Santo Amaro	Campos dos Goytacazes	40	584,377	2002	2005
Paz na Terra	Cardoso Moreira	74	1052,9389	2003	2005
25 de março	Carapebus	50	943,9374	2004	2005
João Batista	Carapebus	51	1212,945	2004	2008
Zé Pureza	Conceição de Macabu	20	242,2775	2005	2008
Francisco Julião	Cardoso Moreira	45	606,8879	2005	2006
Chico Mendes	Cardoso Moreira	30	766,91	2005	2007
Total: 23 PAS³¹		2232	31815,0786		

Além disso, os resultados alcançados pelo II PNRA, que direcionou como importante foco de sua atuação a priorização de investimentos nos assentamentos já criados, também se mostrou bastante desanimador. Nesses últimos cinco anos, foram criados apenas dois assentamentos no Estado e os investimentos básicos destes estão longe de terem sido concluídos. Os PAs Francisco Julião e Chico Mendes, sequer foram parcelados³² oficialmente pelo INCRA. Mais à frente veremos como os assentados tiveram de lidar com essa situação e quais foram, e ainda são, as consequências da morosidade do INCRA na realização dessa ação básica de consolidação do assentamento.

Algumas peculiaridades relacionadas à formação dos assentamentos no Estado do Rio de Janeiro são indicadas no trabalho de Medeiros *et al.* (1999). Os autores apontam para um conjunto de características do quadro agrário fluminense, marcado por uma intensa urbanização, somada ao esvaziamento de áreas rurais sob fortes pressões especulativas imobiliárias. Segundo Alentejano (2003), a evolução do espaço agrário do Rio de Janeiro, a partir de meados do século XX, foi marcada por um forte processo de metropolização, associado a um crescente esvaziamento econômico do interior do estado. O autor aponta o período 1964/1980 como o auge da desruralização do estado, relacionando esse processo a três fatores fundamentais: (i) as mudanças estruturais ocorridas na atividade canavieira; (ii) a expansão do turismo e a consequente especulação imobiliária e, (iii) a desestruturação via repressão militar da resistência dos trabalhadores que praticavam o enfrentamento dos processos de urbanização/metropolização (Alentejano, 2003).

A região Norte do Estado manteve altos índices de concentração da terra, fato que se deve, em grande medida, à estrutura de exploração agrícola historicamente vigente nessa porção do território fluminense. Mesmo com a relativa decadência do setor tradicional voltado à produção da cana-de-açúcar, os indicadores relativos à concentração da terra sofreram pouca alteração ao longo dos anos. A Tabela 6 mostra a evolução dos índices de Gini³³ relativos à

³¹ Não foi contabilizado na tabela acima o PA PIC Macaé, desapropriado no ano de 1947, devido a grande divergência de informações entre os últimos dados disponibilizados pelo INCRA, que indicam apenas 8 famílias assentadas numa área de 6.103,5400 hectares e os dados apresentados na tese de doutorado de Alentejano (2003), que indicam 62 famílias assentadas numa área de 635 hectares.

³² O parcelamento consiste no trabalho topográfico de demarcação oficial com piquetes dos lotes individuais de cada família, áreas de proteção ambiental, áreas de preservação permanente, além das áreas coletivas do PA.

³³ O índice de Gini é um dos parâmetros utilizados para mensurar estimativas das medidas de desigualdade na distribuição da terra. (Hoffmann e Ney, 2010). Índices entre 0,000 e 0,100 apontam para uma concentração nula. Índices entre 0,901 e 1,00 sugerem concentração forte e absoluta. Entre esses dois extremos, são identificadas as seguintes faixas: 0,101 a 0,250, equivalente à concentração nula e fraca; 0,251 a 0,500, expressando uma concentração fraca e média; 0,501 a 0,700 remetendo a uma concentração média e forte; 0,701 a 0,900

concentração da terra nos municípios da região Norte Fluminense, ao longo das décadas de 1970, 1980 e, no momento mais crítico do declínio da cana-de-açúcar, na década de 1990.

Tabela 6. Índices de Gini dos Municípios do Norte Fluminense³⁴

Município/Ano	Índice de GINI			
	1975	1980	1985	1995
Campos dos Goytacazes	0,8128	0,8313	0,8467	0,8136
Cardoso Moreira	-	-	-	0,7028
Macaé	0,7578	0,7737	0,7634	0,7136
São João da Barra	0,7704	0,8162	0,7894	0,8018
São Fidélis	0,6997	0,7421	0,7307	0,6969
Conceição de Macabú	0,7322	0,6921	0,7424	0,6305
Quissamã	-	-	-	0,7460

Fonte: Simões e Souza, 2009.

Os dados são do IBGE, compilados no trabalho de Simões e Souza (2009), fazem referência aos anos de 1975, 1980, 1985 e 1995. Os valores referentes ao ano de 1995 indicam um índice de Gini de 0,8136 para o município Campos dos Goytacazes e de 0,7028 para o município de Cardoso Moreira. De acordo com a classificação de índices de concentração da propriedade fundiária, segundo classes de Gini, os índices de ambos os municípios indicam concentração forte ou muito forte da terra. Ainda segundo essa classificação, mesmo aqueles municípios da região que, em algum período, apontam índices menores, abaixo de 0,7001, possuem índices de concentração de terra que variam entre o médio e o forte.

Percebe-se que, apesar das variações nos índices constatadas entre um município e outro, há uma predominância de altos índices de concentração da terra em todos os casos. Com a expansão das atividades industriais e do setor de serviços, ocorre uma valorização do preço da terra na região. A especulação imobiliária avança de forma expressiva e o anúncio de grandes investimentos, com ênfase em infraestrutura, como, por exemplo, o parque de energia eólica em São Francisco de Itabapoana e o porto do Açú em São João da Barra, que fazem com que cresça a importância da terra como reserva de valor, aumentando a pressão especulativa, os preços e, conseqüentemente, o número de conflitos.

A violência contra o trabalhador rural é outra marca associada aos processos de concentração fundiária, em um cenário onde se combinam forte especulação imobiliária, altos índices de concentração de terra e baixos índices de produtividade, temos como resultado um quadro perverso para os trabalhadores do campo. Se por um lado faltam oportunidades de trabalho e acesso à terra, o esvaziamento econômico do setor sucroalcooleiro também mostra sua face politicamente mais dura ao reagir por meio de métodos violentos de acumulação de capital e exploração do trabalho, tentando manter sua competitividade no mercado nacional. O município de Campos dos Goytacazes é um “campeão” em índices de trabalho escravo ou

apontando para uma concentração forte a muito forte. Fonte: Câmara 1949, compilado por Simões e Souza, 2009.

³⁴ Não estão apresentados na tabela os municípios de São Francisco de Itabapoana e Carapebus devido à sua emancipação mais recente, posterior ao ano de 1995. Ocorre também, pela mesma razão a ausência dos dados anteriores dos municípios de Quissamã e Cardoso Moreira

análogo à escravidão. Segundo dados do MST, somente no Rio de Janeiro, nos últimos dez anos, foram registrados aproximadamente 7000 casos de trabalhadores nessas condições.

Nesse contexto, a década de 1980 traz novos elementos para a compreensão dos processos que levaram a região Norte Fluminense à conformação de muitas de suas características atuais. A região, que no ano de 1930 contava com 32 usinas de açúcar e álcool teve, até o ano 2000, uma queda de 62,5% no número de usinas ativas, com apenas 12 usinas em funcionamento (Silva, 2006). Depois dos anos 2000 esse declínio se acelerou ainda mais e, atualmente, existem apenas duas usinas de cana-de-açúcar em funcionamento. Com altos índices de concentração de terras, trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão e com o setor sucroalcooleiro sensivelmente fragilizado, a região entrou na pauta estratégica dos movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e que passaram a atuar com bastante intensidade na conquista de terras na região (Pedlowski, 2009). Não por acaso, cerca de 30% dos assentamentos do Estado encontram-se nessa região e quase todos esses assentamentos são fruto de desapropriações da década de 1990, a maior parte deles em áreas de antigas usinas, fazendas que submetiam trabalhadores a regimes de escravidão e/ou com grandes dívidas fiscais com a União.

Diversos movimentos sociais passaram a atuar no Norte Fluminense, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAG. Esses movimentos buscaram, sobretudo a partir da década 1980, articular-se com os trabalhadores e sindicatos de trabalhadores rurais empenhados em realizar a reforma agrária e garantir que os ex-trabalhadores das usinas falidas fossem devidamente indenizados após o fechamento das mesmas. Nesses termos, podemos dizer que a região Norte Fluminense é composta por uma mancha³⁵ de assentamentos (Leite *et al.*, 2007) que começa a surgir a partir da década de 1990, principalmente devido à contínua decadência do setor sucroalcooleiro que mantinha na região grandes latifúndios improdutivos, vultuosas dívidas trabalhistas e grande número de trabalhadores sem terra (Pedlowski, 2009).

2.3 O processo de implantação dos assentamentos de reforma agrária e os desafios da permanência na terra

A etapa que sucede à conquista da terra pelos assentados desdobra-se em uma série de desafios que estão associados à viabilização econômica, política, social e cultural dos assentamentos, seja como espaço de vida para os assentados, seja como elementos dinamizadores da economia local. São diversos os aspectos envolvidos na viabilização dos PAs, entre eles: problemas relacionadas à infraestrutura; a localização, não só do assentamento, mas dos lotes dos assentados; as estratégias de reprodução econômica e social mobilizadas pelas famílias; as possibilidades de acesso aos diferentes instrumentos de política pública, entre outros. O modo como esses diferentes elementos se combinam no desenvolvimento de cada assentamento, ainda que fortemente influenciado por questões estruturais, varia também conforme as opções e caminhos trilhados pelos assentados e pelos movimentos sociais na trajetória de implantação de cada PA. Esses diversos aspectos se combinam e interagem, fazendo com que a situação de cada família e de cada assentamento tenha características próprias. Importante ainda ressaltar que, se é verdade que as condições socioambientais, culturais e locais são distintas, as políticas públicas direcionadas ao público

³⁵ Segundo os autores, “o uso do termo *mancha* foi adotado no sentido de caracterizar uma região, marcada pela concentração de projetos e famílias assentadas, não necessariamente delimitada por recortes político-administrativos, podendo envolver um conjunto de municípios dentro de um mesmo estado ou mesmo municípios contíguos de diferentes unidades da federação.” (LEITE *et al.*, 2007: p. 2).

da reforma agrária são, em grande medida, nacionais e dialogam constantemente com essas distintas realidades.

No caso do Rio de Janeiro, é importante frisar que, em geral, as áreas destinadas à reforma agrária são aquelas menos produtivas, que requerem maiores investimentos públicos para atingir condições mais propícias à viabilização dos assentamentos. Alentejano (2003), em sua tese de doutoramento, aponta para essa dificuldade da política da reforma agrária no estado do Rio de Janeiro:

“O ator fundamental com o qual os trabalhadores se defrontarão neste novo contexto onde o latifúndio foi localmente derrotado, será o Estado. Cabe esclarecer que esta derrota é absolutamente limitada ao local estrito onde o assentamento foi criado, inclusive porque em todos os casos pesquisados, apenas parte da área ocupada pelos latifúndios foi desapropriada, em geral as menos valiosas ou de menor potencial produtivo, evidenciando as profundas limitações da política de assentamentos.” (ALENTEJANO, 2003: p. 165).

As dificuldades não se limitam ao momento da desapropriação e avançam ao longo dos anos na consolidação dos PAs, principalmente pela ausência do Estado no sentido de dotar esses projetos de infraestrutura básica, mantendo um padrão geral de precariedade e pauperização das famílias assentadas (Alentejano, 2003). O acesso aos créditos iniciais de instalação no PA, a atuação permanente da assistência técnica, a condição das estradas e moradias, a disponibilidade de água e energia elétrica e, até mesmo, a distribuição e regularização das famílias na área, são fatores que tem forte influência na consolidação das áreas reformadas. A relação estabelecida entre o Estado e os assentamentos como espaços de implementação de políticas, já coloca os agricultores assentados, muitas vezes, em uma condição de dependência frente às ações e omissões do Estado (Leite *et al.*, 2004).

Por outro lado, os assentamentos também dão início a uma nova dinâmica na organização social dessas famílias sendo que, com o avanço das atividades no PA, os assentados precisam reinventar ou aprimorar suas formas de organização. O surgimento e fortalecimento de lideranças, a formação de associações, a participação nos movimentos sociais e as relações que vão sendo construídas com atores “externos ao assentamento”, são elementos fundamentais no sentido de expandir ou limitar as possibilidades de permanência das famílias na terra. Os vínculos estabelecidos tanto podem ampliar as possibilidades de viabilização econômica e social do assentamento como um todo, como podem assegurar a permanência de um universo mais restrito de famílias, melhor posicionadas nessas redes de relações. Destacamos, aqui, o papel dessas interações sociais, sugerindo que a chamada “viabilização do assentamento” não pode ser explicada somente em função das dificuldades estruturais, o que nos conduz a olhar mais atentamente para o papel dos atores na construção dos processos (Ploeg & Long, 2011).

Finalmente, o acesso aos circuitos mercantis tem um grande peso na geração de renda no interior das unidades produtivas, além de vitalizar e/ou reforçar a construção de laços com o entorno do assentamento, fazendo da comercialização um componente fundamental nesse rol de entraves e estratégias que se desenham ao longo da consolidação dos PAs. Diversos trabalhos de pesquisa chamam atenção para as pressões exercidas por parte do Estado sobre as dinâmicas organizativas dos assentados, tornando praticamente obrigatória a formalização dessas organizações enquanto personalidade jurídica, como forma de garantir sua representatividade institucional (Heredia *et al.*, 2002; Neves, 2010). Estabelece-se, com isso, uma importante discussão sobre os processos de formulação e implantação desses modelos nos assentamentos. Como observa Guanzirolí (2010), em muitas situações, estas construções

acabam sendo impostas aos assentados, gerando dificuldades de operacionalização e problemas de representatividade. Essas situações ocorrem com frequência, justamente, devido a uma falta de consideração em relação às características das famílias assentadas e aos objetivos desses atores no desenvolvimento de suas estratégias, buscando-se respostas externas, impostas de cima para baixo, para a construção de soluções locais. Por isso, a importância, destacada por Neves (2010) no sentido de um maior reconhecimento do agricultor assentado enquanto ator econômico na estruturação das práticas de comercialização agrícola, buscando rediscutir a concepção que polariza os agricultores entre agentes econômicos, num sentido restrito, ou produtores de subsistência que buscam apenas sua sobrevivência física e social.

Se pensarmos nos programas de comercialização que são operados por meio de estratégias coletivas, onde a organização jurídica é, na maioria dos casos, obrigatória, é possível identificar obstáculos no acesso aos mercados que não se resumem a problemas de infraestrutura. Essas estratégias demandam tempo de construção, experimentação e aprendizado, até se afirmarem, como alternativas seguras e confiáveis, entre os agricultores. Seguindo uma lógica distinta, temos a atuação dos atravessadores como canais diretos de negociação com o produtor. A opção dos assentados por se vincular a esses agentes econômicos reflete - principalmente em se tratando de maiores volumes de produção e, conseqüentemente, de um maior investimento em dinheiro - uma opção estratégica por circuitos de comercialização nos quais os caminhos e os processos de aprendizado já estejam minimamente enraizados.

Ainda que diversos aspectos se somem, atuando como constrangimentos à viabilização dos assentamentos de reforma agrária, compreende-se, aqui, que a precariedade no acesso à terra e a baixa efetividade das políticas públicas no acesso a serviços básicos no longo percurso da consolidação dos assentamentos, constituem-se como entraves importantes na viabilização dos assentamentos e no acesso aos mercados de produtos agrícolas nessas áreas. Soma-se a isso o papel relegado a esses agricultores no âmbito da ação pública, uma vez que o Estado, não só deixa de promover ações mínimas, como constantemente atua de modo a estimular conflitos e desigualdades que colaboram na inviabilização econômica desses atores.

2.4 O destino da produção dos assentamentos: os circuitos mercantis do Norte Fluminense³⁶

Os assentamentos do Norte Fluminense se consolidaram num contexto onde a cana-de-açúcar se apresentava como elemento chave na reprodução econômica das famílias assentadas. Se num dado período, a cana-de-açúcar foi uma cultura vastamente conhecida por esses agricultores, posteriormente, ela também se apresentava como um circuito mercantil garantido e, inicialmente, tido como quase “natural”. Diversos agricultores assentados mantinham alguma quantidade de cana-de-açúcar para comercialização plantada em seus lotes, mesmo quando a remuneração desse circuito já não compensava mais economicamente. Com frequência, isso ocorria devido ao fato de que a comercialização da cana-de-açúcar junto às usinas funcionava como garantia de acesso dos produtores à documentação fiscal, o que, conseqüentemente, garantia o direito aos benefícios sociais do INSS (Ferreira, 2010). Posteriormente, com o declínio da cadeia da cana-de-açúcar como circuito mercantil

³⁶ Vale lembrar que o objetivo principal desse item não é realizar um mapeamento dos circuitos mercantis de abastecimento da região, apenas um breve apanhado dos circuitos mais conhecidos e utilizados nos assentamentos de reforma agrária com que tive contato.

garantido, diversos agricultores, principalmente no PA Zumbi dos Palmares³⁷, reverteram sua produção para uma nova cultura sem, necessariamente, modificar o modo de produção. Hoje, grandes culturas de abacaxi são produzidas em larga escala nos assentamentos da região circulando em diferentes espaços de comercialização, tanto em circuitos longos como em circuitos curtos. Porém, cada vez mais, nos deparamos, no Norte Fluminense, com experiências voltadas à implantação de circuitos curtos de comercialização, com ênfase na diversificação da produção e na agregação de valor aos produtos. Experiências como a Feira Agroecológica, localizada em Campos dos Goytacazes, apesar de ainda envolver poucos agricultores, têm gerado novas e importantes conexões entre produtores e consumidores. A feira, em sua fase inicial, fracassou em suas primeiras tentativas de funcionar nas ruas da cidade, por diferentes razões, sofrendo embargos públicos e até mesmo falta de público consumidor em um dos pontos, mas tem sido exitosa desde que passou a funcionar no interior da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF³⁸ situada no município de Campos dos Goytacazes. O PAA³⁹ e o PNAE⁴⁰ também são experiências que tem estimulado diversos agricultores a redirecionarem seus modos de produção, construindo novas estratégias de conexão com circuitos locais. Mas a variedade de produtos comercializados por meio desses canais (tanto através da feira como via mercados institucionais) ainda é relativamente tímida e são grandes as dificuldades em manter entregas constantes, em muitos casos em função da falta de estruturas de irrigação.

³⁷ O assentamento Zumbi dos Palmares é o maior assentamento do Estado do Rio de Janeiro, medindo mais de 8000 ha e abrigando 507 famílias, além de ser um dos mais antigos. Esse PA foi um dos projetos pilotos da reforma agrária no Estado no período do governo Fernando Henrique Cardoso.

³⁸ A feirinha agroecológica funciona nas dependências da UENF por meio de um projeto de extensão da própria universidade. A feira funciona todas as terças e conta hoje com cerca de 5 agricultores assentados, que comercializam ali produtos *in natura*, em sua maioria, mas também alguns produtos beneficiados como pimenta, tapioca e queijos. A iniciativa foi bastante positiva para esses agricultores sendo que hoje já existem projetos no sentido de implantar feiras semelhantes em outras universidades da região.

³⁹ O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e conta com recursos do MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). É operacionalizado pela CONAB ou pelos governos estaduais e municipais que estabelecem parcerias com o Governo Federal. O programa tem por objetivo o fortalecimento da agricultura familiar e prioriza em seu desenho a distribuição de produtos agropecuários de qualidade e em quantidade adequada a famílias em situação de insegurança alimentar, visando, ainda, a formação de estoques estratégicos. (Chmielewska *et al.*, 2010). Na outra ponta da política, funciona como um instrumento de apoio à comercialização comprando produtos diretamente dos agricultores familiares e de suas organizações, com dispensa de licitação, contribuindo, inclusive, em algumas situações, para a manutenção e estabilidade mínima dos preços dos produtos agrícolas produzidos por este segmento. Caracteriza-se por ser um programa intersetorial, pois articula diversas instâncias do poder público e da sociedade civil, desde diferentes ministérios do Governo Federal, passando pelas esferas estadual e municipal, envolvendo ainda organizações sociais como participantes dos projetos (na qualidade de proponentes ou beneficiárias) ou como integrantes dos conselhos que realizam o controle social das ações do programa. (Grisa *et al.*, 2010). Em uma de suas modalidades, a CPR-Doação Simultânea, os alimentos adquiridos são destinados de imediato aos programas sociais da região, movimentando a economia local e reduzindo custos de transporte, ao evitar “passeios desnecessários” na circulação desses alimentos. Nessa modalidade, o produto é comprado dos agricultores familiares, e a própria organização proponente do projeto tem a responsabilidade de fazer com que os mesmos cheguem diretamente às entidades beneficiárias. Dessa maneira, o PAA traz para os agricultores a possibilidade de se (re)conectarem diretamente com consumidores locais.

⁴⁰ O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é um dos mais antigos programas de política pública voltados à segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Foi reformulado em 2009 através da Lei 11.497, que estabelece que no mínimo 30% dos recursos destinados pelo programa à aquisição de alimentos para consumo da população escolar deverão ser destinados à aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar. É operado através dos governos municipais, por meio das Secretarias de Educação e, também, dos governos estaduais, via Secretarias Estaduais de Educação. Sua operação é relativamente complexa na medida que os agricultores precisam atender a determinados itens do cardápio estabelecido pelas escolas e cumprir um série de exigências em termos da qualidade dos produtos e da regularidade do fornecimento.

No entanto, essas ações ainda são bastante pontuais, ocorrendo com maior frequência em alguns PAs e de forma bem menos expressiva em outros assentamentos. Observa-se um predomínio da ação dos atravessadores nos assentamentos da região e boa parte da produção em maior escala, incluindo abacaxi, aipim, coco, abóbora, banana, maracujá, quiabo e, com um pouco menos de expressão, milho, graviola, tomate, laranja, limão entre outros, acessam circuitos mais longos de comercialização. Esses atravessadores têm capacidade de articular inclusive a produção de menor escala que sai do Norte Fluminense e vai em direção aos CEASAs do Rio de Janeiro, Espírito Santo além de outros mercados distantes (Ferreira & Pedlowski, 2010). No entanto, cada vez mais, os agricultores assentados têm buscado canais de comercialização mais próximos e de menor custo de operação e/ou de maior valor agregado. A CEASA do Rio de Janeiro possui um espaço destinado à agricultura familiar, conhecido como Pavilhão 30. Os agricultores assentados da região Norte Fluminense possuem uma pedra de comercialização em nome de uma cooperativa local nesse pavilhão. Ainda assim, esse espaço é pouco utilizado devido à falta de infraestrutura própria para transporte e os altos custos das viagens para a Região Metropolitana do Estado.

O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes, fundado em 1921⁴¹, surge como uma alternativa às grandes centrais de abastecimento, localizadas nas áreas metropolitanas das capitais. O mercado fica localizado no centro do município de Campos dos Goytacazes e trabalha com a comercialização de produtos, tanto no atacado como no varejo, sendo responsável pelo abastecimento de boa parte dos estabelecimentos comerciais da área central da cidade. Segundo dados obtidos no site da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca de Campos dos Goytacazes, o mercado movimentava diariamente 20 toneladas de alimentos, com circulação de cerca de 5.000 pessoas/dia. Não foi realizado um levantamento no local sobre a condição de uso e posse das pedras de comercialização existentes no mercado, mas por meio de conversas informais, constatamos que boa parte das pedras pertencem a comerciantes intermediários, existindo, no entanto, algumas onde os próprios produtores comercializam seus produtos, no atacado ou no varejo. No caso específico de assentados da reforma agrária, também não foi levantado quantos participam desse espaço de comercialização, mas sabe-se que não são muitos e que nem todos que ali se encontram são produtores e comerciantes. Na maior parte dos casos, os assentados que atuam nesse mercado já possuíam algum vínculo de trabalho ou de concessão no Mercado Municipal antes mesmo de serem assentados. No caso do PA Francisco Julião, apenas um produtor⁴² se encontra nessa condição. Nesse caso, a pedra já era utilizada pela família nas gerações anteriores e o comerciante já trabalhava no ponto com seu irmão antes mesmo de se tornar um assentado. No Mercado Municipal há ainda um grande movimento de entrada e saída de produtos no atacado, pois ele também opera, de certa maneira, como entreposto de comercialização. Muitos produtores levam seus produtos até o Mercado Municipal e de lá esses produtos assumem novos destinos, como também diversos produtos entram no município de Campos e região por meio do Mercado Municipal.

Outro referencial de comercialização utilizado, este mais ligado à circulação de produtos dos assentamentos de Cardoso Moreira, é a CEASA de Ponto de Pergunta. Isto se deve à relativa proximidade de Cardoso Moreira com o município de Itaocara, localizado no noroeste do estado. Esta estrutura tem porte menor do que as CEASAs localizadas nas áreas

⁴¹ Inaugurado em 1921 o mercado já funcionou em três locais diferentes. Inicialmente funcionava próximo ao porto das barcas, onde havia conexão com o canal Campos-Macaé, tendo em sua origem a função de possibilitar entrada e saída de mercadorias no atacado. Em meados da década de 1940 mudou-se para uma área mais valorizada da cidade, com maior movimentação de pessoas. Finalmente, instalou-se na área onde funciona atualmente, em pleno centro da cidade.

⁴² O assentado comercializa diferentes produtos no mercado, com ênfase em queijos e ovos. Parte do que comercializa nesse ponto de comercialização é produzido em seu lote no assentamento.

metropolitanas, como aquelas da cidade do Rio de Janeiro e Cariacica⁴³, e foi criada para atender municípios do Noroeste e Norte do Estado. Além disso, há nesse espaço um forte controle de poucos atores hegemônicos que atuam operando o canal junto às CEASAs das regiões metropolitanas.

No município de Campos dos Goytacazes havia também uma CEASA, que foi desativada há mais de dez anos. Até hoje os agricultores da região, em sua grande maioria produtores assentados de reforma agrária, lutam para reativar o lugar e destinar seu uso exclusivamente aos agricultores familiares e assentados, já que os produtos comercializados no Mercado Municipal de Campos são em sua grande maioria (cerca de 80%, de acordo com funcionários do próprio mercado) oriundos das CEASAs das áreas metropolitanas do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

2.5 O município de Cardoso Moreira e a implantação dos assentamentos de reforma agrária

O município de Cardoso Moreira emancipou-se de Campos dos Goytacazes em 1989 e ocupa uma área de 524,631 km². Suas divisas encontram os municípios de Campos dos Goytacazes, São Fidélis e Italva⁴⁴ e possui, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, aproximadamente 12.600 habitantes, sendo 8.757 residentes da área urbana e 3.843 (cerca de 30% da população) residentes da área rural, configurando o segundo município na região com a maior proporção de habitantes no meio rural. A Figura 3 permite visualizar a localização do município de Cardoso Moreira no contexto da região Norte Fluminense.

Devido à recente emancipação do município, encontramos certa dificuldade em obter dados mais detalhados sobre o histórico produtivo de Cardoso Moreira. Além disso, boa parte dos registros do arquivo local foram perdidos na última grande enchente na cidade. Parte das informações aqui expressas foram recolhidas em visitas ao arquivo histórico da cidade ou obtidas através de conversas com diversas pessoas que vivem no município, incluindo funcionários de órgãos públicos, como a EMATER e a Secretaria de Agricultura. Desse modo, foi possível resgatar algumas informações sobre o desenvolvimento da agricultura nesta porção do Norte Fluminense, quando o território onde hoje se situa o município de Cardoso Moreira ainda pertencia ao município de Campos dos Goytacazes.

⁴³ Cariacica é um município da região metropolitana do Espírito Santo, próximo à capital, Vitória.

⁴⁴ Município do Noroeste Fluminense.

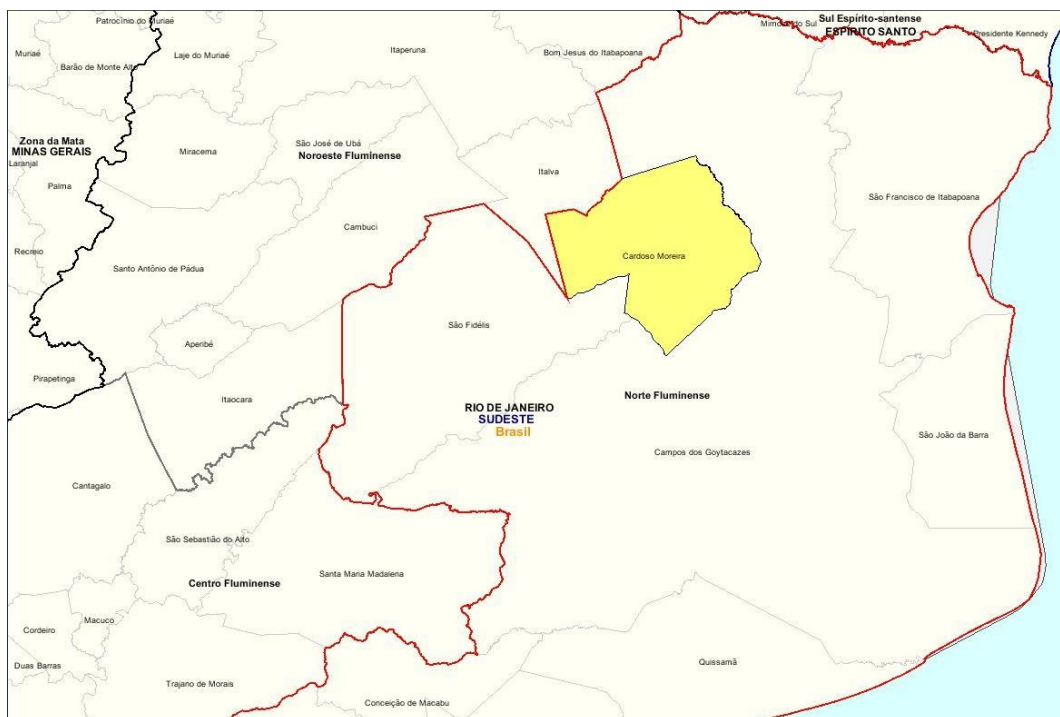


Figura 3. Localização do município de Cardoso Moreira no contexto da Região Norte Fluminense Fonte: Banco Sidra - IBGE/2012.

O assentamento Francisco Julião encontra-se situado na localidade de São Joaquim, na área rural do município de Cardoso Moreira⁴⁵. Segundo Negrão (2007), a microbacia de Valão dos Pires se estende do atual município de Cardoso Moreira até o distrito de São Joaquim. De acordo com o trabalho realizado por esse pesquisador sobre essa microbacia – situada em uma área antigamente ligada ao município de Campos dos Goytacazes fazendo parte hoje do município de Cardoso Moreira - a história agrária do município foi marcada pela concentração de extensas propriedades de terra nas mãos de poucas famílias. Por volta de 1870, algumas fazendas de Valão dos Pires atingiam o auge de sua produção cafeeira. Já no século XX, nessa mesma região, por volta de 1940, verifica-se uma redução na produção de café, que cedeu espaço para grandes cultivos de milho e arroz. Sabe-se que esses grandes cultivos, principalmente o arroz, eram manejados em maior escala e com o auxílio de maquinário bastante moderno para a década de 40. De acordo com o mesmo autor, também havia na localidade, durante esse período, pequenas produções para o mercado além de cultivos de subsistência, como aipim, feijão e frutas, com destaque para a produção de laranja, que devido ao maior volume, seu excedente produtivo chegou a ser comercializado no entreposto de Campos dos Goytacazes (Negrão, 2007). Ainda assim, é importante notar que há uma predominância de grandes fazendas nessa área e que a presença de agricultores familiares, ocorre nos arredores das grandes fazendas, mantendo formas muitas vezes instáveis de relação com a terra e atendendo a demandas de serviço nas grandes propriedades.

De acordo com relatos recolhidos ao longo da pesquisa de campo, ainda na década de 1960, o Governo Federal intervia nos estoques de café para controlar seus preços no mercado. A produção de café era regulada pelo Governo Federal através de acordos entre países produtores, em função do constante declínio dos preços do café, tanto no mercado interno como no mercado internacional (Neves, 1997). Em conversas com alguns moradores mais

⁴⁵ Neste local, a área onde está instalado o assentamento Francisco Julião é conhecida como Morro do Telefone.

antigos da cidade de Cardoso Moreira, tive acesso a relatos sobre as visitas dos agentes do Banco do Brasil às fazendas do município, com o objetivo de pagar os proprietários para que eliminassem áreas cultivadas com café. Segundo Neves (1997), nesse período, entre 1964 e 1968, o Governo Federal liberou créditos para a eliminação dos cafezais e substituição dessa produção pela pecuária extensiva. Após esse período, houve um declínio ainda mais acentuado da área cultivada com café e, posteriormente, da cultura do arroz na região. Não foram identificados os motivos do declínio das produções de arroz, mas um dos fatores se deve, justamente, à chegada massiva da cana-de-açúcar e ao forte estímulo público para sua produção. Possivelmente a conversão dessas áreas se deu em função da rentabilidade da produção de cana, superestimada, sobretudo a partir da década de 1930. Assim, na década de 1950, já se vislumbrava a chegada massiva da cana-de-açúcar, esta última que já se estendia por grande parte do território Norte Fluminense, principalmente no município de Campos dos Goytacazes.

Com os incentivos fiscais, o crédito fácil e abundante e as medidas do Pró-Álcool⁴⁶, a cana-de-açúcar, que já se tornava preponderante na região, avança sobre a área hoje ocupada pelo município de Cardoso Moreira, que não escapa a esta nova investida do Estado no incentivo às grandes monoculturas nessa região. O declínio da cana-de-açúcar viria posteriormente, com a extinção do Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) e a retirada dos subsídios do Pró-Álcool, com forte redução da produção de cana-de-açúcar nas diferentes regiões do país. Esses fatores, associados ao baixo índice de produtividade da cana na região Norte Fluminense, fator que gera desvantagens produtivas num contexto de acirramento da competitividade, fizeram com que essa queda ocorresse de forma ainda mais acelerada (Azevedo 2004 *apud* Souza 2007).

Com o declínio da economia baseada na exploração da cana-de-açúcar na região, incluindo Cardoso Moreira, em meados dos anos 1990, muitas usinas detentoras de terras e principais fornecedoras de empregos no corte de cana foram progressivamente fechadas, deixando grandes extensões de terras ociosas e uma massa de trabalhadores rurais desempregados⁴⁷. A amenização das dificuldades econômicas de alguns municípios da região viria na década subsequente, com a arrecadação dos *royalties* oriundos da exploração do petróleo na bacia de Campos. Nesse período ocorreu uma forte expulsão dos trabalhadores rurais da região para as áreas periféricas das cidades, que cresciam com o impulso dos investimentos no setor petrolífero, a exemplo de Campos dos Goytacazes, Macaé e outros municípios da chamada Região dos Lagos.

A arrecadação de *royalties* não caracteriza, necessariamente, melhorias nas condições de vida da maioria da população, mas tem influência direta no perfil econômico e em algumas características das cidades. Aquelas cidades que recebem um grande volume de recursos oriundos dos *royalties* do petróleo, como Campos dos Goytacazes e Macaé, ampliaram seu mercado de trabalho e tiveram um significativo crescimento do setor de serviços, adquirindo características “mais urbanizadas” em suas áreas centrais. Enquanto isso, outras cidades da região, que não recebiam tantos recursos, a exemplo de Cardoso Moreira, mantiveram sua economia ancorada na agricultura e permaneceram com características em certa medida “rurais”.

Segundo o IBGE, Cardoso Moreira possui hoje 30,5% da sua população no meio rural. O PIB municipal é claramente ligado ao setor de serviços, que é controlado em boa medida pelo poder público municipal, que detém a maior parte da oferta de empregos, sendo também o principal responsável pela prestação de serviços essenciais no município (Aguiar, 2009). Se

⁴⁶ O Programa Nacional do Álcool – Pró-Álcool, foi criado em 1975 por meio de Decreto-Lei nº75.593 e tinha por objetivo atingir a meta de produtividade de 10,7 bilhões de litros de álcool por ano a partir de 1985.

⁴⁷ Não só desempregados, pois muitas usinas fecharam com grandes dívidas trabalhistas pendentes com os trabalhadores rurais.

observarmos, através do Gráfico 1, a distribuição do PIB por setor, e inserirmos o Valor Adicionado Bruto dos recursos oriundos da administração pública como parte dos recursos gerados pelo setor de serviços, essa constatação se torna ainda mais evidente.

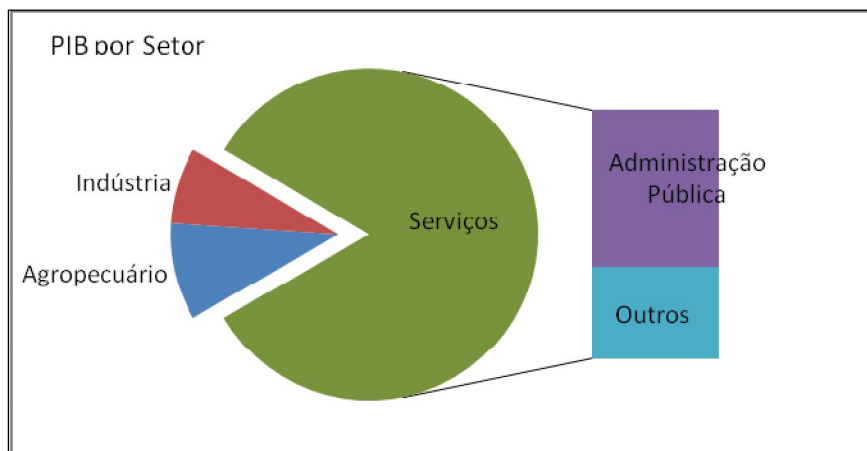


Gráfico 1. PIB por setor no município de Cardoso Moreira e valor adicionado pela administração pública. Fonte: CEPERJ, 2012.

Nesse contexto, o controle e a intervenção do poder público local na economia do município é bastante evidente. Além disso, muitos detentores de cargos públicos são proprietários de terra e/ou proprietários dos negócios que geram as atividades mais rentáveis para o município, seja no setor industrial, agropecuário ou até mesmo nos serviços.

No final da década de 1990 a pecuária, tanto de leite como de corte, expandiu-se ainda mais no município de Cardoso Moreira frente ao declínio da economia canavieira, reproduzindo, com isso, o mesmo modelo marcado pela concentração de terras que caracterizou a ocupação do município ao longo de sua história.

Atualmente, de acordo com os técnicos da EMATER entrevistados durante a realização da pesquisa, a pecuária se apresenta como a principal atividade agrícola do município. Ainda de acordo com estes, o município não possui uma produção expressiva de grãos e hortigranjeiros, sendo que a produção existente está concentrada principalmente nos assentamentos. Outro fator relevante para a análise da dimensão agrícola e produtiva desses assentamentos é que nenhuma das usinas de Cardoso Moreira continua em atividade. Cabe observar que nessa região havia duas grandes usinas, Sapucaia⁴⁸ e Outeiro, que ao fecharem suas portas deixaram para trás uma massa de desempregados, dívidas trabalhistas e terras ociosas. Pensando nas perspectivas de comercialização dos assentamentos da região, de acordo com pesquisa realizada em assentamentos de Campos dos Goytacazes (Ferreira e Pedlowski, 2010), as usinas de cana-de-açúcar representaram um importante polo de demanda de produtos agrícolas, considerando que muitos assentados tinham a cana-de-açúcar como uma das principais âncoras econômicas, justamente por suas características de mercado. Nesse sentido, o declínio da cana tem relações não só com a dinâmica da criação de assentamentos em toda a região, mas também com as dinâmicas de produção e reprodução no interior dos mesmos.

⁴⁸ A ação ocorrida na usina data do ano de 2009, quando foram constatadas na usina Sapucaia irregularidades em canaviais da desativada unidade de Outeiro, cujas terras foram arrendadas pela empresa. As equipes do Ministério do Trabalho realizaram, na lavoura de cana da fazenda Itaguaraçu, fiscalização para averiguar denúncias de trabalho degradante de cerca de 500 trabalhadores rurais da usina Sapucaia, fato que foi constatado pelos auditores.

Os Projetos de Assentamento no município de Cardoso Moreira

Conforme demonstrado anteriormente, no município de Cardoso Moreira a produção agropecuária esteve tradicionalmente associada a uma estrutura agrária bastante concentrada. As ocupações de terra coordenadas pelos movimentos sociais ganham força nesse contexto, principalmente devido à decadência da cana-de-açúcar e a partir da estratégia traçada pelo MST em sua atuação no Estado do Rio de Janeiro. Nesse contexto, a produção familiar de alimentos destinados à comercialização no município de Cardoso Moreira é ainda, de certa forma, residual, mas vem ganhando importância nos últimos anos, notadamente pela contribuição dos assentamentos. Existem, atualmente, no município de Cardoso Moreira, três assentamentos reconhecidos pelo INCRA (Figura 4), incluindo o PA Francisco Julião e o PA Chico Mendes, localizados em fazendas fronteiriças na altura do Morro do Telefone, e o PA Paz na Terra, situado na localidade de Outeiro. Todos esses assentamentos são frutos de ocupações ligadas ao MST. Organizamos, a seguir, uma breve descrição de cada um desses assentamentos.

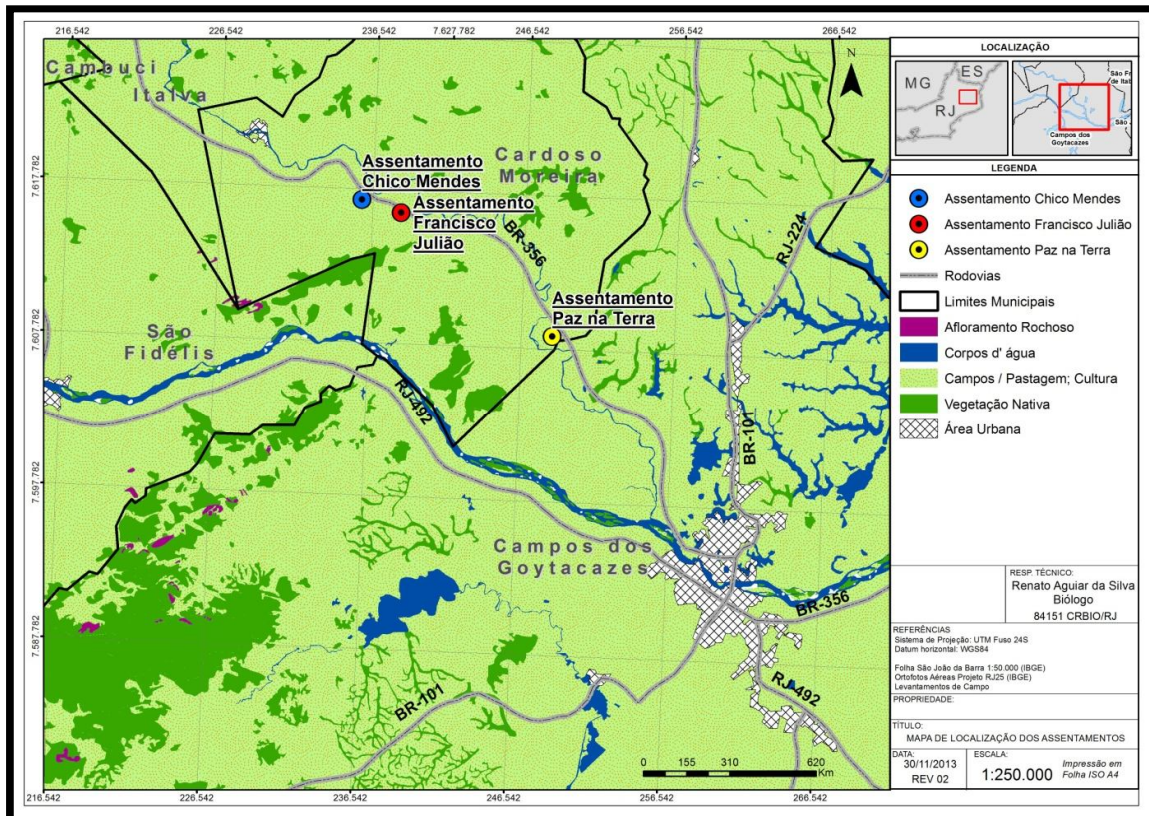


Figura 4. Mapa de localização dos assentamentos de reforma agrária no município de Cardoso Moreira (Elaborado por Renato Aguiar da Silva).

Assentamento Paz na Terra

A criação deste Projeto de Assentamento ocorreu no ano de 2005 e foi resultado da primeira ocupação de terras ocorrida no município de Cardoso Moreira que resultou na

desapropriação, em 2003, de uma área destinada à reforma agrária. O PA Paz na Terra fica localizado numa região próxima a um bairro periférico do município de Campos dos Goytacazes, junto à divisa dos dois municípios. A ocupação da antiga Fazenda Vermelha foi realizada por famílias recrutadas em diversas áreas de Campos, a maior parte delas oriundas de favelas e bairros periféricos da cidade. (Martins, 2008). O assentamento possui área total de 1.053 ha e está dividido em 74 lotes com área média de 12,5 ha. No interior do assentamento ainda existe uma antiga casa da fazenda que hoje é utilizada como sede social, e onde funcionava uma escola de ensino fundamental. O PA Paz na Terra é, atualmente, o único dos assentamentos de Cardoso Moreira que foi parcelado e chegou a acessar o crédito de instalação do INCRA para a construção de habitações no ano de 2010. No entanto, muitas famílias não concluíram a construção dessas casas e outras que iriam acessar o crédito de recuperação de moradias, por estarem ocupando antigas casas da fazenda, não conseguiram acessar essa linha de financiamento.

Assentamento Francisco Julião

A antiga fazenda São José de Baixo foi ocupada em 2005, com o auxílio de famílias já assentadas no PA Paz na Terra e provenientes de outros assentamentos de Campos dos Goytacazes. Foram recrutadas famílias oriundas de Cardoso Moreira, Campos dos Goytacazes e de diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O PA foi criado em 2006 e ocupa uma área de aproximadamente 606 ha, abrigando hoje 42 famílias em lotes com área média de 14,4 ha. O assentamento não possui uma área construída comum para convivência das famílias e a antiga casa da fazenda pertence hoje ao encarregado da propriedade antes da ocupação, hoje assentado do projeto. Somente o primeiro crédito de instalação foi liberado no assentamento. O parcelamento oficial ainda não foi realizado, no entanto, os próprios assentados dividiram a terra e a grande maioria deles construiu suas casas com recursos próprios.

Assentamento Chico Mendes

Desapropriado em 2005 e criado somente em 2007, foi um dos últimos PAs criado no Estado do Rio de Janeiro. A ocupação da antiga fazenda São José ocorreu pouco tempo após a ocupação do PA Francisco Julião, aproximadamente cinco meses depois. A ocupação ocorreu em função da grande demanda de pessoas recrutadas para o PA Francisco Julião e, portanto, o recrutamento das famílias do PA Chico Mendes tem perfil bastante semelhante ao do assentamento vizinho. Atualmente o PA conta com 31 famílias distribuídas ao longo de uma área de 767 ha, em parcelas médias de 15,5 ha em função de encontrar-se em uma área mais acidentada. A situação do parcelamento se repete aqui e o mesmo processo de parcelamento, por iniciativa dos próprios assentados, foi realizado nesse PA. As famílias só acessaram o crédito de apoio inicial e quase todos os assentados construíram suas casas com recursos próprios.

O Assentamento no Município: Construção de Identidade e Formação de Redes de Sociabilidade

Muitos preconceitos e dúvidas se firmaram na região após o início das ocupações, principalmente devido às características de sua estrutura fundiária, o que fez com que a elite local reagisse e fizesse com que as ocupações rapidamente tomassem caráter criminoso, como tivemos a oportunidade de observar em matérias publicadas em jornais de circulação local.

Um exemplo disso é a matéria publicada em um jornal de circulação regional chamado *O Municipalista*, datada de março de 2006, período da desapropriação da fazenda São José de Baixo para a criação do atual assentamento Francisco Julião. A matéria, transcrita abaixo, anuncia o ato da ocupação com teor altamente pejorativo, questionando a decisão do INCRA sobre os parâmetros de produtividade das terras ocupadas e censurando ainda as especulações existentes em relação à instalação de uma nova Superintendência deste órgão na região⁴⁹:

“Integrantes do Movimentos dos ‘Sem Terra’ resolveram, de vez, ocupar uma extensa área que vai de Outeiro até próximo a Cardoso Moreira, como também já se estende até o município de Italva, onde começaram as ocupações. O principal alvo dos ‘sem terra’, há vários anos, é a Fazenda Vermelha⁵⁰, nas proximidades de Outeiro, que o Incra a teria considerado como improdutivo, numa decisão controvertida, segundo juristas e pessoas que conhecem bem a localidade. Mas, pelo que se sabe, o próprio Incra pretende instalar ali uma unidade do órgão, para promover assentamentos na área e ate estender suas ações a outras propriedades vizinhas e até de outros municípios.” (O MUNICIPALISTA, Março/2006: Ano IV, Ed. 130)

Esse não é um dado menos importante para a compreensão das dinâmicas envolvidas na formação das redes de comercialização envolvendo agricultores assentados no município. A construção de novos mercados demandou destes produtores um esforço bastante significativo no sentido de superar os preconceitos relativos à sua condição de assentados. Muitas dessas desconfiças foram vencidas, mas alguns preconceitos ainda prevalecem, estando diretamente ligados à construção identitária de cada assentamento. Aqueles assentamentos que conseguiram estabelecer uma relação mais próxima com a cidade de Cardoso Moreira e uma identidade mais ligada à agricultura familiar, tiveram mais êxito na superação dos preconceitos, relacionados, entre outras coisas, a uma interpretação da presença dos assentamentos com parte de um processo de favelização rural.

Os dados colhidos a campo parecem sugerir que, passados os primeiros anos de consolidação dos assentamentos, quando estes começam a produzir de maneira mais significativa, uma nova identidade começa a ser desenhada. Isso não significa que essa construção tenha ocorrido de maneira homogênea e sem percalços, mas uma nova visão do assentamento e dos assentados começa a surgir, possibilitando a afirmação de uma nova identidade. Basta ver como a própria mídia local, ligada ao poder público municipal trata a questão atualmente, de modo a valorizar a produção dos agricultores familiares do município⁵¹. Inicia-se com isso uma re(apropriação) da imagem desses agricultores, a construção de uma nova “versão” dos agricultores assentados que, de invasores marginalizados, passaram a ter a chancela de produtores de alimentos, que ajudam a abastecer a cidade. No entanto, o estigma não foi totalmente vencido. Ainda que na feira só participem agricultores assentados da reforma agrária, esta é noticiada somente como sendo uma feira da agricultura familiar. Além disso, a participação dos agricultores do PA Paz na Terra nesse

⁴⁹ No período, devido ao grande número de assentamentos localizados na região Norte Fluminense, cogitou-se a possibilidade da instalação de uma subgerência do INCRA no interior do Estado.

⁵⁰ Atual assentamento Paz na Terra.

⁵¹ Existe hoje em Cardoso Moreira a Feira da Reforma Agrária, que contribui para afirmar, em âmbito local, uma outra identidade dos agricultores assentados. Foram disponibilizadas pela prefeitura, em convênio com a EMATER e o MDA, 30 barracas de feira, distribuídas por assentamento, onde cada um teria direito a 10 barracas.

espaço é cada vez mais reduzida. Podemos observar essa mudança na transcrição da matéria jornalística sobre a feira colhida na internet e postadas no portal “TV prefeito.com”:

“A Prefeitura de Cardoso Moreira inaugura a Feira da Agricultura Familiar, na Praça Nilo Dias no centro da cidade, com a participação inicialmente de 20 produtores rurais do município, numa parceria com Emater-Rio e a coordenação da Secretaria Municipal de Agricultura, com o objetivo de oferecer produtos de baixo índice de agrotóxicos e incentivar a comercialização numa ação para a geração de renda e trabalho. Para o Secretário Municipal de Agricultura, Flávio Ferreira da Silva, “a Feira da agricultura Familiar é uma conquista da sua administração, como valorização do produtor rural do município cardosense que tem como vocação natural a agropecuária.” O Prefeito Municipal de Cardoso “ressalta a importância da organização dos produtores rurais no empreendimento que, com o apoio do poder público, eleva a confiança no setor da economia rural, promovendo a auto-estima do homem do campo.”⁵²

Estas observações sobre a imagem dos assentados no município de Cardoso Moreira têm significativa relevância na discussão aqui proposta, tendo em vista o modo como essas percepções influenciam a estruturação de redes políticas e de comercialização em âmbito local.

Ao longo da pesquisa ficou perceptível que os dois últimos assentamentos implantados no município (PA Francisco Julião e PA Chico Mendes) possuem um reconhecimento identitário mais positivo no município, sendo vistos como lugares onde vivem agricultores familiares que conquistaram seu espaço e produzem alimentos para o consumo da população. Tanto em conversas na cidade, como a partir das impressões colhidas nas entrevistas com integrantes dos órgãos municipais e, até mesmo, em conversas realizadas no interior dos assentamentos, essa perspectiva se reproduz. Podem existir diversas razões para o estabelecimento inicial dessa identidade, dentre elas o mercado da pista, que opera não só como um lugar de comercialização, mas como um espaço de relacionamento e geração de identidade desses agricultores, mas fundamentalmente, um dos fatores que resultou nesse processo se deve ao tipo de ocupação, exploração e uso da terra existente nos PAs. Enquanto o PA Paz na Terra, ainda que essa não tenha sido uma opção da maioria dos assentados, participa de uma rede de mercado de terras fortemente ligada ao arrendamento de pastagens para gado⁵³ e possui, proporcionalmente, poucos moradores residindo em seus lotes, os outros PAs, inicialmente, fizeram uma opção distinta. Investiram na criação de arranjos produtivos e redes de comercialização mais ligadas à produção, em base familiar, de lavouras diversas, hortigranjeiros e leite e, talvez, em consequência dessa opção, estas famílias estão sensivelmente mais presentes em seus lotes. Isso não quer dizer que não haja opções distintas entre os agricultores, nem mesmo que essas opções sejam irreversíveis, mas elas tiveram forte influência, ao menos no desenvolvimento inicial dos PAs.

Os produtores do Francisco Julião contam com orgulho como foi à resistência inicial às pressões voltadas ao arrendamento de pastagens no PA, e defendem com bastante afinco o

⁵² <http://www.tvprefeito.com/2012/index.php/regiao-norte/340-feira-da-agricultura-familiar-e-inaugurada-em-cardoso-moreira.html>. Acessado em 30/01/2013.

⁵³ O arrendamento de pastagens para gado é uma prática comum na região, consistindo no aluguel da área do lote para fazendeiros criadores de gado de corte. O aluguel do pasto, em geral, é feito por aqueles assentados que não dependem exclusivamente do lote para obtenção de renda, trabalhando e residindo muitas vezes fora do PA, também conhecidos como “andorinhas”.

interesse na “terra para produzir”. Segundo eles, houve uma disputa “na marra” com aqueles que dominavam as redes de arrendamento no PA Paz na Terra. Essa é mais uma prova de que pressões diversas, inclusive internas, geram tensões nas áreas da reforma agrária, mas que algumas opções feitas pelos produtores podem se desdobrar em diferentes caminhos de desenvolvimento.

Não se sabe até quando será possível resistir ou conter esse processo de arrendamento de pastagens, mas por certo, com condições mais adequadas de implantação do assentamento, a capacidade dos assentados de realizar opções de forma mais autônoma aumenta, podendo abrir novos espaços de ação mais equânimes. A construção da identidade se dá também por parte do produtor, que reproduz em sua fala a valorização do seu trabalho e seu reconhecimento social através da agricultura:

João: “Só que antes, infelizmente, o assentado, o sem-terra, que eles falam, é muito mal visto pela sociedade. Mas hoje não é mais, hoje o assentamento levanta a moral do município de Cardoso Moreira, o nosso assentamento levanta. Carrega o município, em termos de lavoura, nós carregamos o município todo. E o pessoal fala muito né, aí pelas baixadas, pelos lugares aí, que o nosso assentamento é um dos que mais produz.

Esse reconhecimento dos assentamentos no município fica bastante claro ao circular pela cidade. Em visitas à EMATER e à Secretaria de Agricultura, os técnicos falam de forma bastante genérica sobre o perfil produtivo dos assentamentos. Ao tratar do Paz na Terra, são comuns as referências pejorativas e preconceituosas, mas que se reproduzem ou se refletem tanto entre os moradores da sede municipal, como entre os próprios produtores assentados. Já nas ruas, em uma das visitas à cidade, conversando com um assentado que vendia milho numa movimentada calçada próximo da rodoviária da cidade, um morador da cidade interveio⁵⁴ afirmando que a vinda dos sem-terra foi muito boa para a cidade, pois antes deles era muito difícil comprar milho verde para fazer papa⁵⁵ e agora sempre tem milho fresco. A feira da reforma agrária também é frequentada por diversos moradores da cidade e determinados produtos são de venda certa, como o milho, hortaliças e a laranja. Produtores de alimentos frescos e sem veneno são características de qualidade reconhecidas na produção dos assentados, ainda que nem todos os produtos sejam agroecológicos. Isso se deve, ao que tudo indica, à construção de um discurso sobre a qualidade dos produtos oriundos da agricultura familiar, dos produtos diretos “da roça”, com reconhecimento da procedência. Das 10 barracas disponibilizadas para cada assentamento que participa da feira, quase todas são ocupadas por assentados do PA Francisco Julião e do PA Chico Mendes, reafirmando a estigmatização do PA Paz na Terra⁵⁶. Outro fator relevante para pensar a relação com o município é a localização de cada um dos assentamentos em relação à sede municipal. No caso dos PAs Francisco Julião e Chico Mendes, existe uma maior proximidade em relação à sede municipal de Cardoso Moreira. Esses assentados se relacionam de forma mais intensa com um município relativamente pequeno do ponto de vista populacional, reforçando-se, com isso, as afinidades, reconhecimentos e possíveis redes de mercado e reciprocidade. Já o PA

⁵⁴ Não foi direcionada nenhuma questão ao morador, o comentário foi feito de forma espontânea durante a compra do milho sem que o mesmo soubesse o que eu conversava com o assentado no local.

⁵⁵ Prato típico local feito com milho verde preferencialmente fresco.

⁵⁶ Outro fator que desestimula a participação de alguns produtores do Paz na Terra é a distância a ser percorrida do PA até a sede municipal de Cardoso Moreira. Além do custo da passagem de ônibus ser consideravelmente maior, os assentados encontram mais dificuldades em vender suas mercadorias, possivelmente devido aos laços menos estreitos com o município, o que faz com que a participação na feira nem sempre seja compensatória.

Paz na Terra situa-se mais próximo da sede municipal de Campos dos Goytacazes, fator que diminui a relação dos assentados com o município de Cardoso Moreira.

Assumindo o risco de cometer injustiças aos produtores individualmente, de forma genérica, os assentamentos possuem perfis de produção e de inserção em redes de mercados significativamente distintas. Enquanto no PA Paz na Terra prepondera a prática do arrendamento e criação de gado de corte, os PAs Chico Mendes e Francisco Julião fizeram apostas distintas e seus caminhos se confundem tanto na conformação do perfil identitário, como também devido à sua proximidade espacial. No caso do Chico Mendes há uma maior ênfase na criação de gado leiteiro, ainda que diversos produtores invistam na produção de lavouras e hortigranjeiros. No PA Francisco Julião, mesmo que o leite represente uma importante âncora financeira das famílias, há um investimento mais sistemático e constante em lavouras diversas e hortigranjeiros. Essas características são muito importantes na construção do perfil identitário dos assentamentos, pois o reconhecimento dos assentados enquanto agricultores familiares, se reflete tanto no seu orgulho como produtor rural como no sentimento de pertencimento à cidade. Esses três assentamentos, em que pese sua proximidade espacial e o fato de terem surgido em condições políticas bastante semelhantes, traçaram caminhos bastante distintos dependendo das escolhas e da capacidade de agência de cada grupo.

CAPÍTULO III

O caminho percorrido no caminho a percorrer

Este capítulo tem como objetivo reconstituir a trajetória de implantação do assentamento Francisco Julião, objeto de estudo desta pesquisa, buscando analisar o perfil social do assentamento e das famílias que nele residem. Especial atenção foi dedicada às estratégias de reprodução econômica e social desenvolvidas pelos assentados ao longo do tempo, inclusive antes da chegada ao assentamento. Resgatamos, a seguir, a trajetória de implantação do assentamento como um espaço de trabalho e de vida, tentando evidenciar a estreita relação existente entre o processo de consolidação do assentamento e a construção de vínculos com diferentes mercados. O papel das lideranças como atores relevantes tanto na construção de relações com o poder público e com agentes externos ao assentamento, como na condução de processo internos ao PA foi também destacado, sem desconhecer, no entanto, que, no caso em estudo, esse papel foi exercido em meio a uma série de divergências e disputas. Procuramos evidenciar que o acesso dos assentados aos mercados de produtos agrícolas não se define, apenas, em função do acesso a este ou aquele circuito de comercialização, mas se dá em um contexto marcado pelas estratégias desenvolvidas pelas famílias no sentido de garantir sua permanência na terra e pelos processos sociais envolvidos na consolidação do próprio assentamento.

3.1 O caminho percorrido: as trajetórias de vida e a construção de oportunidades na luta pela terra

Iniciaremos esse capítulo com uma breve descrição do perfil de nossos entrevistados e de suas trajetórias, pessoais e familiares, considerando tanto o perfil anterior à chegada ao assentamento como sua experiência de vida no PA Francisco Julião. A apresentação dos entrevistados, antes de outras considerações, tem por objetivo caracterizar os sujeitos da pesquisa, suas trajetórias e suas estratégias de reprodução. Optamos por apresentar um breve resumo das entrevistas semi-estruturadas realizadas com cada agricultor, de forma a contextualizar a origem das falas e informações que embasam a construção do texto. Em seguida, trataremos do processo de implantação e consolidação do assentamento na perspectiva dos assentados enquanto atores que participam ativamente dessa construção.

*Entrevista 1 - Geraldo*⁵⁷

Aos 61 anos, Geraldo é casado e reside com a mulher e o filho no assentamento. A família se mantém no assentamento somente por meio da atividade agrícola, não possuindo outras rendas externas. Recentemente, o entrevistado perdeu seu filho mais novo, que era portador de necessidades especiais, em um acidente. Trabalhou praticamente a vida toda como empregado de uma usina de cana-de-açúcar numa área rural de Itapemirim, no Espírito Santo. Relatou que sempre trabalhou muito, desempenhando diversas funções, como medidor, encarregado e também no corte de cana. Segundo Geraldo, as condições eram muito precárias e tinha dificuldades para sustentar sua família criando seus filhos na usina. Hoje, ele alega estar 80% melhor de vida, só pelo fato de trabalhar por conta própria. A forte relação de dependência na usina, possivelmente, foi uma das razões que levou o Geraldo a buscar formas de organização coletiva, tanto que, na própria usina, já participava de formas de organização

⁵⁷ Lembramos que todos os nomes utilizados no trabalho são fictícios.

política por meio do sindicato local. Nesse mesmo período administrou por aproximadamente quatro anos um pequeno comércio de bebidas, que não tinha, segundo ele, um movimento muito forte. Durante a entrevista o assentado referiu-se, por diversas vezes, à “melhora na condição de vida” em função de trabalhar por conta própria. Assim, sua noção de qualidade de vida parece estar fortemente atrelada à ideia de dispor de um trabalho, “por conta própria”, de forma mais autônoma. O tipo de organização econômica da família de Geraldo, antes de ir para o assentamento, combinava o trabalho assalariado com diferentes atividades “por conta própria”, realizadas junto com seu filho mais velho e sua esposa, sendo que esta dedicava boa parte de seu tempo cuidando do filho mais novo, portador de necessidades especiais.

Geraldo participou das atividades iniciais do acampamento como coordenador, vinculado então ao MST. Posteriormente, se afastou das atividades diretamente ligadas ao MST, assumindo o cargo de vice-presidente da Associação de Produtores do Assentamento Francisco Julião. Como liderança local, estreitou relações com a Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira, na busca por melhores condições para produzir e com o objetivo de sanar outras dificuldades do assentamento, como por exemplo, o acesso a serviços essenciais.

Seu lote encontra-se localizado em uma das áreas mais nobres do assentamento, tanto em termos produtivos como no que diz respeito à comercialização, sendo próximo à BR-356 e ao rio Muriaé, em terreno pouco acidentado, o que torna seus 14 hectares de terra mais aproveitáveis⁵⁸. Também fica próximo ao ponto onde possui uma barraca na qual comercializa parte de sua produção. A localização de seu lote também favorece a atividade produtiva, pois além do acesso a água, o mesmo se encontra situado em uma zona menos conflituosa do assentamento, mais distante das áreas que estão sendo utilizadas para arrendamento de pastagens para gado de terceiros. Essas condições, um pouco mais favoráveis, têm permitido a continuidade e gradual ampliação de suas atividades produtivas. Orgulha-se de manter, praticamente sozinho, sempre que possível, grande parte da área do seu lote cultivada, apesar de ter mais de 60 anos e considerar sua idade avançada para a realização desse tipo de atividade. Conta para o trabalho na roça com a ajuda da esposa e do filho, que, quando pode, trabalha fora do assentamento para garantir outra renda. No manejo da terra utiliza o trator da Prefeitura e demais implementos disponibilizados pelo poder público municipal, mas contrata também, pagando por conta própria, sempre que necessário, serviços de maquinário para garantir sua produção de forma constante, pois o trator da Prefeitura nem sempre está disponível e por vezes não dá conta de atender todos os assentados.

O entrevistado declarou que gostaria de diversificar mais sua produção, mas tem dificuldades devido à ausência de estruturas de irrigação. Mesmo com certa disponibilidade de água, as áreas são irrigadas com bombas de pouca potência ou à mão e, portanto, se restringem a atender uma parcela menor do lote. Nos períodos de forte estiagem, a produção se limita ainda mais, com redução significativa da disponibilidade de água. Essas questões interferem nas relações desse agricultor com os mercados, principalmente devido à inconstância na oferta de determinados produtos. Apesar de seu arranjo de mercado estar economicamente ancorado, sobretudo na venda em escala em maior escala para um intermediário, na sua visão, o arranjo de mercado centrado na comercialização direta, tanto na pista, como em pequenos mercados no município de Cardoso Moreira, tem se demonstrado muito proveitoso, justamente devido aos preços recebidos pelos produtos. No entanto, o agricultor ainda tem dificuldades de escoar toda sua produção por meio dessas estratégias.

As atividades ligadas à comercialização da produção demandam de Geraldo e sua família um trabalho intensivo. Destaca-se que o agricultor possui uma rede de relações sociais e comerciais razoavelmente extensa. A exemplo das demais lideranças do assentamento, conseguiu estabelecer uma aproximação com a Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira,

⁵⁸ De acordo com o parcelamento atual, cada lote do assentamento possui, em média, 14,4 hectares.

principalmente em função das negociações para acesso ao maquinário e implementos produtivos. O assentado também conseguiu obter um alvará para a barraca onde comercializa seus produtos, às margens da BR-356, com o intuito de evitar problemas em relação à ocupação e uso daquele espaço. Diferentemente das demais barracas que estão construídas às margens da pista, sua barraca conta com uma estrutura mais voltada para consumidores locais, por estar localizada junto à cobertura do ponto de ônibus. Nas demais barracas, boa parte da clientela é composta por consumidores que passam de carro e, de modo geral, não são residentes da localidade ou nem mesmo do município de Cardoso Moreira, talvez por essa razão seus laços com o município sejam mais estreitos.

Entrevista 2 – Marcelo

Marcelo tem 50 anos e trabalha sozinho em seu lote. Sua esposa tem problemas de saúde e vive com os quatro filhos - de 3, 10, 17 e 24 anos - em Campos dos Goytacazes. Apenas o filho mais velho foi para o assentamento, mas não quis continuar residindo lá devido às dificuldades vividas nesse período de implantação do PA, principalmente com relação à habitação. Nascido no município de Campos dos Goytacazes, Marcelo trabalhou desde cedo na agricultura ajudando os pais, plantando e comercializando produtos agrícolas. Depois que constituiu sua família, continuou a viver como agricultor, auxiliando seus pais em sua terra e acampando em um esforço por conquistar sua própria terra. Continuou trabalhando, ora como trabalhador rural acampado ou na forma de parceria, ora como pescador, atividade que ainda faz parte de seu repertório de estratégias de reprodução social. Atualmente, utiliza uma motocicleta para a comercialização de seus produtos, e os vende de porta em porta, em bairros próximos à residência de sua família, em Campos dos Goytacazes. Em seu relato, percebe-se que as atividades de pesca e produção não se separam ao longo de sua trajetória, apenas oscilam, em intensidade, de acordo com as oportunidades, sendo estas as principais fontes de renda do assentado, além de eventuais “bicos” como assalariado. Antes de ser assentado, chegou a ter um trabalho fixo no meio rural, com carteira assinada, mas ainda assim, bastante precarizado. Essa experiência aumentou seu desejo de buscar novas alternativas de vida na reforma agrária, pois segundo o entrevistado, mesmo quando possuía carteira assinada, passava por períodos de grande dificuldade devido aos constantes atrasos no pagamento. Daí seu esforço em buscar na terra um meio de vida, que garantisse o sustento da família de forma mais estável e menos dependente.

Devido às precárias condições de infraestrutura básica no assentamento e aos problemas de saúde de sua esposa, optou por manter sua família em uma pequena residência, num bairro periférico de Campos, até que consiga estruturar tanto a unidade produtiva, como a casa no lote. A unidade produtiva está se estabilizando gradualmente, aumentando sua produção, no entanto a moradia ainda não se encontra em boas condições. Por ainda não conseguir trazer a família para o lote, sua capacidade de mobilizar força de trabalho é bastante limitada. Seu filho mais velho, como foi dito, havia ficado no assentamento para auxiliar nas atividades agrícolas, mas desistiu e foi buscar trabalho assalariado no município de Campos dos Goytacazes. Dessa forma, o agricultor, desde sua chegada ao PA Francisco Julião, viu-se na condição de ter que trabalhar sozinho na estruturação da unidade produtiva e manutenção da família. Como resultado do arranjo construído pela família, os recursos adquiridos no lote, somados aos ganhos do filho mais velho, são utilizados na manutenção da casa onde reside a família, inviabilizando a estruturação da casa no assentamento.

Marcelo chegou ao acampamento que resultou na implantação do PA Francisco Julião vindo de outra ocupação de terras na região, à convite de militantes do MST. Não chegou a atuar na coordenação, nem como uma liderança ligada ao movimento social, mas sempre teve boa relação no assentamento, sendo reconhecido pelo seu grande esforço como agricultor.

Considera a associação como um elemento importante para o desenvolvimento dos agricultores e das atividades produtivas e ocupa o cargo de tesoureiro desta organização.

Seu lote está localizado na divisa entre a área mais produtiva do PA e a porção do assentamento onde ocorre maior escassez de água. Mesmo assim, o agricultor considera seu lote como uma boa área para a produção, alternando suas lavouras entre a várzea, no inverno, e os morros nos períodos de cheia. Costuma produzir algumas culturas em maior escala (aipim, abóbora, milho), que possuem um bom mercado e dificilmente “encalham”, tendo em vista que estes produtos também servem de alimento para as criações. Investe ainda em culturas sem tantos atrativos comerciais, mas que são de seu interesse, como por exemplo, a produção de café. Reconhece que, até o momento ainda não obteve sucesso comercial com o café, mas já consegue produzir esse cultivo em menor escala para seu próprio consumo. Também comercializa ovos e peixes nos períodos de seca ou quando enfrenta algum tipo de dificuldade, seja na produção, seja na comercialização. Possui um carro e uma moto, que utiliza para transporte de seus produtos. Costuma comercializar também sua produção, ainda de forma esporádica, na beira da pista, mas seus principais canais de comercialização são os intermediários - para as lavouras em maior escala - e a venda direta, de porta em porta, com a venda de ovos, peixes, um pouco de laranja e outros produtos em menor escala.

O maquinário utilizado no lote é alugado ou cedido pela Prefeitura de Cardoso Moreira. Marcelo não tem condições de arcar com os custos da contratação de mão de obra, trocando, com frequência, serviços com outros assentados.

Entrevista 3 – João

Nascido em Campos dos Goytacazes, João é casado com uma professora do município de Campos dos Goytacazes e tem uma filha pequena, sendo que ambas residem na cidade. Era proprietário de uma loja de conserto e fabricação de baterias antes de vir para o assentamento. Também vendia bananas como intermediário em um veículo próprio no município. Apesar de queixar-se constantemente de sua situação financeira é um dos agricultores que declarou arrecadar a maior renda proveniente de atividades agrícolas no conjunto de nossos entrevistados. Na cidade, sonhava ter sua própria terra e via boas perspectivas na prática de uma agricultura voltada à comercialização da sua própria produção.

A exemplo de outros assentados, chegou ao acampamento vindo de uma outra ocupação de terras, ocorrida nas proximidades de Cardoso Moreira. Tem 40 anos de idade e muita vontade de aumentar ainda mais sua produção e comercializá-la por meio de canais mais rentáveis. Necessitaria para isso, segundo declarou, de sistemas mais eficazes de irrigação e câmara frias para o armazenamento da banana. Comentou ao longo da entrevista sobre a dificuldade de contratação de mão de obra para o trabalho na lavoura. Realiza todo o trabalho com a ajuda de um parceiro, que não é do assentamento, e conta ainda com a ajuda de outros assentados por meio da troca/contratação de serviços.

João é o atual presidente da associação do assentamento e possui, ao que tudo indica, uma considerável rede de relações e contatos, de grande importância para suas atividades no campo da comercialização. Sua atuação no PA como liderança, remonta ao início do processo de ocupação das terras do assentamento, tendo acompanhado de perto a evolução das relações estabelecidas entre o assentamento e o poder público municipal. Também foi uma importante referência na contratação e execução dos serviços relacionados ao parcelamento da área⁵⁹. Um de seus principais objetivos, segundo o depoimento registrado na entrevista, é comercializar a maior parte de sua produção por meio dos mercados institucionais.

⁵⁹ Este tema será tratado de forma detalhada, na seção 3.4 deste capítulo.

Participa tanto do PAA - modalidade de Compra com Doação Simultânea - gerido pelo MST, através da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa (APRUMAB), como do PAA Compra com Doação Simultânea, que tem como proponente a Associação de Moradores e Produtores Rurais de Santa Margarida – AMOPRUSAM. Este último projeto é coordenado através da Prefeitura de Cardoso Moreira. No momento da entrevista o agricultor entregava ainda produtos para a alimentação escolar, por meio do PNAE, no próprio município. Tem procurado também comercializar sua produção em maior escala no Mercado Municipal de Campos, em de redes de supermercados (Rede Superbom) na cidade de Campos⁶⁰ e, na falta de canais mais rentáveis ou produtos fora dos padrões de mercado, para uma fábrica de doces em São Fidélis. No caso do Superbom, o assentado alegou estar enfrentando dificuldades para manter entregas constantes, inclusive por falta de interesse da própria rede, que busca os agricultores locais somente nos períodos de alta de preços, com promessas de que os mesmos se tornarão fornecedores fixos da rede, o que faz com que consigam comprar a produção a preços menores. Mantém ainda diversos contatos com intermediários para o escoamento da produção do assentamento, atuando muitas vezes como um intermediário interno nas redes de comercialização do PA. A posição ocupada por esse assentado como mediador interno da comercialização, permite que ele se coloque em uma situação privilegiada para acessar certos mercados, principalmente aqueles que requerem maior escala. Além disso, essa posição agrega capital político para o assentado, que desde o início do assentamento já ocupa uma posição de liderança. O que se percebe, através do exemplo desse assentado, é que as redes de comercialização influenciam diretamente nas relações políticas estabelecidas no assentamento e que o acesso aos mercados não ocorre de forma independente das redes de relações sociais. Mesmo assim, as opções e estratégias desenvolvidas por João, embora diversas devido ao seu alto capital social relativamente a outros entrevistados, não estão constantemente disponíveis, mostrando que mesmo os atores melhor posicionados no contexto do assentamento encontram dificuldades e barreiras para acessar diversos mercados. Na colheita de safras maiores, quando os produtores são cada vez mais pressionados a se inserir em mercados mais amplos devido ao grande volume de produção disponível no assentamento, os agricultores se veem a mercê nas normas vigentes nesses circuitos mais longos de comercialização. Os preços baixos, decorrentes da ampla disponibilidade de produtos no mercado, chegam por vezes a não ser suficientes para custear a produção. Isso ocorre no assentamento principalmente nas safras de aipim e abóbora.

O lote de João encontra-se localizado na área mais produtiva do assentamento e possui uma infraestrutura mínima para a produção, como bomba de irrigação (ainda que esta não dê conta de toda a área do lote), curral, cercas e outros equipamentos agrícolas. Ainda assim, considera esta estrutura deficiente no sentido de atender seus anseios e aspirações como produtor, pois acaba tendo que optar, nos períodos de estiagem, por investir em uma ou outra cultura, enfrentando uma série de limitações sobretudo no que diz respeito à infraestrutura de irrigação.

Trata-se de um produtor bastante expressivo no contexto geral do assentamento, dedicando-se, principalmente, à produção de banana, abóbora, feijão, milho e hortaliças. Mantém, além disso, produção de leite para a comercialização, produto que lhe assegura entradas monetárias constantes ao longo de todo o ano. Possui apenas uma motocicleta, mas garante o escoamento da maior parte de sua produção utilizando o caminhão da prefeitura⁶¹.

⁶⁰ A rede Superbom é uma grande rede de supermercados com atuação na região. Somente em Campos dos Goytacazes a rede possui 11 lojas de grande e médio porte.

⁶¹ A prefeitura de Cardoso Moreira é responsável pela utilização e manutenção de 2 caminhões e uma Kombi que foram destinados para os assentamentos de reforma agrária da região no âmbito do território cidadania. Por não haver na época nenhuma entidade que pudesse responder pelos veículos, um acordo foi feito para que os

Entrevista 4 - Carlos

Carlos nasceu em 1953 em Campos dos Goytacazes. Trabalhou desde criança, inicialmente na roça, plantando feijão e cana de açúcar, tendo se tornado, posteriormente, ajudante de pedreiro. Mais tarde deixou a área rural e mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde exerceu diversas atividades. Atuou como vendedor ambulante e como comerciário em uma loja de confecções, exercendo as atividades de vendedor e fiscal. Depois disso, tornou-se chefe de equipe no setor de finanças de uma empresa de cobranças. Nessa época constituiu família e começou a trabalhar por conta própria como autônomo neste mesmo município e seu último emprego, antes de ir para o assentamento, foi na empresa TELEMAR⁶². Ao se separar da mulher, resolveu dar novos rumos à vida, e começou a atuar no movimento de luta pela reforma agrária junto à FETAG. Seus filhos, já adultos, permaneceram no Rio de Janeiro. O convite para participar da ocupação do PA Francisco Julião veio de uma irmã que participava da frente de massas do MST, recomeçando assim sua vida na região quase do zero.

No período inicial de implantação do assentamento trabalhou como diarista no corte de cana. Mas seu desejo não era continuar prestando serviços para os fazendeiros da região, por isso começou, juntamente com outros assentados, a cultivar pequenas áreas de terra, cuja produção dirigia-se tanto ao consumo das famílias como à comercialização. Conta que as dificuldades enfrentadas na comercialização dos produtos eram bastante grandes, pois os assentados tinham poucos conhecidos na região. No entanto, aos poucos, foi construindo uma rede de relações, sobretudo através das diferentes funções de coordenação que foi assumindo no MST. No que diz respeito às atividades de comercialização, seus conhecimentos se ampliaram ainda mais quando montou uma barraca na pista, ficando mais conhecido como produtor e conquistando clientes. Esse exemplo é indicativo da forma como dá a ampliação dos espaços de ação desses agricultores: através da mobilização de diferentes redes de relações sociais e econômicas, abrem-se novas possibilidades para os assentados. Na medida em que Carlos se afastou de suas funções de coordenação no MST, novos espaços de relação mais voltados para o âmbito local foram se afirmando.

O entrevistado comentou que sempre participou da organização do assentamento, mas atualmente, apesar de ser o primeiro secretário da associação de produtores do assentamento, encontra-se afastado das atividades organizativas da entidade. Seu afastamento, segundo declarou, se deve a motivos diversos, particularmente a divergências relativas à utilização do maquinário da Prefeitura. Segundo informou na entrevista, este maquinário tende a atender, com mais frequência, a área mais produtiva do assentamento, beneficiando um grupo específico de produtores que tem conseguido ampliar sua produção, demandando um acesso cada vez maior a esses serviços. Por essa razão, ou seja, por acreditar que todos deveriam ter as mesmas condições de acesso ao maquinário da Prefeitura, optou por se manter mais afastado das atividades associativas.

Seu lote encontra-se situado às margens da BR-356, junto à estrada do assentamento que liga o PA Francisco Julião com o assentamento vizinho, o PA Chico Mendes. O acesso à água é limitado e feito por meio de cacimbas, porém, diferentemente de alguns lotes, sua situação com relação ao acesso a água, ao menos para o consumo, não é extremamente crítica. Trabalha sozinho e tem dificuldade em contratar mão de obra, e, por essa razão não consegue expandir muito sua produção. Ainda assim, produz aipim e banana praticamente ao longo de

veículos permanecessem na região. Até a última gestão da prefeitura, ao menos os assentados do município de Cardoso Moreira possuíam acesso ao uso desses bens em acordos com a prefeitura.

⁶² Antiga empresa de telefonia.

todo o ano, além de outras culturas nas quais investe de acordo com o mercado e o clima. O milho, por exemplo, segundo ele, figura como um produto que tem excelente aceitação no mercado, principalmente para aqueles que, como ele, possuem seus lotes localizados próximo beira da pista.

Por ter seu lote e sua casa bastante próximos à pista, utiliza esse canal como sua principal estratégia, comercializando nesse espaço, atualmente, a maior parte de sua produção. Seu ponto é de boa visibilidade e facilita a entrada e saída de compradores, possibilitando a estruturação de uma clientela específica. Diferentemente de outros produtores que têm que passar boa parte do tempo nas barracas para comercializar sua produção, Carlos opera o canal da pista de forma distinta. Considerando que já possui uma clientela estabelecida, mesmo quando não está no lote, as caixas vazias são deixadas na quantidade desejada em frente a sua casa e, ao retornar da lavoura, já enche as caixas com produtos, deixando-as no mesmo lugar, para que os compradores venham buscá-las. O pagamento é acertado em outro momento, de acordo com o tipo de relação estabelecido com seus compradores. O agricultor atende a um segmento de consumidores específico de compradores, que segundo ele, adquirem produtos na forma de atacado, porém em pequenas quantidades. Seus principais clientes são pequenos comerciantes locais, produtores artesanais de salgados e doces e pequenos intermediários, que compram em média de três a cinco caixas de aipim, seu principal produto, por semana.

Entrevista 5 – Alfredo

Este agricultor, antes de ser assentado no PA Francisco Julião, trabalhava no município de Campos dos Goytacazes vendendo frutas, verduras e legumes em um carro particular nos bairros da cidade. Comprava produtos vindos, em geral, das CEASAs do Rio de Janeiro e Espírito Santo, e que eram comercializados através do Mercado Municipal de Campos. Nesta praça comercial, operava uma rede de contatos para a compra dos produtos que eram, por sua vez, transportados em seu carro e revendidos no varejo para diferentes clientes nos bairros da cidade, fazendo com que o veículo funcionasse como um armazém móvel. Possuía sua residência na cidade, mas declarou na entrevista que por ter sido criado em uma área rural, queria construir sua vida na terra. Já estava acampado em busca de um pedaço de terra quando recebeu o convite de um amigo para a ocupação do hoje assentamento Francisco Julião. Inicialmente, já residindo no PA, teve dificuldades de se estabilizar financeiramente, gastando boa parte do dinheiro que possuía em investimentos e na garantia de sua subsistência no lote, mas com a ajuda de outros assentados, começou a trabalhar e produzir na base da troca de serviços e hoje, do seu ponto de vista, já se encontra numa situação de vida melhor. Ele conta que nos primeiros tempos, depois que os lotes foram demarcados, dividia seu tempo entre a atividade agrícola no assentamento e trabalhos temporários nas usinas, nas fazendas vizinhas e também na cidade, pois não conseguia sobreviver somente com o que produzia no lote.

Alfredo não ocupa nenhum cargo na direção da associação e nem em movimentos sociais, mas mantém boas relações no assentamento. Aos 32 anos, reside no PA com a esposa e seu filho de dois anos, e conta ainda com a ajuda do pai, que recentemente mudou-se para sua casa para auxiliar na lavoura.

Os serviços mais pesados são realizados através da troca de serviços ou por meio de pagamento de diárias para outros assentados que, em geral, também precisam de auxílio com suas lavouras. Seu lote está situado na porção menos produtiva do PA, numa área bastante declivosa, sem contato direto com a BR-356, apesar de não ser tão afastado da pista. Encontra-se localizado entre os lotes que fazem divisa com a pista e os lotes mais internos do assentamento, próximos a área mais conflituosa e onde a prática do arrendamento de terras para o gado é mais frequente. Por se tratar de uma área de relevo bastante irregular, com

diferentes tipos de solo, o lote vem sendo manejado pelo agricultor através de uma combinação entre diferentes tipos de cultivos. Nas áreas mais inclinadas ele tem plantado aipim e abóbora, nas poucas partes mais baixas, faz lavouras de milho. No entanto, sua principal atividade é a pecuária leiteira, pois, segundo ele, a venda do leite é a sua principal fonte de renda, possibilitando a entrada de dinheiro ao longo de todo o ano.

Alfredo ainda mantém uma série de contatos construídos na época em que trabalhava exclusivamente no ramo da comercialização. Foi através dele que um dos primeiros atravessadores chegou até o assentamento para realizar uma compra de aipim. Relatou em seu depoimento que os circuitos de comercialização que se estruturaram no assentamento foram evoluindo com o passar do tempo, através de organização interna dos próprios assentados e com a ajuda de militantes do MST. Observou que, ainda assim, existem dificuldades no escoamento da produção e muitos agricultores ainda perdem produção no lote. Possui um carro e uma moto que o auxiliam a transportar sua produção quando necessário. Ele próprio não costuma comercializar seus produtos diretamente na pista, mas vende, por vezes, sua produção, para outros assentados, que revendem os produtos através deste circuito. Além dessas atividades, por vezes, presta serviços externos ao assentamento, em geral no município de Campos dos Goytacazes, e continua comercializando produtos de forma direta no município de Italva, como forma de complementar a renda familiar.

Entrevista 6 – Donizete

Donizete possui 57 anos de idade e vive sozinho em seu lote no assentamento. Nascido e criado em área rural de Campos dos Goytacazes, próximo à divisa com o Espírito Santo, filho de empregados de uma fazenda nessa localidade, passou boa parte da vida trabalhando junto dos pais em currais de leite. Por causa dessa atividade, foi chamado para trabalhar em uma outra fazenda, desta vez sozinho, e seguiu dessa maneira durante boa parte de sua vida, trabalhando em currais de diferentes fazendas, a última delas, situada ao lado da área do assentamento. No período da ocupação, era empregado da fazenda localizada ao lado, tendo sido convidado para participar do acampamento. Por quase toda a sua trajetória, antes de ir para o assentamento, trabalhou para terceiros, sem qualquer garantia de estabilidade e sem reconhecimento de direitos trabalhistas. Possuía apenas uma moto e alguns porcos que vendeu para fazer sua primeira lavoura, já no assentamento. Em sua entrevista declarou que o assentamento significava para ele uma forma menos dependente de viver, pois como observamos anteriormente, sempre viveu trabalhando para fazendeiros. A seguir, reproduzo sua fala sobre a vinda para o assentamento:

Donizete: “Porque eu tava aí fora, só trabalhando pra fazendeiros, eles queriam deixar a gente só com a camisa, aí quando falaram que tinha isso aqui eu pulei pra cá. Hoje eu tenho mais de uma camisa.”

Mesmo enfrentando uma série de dificuldades para produzir, afirma que hoje se encontra muito melhor do que antes, pois consegue sobreviver sem ser explorado. Contribuiu com o MST no período inicial da ocupação, depois foi se afastando do movimento social, distanciando-se até mesmo dos processos de organização interna do assentamento, mas sente que essa desarticulação atrasa o desenvolvimento do grupo como um todo. Tem dificuldades em trabalhar devido a dores nas costas, mantém uma pequena produção no lote e trabalha com outros assentados na forma de troca de serviços ou contratação por diárias. Além do trabalho no assentamento com outros agricultores, uma de suas principais rendas é uma pequena quantidade de leite que comercializa diariamente. Mantém pequenas criações e lavouras para

consumo próprio e vende o excedente desta produção para outro assentado, que comercializa produtos na beira da pista.

Passa a maior parte do tempo no assentamento, sem manter muitas relações políticas ou comerciais com agentes externos. Por vezes, chega a implantar lavouras de maior escala em parceria com outro assentado, que se responsabiliza pela comercialização da safra. Nessa forma de produzir, chegou a plantar grandes lavouras de abóbora em parceria, mas a falta de recursos para este tipo de investimento e o alto risco de perdas, tanto na lavoura, como na comercialização, tem desestimulado seu engajamento nessa atividade. Importante considerar que o lote de Donizete encontra-se localizado às margens da BR-356, no lado menos produtivo do assentamento, oposto ao rio Muriaé, em uma área pouco favorável à produção. Sua unidade produtiva é totalmente composta por uma área de baixada, sujeita a constantes alagamentos, que inviabilizam a produção durante vários meses do ano. Dentre os lotes existentes no assentamento, o lote em questão é um dos que apresenta as piores condições para a produção e até mesmo para residência. A única parte alta do lote que não sofre alagamentos foi cedida pelo vizinho de lote para que Donizete pudesse construir sua residência, em troca de um pequeno pedaço de mata na outra ponta da área.

Entrevista 7 - Arnaldo e Cristina

Arnaldo tem 69 anos, é aposentado e vive com a esposa, Cristina, de 60 anos de idade, em seu lote no PA Francisco Julião. O casal, em função da idade, enfrenta limitações para realizar as atividades mais pesadas na agricultura. Depois que se casaram, saíram em busca de um pedaço de terra para viver e, como declararam em sua entrevista, durante muitos anos, “queimaram plástico adoidado com esse solão”, vivendo e trabalhando, saltando de um acampamento para o outro. Por toda a vida trabalharam com agricultura, sempre em condições muito precárias de acesso a terra, no entanto, alegam não ter trabalhado para ninguém⁶³.

Atualmente, mantêm apenas pequenas criações, alguns bezerros, cabras, galinhas, patos e pequenas lavouras destinadas ao autoconsumo. Para viver, contam com a aposentadoria de Arnaldo, que é investida, em grande parte, na compra de medicamentos. Contam também com algum nível apoio familiar por parte da filha, dos netos e de um sobrinho, que vivem atualmente no assentamento Chico Mendes, na área ao lado. Reside também em seu lote, em uma outra casa, um neto de 19 anos, que os auxilia no trabalho quando necessário. Não participam das instâncias de organização do assentamento e, portanto, possuem pouca informação sobre os debates mais comuns no assentamento, como por exemplo, os programas de compras através do mercado institucional e a função da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP.

Seu lote encontra-se no lado mais produtivo do assentamento, mas em uma área marcada fortemente pela escassez de água. A maioria dos lotes do assentamento não conta com água abundante para irrigar a produção, com exceção daqueles lotes que estão bem às margens do rio Muriaé. No entanto, na área do assentamento onde de encontra localizado o lote ocupado por Arnaldo e Cristina, existe aproximadamente quatro lotes que apresentam limitações significativas de acesso à água, até mesmo para o consumo cotidiano das famílias. Para agravar a situação, nos períodos de cheia, um grande volume de água, imprópria para o consumo, toma conta de boa parte da área, inviabilizando, por vezes, o acesso aos lotes. Já nos períodos de estiagem, as pequenas cacimbas secam e a água que chega da única nascente

⁶³ Essa alegação nos dá algumas pistas sobre a importância que a autonomia assume na vida de algumas pessoas, pois, com frequência, surgem nas entrevistas afirmações sobre a condição mais independente vivida no assentamento, mesmo nos casos onde identificamos um maior grau de vulnerabilidade social.

próxima, é insuficiente para abastecer o consumo dos quatro lotes que dela dependem. Nessas condições, o problema da disponibilidade de água constitui-se como um forte entrave para a manutenção de criações e até mesmo de pequenas hortas para o consumo das famílias, gerando uma situação muito precária no que se refere à reprodução econômica e social dessas famílias, com forte tendência à emergência de conflitos pelo acesso a água nessa porção do PA. Até o momento, não há registro de conflitos mais graves, porém, desentendimentos sobre o acesso e o armazenamento de água são comuns em períodos de estiagem.

Entrevista 8 - Wanderley

Vindo de Cachoeiro de Itapemirim, município do Estado do Espírito Santo, Wanderley trabalhou, praticamente toda a sua vida, até ir para o assentamento, em oficinas de carros. Seu último emprego foi na empresa Viação Itapemirim, onde trabalhava na linha de montagem de carrocerias. Wanderley tem, hoje, 54 anos de idade, e enfrenta dificuldades para realizar atividades “pesadas”, que exigem maior esforço físico, devido à sua condição de saúde. Apesar de sempre ter trabalhado em empregos urbanos, seu conhecimento da prática agrícola veio “de família”, pois seus pais eram agricultores. Depois que a fábrica em que trabalhava fechou, decidiu que gostaria de ter um lugar para morar com mais sossego. Foi convidado para uma ocupação de aproximadamente 500 famílias, que tinha como foco uma área de terras situada na localidade de Santa Maria, próximo à divisa do município de Campos dos Goytacazes com o estado do Espírito Santo. Vários problemas ocorreram nessa ocupação, até que um grupo do MST convidou diversos membros desse grupo para ocupar outras áreas, dentre elas a que deu origem ao PA Francisco Julião.

O agricultor ocupa sozinho um dos últimos lotes do assentamento, localizado na área oposta ao rio Muriaé, mais distante da pista e na parte alta do PA, onde hoje se encontra a maior concentração de terras arrendadas para criação de gado por pessoas de fora do assentamento. Pelo que pude observar, encontra-se bastante isolado em relação aos processos políticos e organizativos internos e externos ao assentamento. Como já mencionamos anteriormente, o arrendamento de terras para terceiros, tendo como objetivo a criação de gado, constitui-se como um fator limitante em diversos assentamentos da região. A exemplo do que ocorre com outros assentados, afetados pelo arrendamento, as reclamações de Wanderley têm pouco eco na política interna do PA. Suas relações sociais se limitam aos assentados que vendem seus produtos, os clientes que circulam no comércio da pista e o fazendeiro que faz “rumo”⁶⁴ com seu lote.

Este assentado mantém uma barraca na beira da pista onde trabalha diariamente, transportando todos os dias a produção que comercializa com o uso de um carrinho de mão. Ele mantém apenas uma criação de galinhas para a comercialização de ovos e compra o restante dos produtos que comercializa de outros assentados. Não pretende fazer grandes investimentos produtivos, mas gostaria de ter condições de manter pequenas hortas e lavouras em seu lote, apenas para a comercialização na pista. Vive do que comercializa às margens da BR e, nos períodos de maior dificuldade, conta com a ajuda dos filhos que vivem em Cachoeiro de Itapemirim.

Entrevista 9 - Sebastião

Antigo militante do MST, Sebastião tem 74 anos, ocupa sozinho seu lote e participou de quase todas as ocupações desde que se iniciou uma presença mais intensiva deste

⁶⁴ Fazer “rumo” significa que está localizado na divisa entre o seu lote e a fazenda ao lado do assentamento, estabelecendo uma relação de vizinhança.

movimento social na região Norte Fluminense, na década de 1990. Nascido e criado no município de Campos dos Goytacazes, foi dirigente regional do MST por muito tempo e, hoje, contribui de forma menos intensa nas lutas da organização em função de sua idade e de suas condições de saúde. Sempre dedicou sua militância à ocupação de terras, à disseminação da agroecologia e à conservação das áreas de preservação ambiental nos assentamentos. Sebastião é aposentado e foi assentado somente em 2006 no PA Francisco Julião. Dedicou-se, principalmente, à produção para o autoconsumo, produzindo frutas, aipim, abóbora, quiabo, comercializando pimentas beneficiadas por ele próprio ou vendidas *in natura*. Não compõe nem nunca fez parte do quadro diretivo da Associação, mas mantém boas relações com as lideranças da organização. Segundo ele, a aproximação estabelecida pela Prefeitura de Cardoso Moreira com os assentados só é possível devido ao tamanho do município e seu reduzido orçamento. Na sua leitura, as relações de proximidade estabelecidas pelos assentados com o poder público municipal geram alguns problemas, mas funcionam como um elemento positivo na implantação e consolidação do assentamento. Sebastião defende a propagação de feiras nas cidades e uma participação mais intensa nos programas de compra institucional do governo, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como forma de garantir o escoamento dos produtos do assentamento.

Seu lote possui uma grande área de cobertura vegetal de mata nativa (Área de Proteção Ambiental - APA) que foi recuperada pelo assentado, mas fica localizado bem próximo à área onde ocorre maior incidência de arrendamento para gado. Cabe, aqui, observar que o fogo e o arrendamento sem controle geram diversos conflitos no assentamento, principalmente nas áreas mais próximas à mancha constituída pelas áreas arrendadas. O assentado conta ainda com a ajuda do filho de 43 anos que, apesar de não residir no lote participa com frequência das atividades desempenhadas pelo pai.

Entrevista 10 - Amarildo e Márcia

Amarildo e Márcia são nascidos e criados na região de São Joaquim, localidade na qual se encontra situado o PA Francisco Julião, e que hoje é parte do município de Cardoso Moreira. O casal sempre residiu e viveu na zona rural e trabalhavam como caseiros de um sítio situado ao lado do assentamento quando ocorreu a ocupação. Ele, com 64 anos e ela, com 57, contam que, no início, olhavam com certa desconfiança para a movimentação dos 'sem terra' que ocuparam a área. No entanto, vendo algumas necessidades essenciais pelas quais passavam as pessoas ali instaladas, principalmente com relação ao acesso à água, começaram a se aproximar dos sem terra, por estarem em uma propriedade próxima, munida de infraestrutura e que permitia sanar ao menos as necessidades mais urgentes daquelas pessoas. Após algum tempo, foram convidados a participar da ocupação. Sua disposição para ajudar o grupo fez com que se fizessem reconhecidos como referências no assentamento. Antes de ir para o assentamento, já trabalhavam como agricultores e beneficiavam em alguma medida sua produção, produzindo licores, porém sempre em pequena escala. Amarildo ocupa hoje o cargo de vice-presidente da Associação e Márcia o de tesoureira. Ambos aposentados, residem no lote com o filho mais novo, de 23 anos, que atua no Programa de Saúde da Família na localidade, sendo o casal uma referência no assentamento em produção agroecológica.

Possuem outras duas filhas que moram no município de Cardoso Moreira e visitam com frequência o assentamento. O lote tem boa distribuição da área passível de ser utilizada para atividades agrícolas, sendo próximo ao rio e possuindo um grande pomar no entorno da casa. Além das áreas onde são produzidas algumas culturas em maior escala, como feijão, aipim e coco, a família mantém também criações de porcos, galinhas e coelhos.

A infraestrutura do lote é bastante organizada, principalmente se comparada com a maioria dos lotes no PA. A moradia está bem estruturada e o lote também possui dois chiqueiros - sendo um de alvenaria - um galpão para armazenamento de ferramentas e sementes, um galinheiro, pomar e bomba para irrigação. No entanto, a comercialização dos produtos não é a única fonte de renda da família. Produzir sem ter que depender, exclusivamente, da venda da produção agrícola para sobreviver, em função da aposentadoria, permite a esses agricultores ter maiores condições tanto de investir em sua unidade produtiva como de buscar, com maior mais tranquilidade, diferentes opções de mercado, tornando-se menos reféns da urgência em se “fazer dinheiro” para a sobrevivência. Nesse caso, menos pressionados do ponto de vista de sua reprodução econômica, a capacidade de ação desses assentados surge de forma mais visível e mais possível. A possibilidade de conseguir manter o investimento exclusivo em lavouras agroecológicas, menos dependentes de insumos externos, valorizando os recursos internos da unidade de produção, surge como uma opção viável e até mesmo desejável, ainda que esse seja um caso menos frequente no assentamento.

3.2 As trajetórias sociais dos assentados do PA Francisco Julião: uma leitura transversal

Ao reconstituirmos as trajetórias de vida dos agricultores que participaram das entrevistas semi-estruturadas realizadas durante a pesquisa de campo, notamos que, apesar de boa parte desses assentados seja originária de áreas rurais, muitos viveram, por um período maior ou menor de tempo, no meio urbano, desempenhando diferentes tipos de atividades. Como se pode observar no Gráfico 2, a maior parte dos entrevistados é originária de municípios localizados nas regiões Norte e Noroeste Fluminense (Campos, São Fidélis, Cardoso Moreira, Itaperuna, entre outros). Uma parcela um pouco menos expressiva é proveniente do Espírito Santo, vindo de municípios do Sul do estado, como Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul, Muqui, Iuná e também de Serra, município localizado na região central do território capixaba. Foi possível identificar, ainda, um grupo familiar oriundo do Estado da Bahia. Apresentamos, abaixo, a distribuição dos entrevistados⁶⁵ de acordo com sua origem e considerando última residência antes do assentamento. É importante ressaltar que dois questionários foram dirigidos ao casal de assentados, indicando, portanto, cada um sua origem.

⁶⁵ Todos os dados estão contemplando os 16 questionários da amostra, que inclui os pré-testes.

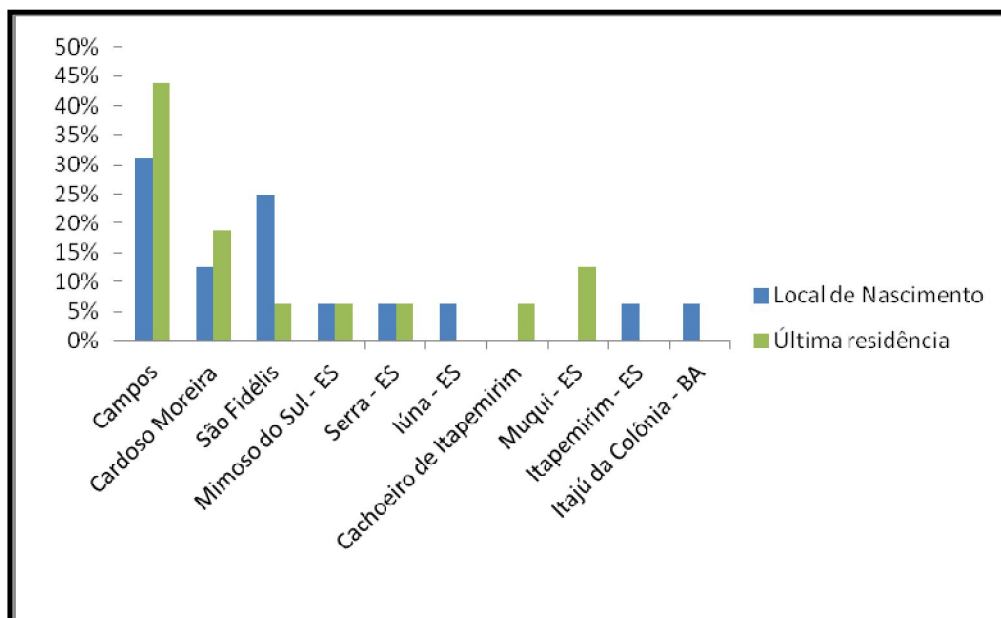


Gráfico 2. Origem dos entrevistados segundo local de nascimento e última residência
 Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Dentre as atividades produtivas desempenhadas pelos entrevistados no período anterior à ida para o assentamento, destacam-se as experiências comerciais de alguns produtores, seja na agricultura, seja na gestão de pequenos negócios. O fato de que muitas destas famílias possuíam uma experiência anterior na agricultura, ainda que este não seja um traço comum a todos os entrevistados, parece ter se constituído como um fator relevante na construção de consensos sobre qual seria o uso mais adequado da terra. A trajetória de vida traz elementos importantes para a compreensão da organização social e produtiva do grupo doméstico, tanto no interior do lote, como no grupo que compõe o assentamento. Além disso, há diversas experiências no meio urbano, que permitem a ampliação de redes de sociabilidade, com possibilidades de expansão para os centros consumidores. Essas experiências e redes de contatos, de certa forma, auxiliam os assentados a se posicionarem nesse grupo. Contudo, o nível de escolarização formal entre os assentados entrevistados é baixo, com alto índice de analfabetos e assentados que não chegaram sequer a cursar o segundo seguimento do ensino fundamental (Gráfico 3).

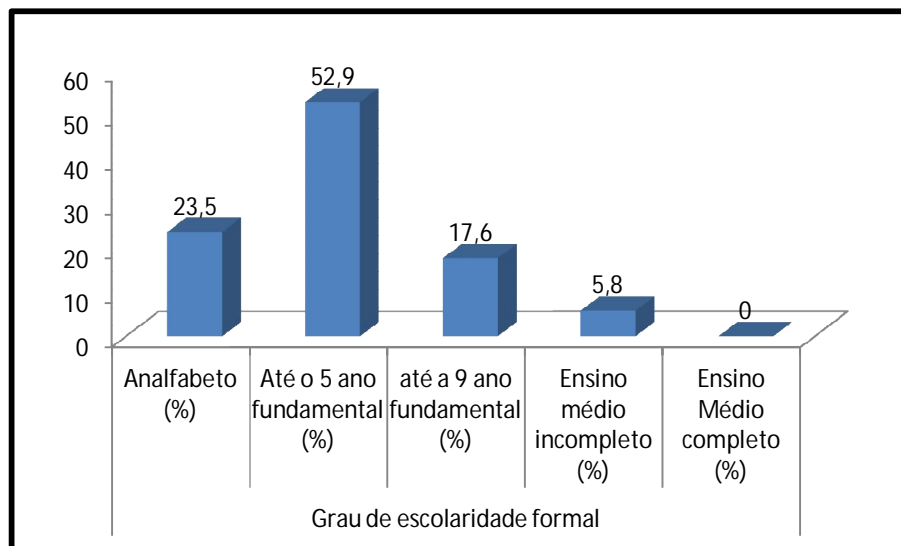


Gráfico 3. Escolarização formal entre os assentados entrevistados. Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Esses são índices baixos de escolaridade, porém, eles reproduzem a média geral de escolarização dos assentados no PA, sendo que a maioria dos assentados completou apenas o primeiro ou o segundo segmento do ensino fundamental, de acordo com dados sistematizados pela equipe de assistência técnica em 2007.

Já o Gráfico 4 demonstra também que a menor parte dos entrevistados obteve formação específica ou participou de cursos de capacitação em temas relacionados à produção agrícola. Dentre os cursos citados pelos entrevistados, quase todos foram oferecidos a partir de iniciativas do MST. Podemos observar que há um baixo índice de participação em cursos de qualificação que estimulem a capacitação técnica em temas relacionados à produção agrícola.

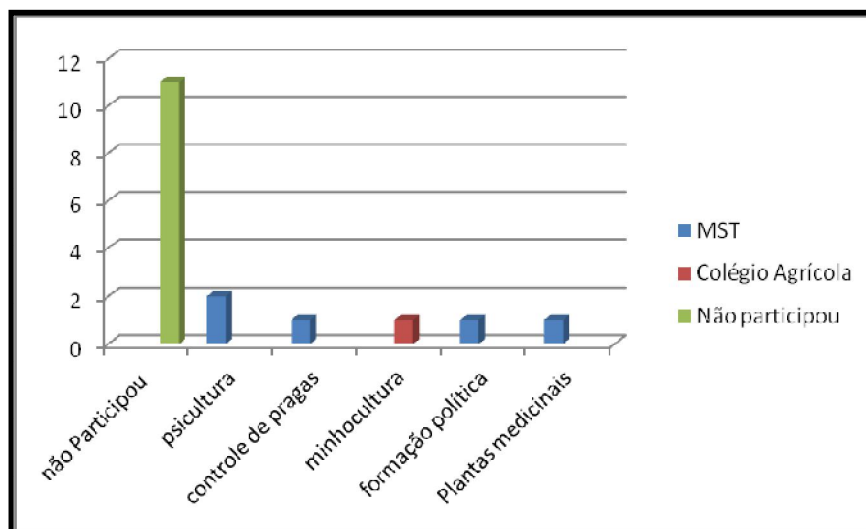


Gráfico 4. Participação dos entrevistados em cursos de formação. Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Nesse sentido, tanto os índices de educação formal, como os cursos técnicos de qualificação na área agrícola estão bastante defasados. Esse fato reitera o peso das experiências e trajetórias dos assentados na conformação do assentamento, indicando que há pouca intervenção externa no sentido de qualificação educacional e profissional.

O assentamento tem mantido certa estabilidade no que diz respeito à permanência das famílias assentadas nos lotes. Entre as famílias de agricultores entrevistadas, considerando, portanto, 16 famílias, nos últimos três anos, apenas uma pessoa havia se mudado para o assentamento para ajudar o filho na roça e três pessoas haviam deixado o PA: uma por desistência, uma em função da separação do casal e uma por falecimento. Não há lotes abandonados, mas há três casos de desistência⁶⁶, tendo os lotes sido ocupados posteriormente por terceiros com o consentimento da Associação. É importante ressaltar que o consentimento da Associação não expressa um consenso do conjunto dos assentados em relação a esse tipo de prática, pois nem sempre há consensos sobre quem deve ocupar aquele lote vago. A anuência da associação, ou da comunidade, caracteriza apenas um possível procedimento inicial para que o INCRA dê entrada na regularização da família que deverá ocupar ou que já está ocupando o lote. Ainda assim, esse processo costuma ser bastante demorado e as famílias seguem ocupando os lotes sem ter acesso a qualquer tipo de documentação que comprove sua condição de assentado, sendo excluídas do acesso à grande parte das políticas públicas destinadas aos beneficiários da reforma agrária.

O tamanho médio das famílias no assentamento é bastante reduzido, fato que influencia significativamente na disponibilidade de mão de obra para o trabalho. O número médio de pessoas que residem ou participam das atividades produtivas no assentamento é baixo, aproximadamente 2,5 pessoas por família, sendo que foram contados apenas os membros da família residentes, incluindo as crianças, e aqueles membros que, mesmo não residentes, participam frequentemente⁶⁷ das atividades produtivas no assentamento. Ou seja, a contagem diz respeito apenas àqueles que estão diretamente envolvidos nos processos produtivos, incluindo as crianças.

A Figura 5 busca ilustrar a estrutura familiar dos agricultores entrevistados. Os círculos representam o sexo masculino e os quadrados o sexo feminino e no interior das figuras a idade de cada membro.

⁶⁶ Não se sabe ao certo os motivos das desistências, mas há diferentes rumores sobre a questão. Em um desses lotes uma troca, mediada pelo INCRA, foi feita entre dois assentados, um do assentamento Francisco Julião e outro do PA Paz na Terra. No entanto, o assentado do Paz na Terra nunca chegou a assumir seu lote no Francisco Julião. As desistências podem ocorrer inclusive por pressões internas nas disputas por terra e pela reafirmação de lideranças.

⁶⁷ Frequentemente diz respeito àqueles membros que frequentam o PA mais de duas vezes por semana ou que participam das atividades produtivas, auxiliando também em outras funções, sempre que necessário.

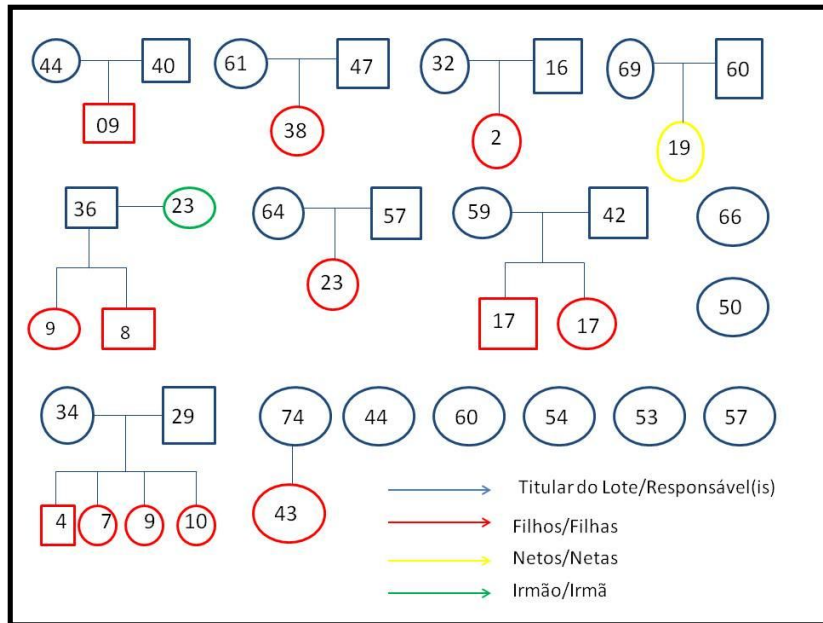


Figura 5. Composição das famílias entrevistadas considerando os membros da família que residem nos lotes ou que mesmo não residindo no assentamento participam das atividades produtivas.

Observa-se que há um grande número de homens, solteiros ou que mesmo sendo casados, trabalham sozinhos no lote, alguns com idade avançada, dificultando ainda mais a realização de atividades produtivas.

Na amostra temos sete casos nessas circunstâncias, no entanto, em todo o assentamento, esse número chega a quatorze casos, cerca de 30% do total dos assentados reside ou mantém o lote sozinho. Isso se reflete no perfil produtivo do PA, que é bastante dependente de trabalho externo, sendo que 62,5% dos entrevistados afirmam ter contratado ao longo das safras mão de obra para realização de atividades agrícolas na forma de diaristas. O pagamento de boa parte desse trabalho é feito em dinheiro, de acordo com o que for combinado entre as partes, mas também é bastante comum a troca de serviços entre os assentados, principalmente nos períodos de colheita. As dificuldades de contratar mão de obra para a lavoura estimulam os agricultores a trocarem serviços entre si, seja por dinheiro, ou em troca ajuda na lavoura. No entanto, nem toda troca de serviço entre os assentados é tratada como “contratação de mão de obra”. Em alguns casos ela faz parte de processos de produção onde há diferentes formas de contabilizar o trabalho e até mesmo de repartição dos resultados. Preocupações relativas à baixa disponibilidade de mão de obra no assentamento foram uma constante nas entrevistas:

João: *“Tem que mandar fazer um homem de barro aqui, não tem mão de obra não. Aqui é tudo por minha conta, sou eu e um amigo, que tá até deitado ali descansando.”*

Carlos: *“Outra preocupação é a falta de mão de obra, então muitas vezes a gente tem que trazer de fora, porque os de dentro estão ocupados com suas lavouras, então eles não podem contribuir.”*

No entanto, as dificuldades com a contratação de mão de obra e o reduzido número de pessoas nas famílias do PA não representam um cenário de desestruturação da atividade

agrícola em todo o PA. Pelo contrário, a maior parte dos assentados consegue incluir em seu portfólio de estratégias o desenvolvimento de atividades agrícolas que auxiliam na composição da renda ou no abastecimento da família. As percepções dos assentados sobre as mudanças na composição da renda ao longo do período de sua permanência no PA Francisco Julião são, de modo geral, positivas como se pode observar no Quadro 3. A pergunta feita no questionário era aberta e questionava se houve mudança na composição da renda depois da ida para o assentamento e de que forma. As respostas foram agrupadas e utilizadas na construção do Quadro 3, a seguir.

Quadro 3. Percepção qualitativa dos entrevistados quanto à variação da renda familiar depois da ida para o assentamento.

Melhorou	Incrementou a produção e conseguiu vender mais
	Melhorou nos últimos anos, mas ainda varia de acordo com o período de seca e das cheias.
	Porque tudo que produz é lucro próprio.
	Vendeu bem e conseguiu reinvestir em novas roças
	Esta melhorando. Esta conseguindo colher e as lavouras permanentes estão começando a dar resultado.
	Com muita dificuldade, mas às vezes consegue vender a produção (quando tem) e produz para subsistência.
	Porque quando consegue colher tem um extra
	Um pouco.
Não mudou	Muito, só de sair da lona.
	Mas a saúde e a qualidade de vida melhoraram
	Trabalha na pista para sobreviver
Piorou	Varia bastante
	Mas a saúde e a qualidade de vida melhoraram
	Piorou depois que veio pro PA
	No começo tinha mais renda, mas com o agravamento das enchentes tem tido mais prejuízos

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Outro fator interessante é a percepção de que melhora ou piora nas condições de vida não se resume ao aumento da renda. De acordo com as rendas declaradas pelos assentados e sua percepção sobre a situação financeira da família no PA, notamos que não há, necessariamente, conexão direta entre maior renda e satisfação da situação financeira. No entanto, a renda básica e elementos essenciais como acesso à água tem forte influência na percepção dos assentados sobre suas condições de vida. Houve dificuldade em captar a renda obtida pelos agricultores assentados devido às diferentes formas de obtenção e contabilização da renda, sobretudo quando eram perguntados sobre a renda oriunda dos produtos agrícolas, além de, em certos casos, receio em declarar rendas externas. O Gráfico 5 ilustra a percepção

da situação financeira dos assentados que, após responder às perguntas abertas citadas no Quadro 3, tinham quatro opções para definir sua percepção sobre a situação financeira da família no momento atual.

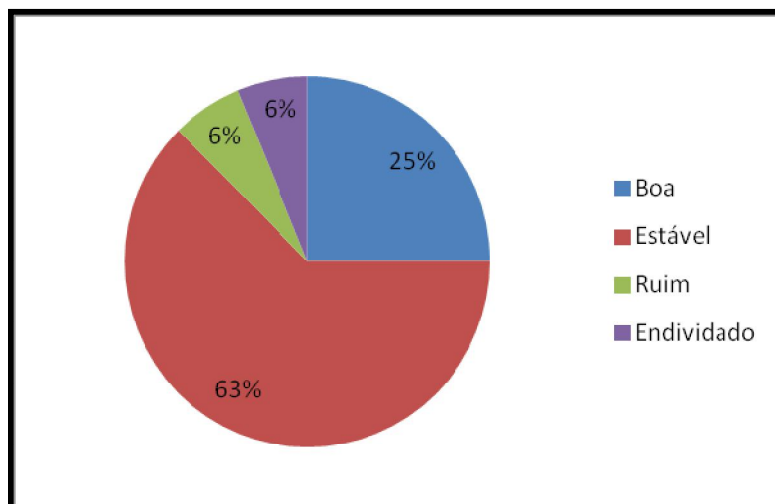


Gráfico 5. Percepção dos assentados sobre a sua situação financeira atual. Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Ao contrário do que se poderia supor, o assentado que declarou a maior renda líquida, tem a percepção de que sua situação financeira é ruim. Importante considerar o fato de que em sua trajetória ele trocou um pequeno negócio próprio na cidade para vir para o assentamento. Possivelmente, ao ver sua renda diminuir, sua percepção sobre a situação financeira familiar foi negativa. É preciso, também, levar em conta o tipo de expectativa que cada um traz para o assentamento, pois muitos assentados deixaram empregos com carteira assinada e renda fixa por uma opção de vida no campo, sem patrão e em sua própria terra. Em casos desse tipo mesmo com a diminuição da renda, a percepção sobre a situação vivida no assentamento é mais positiva.

Ser assentado é, portanto, uma opção de vida que não se resume à conquista da terra. Um dos entrevistados, ao ser perguntado sobre sua renda após ser assentado, respondeu que a renda em si piorou, mas que ir pra lá e ter direito à sua terra foi uma escolha. Nesse sentido, a sua situação de vida não estava pior. Estar melhor ou pior não se resume a ter melhor renda monetária ao longo dos anos, mesmo que a renda seja de fundamental importância na composição da equação cujo resultado consiste em estar melhor ou pior de vida. Outro assentado afirmou que as condições de vida não mudaram muito, mas observou que a melhora se deu no sentido de conseguir tocar a vida sem grandes preocupações devido a sua saúde. Esse assentado tem dificuldades de manter lavouras em seu lote, tanto devido à sua condição de saúde como por conta da localização de seu lote em uma área com maior incidência de arrendamento. Ele mantém apenas a criação de galinhas e comercializa, além dos ovos, produtos comprados de outros assentados na beira da pista.

Wanderley: “Não melhorou nada. Quer dizer, melhorou porque eu consegui arranjar aqui um meio de sobreviver sem fazer muito esforço, porque a gente já não tem condição de fazer muito esforço mais não”.

Por outro lado, mesmo que, de forma geral, os assentados considerem suas condições de vida melhores atualmente do que antes de serem assentados, há o caso de um assentado que, mesmo que sua renda declarada seja bem superior do que a maioria dos demais, alega não estar satisfeito, possivelmente devido aos parâmetros e expectativas relativas a ganhos monetários construídas no período anterior ao assentamento

Ainda que essa percepção acerca da situação financeira atual apresente certa regularidade entre os entrevistados, a variação e a instabilidade na produção são agravantes do ponto de vista da estabilização de sua economia, estando essas oscilações, em muitas situações, fortemente ligada as suas relações com os mercados. De modo geral, a produção, mesmo quando inserida em mercados economicamente menos favoráveis aos produtores, resulta em ganhos que viabilizam ao menos a manutenção do agricultor e de sua família (ou parte dela) na terra. Um pesado fator de desestímulo ao trabalho agrícola encontra-se relacionado à possibilidade de acesso ao mercado de trabalho assalariado e tem a ver com os baixos rendimentos frente ao excessivo trabalho na agricultura. A precariedade⁶⁸ do acesso à terra como meio de produção, bem como a falta de infraestrutura voltada à produção, resulta em um quadro de instabilidade que aumenta a necessidade de trabalho intensivo e interfere no planejamento da produção num prazo maior. Por essa razão, as estratégias de reprodução dos agricultores são desenhadas de modo a garantir mínimos suficientes para a sobrevivência, diminuindo sua capacidade de barganha frente ao mercado devido à sua urgência em obter os possíveis rendimentos da produção, além de aumentar significativamente os riscos de maiores investimentos. As entrevistas dão indícios das dificuldades e da insegurança dos agricultores em realizar investimentos maiores nas lavouras:

Carlos: “Aí veio perda de produção e eu utilizei esse documento [DAPp]⁶⁹ a fim de ser ressarcido, também não foi possível porque nós não tínhamos acessado o PRONAF, então não tinha seguro. Aí voltamos a fazer as roças de novo pra poder, pra tentar, diminuir um pouco do prejuízo”.

Nesse caso, a falta de infraestrutura e as dificuldades de acesso a políticas públicas compõe uma perversa equação de desigualdade que se reflete, também, no que tange à inserção desses produtores nos diferentes circuitos mercantis.

3.3 O assentamento Francisco Julião: formação e trajetória do PA.

A ocupação da área onde hoje se encontra instalado o Assentamento Francisco Julião ocorreu no dia 04 de fevereiro de 2006, quando famílias organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entraram na Fazenda São José de Baixo. O acampamento foi montado com a chegada das primeiras famílias que contaram com o suporte de agricultores assentados ou de famílias acampadas em outras localidades do Norte Fluminense (Cooperar, 2010)⁷⁰. A constituição de um assentamento de reforma agrária não ocorre de forma simples e como veremos na sequência, as decisões que são tomadas pelos diferentes agentes envolvidos na implantação do assentamento, desde os seus primeiros

⁶⁸ Como veremos, não há garantias plenas de permanência na terra, mesmo após assentados, principalmente devido a não realização do parcelamento oficial.

⁶⁹ A Declaração de Aptidão ao PRONAF Provisória, DAPp, é emitida para aqueles agricultores que ainda não tem direito de acessar ao crédito do PRONAF, no entanto, viabiliza a participação em outros programas do Governo, como o PAA, PNAE e o crédito destinado à preservação das microbacias.

⁷⁰ Dados sistematizados pela equipe de assistência técnica – Cooperar-RJ.

passos, interferem, no curto e no longo prazo, tanto no desenvolvimento do assentamento enquanto comunidade, como na trajetória individual e familiar dos beneficiários do programa de reforma agrária.

Compreender a formação do assentamento e o papel das lideranças dos assentados é de fundamental importância para o entendimento deste processo desde a perspectiva dos atores. Se as lideranças tem um papel de destaque mais evidente frente ao desenvolvimento do assentamento, os assentados, como um todo, são peças-chave no entendimento dessas ações.

As lideranças assumem no assentamento um papel de mediação e precisam se afirmar, constantemente, diante dos demais assentados, assumindo um papel de negociação frente aos diferentes agentes com os quais interagem, sejam eles, órgãos governamentais, como o INCRA e o poder público municipal, sejam os movimentos sociais, possuindo também, um papel importante na estruturação das redes de sociabilidade do assentamento.

Abaixo, buscamos elaborar uma linha de tempo a fim de melhor situar o leitor em nossa da descrição do histórico do PA. Este esquema serve, fundamentalmente, como uma referência, posto que muitas ações não estão apontadas ali e outras se superpõe e se misturam no tempo, tornando difícil delimitar, de forma cartesiana, as diversas temporalidades em jogo no desenvolvimento do PA. É importante notar que as ações do INCRA destinadas ao assentamento como um todo são bastante pontuais e espaçadas ao longo dos anos (Figura 6). As ações mais constantes do INCRA no PA Francisco Julião foram os contratos do Programa de Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATEs, que são fruto de constantes reivindicação dos movimentos sociais. Não foram marcados na linha do tempo os anos dos contratos INCRA/ATES, mas estes ocorreram em 2007, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013. Buscamos explorar, nos itens abaixo, esses diferentes momentos e aspectos relacionados à trajetória histórica do PA Francisco Julião.

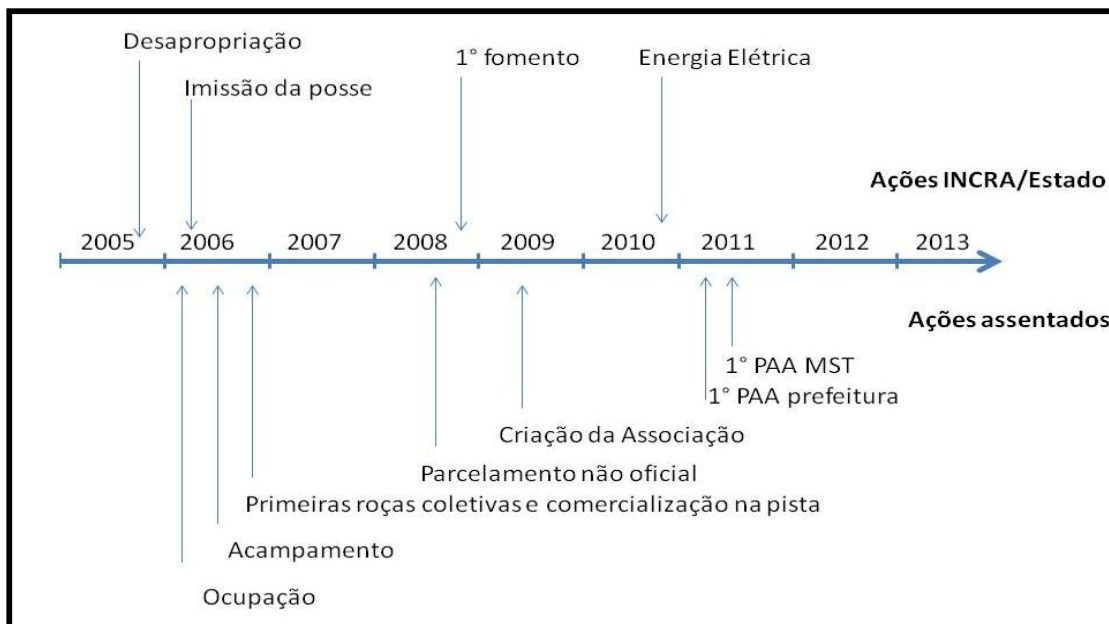


Figura 6. Linha do tempo da trajetória histórica de implantação do PA Francisco Julião.

A Etapa Inicial de Implantação do Assentamento

O PA foi se desenvolvendo não só de acordo com as possibilidades sociais e econômicas das famílias ali presentes, mas também em função de certas decisões individuais e coletivas que direcionavam alguns caminhos percorridos pelos assentados ao longo do tempo.

Os primeiros esforços no sentido de cultivar a terra, desenvolvidos antes mesmo do parcelamento provisório da área⁷¹, tiveram como objetivo atender a demanda de alimentos do assentamento e, quando possível, possibilitar a comercialização de algum excedente. Recursos financeiros eram, naquele momento, bastante escassos, tanto para o sustento das famílias como para investimento em atividades produtivas. Destaca-se, já nessa fase inicial, a capacidade de adaptação e a resiliência, tanto das famílias, individualmente, como do grupo de assentados, como um todo, no sentido de conciliar o atendimento às suas necessidades básicas com seus objetivos produtivos enquanto agricultores.

Inicialmente, a fonte de renda mais comum era o que os assentados chamam de “correr por fora”, prática que consiste na busca de trabalho pago fora do assentamento. “Correr por fora” pode significar prestar serviços em diferentes atividades rurais ou urbanas fora do assentamento, com pagamento, em geral, na forma de diária. Esse tipo de atividade resulta, em valores atuais, em uma remuneração entre R\$ 60,00 e R\$ 80,00, variando de acordo com a intensidade e o tipo de serviço prestado. Em alguns casos, mais raros, o trabalho poderia significar algum tipo de contratação, com pagamento equivalente a um salário mínimo.

Os agricultores buscavam trabalho no corte de cana ou em alguma outra atividade agrícola, trabalhando como diaristas para médios e grandes proprietários locais, fazendo “bicos” na construção civil, desenvolvendo, além disso, uma série de outras funções no mercado de trabalho urbano, como as de motorista, frentista, entre outras. Esse fato não impediu que começassem a investir em lavouras na área do assentamento. Pelo contrário, “correr por fora” foi possivelmente o que incentivou e, atualmente, em muitos casos, continua estimulando, a produção.

Inicialmente, logo após serem assentados, por não possuírem recursos para investimento na agricultura e nem os lotes demarcados, um grupo iniciou uma experiência de produção coletiva em uma área comum, no interior do assentamento. Nessa porção de terra selecionada pelo grupo, passaram a investir recursos e trabalho na produção e, posteriormente, na comercialização conjunta dos produtos ali cultivados. Outros assentados, individualmente ou com suas famílias, também procuraram escolher pequenas áreas do PA para começarem a produzir. Parte do excedente, oriundo desta área de produção coletiva ou das pequenas roças individuais, passou a ser comercializado às margens da BR-356, dando início às primeiras iniciativas de comercialização da produção do assentamento, direto ao consumidor. Em um primeiro momento, a pista, como um espaço de comercialização das sobras da produção destinada ao autoconsumo e envolvendo pequenos volumes de produção, caracterizava-se como um mercado que assegurava uma boa remuneração, de fácil acesso e que garantia a “entrada de dinheiro na hora”, o que estimulou o aumento das lavouras. Com o passar do tempo, alguns assentados passaram a mobilizar outros contatos na busca por novos mercados, o que permitiu uma diversificação dos canais de comercialização. Inicialmente, a busca por esses compradores não se deu somente em função da necessidade de comercialização dos produtos, mas, também, em função da demanda por recursos para investimento na produção. Por não terem acesso a créditos produtivos, uma estratégia comum consistia na busca de parcerias com agentes externos para investimento nas lavouras. Assim, frente às dificuldades

⁷¹ Provisório porque consiste em uma proposta de parcelamento, a ser referendada ou modificada pelo órgão responsável pela tutela do PA, no caso, o INCRA.

em angariar recursos para a produção, alguns assentados passaram a estabelecer essas parcerias na implantação de áreas cultivadas. Nesses casos, o investimento produtivo ficava por conta de um agente externo ao assentamento, que atuava como intermediário, investindo na produção e responsabilizando-se pela comercialização dos produtos. Alguns desses agentes negociavam as lavouras antes mesmo delas serem colhidas, ou ainda, de outra forma, faziam empréstimos para pagamento em dinheiro após a colheita. Desse modo, no primeiro caso, os assentados disponibilizavam a terra e a mão de obra, em contrapartida, asseguravam, com isso, a venda da produção para um agente externo a um preço já acertado antes mesmo da colheita, cabendo chamar atenção para a assimetria existente nessas relações, pois, no caso de perda, os prejuízos se tornavam dívidas para os assentados.

Cabe observar que a desigualdade de poder existente nas relações estabelecidas pelos assentados com agentes externos⁷², está presente no assentamento desde a sua instalação, na medida em que esses agricultores, que pretendiam produzir nas terras recém conquistadas, embora fossem proprietários dos insumos essenciais, terra e trabalho, estavam reféns de um mercado monetário informalmente estabelecido, que os colocava em uma situação de vulnerabilidade e baixo poder de barganha. Sem acesso a crédito pela via das políticas públicas, ficavam dependentes desses diferentes tipos de intermediários para a compra de insumos e pagamento de diferentes serviços. Os acordos estabelecidos eram sempre informais e apresentavam variações, a depender do agente e do produto comercializado. A premente necessidade de dinheiro para pagamento dos serviços de trator, aquisição de adubos e sementes, contratação de frete depois do produto colhido, entre outras atividades, surge como um elemento de desequilíbrio nessas relações. Alguns relatos evidenciam a existência de problemas e divergências com relação ao pagamento desses diferentes insumos e serviços na hora da colheita, sendo que essas discussões surgiam entre os assentados e os intermediários após a implantação das lavouras.

Também não havia clareza sobre quem pagaria o frete do produto e quem seria responsável pelo pagamento de diárias, quando era necessário contratar trabalho externo ao PA para a colheita. Até mesmo o valor a ser pago pelos produtos era, muitas vezes, obscuro. Por mais que houvesse clareza sobre os riscos envolvidos na realização desses “contratos” informais, os agricultores assentados se viam sem muitas opções, a não ser fazer acordos que viabilizassem o investimento, sendo que depois da lavoura pronta, poucas opções lhes restavam a não ser vender sua produção a esses mesmos agentes de acordo com as novas condições que estavam sendo propostas (Barbosa et. al. 2010). Outra característica desse tipo de acordo diz respeito ao modo como os riscos eram repartidos, pois, caso o agricultor perdesse a lavoura, estaria em dívida com o intermediário. Dívidas desse tipo constituem-se como um elo de dependência que pode se desdobrar, ao longo do tempo, em relações cada vez mais assimétricas (Souza, 2009). Essas relações de dependência têm se reproduzido desde a chegada ao assentamento, principalmente devido às dificuldades iniciais para investimento produtivo.

Outro exemplo citado é o pagamento de serviços de máquina no decorrer da safra. A lógica é semelhante, mas nesse caso a produção e a venda do produto final ficam sob responsabilidade do agricultor. O que é feito adiantadamente é a prestação de serviços de maquinário, pagos em dinheiro, no período da colheita. Em caso de perda da produção, reproduz-se, novamente, o ciclo de endividamento:

⁷² Os agentes externos, tal como os atravessadores, não podem ser definidos sem levar em consideração o tipo de relação social estabelecida entre estes e os assentados. Estes podem ser os próprios atravessadores, políticos locais, donos de maquinário ou qualquer outro agente que tenha interesse em investir na produção dos assentados de modo a retirar parte dos lucros.

Arnaldo: “Não tinha recurso nenhum, era a gente com a cara e a coragem. Botava trator, tombava, saísse de onde saísse pra pagar, aquele sacrifício. Se não, pagava na safra. Geneci mesmo eu paguei na safra. O Geneci tombou pra mim, aquele vargado, eu plantei e a água comeu tudinho nessa época agora, quando foi no frio que eu fui pagar a ele. Fui pagar aquele tombo e o outro tombo da roça que eu colhi. Aí não fica nada, o nosso problema aqui é doloroso.”

Até os dias atuais, muitas dessas relações ainda ocorrem no assentamento, mas por certo, de forma significativamente reduzida, tendo em vista que boa parte daqueles agricultores que se dedicaram com maior intensidade à produção agrícola conseguiu se estruturar minimamente, construindo parcerias que passam por relações menos assimétricas, ou produzindo de forma mais independente, com seus próprios recursos. Outra estratégia de redução da dependência de agentes externos é a realização de parcerias feitas com auxílio de outros assentados, até mesmo de outros assentamentos. É o caso de agricultores do PA Chico Mendes, assentamento vizinho, onde produtores que têm experiência em determinadas culturas se juntam a produtores localizados nos lotes mais próximos do rio para produzirem suas lavouras. Já do ponto de vista comercial, o tempo de assentamento e a experiência renderam bons frutos a muitos produtores que têm conseguido, apesar de todas as dificuldades apontadas, incrementar sua produção, acessar diferentes e novos mercados de modo a garantir a continuidade da atividade agrícola.

O Parcelamento como Momento Decisivo no Enfrentamento da Estrutura

Essa seção foi elaborada recorrendo aos dados levantados durante a pesquisa de campo e que foram confrontados com observações resultantes da minha experiência de trabalho e no intenso convívio com as famílias do assentamento. Considero que o caso do assentamento Francisco Julião não é uma exceção da morosidade na execução da política da reforma agrária no Rio de Janeiro. Nesse mesmo estado, outros assentamentos ainda se encontram sem parcelamento ou tiveram que passar por longos períodos até obter o parcelamento oficial do INCRA,⁷³ fato que acarreta uma série de dificuldades no desenvolvimento dos PAs, desde o alojamento das famílias, até a liberação da sequência de créditos de instalação.

As dificuldades enfrentadas pelos assentados para acessar os créditos de instalação, imprescindíveis para muitas famílias atendidas pelo PNRA, constituem-se como graves entraves para o desenvolvimento dos assentamentos, sobretudo, nos momentos iniciais, gerando e perpetuando fortes desigualdades e fragilidades internas, reforçando desequilíbrios que estimulam um ambiente de animosidade, insegurança e competitividade. De acordo com informações do site do INCRA o objetivo dos créditos de instalação, em suas diferentes modalidades, é de

“...suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver os projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento, o Crédito Instalação é concedido nas seguintes modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental.”⁷⁴

⁷³ A proposta provisória de parcelamento do assentamento está ilustrada na Figura 1 e na Figura 7 deste trabalho.

⁷⁴ Ver <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao> . Acessado em 30/01/2013

Porém, sem o parcelamento definitivo, as famílias não têm acesso aos créditos de instalação previstos na implantação do PA, que são liberados em sequência, estando a maior parte deles atrelados à realização do parcelamento oficial. No caso do PA Francisco Julião, com exceção do primeiro fomento, que tem por objetivo garantir a compra de ferramentas e itens de primeira necessidade às famílias recém-assentadas, nenhum outro crédito foi liberado, até o presente momento. Importante registrar que, no caso específico dos assentamentos não parcelados na região, o INCRA liberou a instalação da energia elétrica que, mesmo sem o parcelamento definitivo, exigia, para a instalação do medidor, a construção de ao menos um cômodo da casa no lote. Já o crédito da modalidade Apoio à Mulher foi bastante debatido no interior do assentamento, durante um longo período, em seguidas reuniões, com grupos de mulheres interessadas em acessar esse instrumento de política pública. Mesmo com pouca clareza dessa linha de financiamento, que ao longo dos debates teve seu formato alterado pelo órgão responsável, os projetos foram enviados ao INCRA no final de 2010, mas, até o presente momento, nenhum assentamento da região foi contemplado. Essa morosidade gera desgastes tamanhos e, atualmente, os técnicos extensionistas têm dificuldades em reunir as famílias para discutir projetos produtivos em grupo, pois o processo do crédito de Apoio à Mulher gerou desconfianças e falta de credibilidade nas ações propostas pelo INCRA nessa direção.

Outro recurso previsto como parte do processo de implementação da linha de créditos de instalação que estão disponíveis para as famílias que ainda não têm acesso ao parcelamento definitivo, é o recurso destinado à construção de habitações, sempre muito demandado pelas famílias assentadas. Com exceção do primeiro fomento, no valor de R\$3.200,00 por família, acessado pelos assentados do PA Francisco Julião no ano de 2007, nenhum outro crédito foi liberado. Ainda assim, em 2010, o INCRA liberou a instalação da energia elétrica através do programa Luz para Todos que, como dito, mesmo sem o parcelamento definitivo, exigia a construção de ao menos um cômodo da casa no lote. As lavouras até hoje implantadas pelos assentados, bem como a construção das casas, foram resultado de investimentos feitos pelos agricultores com recursos próprios, sendo que estes, agora, temem perder o direito sobre o que foi construído com seu trabalho, caso haja uma nova demarcação. Contradições como essas aumentam as animosidades nos assentamentos e muitas vezes prejudicam sua organização interna. A morosidade e o descaso integram um ciclo de pressões que cercam esses produtores e reiteram, a cada dia, o desafio de ser assentado através de um programa que sequer tem dado conta dos mecanismos básicos de sua execução. Esses fatores, como veremos, também respondem pela emergência e o declínio de lideranças no assentamento, de acordo com seu âmbito de atuação e as diferentes conjunturas e necessidades vividas pelo PA.

No ano de 2008, decididos a não continuar esperando a ação do INCRA para a realização do parcelamento, representantes do assentamento buscaram um meio de realizar o parcelamento por conta própria. O trabalho de mensuração e divisão dos lotes foi feito por um topógrafo particular, cujo serviço foi pago por todas as famílias assentadas. Existe certo consenso entre os assentados do PA de que a decisão de realizar o parcelamento por conta própria, pagando a divisão dos lotes com seus próprios recursos, foi acertada. Quanto à distribuição das famílias ao longo da área, considerando as características de certos lotes, há algumas divergências. Existem áreas do assentamento que são mais ou menos propensas à prática de uma agricultura mais ou menos rentável, devido principalmente às condições ambientais, mas também em função das pressões geradas pelo arrendamento de pastagens a terceiros. O parcelamento foi realizado “por conta própria”, uma vez que os agricultores desejavam ocupar suas próprias áreas, estando também desgastados do esforço de produzir, em espaços provisórios, e de forma conjunta.

O parcelamento foi, portanto, uma decisão coletiva do assentamento impulsionada, principalmente, por fatores relacionados à organização da produção e ao desejo de estruturar a moradia no PA. Como já observamos anteriormente, quando os entrevistados foram perguntados sobre a decisão relativa ao processo de parcelamento, é quase unânime a opinião de que foi uma decisão acertada, mesmo que os assentados sofram, até hoje, uma série de pressões por parte do INCRA envolvendo possíveis mudanças no traçado do assentamento. Outra questão que se apresenta com bastante ênfase, diz respeito ao desejo de poder construir suas casas, plantar culturas permanentes e poder tocar a vida de forma mais independente. O termo ‘embolados’ ou ‘viver embolado’ surgiu com frequência quando os entrevistados eram indagados sobre a vida no acampamento. A repetição do termo expressa a criação de um consenso que vigora até os dias atuais:

João: “porque se a gente tivesse embolado lá (no acampamento) muitos teriam desistido, como desistiram. Então a gente começou a produzir a partir daí. A gente queria trabalhar, queria ter nosso pedaço de terra, saber onde a gente ia planta, porque não é justo você ficar embolado. Queríamos construir a casinha da gente, conforme você vê aí, ou mal ou bem, cada um tem seu cantinho”

Geraldo: “Isso aí foi a maioria né, a maioria achava que era melhor, acho que foi em 2008. Nós não sabíamos quando ia acontecer o parcelamento pelo INCRA e tava tudo embolado aqui, se por acaso nós fossemos esperar, nós estaríamos até hoje lá”.

Donizete: “Nós decidimos isso porque tava tudo embolado num lugar só, era uma batucada, uma conversaria mais feia do mundo, então nós repartimos e fomos pros nossos lotes fazer nossos barracos onde nós queríamos, distante um do outro. Porque não é muito bom ficar muito distante, mas ficar muito embolado também não presta né. Então foi aí que nós decidimos isso, e aí cada um ia plantar o que quisesse. ‘No meu vou plantar o que eu quero, pois é meu.’”.

O termo embolado remete, portanto, ao período do acampamento, quando as condições de vida eram bastante precárias e todos viviam em barracas de lona, umas bem próximas das outras. A ideia de desfazer o acampamento e dar início à vida em sua “própria terra”, como assentados, tem um peso importante na construção desse discurso. Há um desejo claro em desconstruir a identidade estereotipada dos assentamentos como uma favelização do campo, associada à aglomeração de barracos e moradias provisórias. Aparece também como uma referência importante a experiência dos assentados do Paz na Terra, que por aguardarem o parcelamento oficial do INCRA, passaram um período de mais de três anos vivendo no acampamento, o que resultou em diversos conflitos e dificuldades na implantação do assentamento. Mesmo após o parcelamento, muitas famílias não foram para seus lotes devido à falta de condições para construir suas casas, permanecendo na área do acampamento até o início da aplicação do crédito de habitação no ano de 2010. Os resultados desse processo se refletem no tipo de ocupação e uso da terra no PA Paz na Terra, fortemente dominado pelas redes que controlam o arrendamento de pastagens, enfrentando sérias dificuldades organizativas internas e marcado por identidade (negativa) estereotipada, que carrega até os dias atuais. A trajetória percorrida pelo assentamento Paz na Terra teve, portanto, impacto significativo no esforço desenvolvido pelos assentados do PA Chico Mendes e do PA Francisco Julião, no sentido de buscar o parcelamento “por conta própria”.

Até o presente momento, meados de 2013, ou seja, sete anos após a criação do PA, o parcelamento contratado pelos assentados ainda não foi oficialmente reconhecido e muito se especula sobre essa questão. Há pouca clareza sobre o que poderá acontecer, pois o INCRA afirma que haverá mudanças no traçado dos lotes, que poderão afetar, inclusive, casas construídas e lavouras permanentes já implantadas, sob o argumento de adequação à legislação ambiental. Essa insegurança tem gerado grande polêmica, pois ainda que quase todos considerem acertada a decisão de parcelar o assentamento ‘por conta própria’, nem todos ficaram satisfeitos com a distribuição dos lotes.

Nos últimos anos, o INCRA se limitou a fazer promessas de que o trabalho seria realizado, sempre ressaltando que poderia haver mudanças no traçado dos lotes. Algumas discussões também foram feitas junto às famílias por intermédio da equipe de assistência técnica, do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES. No entanto, o diálogo entre o setor do INCRA responsável pelo parcelamento, as famílias e a equipe de assistência técnica é quase inexistente, predominando, ao que tudo indica, por parte do INCRA, um tratamento exclusivamente técnico desta questão, que ignora todo o processo de implantação do assentamento protagonizado pelos assentados. Descrevendo essa etapa, um de nossos entrevistados relatou:

Wanderley: “Nós fomos na cara dura, pagamos o cara pra medir, dividir os lotes. E aí fizeram lá um sorteio de cartas marcadas e cada um foi pro seu canto.”

Por certo não há uma satisfação plena dos produtores em relação à distribuição dos lotes, principalmente pelo modo como foi conduzido o sorteio. Essa questão é pouco discutida no assentamento, talvez pelo fato de que uma série de questões, mais importantes do que a localização dos lotes, pressionem os assentados. Especulações relacionadas à possibilidade do PA não comportar o número de famílias ali abrigadas, colocam em segundo plano a distribuição dos lotes, pois a prioridade é garantir a permanência no assentamento. Nesse sentido, colocar em pauta uma questão tão delicada pode de alguma forma, comprometer possíveis alianças com as lideranças que, no caso da redução do número de famílias instaladas no PA, podem se constituir como importantes aliados na permanência no assentamento. Além disso, há uma certa segurança em relação à sua permanência no PA por parte daqueles produtores mais estabilizados e mais produtivos, em geral instalados em lotes com melhor localização considerando a qualidade do solo, o acesso à água, a proximidade de vias de escoamento da produção, entre outros quesitos. Quando perguntado sobre a questão do “sorteio de cartas marcadas” o assentado citado anteriormente sorriu e desconversou, como se fosse uma questão de menor importância. *Wanderley: “Ih, vamos largar isso pra lá...”* É importante observar que este entrevistado, não está assentado em uma “área nobre” do PA, pelo contrário, encontra-se em um lote bastante afastado, na área onde ocorre boa parte dos problemas relacionados ao arrendamento de pastagens. O consenso envolvendo o parcelamento por conta própria se desdobra, então, na tentativa de criação de um novo entendimento, esse nem tão consensual e certamente mais delicado, baseado em um entendimento de que é necessário ‘manter as coisas como estão’ para garantir que todos que ali se encontram consigam permanecer no assentamento. Assim, uma possível remarcação poderia representar mudanças positivas ou negativas na situação das famílias. Essa insegurança em relação à permanência na terra se soma a outros fatores que interferem no cotidiano do assentamento, gerando insegurança e acirrando disputas internas.

As decisões tomadas em grupo, ou em nome do coletivo de assentados, têm forte relação com as trajetórias percorridas por determinados atores dentro do PA, que passaram a dispor, por diversos motivos, de uma maior capacidade de influência sobre as opções e

concepções de vida desses agricultores enquanto grupo. Para compreender a formação do assentamento é preciso compreender melhor como se deu a construção de uma série de consensos no interior do grupo

O INCRA permaneceu e até hoje permanece completamente omissos em relação ao parcelamento da área. Como observado anteriormente, já se passaram sete anos da criação do PA e o reconhecimento do parcelamento ou a remarcação oficial ainda não foi realizado. O MST, por sua vez, centrava forças em diversas frentes de assentamentos e na formação de novos acampamentos na região, buscando pressionar o INCRA para que realizasse o parcelamento de outras áreas ainda mais antigas do que o Francisco Julião, fato que não retirava os PAs de Cardoso Moreira da pauta de reivindicações do MST, mas que fazia com que suas reivindicações não pudessem ser atendidas de forma imediata. Fortaleciam-se, com isso, lideranças internas do assentamento, em detrimento daquelas lideranças mais estritamente ligadas ao movimento social. Percebendo que o MST iria priorizar outras áreas mais antigas nas suas pautas de reivindicação, principalmente no que diz respeito ao parcelamento, os assentados do Francisco Julião se viam mais identificados com as lideranças que estavam à frente dos interesses mais imediatos do próprio assentamento. Outro fator que contribuiu para esse distanciamento entre esses dois grupos de lideranças foi o rompimento de uma liderança interna do PA Chico Mendes com o MST, fator que estimulou ainda mais a emergência de outros líderes, que já vinham ganhando força ao defender prioridade às bandeiras dos PAs de Cardoso Moreira.

A análise dos dados de campo permitiu a identificação de dois tipos de lideranças no assentamento. As lideranças internas, que dirigem a associação e que, grosso modo, atuam como mediadores das relações estabelecidas entre o PA, o poder público e política local, e as lideranças ligadas ao MST, que atuam em espaços para além do poder local, principalmente no âmbito da negociação com o INCRA e demais órgãos do Governo Federal. Obviamente, esta é uma separação quase didática, pois não se tratam de lideranças isoladas, nem de arenas de negociação distintas, que não possuam conexões entre si. É bastante perceptível como a influência de cada liderança varia de acordo com os interesses dos assentados e as conquistas alcançadas por eles, demonstrando certo grau de autonomia desses atores no direcionamento de suas estratégias políticas no PA. Em determinados momentos, as lideranças vinculadas ao MST estão bastante ofuscadas, em outros a associação se vê extremamente pressionada, ainda mais por conduzir a distribuição do uso dos equipamentos públicos no contexto produtivo, como, por exemplo, a alocação dos serviços de trator, viabilizados através do poder público municipal. Nesses termos, não é possível separar a atuação das lideranças no assentamento, pois os assentados recorrem a um ou a outro grupo, dependendo da situação. Outra questão que não permite uma separação radical dos dois grupos de atores em nossa análise, diz respeito à influência que o MST possui a partir da formação de base do assentamento e que ajudou a fundamentar a consolidação da identidade coletiva no PA (Belo, 2012). Além disso, algumas lideranças da Associação mantêm relações próximas e de amizade com as lideranças do MST, tanto regionais como estaduais, mobilizando-as para que atuem como portadoras das demandas do assentamento nesses canais de negociação.

Mesmo assim, a situação das lideranças é delicada em relação a determinadas questões que dizem respeito ao PA. O parcelamento, por exemplo, é um elemento que fragiliza a posição das lideranças do MST. A linha de atuação do Movimento defende a priorização do parcelamento dos assentamentos mais antigos, enquanto a necessidade premente dos agricultores em questão os faz defender o parcelamento imediato de suas terras. Essa situação acaba gerando tensões entre as lideranças e destas com os assentados, sendo que por diversas vezes, o MST foi acusado de ir contra os interesses dos assentados. Desde a perspectiva do MST, é preciso considerar, no entanto, que existem assentamentos ainda mais antigos no

Estado e que também não foram parcelados sendo, por essa razão, apontados pelo MST como prioridade na obtenção deste serviço.

Cabe observar, ainda, que nem todos os assentados que hoje residem em assentamentos ainda não parcelados, tiveram a iniciativa ou condições efetivas de ocupar, por conta própria, a área do assentamento e começar a definir os rumos de seus PAs, a exemplo do que ocorreu no assentamento Francisco Julião. Consideramos esse episódio como um elemento essencial para a compreensão da trajetória desse assentamento, pois coloca os agricultores numa condição de protagonistas, em um contexto marcado por condições estruturais adversas.

Outro fator relevante na afirmação política das lideranças no Francisco Julião que se constitui como um traço distintivo, em comparação ao caminho que foi sendo traçado por outros assentamentos da região, diz respeito aos investimentos feitos por esse grupo de lideranças visando o desenvolvimento da capacidade produtiva do assentamento, como forma, inclusive, de afirmação política. Uma possível razão para isso reside no fato de que, grande parte dos investimentos no assentamento realizada por intermédio da Prefeitura Municipal, esteve voltado para a alocação de máquinas para a produção, buscando assegurar dessa forma, condições mínimas de geração de renda para essas famílias. Dessa maneira, foram se estreitando os laços estabelecidos pelos produtores assentados com o poder político local.

O esforço do poder público municipal em investir em alocação de máquinas e equipamentos para uso dos assentados parece ser o resultado, não tanto de uma visão “progressista”, dirigida à emancipação das famílias, mas devido à falta de condições econômicas do governo municipal no sentido de fornecer outros tipos de auxílios, visando angariar votos, como cestas básicas, cheques-cidadão, materiais de construção, entre outras “benesses eleitorais”, muito comumente concedidas nos municípios mais ricos da região, mais bem aquinhoados do ponto de vista da distribuição de *royalties* do petróleo, como Campos dos Goytacazes. Esses fatores marcam com bastante clareza de que forma determinados agentes influenciaram os rumos do assentamento Francisco Julião. Assim, a busca por melhores condições de produção e comercialização se confunde com a formação de alguns tipos de liderança que foram mais capazes de se articular, buscando influenciar tanto na distribuição dos recursos que o PA acessa via governo municipal, mas, principalmente, na distribuição das famílias no espaço físico do assentamento.

O Parcelamento Provisório e as Características dos Lotes

De acordo com dados sistematizados pela equipe de assistência técnica do assentamento, Cooperar (2010), os lotes no PA Francisco Julião possuem parcelas médias de 14,4 hectares, porém esses números ainda são provisórios devido a não realização do parcelamento definitivo da área. Ao observarmos a distribuição dos assentados no PA, é perceptível o quanto a localização e as características dos lotes interferem diretamente no desenvolvimento das atividades produtivas em cada unidade produtiva, principalmente quando observamos às condições de acesso à água, tamanho da área aproveitável, tipo de solo, entre outros elementos. No entanto, não são apenas essas características que determinam as condições de produção no PA, pois a distribuição sócio-espacial dos lotes também interfere de maneira importante no que se refere a suas possibilidades como um espaço de produção e reprodução. As áreas onde estão localizados os produtores que concentram seus esforços na criação de gado, possuem fatores limitantes ao desenvolvimento de lavouras, tendo em vista o relevo mais declivoso e a precariedade das cercas, o que resulta na constante perda de lavouras devido à entrada de animais de terceiros nos períodos de escassez de água e pastagens.

É importante frisar que está bem estabelecido entre os assentados do Francisco Julião que conquistar o direito à terra é tarefa mais árdua do que receber o termo de uso e concessão. Depois de anos “saltando” de um acampamento para o outro, vivendo na lona à espera do próximo despejo, ser assentado é apenas o primeiro passo da conquista de estabilidade, que tem como uma de suas possíveis vias de concretização, a inserção produtiva e comercial dos assentados como produtores familiares. Apenas dois dos entrevistados não mencionaram ter participado de outro acampamento antes da ocupação do Francisco Julião. Passada a fase do acampamento, tendo sido reconhecidos como assentados, as dificuldades não se reduzem e, por vezes até aumentam. Manter-se na terra torna-se uma tarefa essencial no sentido de viabilizar os projetos dessas famílias. A concretização desses projetos envolve a superação de dificuldades pessoais, familiares, disputas políticas, além de ter de viver em uma área sob a tutela do INCRA. De forma geral, a tutela dos órgãos do Estado, não só do INCRA, mas também de outros como IBAMA e INEA, tem se traduzido muito mais em um permanente controle e fiscalização do que em um esforço por desenvolver o ambiente do assentamento. Os órgãos de fiscalização não são vistos com bons olhos pelos assentados, pois na percepção dos agricultores, estas agências governamentais só funcionam para proteger os grandes produtores. Muitos assentados se queixam da ação desses órgãos no assentamento, alegando que, por diversas vezes, as denúncias e demandas apresentadas pelos assentados a esses órgãos não são ouvidas, mas quando os próprios assentados são alvo de tais denúncias, sofrem, com frequência, pressões por parte dos mesmos. Isso permite inferir que o reconhecimento da cidadania dessas populações não se dá de forma automática, apenas por serem beneficiários do programa de reforma agrária. No decorrer da pesquisa, pude observar que o processo de cidadania começa a se constituir a partir de um movimento permanente de construção de identidade, protagonizado pelos próprios assentados, mas que ainda se reflete de forma muito tênue nas suas relações com as instituições públicas que fiscalizam e tutelam o assentamento. As relações com esses órgãos permeiam a vida cotidiana dos agricultores e, o que para alguns pode caracterizar-se como um desafio decorrente da sua nova condição de vida como assentado, para outros pode significar o abandono do lote.

Assim, depois da instalação das famílias, muitas vezes o ambiente criado no processo de implantação do assentamento é o da lei do mais forte. Digo isso, pois, em um contexto marcado pela omissão do Estado, onde as opções econômicas são escassas, prevalecendo, quase que irremediavelmente, os deveres sobre os direitos dos beneficiários⁷⁵, conflitos e diferenças de interesses são resolvidos, frequentemente, através da intimidação e violência⁷⁶. Esse ambiente, por sua vez, não contribui em nada para a organização interna dos assentados dificultando, ainda mais, o desenvolvimento do assentamento como um todo.

Problemas comuns no PA, e que aumentam a tensão entre os assentados, são as queimadas sem controle e o arrendamento das terras para gado pertencente a fazendeiros da região. As queimadas, ainda que sejam uma prática comum entre muitos agricultores, são objeto de controvérsias por dois aspectos. Do ponto de vista dos assentados, enquanto algumas lideranças tentam erradicar esse tipo de prática como forma de conscientização ambiental e produtiva, muitos alegam não ter condições de utilizar outras práticas menos agressivas ao ambiente, porém mais intensivas em trabalho. A controvérsia entre os assentados se dá, principalmente, devido à forma com que são conduzidas as queimadas que,

⁷⁵ Como apontado, poucos direitos dos assentados se fazem cumprir, como por exemplo, a realização do parcelamento, o acesso aos créditos produtivos entre outros, no entanto, é comum a cobrança de deveres por parte dos órgãos fiscalizadores, como, por exemplo, o respeito à legislação ambiental e até mesmo a obrigação de produzir dentro dos lotes.

⁷⁶ O convívio constante dentro dos diferentes assentamentos da região e o diálogo junto aos movimentos sociais, não só nos fornece diversos elementos para realizar tais constatações, como nos obriga a refletir sobre essas questões.

com frequência, saem de controle, podendo atingir áreas de reservas, plantações e chegando até mesmo próximo as moradias. Já o arrendamento também é bastante controverso⁷⁷, porque as terras arrendadas não possuem pasto suficiente para a quantidade de animais que são colocados naquele espaço. Os animais, em busca água ou mais pasto, se espalham pelas áreas comuns do assentamento e demais lotes, causando diversos prejuízos aos demais produtores, principalmente, àqueles que possuem algum tipo de roça plantada.

Esse é um problema mais recente no PA, que foi combatido desde o início do assentamento, mas tem ganhado maiores proporções nos últimos tempos. Em uma extensa área pertencente ao assentamento, já é bastante comum ouvir queixas dos produtores sobre bois de engorda soltos causando prejuízo. O arrendamento é uma prática lucrativa para uns poucos assentados, pois não requer trabalho intensivo, mas, por outro lado, é extremamente prejudicial ao desenvolvimento do PA como espaço de moradia e de produção agrícola. Isso se deve ao fato de que a área de apenas um lote não é suficiente para que o arrendamento seja uma prática, de fato, lucrativa, sendo assim, o lucro de uns é, quase que invariavelmente, o prejuízo de outros. Outro fator que estimula o arrendamento são os longos períodos de seca que diminuem a disponibilidade de pasto região, valorizando a prática do arrendamento e fazendo com que os fazendeiros busquem levar o gado para as áreas de assentamento. A necessidade de obtenção de renda monetária pelas famílias, aliada ao aumento do valor pago por hectare arrendado, insere essa prática em um rol de problemas, fazendo com que o mesmo não possa ser resolvido somente por meio da proibição. O arrendamento, tal como as queimadas, surge como estratégia de reprodução social, ainda que prejudicial ao desenvolvimento coletivo do PA. Essas práticas, respondem à necessidade de acesso a dinheiro e à diminuição da penosidade do trabalho, permitindo, em algumas situações, combinar a obtenção de renda por meio do arrendamento a atividades não agrícolas. Debates como esse remetem a diversidade de possibilidades de uso da terra disponível no assentamento e colocam em conflito as escolhas dos diferentes agricultores e de suas famílias no desenvolvimento de suas estratégias de reprodução.

A Figura 7 secciona o assentamento em manchas⁷⁸ que indicam, com círculos verdes, as áreas mais produtivas, próximas ao Rio Muriaé, com círculo vinho as áreas com maior incidência de arrendamento e em laranja, a área do PA que sofre com maior escassez de água.⁷⁹

De forma geral, as famílias declararam nas entrevistas estarem satisfeitas com as possibilidades de utilização do lote para a produção. Essa afirmação reflete tanto percepções mais subjetivas como a capacidade prática que cada agricultor/família possui para exploração a terra. É claro que se o produtor deseja explorar apenas um hectare, ainda que tenha condições práticas de utilizar áreas maiores, em seu horizonte de necessidades, dispor de pouco mais do que um hectare pode ser visto como satisfatório, lembrando ainda que cada lote possui em média, 14,4 hectares de área total.

Dentre os entrevistados apenas um respondeu que sua área não é boa para produção, devido ao fato de seu lote estar localizado, quase totalmente, numa área de baixada do assentamento que alaga anualmente. Nesse caso, nos períodos de cheia, o alagamento pode durar até cinco meses do ano, tornando o lote quase completamente inaproveitável. Outro

⁷⁷ Ainda que essa prática seja proibida pelo INCRA, não existem controvérsias internas em função da prática em si, se restrita ao âmbito individual. Além do mais, ainda que sistematicamente denunciadas pelos assentados, nenhuma dessas práticas citadas são coibidas ou reguladas pelo órgão responsável.

⁷⁸ É importante observar que o registro na figura não diz respeito aos lotes onde ocorre o arrendamento e sim, de forma genérica, a área de maior incidência. Dá mesma forma os demais registros apontam as áreas de maior incidência de escassez de água e maior produtividade.

⁷⁹ É importante reiterar que as áreas em destaque correspondem à maior incidência ou potencialidade para certas atividades, não significando, portanto, que essas sejam indicações exatas sobre cada caso.

entrevistado não respondeu a questão. No entanto, quando perguntados sobre os principais limites enfrentados no uso do lote para a produção, as enchentes aparecem como principal fator limitante. Já nessas circunstâncias, os limites se apresentam de maneira muito prática.

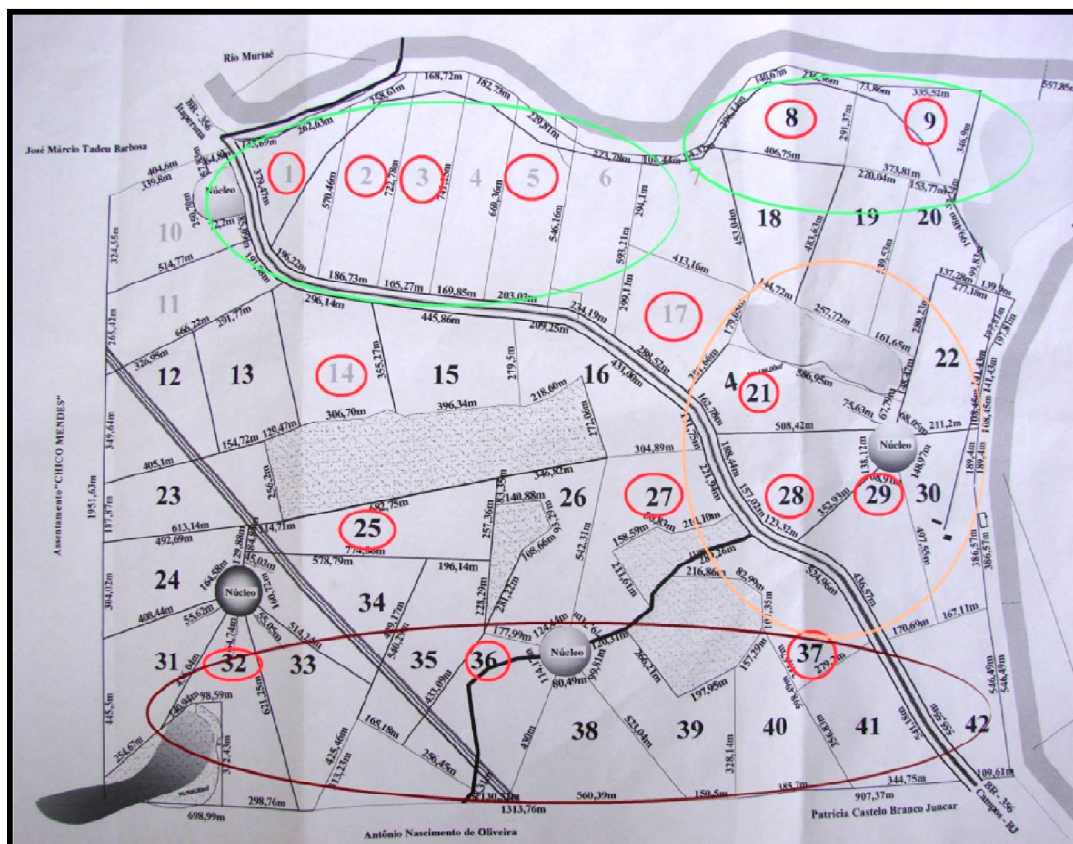


Figura 7. Parcelamento provisório do PA. *Nos círculos verdes estão áreas mais produtivas, próximas ao Rio Muriaé, no círculo vinho a área com maior incidência de arrendamento e em laranja as partes que sofrem com maior escassez de água.

O Gráfico 6 demonstra as principais limitações apontadas pelos assentados na utilização da área do lote para produzir. Como já mencionamos anteriormente, Cardoso Moreira sofre anualmente com problemas de alagamento nos períodos de cheia do Rio Muriaé, que corta o assentamento. Esses problemas ocorrem com variações, principalmente de intensidade, de dezembro a março. Isso afeta diretamente a capacidade produtiva e estratégias dos produtores assentados que, além de passar longos períodos sem chuva, tem parte de suas áreas alagadas no período das cheias, inviabilizando a produção. Outro problema são as estradas no interior do PA que, principalmente nos períodos de chuva, não permitem a circulação dos agricultores, até mesmo para a retirada do leite. A escolha das culturas produzidas no assentamento sofre forte influência desses fatores, além da falta de irrigação, que também se apresenta como um entrave produtivo. Apenas cinco entrevistados possuem bombas que possibilitam a irrigação de alguma parte do lote, porém é comum a irrigação a mão de algumas culturas menos resistentes, produzidas em menor escala, no geral fruteiras e pequenas hortas localizadas nos quintais e arredores das casas. As principais culturas produzidas no assentamento são culturas que apresentam alta resistência ao calor, à falta de água e em alguns casos, até mesmo a certos níveis de enchente, como o aipim, a abóbora e banana.

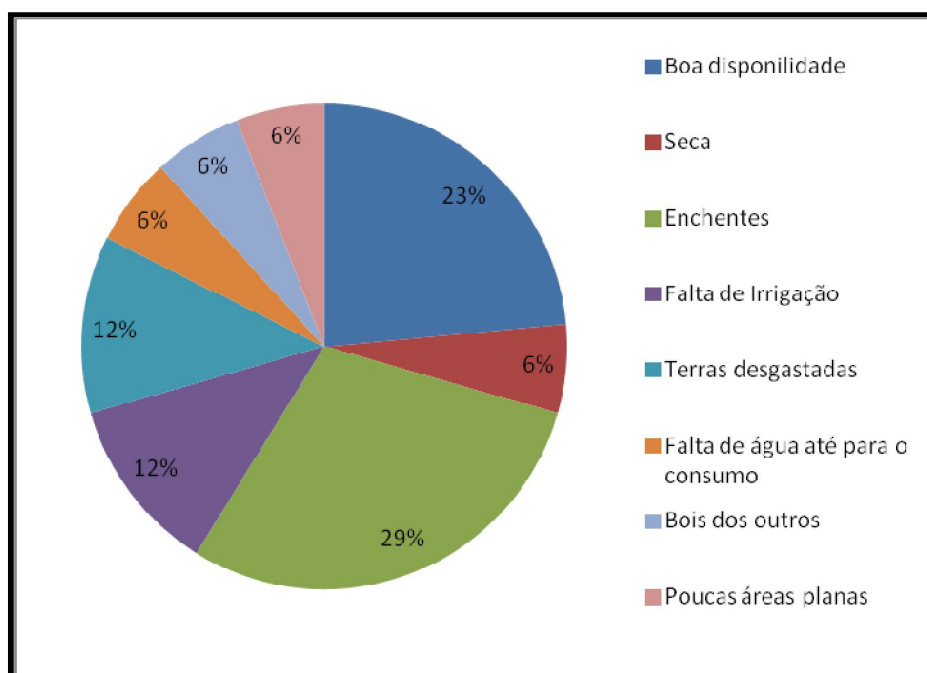


Gráfico 6. Principais limitações de uso da terra. Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo.

Esses fatores ambientais influenciam as escolhas produtivas que, conseqüentemente, irão afetar o desenho das estratégias de mercado. Fatores como a facilidade de produzir um dado produto em maior escala, perspectivas de venda, a renda gerada pelo cultivo, influenciam a conformação dos sistemas produtivos e as estratégias dos agricultores. Mas outros fatores também pesam na forma como são conduzidas tais decisões: capacidade de investimento, ter ou não a família envolvida no processo produtivo, infraestrutura disponível, condições ambientais de cada lote, redes em que participam os produtores sejam elas políticas, de mercado ou outras.

Ao analisar as opções feitas pelos assentados na estruturação de suas lavouras, percebemos que não há um único fator que define o processo produtivo. As decisões de mercado são resultado do entrecruzamento de diferentes elementos, que conformam uma hierarquia de fatores que varia de situação para situação. Assim, a resistência das culturas às intempéries, as possibilidades de uso do solo, a experiência com determinadas culturas, o gosto pela produção de um tipo específico de produto, a frequência e a organização das safras no tempo, de forma a gerar uma renda constante, até mesmo o desejo de fortalecer o autoconsumo como forma de diminuir a dependência de supermercados e assegurar o consumo de alimentos de melhor qualidade, influenciam nesses processos de tomada de decisão.

Os agricultores optam por investir em determinadas lavouras por questões que vão muito além da lógica econômica do mercado e de conhecimentos técnicos formais. Nos mais de dois anos que acompanhei esses assentados, constatei que um deles investia reiteradamente em uma pequena lavoura de café, ainda que seus resultados não tenham sido tão bons quanto o esperado. Ao ser perguntado sobre as condições e razões pelas quais ele opta por determinada cultura em detrimento de outras, sua explicação funde diferentes tipos de racionalidades e objetivos:

Marcelo: “É o que eu falei pra você, a gente não tinha dinheiro para tombar uma área de terra, tombava uma hora. Ai você cultivava aquela uma hora de serviço e dali já fazia o dinheiro pra tombar duas depois e ia assim. E nesse período que ta aquela planta plantada lá, porque você planta um aipim leva 9 meses, e nesse período a gente tinha que ta se virando com outra coisa. Planta um maxixe que dá com 45 dias, planta um quiabo que leva mais tempo botando [colhendo], um jiló que leva seis meses botando. Uma bananinha, então vai se virando de um jeito e de outro pra não deixar a peteca cair. Então é assim, por exemplo, eu planto um aipim lá em cima do morro porque é o que sai melhor lá. É uma das plantas que eu sempre plantei e não perdi porque é resistente à quentura. E outra escolha que eu faço é de plantar na vargem na época de plantação de vargem, porque é um lugar fresco e dá uma bela produção. Então eu trabalho dessa forma, eu escolho pelo tempo. Na vargem é tempo frio, tempo frio é bom de milho, feijão, quiabo, jiló, pimentão, aí eu planto todas essas coisas na vargem. Agora lá em cima do morro eu to lutando com o café, que não quer sair. Mas vais sair porque eu vou investir nele, se Deus quiser.”

O desejo de plantar café não passa por uma recomendação de ordem técnica, nem de ordem econômica. É possível que, caso o cultivo venha a dar certo, o agricultor possa ter um bom mercado para participar, mas nada indica isso a princípio. O café para a comercialização requer investimentos no processo de beneficiamento, fator ainda limitado no caso desse agricultor. No entanto, a opção pelo café, dentre diversos aspectos, é guiada por uma lógica própria desse agricultor, que carrega na bagagem de suas decisões toda sua trajetória de vida e desejos pessoais. O simples desejo de produzir seu próprio café para o consumo pode, num futuro próximo, orientar diferentes opções dentro do lote baseadas nos resultados obtidos a partir dessa experiência. Outro possível exemplo dessa conjugação de objetivos e racionalidades pode se expressar na forma como alguns assentados buscam conciliar a produção para o autoconsumo e a produção para o mercado. Referindo-se à produção para o autoconsumo um dos agricultores explica:

Geraldo: “Ah isso faz uma boa diferença. Porque muitas vezes o quiabo, o feijão eu não preciso comprar. Os legumes aí, conforme a abóbora não precisa comprar. Na cidade eu compro só o básico, porco eu de vez em quando mato unzinho ali, eu não vendo pra poder comer, da roça às vezes, feijão eu não compro, legume é difícil. Então é só o básico mesmo lá fora.”

E retoma os aspectos econômicos do tipo da produção no raciocínio que segue:

Geraldo: “mas tem coisas, por exemplo, a abóbora, se plantar agora, principalmente no mês de janeiro, pega um preço muito bom, é um dinheiro certo. E o aipim, o quiabo e a banana, são outras coisas muito boas, são quatro coisas que pra mim são as melhores daqui. Pra mim são esses que dão mais renda”

Em trabalho realizado em assentamentos de reforma agrária da no Estado do Rio de Janeiro, Leite (2003) demonstra o papel do autoconsumo na composição das estratégias que conformam o orçamento familiar das famílias assentadas. O autor reforça a ideia

chayanoviana de balanço entre a dimensão da comercialização e as necessidades de consumo, seja humano ou produtivo, indicando a importância que o autoconsumo assume no balanço orçamentário (Leite, 2003).

Experiência e trajetória afetam, também, de forma muito significativa, as decisões dos produtores. Não há dúvida de que as condições ambientais locais pesam bastante na escolha dos cultivos e na forma como os produtores organizam e manejam seus sistemas produtivos, mas o costume e a experiência dos indivíduos, seja na produção, seja no mercado, figuram também, como fatores importantes. Poucos produtores investirão em café no assentamento, pelo menos até que aquele produtor, que decidiu investir individualmente nessa cultura, obtenha sucesso, não só na produção, mas também na comercialização. Outro produto experimentado por mais de um agricultor foi a melancia, produto que também não emplacou no assentamento. Durante a entrevista, o assentado Carlos explicou as razões pelas quais produz determinadas culturas em seu lote.

Carlos: “eu vendia milho, aipim e abóbora. E eu mantive isso por causa do clima, porque esses três produtos são mais garantidos pra nós aqui, porque a gente já está acostumado com eles e o clima daqui nos facilita, até porque a gente não tem irrigação. Para ter outros tipos de produto a gente precisa investir em irrigação, sem irrigação não tem condição de plantar outros produtos. Por isso que a gente escolhe esses produtos, porque é mais certo de fazer. Eu, por exemplo, tentei plantar melancia e não tive sucesso. Já a abóbora, o milho e o aipim eu tenho certeza que eles saem. E são alimentos. Porque a ideia, a princípio, é a gente produzir o máximo que pode pra gente comprar menos no mercado, mas como não tem meios da gente produzir outros tipos de produto, a gente faz o quê? Como eu falei, a gente vende o produto e compra o que a gente não produz aqui. Mas o que a gente tem aqui já ajuda muito, é uma banana, um aipim, uma abobra, um milho.”

Do ponto de vista produtivo, o PA Francisco Julião tem se consolidado com maior expressão na produção de aipim, abóbora, milho, banana e ovos, além de coco, quiabo, inhame, feijão e maracujá. O leite também é uma importante âncora econômica do assentamento. Alguns produtores possuem uma produção de leite que garante uma renda mínima constante e, em alguns casos, produzem também o queijo, principalmente nos períodos de cheia quando as estradas estão sem condições de trânsito, evitando perder sua produção. Já os animais representam uma importante reserva de valor e também são comercializados com certa frequência. Porcos e bezerros fazem parte da lógica de reprodução de diversas famílias e as galinhas têm grande importância do ponto de vista tanto da subsistência das famílias como também comercial, principalmente nos períodos de renovação das galinhas poedeiras.

Dessa forma, podemos observar como a estruturação dos sistemas produtivos e os caminhos trilhados ao longo do desenvolvimento do assentamento, estão significativamente atrelados às estratégias de reprodução social dos assentados. Procuramos aqui enfatizar que essas estratégias não estão dadas *à priori* a partir do momento que se tornam assentados, mas que a bagagem dessas famílias, o papel das lideranças e o tipo de interação com o poder público influenciam nos contornos do desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. A seguir, a luz dessas informações, centraremos nossos esforços em compreender a formação dos circuitos mercantis no PA Francisco Julião com base na perspectiva dos agricultores assentados.

CAPÍTULO IV

As relações dos assentados com os circuitos mercantis no PA Francisco

Julião

Tendo como pano de fundo o processo de formação do PA Francisco Julião, bem como as trajetórias e experiências vividas por esses agricultores, buscamos, nesse capítulo reconstituir as relações e dinâmicas sociais que possibilitaram a estruturação de diferentes circuitos mercantis no contexto do assentamento. Procuramos ainda, refletir sobre a capacidade de agência dos assentados na estruturação desses circuitos e na construção dos diferentes arranjos produtivos e de mercado existentes nas unidades produtivas, explorando também as percepções de nossos entrevistados acerca de suas relações com os diferentes mercados.

4.1 As relações com os mercados no processo de implantação do assentamento Francisco Julião

A constituição dos diferentes circuitos mercantis em operação no PA Francisco Julião no momento da pesquisa ocorreu de forma concomitante ao processo de instalação do assentamento. A estruturação de relações com diferentes mercados mantém uma forte imbricação com as estratégias de reprodução e manutenção das famílias, implementadas desde a constituição do assentamento até sua presente fase de desenvolvimento.

A geração de renda, no curto prazo, constituiu-se como objetivo fundamental, principalmente na conformação dos arranjos iniciais construídos pelas famílias. Os circuitos locais de comercialização direta foram fundamentais para que essas famílias pudessem se estabelecer enquanto produtores. Estas práticas de comercialização ganharam, ao longo do tempo, novas formas e contornos, sendo aperfeiçoadas e combinadas com diferentes modalidades de acesso aos mercados de produtos agrícolas. As trajetórias sociais das famílias, seu perfil identitário, sua participação em atividades agrícolas ou não agrícolas, externas ao assentamento, sua posição no campo de relações políticas internas ao PA, influenciaram na construção de estratégias diferenciadas de relação com redes e circuitos de comercialização, relações estas que foram se consolidando ou se transformando ao longo do tempo.

A Figura 8 permite visualizar, de forma sintética, os diferentes circuitos de comercialização em operação no assentamento no momento da realização da pesquisa. Chamamos atenção para o alto nível de imbricação existente entre esses diversos circuitos. As setas vermelhas indicam as conexões que são feitas diretamente entre produtores e determinados canais de comercialização. Já as setas azuis indicam os possíveis circuitos ou espaços de comercialização que recebem os produtos oriundos do assentamento, mas que não são, necessariamente, comercializados pelos próprios produtores. O assentamento está representado pelo círculo cinza, no centro do esquema, e há uma intensa circulação de produtos nesse âmbito. Já os quadros amarelos representam os principais canais ou espaços de comercialização onde circula esta produção. O alcance desses circuitos está representado pelos quadros rosa, sendo que a conexão com mercados mais amplos envolve diferentes níveis de intermediação. Por fim, os quadros laranja, representam os principais municípios aos quais estão diretamente vinculados os canais de comercialização e circuitos mercantis que operam no assentamento e que funcionam, muitas vezes, como ponto de encontro de

diferentes redes de comercialização.

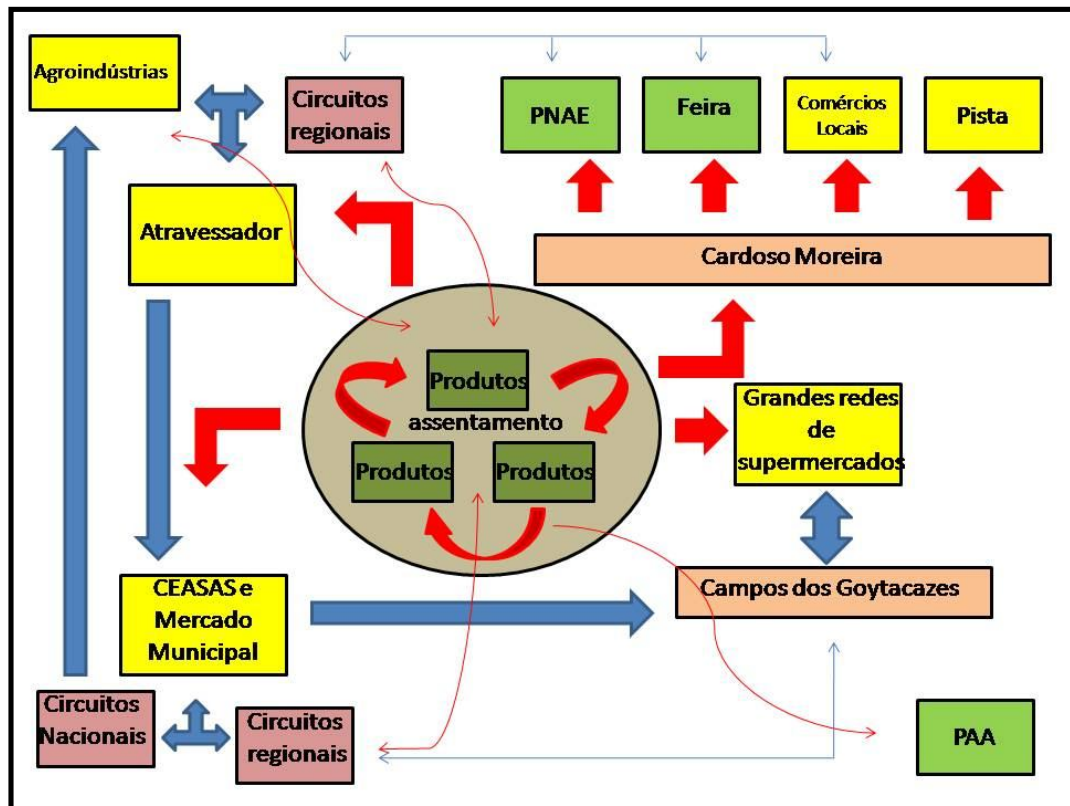


Figura 8. Mapeamento dos diferentes circuitos mercantis e espaços de comercialização existentes no assentamento Francisco Julião no momento da pesquisa.

As dinâmicas de interação dos agricultores com esses diversos circuitos mercantis são fortemente influenciadas pelas estratégias de reprodução das famílias. Como vimos anteriormente, as estratégias coletivas de produção e comercialização, implementadas na fase inicial da estruturação do PA, conseguiram se estabelecer apenas durante um curto período e sequer se afirmaram como parte do rol de estratégias desenvolvidas pelos agricultores nas etapas posteriores. Isso não significa que não exista hoje uma série de outras estratégias de produção e comercialização que são operadas de forma coletiva (envolvendo mais de uma família), mas que não recebem essa denominação (coletivas). O termo “coletivo”, muitas vezes, gera certos estranhamentos nas conversas com os assentados, devido à ideia mais ou menos generalizada de que ações feitas “no coletivo” devem englobar todos os assentados do grupo, independentemente de afinidades, interesses ou desejos. As estratégias aqui mencionadas envolvem processos decisórios e de articulação de menor amplitude, que ativam redes de parentesco ou envolvendo outros agricultores (assentados ou ‘parceiros’), mas não necessariamente “no coletivo”, segundo o entendimento descrito acima. Verifica-se, no âmbito da comercialização, a existência de diferentes práticas de acesso aos canais de comercialização, que envolvem, de uma maneira ou de outra, uma articulação informal entre as famílias em formatos que variam segundo as necessidades existentes.

A Tabela 7 buscou sistematizar os principais canais de comercialização utilizados pelos agricultores que responderam ao questionário. Os circuitos ou espaços de comercialização que foram mencionados com maior frequência e maior ênfase nas entrevistas, envolvem relações com atravessadores e circuitos de comercialização internos ou que estão estabelecidos junto às comunidades vizinhas ao assentamento. Essa constatação

aponta para a relevância do comércio estabelecido na pista. Esse espaço de comercialização existente às margens da rodovia, ainda que não tenha sido apontado como o canal mais utilizado pelos assentados, está visceralmente ligado às redes de comercialização estabelecidas entre os assentados e vizinhos locais, podendo ser compreendido, como parte da estratégia coletiva, posto que, individualmente, dificilmente esse canal seria operado na escala atual. O estabelecimento dessa rede local faz parte do processo de interação com o município e de reforço da construção identitária dos assentados, valorizando ainda mais a interação com as comunidades vizinhas. É também significativa a diversidade de estratégias de comercialização em operação no PA, sendo que apenas cinco assentados declararam utilizar apenas um canal de comercialização⁸⁰. Dentre esses, estão alguns agricultores que possuem níveis muito baixos de produção, ou que comercializam, exclusivamente, produtos cultivados por outros assentados no canal da beira da pista. Nesse caso, a especialização⁸¹ de um ou outro agricultor na produção de um determinado produto, em maior escala, não implica numa redução dos canais e formas de comercialização acessadas pelos agricultores, pelo contrário, mesmo quando há especialização em um produto, parece haver também uma diversificação dos canais de comercialização. Além disso, o fato de diversos produtores estarem produzindo num mesmo local permite que todos tenham acesso ao atravessador como canal de comercialização, pois tendo apenas um produtor que tenha escala, isso já viabiliza a venda dos demais agricultores que produzem em menor escala, de forma a complementar a cota de produtos fornecidos por aqueles agricultores que eram o objetivo inicial do atravessador, colocando o assentamento como parte de uma “rota” de compra de produtos agrícolas.

⁸⁰ A média de canais de comercialização é de quase três tipos diferentes por família.

⁸¹ Especialização não implica em produção exclusiva de apenas um produto. A especialização aqui designa um investimento maior em uma cultura que costuma funcionar como âncora econômica.

Tabela 7. Principais canais de comercialização acessados pelos agricultores que responderam ao questionário.

<u>Agricultor(a)</u>	Canais de comercialização											
	Atravessador	Banca Mercado Municipal	CONAB	Cooperativa Local (leite)	Farinheira	Feira Cardoso	Mercados Campos	Mercados Cardoso	Particular	Pista	Porta em Porta	Vizinhos Locais e assentados
Juliana	X											
Geraldo	X					X		X	X	X		X
Sebastião				X								X
João	X		X									X
Victor	X	X										X
Carlos	X		X							X		X
Alfredo	X			X			X					
Marcelo	X		X				X			X	X	X
Sérgio				X								X
Wanderley										X		
Enéas					X			X		X		
Amarildo/ Marcia												X
Arnaldo/ Cristina	X											
Ynaê	X		X			X	X			X		X
Valmir	X											X
Edvaldo												X
TOTAL	10	1	4	3	1	2	3	2	1	6	1	11

4.2 Os circuitos mercantis no PA Francisco Julião: breve descrição dos diferentes mercados

Apresentamos, a seguir, uma breve descrição dos diferentes circuitos mercantis acessados pelos assentados no momento da pesquisa.

Mercado da beira da pista

O mercado da beira da pista funciona ao longo da BR-356 e possui, em toda a extensão do assentamento, aproximadamente oito pontos de venda, incluindo o espaço de comercialização estabelecido no ponto de ônibus próximo à entrada da comunidade de São Joaquim. Os principais atores desse mercado são os próprios agricultores, pois quase toda sua operação é resultado do trabalho das famílias assentadas, desde a produção, até a instalação e manutenção dos pontos de venda e da clientela. Alguns pontos de venda são utilizados por mais de uma família, porém, há famílias que se utilizam dos pontos com maior frequência ao longo do ano. Outras utilizam esse canal somente nos períodos em que existe excedente de produção, em função da safra e/ou por falta de opções para o escoamento. As barracas são construídas com madeira e palha e ficam situadas próximo às moradias e às lavouras, visando facilitar o transporte da mercadoria que é feito, normalmente, com carrinho de mão e grandes sacolas. Porém, alguns produtores, cujos lotes estão localizados mais no interior do PA, percorrem longas distâncias até os pontos de comercialização situados à beira da rodovia. As barracas desse mercado são bastante simples, em sua estrutura e forma de operação. São utilizadas pequenas balanças e, em alguns casos, os produtores que comercializam nestes pontos, não possuem sacolas ou outros artefatos para o transporte da mercadoria, como, por exemplo, a bandeja apropriada para acondicionamento dos ovos. Isso ocorre principalmente entre aqueles que não têm no mercado da pista um importante ou o mais importante canal de comercialização de seus produtos. Outros produtores, mais assíduos nesse espaço, compram sacolas e outros artefatos, porém, a compra desses artigos, muitas vezes, pode comprometer o lucro dos produtores. Apesar de ser um mercado onde há maior grau de liberdade por parte dos agricultores na definição dos preços, seu diferencial é justamente a capacidade de oferecer produtos frescos, “direto da roça” e de baixo custo, até mesmo em relação aos mercados locais e regionais. Logo, esse maior grau de liberdade acaba sendo influenciado por pressões que escapam ao controle dos produtores, fazendo com que essa margem de liberdade seja restrita. Há diferença de preços nos produtos vendidos na beira da pista entre os diferentes produtores o que demonstra que os assentados são capazes de utilizar seus critérios próprios na definição do preço dos produtos vendidos ali. Esses critérios, que podem ser variados, envolvem escala de produção e qualidade, mas podem responder também a outras lógicas, como por exemplo, custo de trabalho individual do produtor ou necessidade imediata de dinheiro. Poucos produtores têm buscado se estabilizar, exclusivamente, por meio desse tipo de comércio, principalmente devido à pequena quantidade de produtos vendidos através desse circuito. Os que o fazem, buscam formar uma clientela mais constante por meio da oferta de produtos “da roça”, com preços atrativos e através de seus laços de reconhecimento em âmbito local. É o caso do assentado Geraldo, que em sua fala, afirma sua trajetória no município e gratidão pelo reconhecimento conquistado em Cardoso Moreira.

Geraldo: “Eu hoje, pra falar a verdade, eu tenho orgulho do pessoal achar que eu sou filho de Cardoso, porque o respeito, a

confiança e o crédito que eu tenho nesse lugar é a mesma coisa de onde eu vim. A gente é o que faz a gente. Aí hoje ficou mais fácil por causa disso, a gente confia, porque nesse lugar aqui, quem é bom é recolhido mesmo, eles ajudam a gente.”

Ainda assim, este é um mercado que não opera com grandes volumes e poucos produtores conseguem se consolidar na atividade agrícola através dele. Uma importante característica do mercado da pista são os preços obtidos pelo produtores, chegando a ser 60% mais altos em comparação aos demais mercados, quando a comercialização é feita diretamente pelos agricultores. Além disso, o canal ajuda a fortalecer a gama de estratégias utilizadas pelos produtores do assentamento, seja por sua capacidade de gerar renda imediata, ainda que, na maioria das vezes, estas entradas monetárias não sejam constantes, seja pelo seu significado simbólico, ao expor na localidade os produtos do assentamento.

O mercado da pista é uma das pontes de acesso para outros mercados e um importante marco na identidade dos produtores do assentamento como agricultores. A estrada que corta o assentamento e liga o município de Campos dos Goytacazes à Cardoso Moreira, Italva e Itaperuna, e é uma das portas de entrada para o Noroeste do Estado. Assim, boa parte da clientela, além de moradores da localidade, é composta por pessoas que passam pela estrada buscando chegar ao município de Campos, uma das principais referências econômicas da região. O mercado da pista não se limita, portanto, à venda direta de produtos no varejo, ele compõe também um mercado de venda no atacado (para intermediários), constituindo-se como um ambiente de sociabilidade que gera novos contatos com diferentes mercados, mesmo com circuitos mais longos, fazendo com que o agricultor, sem sair do assentamento, possa se conectar com uma série de outras praças de comercialização que passam a ser acessadas a partir do mercado da pista.

De forma geral, a pista é um canal frequentado por agricultores que produzem em menor escala em seus lotes, e que se distinguem por sua baixa capacidade de comercializar produtos em grandes quantidades. Isso não significa, no entanto, que agricultores que produzem em maior escala não participem desse canal, sendo que sua participação tende a ocorrer de duas formas. A primeira delas ocorre quando o produtor em questão conta com a ajuda da família para executar a tarefa de comercialização direta, ou quando revende sua produção para outros assentados comercializarem na pista. Essas são características que chamam atenção ao pensarmos a caracterização do tipo de agricultura praticado no assentamento. Para além das relações de reciprocidade existentes entre os assentados, é importante considerar que muitos agricultores que ali se encontram não possuem família residindo no assentamento, fato que dificulta a divisão das tarefas no interior da unidade produtiva. Nos casos em que o agricultor conta com a participação da família, esposa, marido e filhos se revezam atendendo os pontos de venda de acordo com suas ocupações: trabalho na roça, ocupações externas ao assentamento, serviços domésticos ou escola. A ausência da família, em muitos casos, é superada por meio de atividades complementares e/ou práticas de reciprocidade entre os assentados, revenda, além disso, a localização próxima a núcleos urbanos tem forte influência na capacidade dos assentados de comercializar seus produtos. A relação com os centros urbanos (de maior ou menor porte), não apresenta incompatibilidades, nesse caso, com o desenvolvimento do assentamento. Havendo condições propícias, a proximidade pode estimular novas formas de interação, além de garantir uma inserção mais equânime nos circuitos mercantis. Há ainda casos de agricultores que trabalham na pista exclusivamente como revendedores de mercadorias, atividade que desenvolvem,

na maioria das vezes em períodos que não possuem produção em seus lotes.

Os pontos funcionam durante o ano inteiro com algumas variações na oferta de produtos de acordo com as épocas das safras. Produtos como aipim, abóbora, banana e ovos são ofertados praticamente o ano inteiro, sendo que os demais têm maior variação. O milho é outro produto que encontra no mercado da pista um forte ponto de venda, além de ser comercializado também diretamente nas ruas de Cardoso Moreira. Conta com duas safras fortes por ano, sendo escoado preferencialmente por esses canais. Segundo os agricultores, alguns cultivos acabam se constituindo como produtos-chave nas estratégias de venda direta, principalmente, o milho, devido ao perfil de consumo local, fazendo com que durante suas safras, aumente também a venda direta de outros produtos.

Carlos: “Eu posso até vir a mudar de produtos, mas o aipim eu não gostaria de parar de produzir. Porque ele tem o comércio garantido. A abóbora também é garantida, só que ela tem mais oscilação de preços, tem muito mais. O milho é um produto que a gente tem muita facilidade de vender ele verde. Eu principalmente, que estou na beira da pista. Assim é mais fácil vender o milho, vender o aipim, porque eu já estou na beira da pista. O milho verde tem muita aceitação, entendeu? Esses três produtos, aqui na pista, têm saída. Vendo direto.

Arnaldo/Cristina: “Ah, é o milho. O milho é a melhor coisa que tem pra vender. Não é tanto nem por causa do preço não, por causa do consumo. Puxa mais o povo. Tanto é que não tem milho não pode botar mais nada na beira da pista. Se botar aipim, se botar mamão, mesmo se tiver uma abóbora, um quiabo não sai. Porque o que chama o freguês é o milho”

Porém, nem todo o milho é escoado de forma direta, devido à grande quantidade das safras e o tempo de colheita, uma vez que parte desse milho é colhida quando ele ainda está verde. Uma boa parte deste produto é vendida para atravessadores ou destinada à criação de animais no próprio assentamento ou por agricultores locais.

Atravessador ou intermediário

Ao que tudo indica os atravessadores operam de diversas formas no assentamento. Existem aqueles cuja atuação se dá de forma mais regular, sobretudo os que têm o aipim como principal produto, e outros que aparecem mais eventualmente, de acordo com as grandes safras, principalmente visando à compra da abóbora, do milho e, em menor escala, o coco. Estes atravessadores chegam ao assentamento por meio de contatos internos, através das redes de comercialização estabelecidas a nível local e, também, através do “boca a boca”, quando corre na região a notícia de que está prestes a ser colhida uma determinada safra, em maior escala, no PA. Os atravessadores tendem a aparecer, sobretudo, quando há sinais de que existe uma dificuldade no escoamento desta produção.

Existe uma série de peculiaridades com relação às formas de operação desses agentes de comercialização no interior do assentamento. Os atravessadores e intermediários são um grupo diverso, possuindo diferentes origens. Podem ser donos de pequenos e médios estabelecimentos comerciais situados em municípios da região,

representantes de grandes redes de supermercados, comerciantes ligados ao Mercado Municipal de Campos, ou intermediários que operam nas CEASAs das capitais ou em outros circuitos longos. Há situações, inclusive, em que outros assentados (do próprio assentamento ou não) ou ex-assentados, operam como mediadores dessas redes de comercialização, a partir de seus contatos com os assentados e assentamentos de reforma agrária. De qualquer modo, é importante frisar que nem todo comprador ou intermediário é caracterizado pelos assentados como um atravessador no sentido pejorativo.

A banana, por exemplo, é um produto bastante comum no PA, porém com reduzida entrada no mercado de venda direta, se comparada ao milho ou ao aipim, por exemplo. Isso se deve, em certa medida, pelo fato da banana estar inserida, por meio de atores internos ao assentamento, em uma rede mais ampla de contatos voltados à venda deste produto em maior escala, tanto em mercados nas cidades do entorno, como por meio de contatos políticos locais, que viabilizam o escoamento da produção com o auxílio do caminhão da Prefeitura. Assim, seu escoamento se dá por intermédio de redes internas ao assentamento, mas que se estendem para além de suas fronteiras. Essa produção tem como destino o município de Cardoso Moreira, e as cidades do entorno como Campos dos Goytacazes e São Fidélis, onde há uma fábrica de doces. A banana também está incluída nas compras realizadas através dos mercados institucionais. Esse produto, por possuir um canal mais certo de escoamento, sendo vendido em maior escala, tem grande saída tanto por meio desses circuitos de comercialização intermediados por alguns assentados, como também por meio de intermediários externos ao assentamento. Ainda assim, é um produto comumente encontrado no comércio da beira da pista.

Nesses circuitos controlados pelos intermediários, misturam-se: (i) agricultores que destinam sua unidade produtiva integralmente ao cultivo de determinados produtos em maior escala; (ii) assentados que possuem sistemas produtivos razoavelmente diversificados, mas que escolhem um ou dois produtos para a produção em maior escala, utilizando-as como uma âncora econômica; (iii) agricultores que, mesmo tendo uma produção menor, entregam seus produtos ao “atravessador” junto com os demais.

Como vimos, quase 70% dos entrevistados afirmam ter como um dos principais canais de comercialização os atravessadores. Para esse tipo de estratégia de mercado, é importante que a escala seja atingida pelos assentados “como um todo”. Assim, é importante para que a venda possa acontecer, a participação dos produtores assentados “mais especializados” no produto em questão. Dessa forma, o atravessador chega ao assentamento por meio de redes de relações pessoais estabelecidas com os agricultores, e que podem ser construídas de diferentes formas. Em alguns casos, essas redes são intermediadas por produtores do interior do PA mais articulados com as redes de comercialização externas. Em outros, envolvem relações pessoais anteriores ao assentamento, podendo ainda ser acessadas por meio de contatos com outros assentamentos da região. O mercado da pista também funciona como um possível elo entre o assentamento e os agentes que intermediam a comercialização.

De acordo com os dados colhidos a campo, o atravessador opera como um importante elo no escoamento da produção em maior escala, no entanto, de forma geral, remunera valores mais baixos do que os mercados de venda direta e os mercados institucionais. Para aqueles que conseguem produzir em grande escala, esse mercado pode ser compensador, no entanto, para aqueles agricultores que entregam apenas uma pequena quantidade de produção, esse mercado se torna menos atrativo e acaba sendo acessado, muitas vezes, por falta de opções. A oferta varia ao longo do ano e alguns assentados comentaram sobre a ausência dos atravessadores no PA, no período da

pesquisa. A ausência de atravessadores constatada não quer dizer que não há operação desse canal, mas que em certos períodos, há uma redução da atividade desses agentes, redução esta que é sentida de maneira negativa pelos assentados. Esse fato nos traz elementos preocupantes, que reafirmam o controle desse canal por poucos atravessadores, fazendo com que estes tenham maior poder de barganha para diminuir os preços pagos pelos produtos na roça.

Não se trata, aqui, de “demonizar” todos os tipos de intermediários, pelo contrário, muitos deles são peças importantes no escoamento da produção do assentamento, incluindo os casos em que a intermediação é feita pelos próprios assentados. O próprio mercado da pista, muitas vezes, ocorre de forma intermediada, mesmo que essa mediação esteja baseada em princípios que mesclam troca e reciprocidade. Porém, o atravessador que é referido de forma pejorativa no assentamento, possui características distintas dos demais intermediários, que são tratados pelo nome ou algum outro tipo de referência de caráter mais pessoal, enquanto os outros, grosso modo, são referidos por sua origem.

A distinção consiste nas formas com que se estruturam as relações entre produtores e comerciantes, que podem ser caracterizadas por laços de amizade e solidariedade ou por uma hierarquização de dependências. No segundo caso, a relação se dá de forma assimétrica, onde somente um dos lados detém poder de barganha. Esse segundo caso contempla os atravessadores que são mal vistos no assentamento, sendo tratado pejorativamente por tentarem “ganhar no peso dos produtos”⁸², pagar preços distintos do combinado inicialmente, não pagar, entre outras situações. Os demais, mesmo quando cumprem o mesmo papel de intermediação da comercialização, porém, estabelecendo relações sociais distintas, pelo menos aparentemente mais justas e confiáveis, não são reconhecidos como atravessadores de forma pejorativa, não sendo tratados, via de regra, pelo termo atravessador. Logo, no interior do assentamento, a carga pejorativa associada à figura do atravessador, depende da relação que o mesmo estabelece com os assentados, não se tratando, pelo que pude perceber, de um repúdio à função do intermediário, que tem um importante papel no escoamento da produção.

Nesses casos, importa sim, o tipo de relação que é construído pelo comerciante com os assentados e são estas relações que acabam definindo a percepção dos assentados sobre a figura do atravessador. Por essa razão, alguns intermediários que atuam com frequência na área estão, de algum modo, vinculados às redes sociabilidade do assentamento. Nesse aspecto, os preços, ainda que tenham um peso importante nessa equação, não são elementos decisórios na definição de bons ou maus compradores, porém há um limite entre preços (baixos) comumente pagos por intermediários e situações claras de exploração. Até mesmo o tipo de produto que o atravessador leva, interfere nessa relação. Exemplo disso é um comprador que possui uma fábrica que processa aipim para vender congelado. Este é considerado um bom comprador no assentamento, ainda que os preços pagos por ele não sejam superiores aos da maioria dos atravessadores. No entanto, o uso que faz do produto permite que ele recolha todo o aipim retirado, desde as maiores raízes até as mais miúdas, que são rejeitadas por outros compradores. A boa relação construída por esse comprador com os assentados pode ser ilustrada pelo fato de que ele mesmo, o dono da fábrica, vai até o assentamento, ajuda a encher as caixas e carrega o caminhão lado a lado com os produtores. Além disso, os produtores afirmam que ele “não faz questão de pequenas coisas”, como, por exemplo, concorda em pagar por inteiro a última caixa da colheita que não ficou completa. Aparentemente não se trata de receber o exato valor correspondente ao que foi colocado

⁸² Por exemplo, o aipim é comercializado em caixas de 22kg, no entanto, alguns atravessadores, ao carregarem as caixas, colocam até 28kg, mas pagam apenas o preço da caixa de 22kg.

na caixa, mas uma atitude que segue uma lógica de reciprocidade, onde o próprio comprador aumenta seu espaço de barganha com os produtores.

Mercados Institucionais

Os mercados institucionais funcionam através de diferentes agentes. Uma associação de produtores de Campos dos Goytacazes, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa - APRUMAB, ligada ao MST, atua como organização proponente de um projeto que opera o PAA – Doação Simultânea, acessado no ano de 2011 no valor aproximado de R\$360.000,00. Essa mesma organização já operou uma pequena compra para o PNAE. Essa cooperativa é gerida por assentados ligados ao MST e utiliza somente recursos do próprio projeto para gestão e execução do programa, além de contar com o apoio de técnicos, que prestam assistência aos assentamentos da região, inclusive ao PA Francisco Julião, contratados por meio da política de ATES/INCRA. Essa iniciativa do MST opera o programa por meio de uma organização em rede, envolvendo diversos assentamentos da região. São esses agentes que apresentam aos agricultores a possibilidade de participar de um projeto que envolve diversos assentamentos. Nesse caso, não se trata de uma iniciativa que se estrutura a partir, unicamente, dos agricultores assentados no PA Francisco Julião. A possibilidade de participar do programa surge como parte de uma iniciativa conduzida pelo MST, envolvendo uma rede de assentamentos. Há ainda outra forma de acesso ao PAA, através da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Santa Margarida - AMOPRUSAN, que atua em parceria com a Prefeitura Municipal de Cardoso Moreira e opera também o PAA na modalidade - Doação Simultânea, contando com técnicos cedidos pelo poder público municipal e um técnico contratado pelo projeto para a gestão e execução do programa. Essa associação submeteu projetos nos anos de 2011 e 2012 no valor de R\$205.000,00 e R\$155.000,00, respectivamente. Nesse caso, houve maior centralidade da ação dos assentados do PA, no sentido de viabilizar sua participação no projeto, pois o acesso a esse circuito se deu a partir das relações políticas construídas por determinados agricultores com a Prefeitura Municipal. No entanto, há menor espaço de barganha na execução do projeto, menor espaço de decisão por parte dos agricultores participantes. Da mesma forma, estes agricultores buscam acessar a alimentação escolar do município por meio do PNAE, visto que, devido ao volume de compras por parte da Prefeitura ser relativamente baixo, é possível acessar a política na forma de grupos informais, o que implica em menos burocracia.

Participam desses mercados cerca de vinte e um produtores do assentamento, todos incluídos no projeto proposto pela APRUMAB. Já no projeto da AMOPRUSAN o acesso é mais restrito, abrangendo cerca de cinco assentados.

Estes mercados dão conta de uma pequena parte da produção do assentamento e possibilitam uma remuneração, de modo geral, menor do que a venda direta ao consumidor e maior do que a venda para atravessadores, sendo que os valores variam dependendo do período e do produto. Os preços são definidos de acordo com as tabelas da CONAB, no momento da elaboração do projeto, e valem ao longo de toda sua duração, havendo possibilidade de variações, sendo que essas repactuações precisam ser formalizadas através de acordos entre a proponente e a CONAB. Esses canais podem contribuir para levantar os preços pagos pelos atravessadores, na medida em que conseguem vender em escala para os atravessadores e, ao passo que possibilitam a entrega de pequenos volumes de produção a um preço melhor nesses mercados. Ainda que não seja a proposta dos programas governamentais escoar toda a produção desses agricultores, alguns produtores se empenham em escoar a maior parte da sua produção

por esse canal. No entanto, a abrangência dos programas ainda é limitada e a demora no pagamento, principalmente do projeto que inclui o maior número de agricultores do PA, gerido pela APRUMAB, desestimula a participação nesse mercado.

Outra característica desses mercados institucionais é a necessidade de entregas periódicas, principalmente no caso do PNAE, fato que dificulta a participação de muitos agricultores devido à produção local ser, muitas vezes, prejudicada em função das condições climáticas. Como já foi mencionado, além da falta de chuva durante longos períodos, muitos lotes e áreas produtivas ficam inviabilizadas nos períodos de cheia do rio Muriaé, que corta o assentamento. Outro fator que tem surpreendido os agricultores nesse sentido são as inconstâncias climáticas. Os períodos de seca têm se estendido mais do que o normal e o período de chuvas tem apresentado grande variabilidade ao longo dos anos, dificultando ainda mais o planejamento de suas safras.

Os produtos entregues através dos mercados institucionais são diversos e, em geral, dependem do modo como foi elaborado o projeto e das necessidades das entidades beneficiárias, incluindo aí as escolas. Um novo projeto do PAA na modalidade compra com Doação Simultânea já está sendo elaborado pelo MST, que pretende expandir ainda mais sua área de atuação. Mesmo assim, a associação de produtores do Assentamento Francisco Julião estuda a possibilidade de executar esses programas como entidade proponente, aumentando sua capacidade de controle e gestão sobre os recursos provenientes desses canais.

Os mercados institucionais, apesar de alguns entraves, surgem como uma opção viável e até demandada por parte dos produtores, tanto por aqueles que produzem em maior escala - pois atua como um canal alternativo e possibilita maior capacidade de negociação, ainda que limitada, na formação dos preços - como no caso dos produtores menos estruturados. Para esses últimos, a certeza de ter um canal de escoamento com preço fixo evita que, devido a sua reduzida escala de produção, tenham que disputar em mercados, como os circuitos mediados pelos atravessadores, onde sua capacidade de barganha é muito baixa.

Feira no município de Cardoso Moreira

A feira, estruturada na sede municipal de Cardoso Moreira, é um instrumento de comercialização utilizado de forma mais recente pelos assentados do PA Francisco Julião. Essa feira é fruto de uma antiga demanda desses produtores assentados do município e, em parte da estratégia da atual administração municipal devido à proximidade das eleições. Após um longo período de negociação com a Prefeitura, a EMATER local e mediante a construção de uma parceria com o MDA, foram disponibilizadas 30 barracas de feira (dez para cada assentamento), bem como balanças para a pesagem dos produtos. A feira é realizada aos sábados, numa das praças na área central da cidade. Ainda que tenha sido objeto de disputas políticas locais e, mesmo com a eleição de um novo Prefeito, o canal permanece, até o presente momento, funcionando.

A feira caracteriza um mercado bastante interessante para os agricultores e para a cidade em geral, pois os produtos chegam diretamente ao consumidor, mais frescos e com preços mais baixos do que os praticados nos estabelecimentos comerciais existentes na cidade. Porém, existem algumas dificuldades envolvidas na participação dos assentados nesse mercado. A primeira delas diz respeito à baixa diversidade dos produtos oferecidos pelos agricultores. Por não ser permitida a venda de produtos que não sejam oriundos dos assentamentos, as barracas oferecem mercadorias bastante semelhantes, como aipim, banana, abóbora, quiabo, laranja, ovos, inhame, algumas

hortaliças, coco entre outras, em menor escala. Por ser um município pequeno, a capacidade de todos os agricultores conseguirem vender grandes quantidades de produtos semelhantes na feira torna-se menor. Outra questão, que guarda relação com a primeira, é o custo de ir até a cidade vender seus produtos, principalmente no caso dos agricultores do PA Paz na Terra, assentamento mais distante, que chegam a gastar mais de dez reais de passagem de ônibus para se deslocarem até o local da feira, sendo que os produtos são recolhidos no dia anterior, pelo caminhão da Prefeitura. Por possuírem pouca diversidade de produtos, muitas vezes os custos de ir até a feira não compensam o trabalho e o tempo gasto. Logo, aqueles produtores que possuem maior diversidade de produtos, frutas e hortaliças, ou aqueles que possuem uma rede de relações mais ampla com os habitantes do município, conseguem vender melhor sua produção.

Ainda assim, a feira assume um papel importante na abertura de novos horizontes para a comercialização dos produtores dos assentamentos. Além de valorizar a autonomia desses feirantes na atribuição de preços para seus produtos, esse circuito estimula a diversificação da produção e influencia na (re)construção simbólica da identidade dos agricultores assentados no município. Não se sabe ainda por que caminho seguirá a feira a partir do próximo ano, com a troca de administração na Prefeitura, mas possivelmente continuará sendo um importante espaço de comercialização e aprendizado desses agricultores.

Pequenos mercados e comércio local e regional

O município de Cardoso Moreira possui um comércio que ainda não foi fortemente atingido pela concentração do abastecimento agroalimentar nas mãos de grandes redes de distribuição. Seu espaço urbano é caracterizado, além disso, por um baixo nível de regulação, no que se refere ao uso dos espaços públicos para a comercialização de produtos nas ruas. A combinação desses dois elementos abre espaços para a entrada dos produtores assentados em diferentes mercados, seja através da venda de produtos para os pequenos mercados da cidade, seja pela ocupação do espaço público para a venda direta de seus produtos. Se, por um lado, os comerciantes locais vão até os assentamentos comprar produtos para a revenda no município, por outro lado os produtores conseguem expandir seus circuitos de venda direta, sem perder necessariamente o espaço para esses estabelecimentos comerciais, mesmo que exista algum nível de competição com a feira, visto que uma parte dos produtos comercializados nesses estabelecimentos são fornecidos pelos próprios assentados.

A venda para os pequenos mercados funciona de diversas formas. Alguns produtores mantêm entregas constantes no comércio, outros o fazem de forma esporádica. Também existem aqueles comerciantes que vão até as propriedades para comprar os produtos. Em geral os pedidos são em pequena escala e a remuneração um pouco acima dos preços praticados pelos atravessadores, porém não muito, pois os preços devem se manter compatíveis com os níveis das principais praças de comercialização regionais, como por exemplo, o Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes e o CEASA de Ponto de Pergunta. Comerciantes de outras cidades menores da região, que cruzam a BR-356 em direção ao Mercado Municipal de Campos para comprar produtos para abastecer seu comércio, também solicitam aos agricultores que vendem na beira da pista lotes fechados de produtos. Assim, compram no mercado de Campos os produtos que não são oferecidos no PA e, no retorno, recolhem suas encomendas no caminho. Os produtos mais vendidos nessa forma são o aipim, abóbora, ovos, milho, quiabo entre outros.

Venda de Leite

Na localidade de São Luis existe um resfriador de leite particular que abastece algumas distribuidoras locais e até mesmo empresas de grande porte. Por ser uma região onde a pecuária é uma atividade tradicional, mesmo nas pequenas propriedades o leite se apresenta também como uma referência econômica. O mesmo ocorre no assentamento, ainda que o leite não se caracterize como a principal atividade, muitas famílias fazem dele sua garantia econômica, pois é um mercado certo e que gera uma renda constante. Além disso, a propriedade dos animais cumpre uma importante função de reserva de valor no interior das unidades de produção.

O leite é recolhido todos os dias num local e hora determinados por um caminhão, que o leva até o resfriador mais próximo do assentamento. A remuneração ocorre de forma constante, mas com preços ainda insatisfatórios para os produtores, principalmente devido à baixa quantidade de leite entregue por dia. Mesmo assim, tendo em vista as condições desse mercado, que combina pagamentos constantes com a manutenção dos animais que representam importantes reservas de valor para os assentados, ele se apresenta como um componente importante da complexa combinação de estratégias de mercados desses produtores.

O arrendamento também compõe parte das estratégias, seja para a criação do gado leiteiro, que costuma incluir o pagamento do trabalho do assentado, seja para o gado de corte. Ainda que o arrendamento não seja bem visto no assentamento, principalmente por ser uma prática condenada pelo INCRA, ocorre com frequência e não é desprezível seu papel na economia dessas famílias.

Venda entre assentados

A venda de produtos agrícolas entre os produtores assentados é uma prática comercial que atravessa praticamente todos esses mercados anteriores, com exceção do mercado do leite. É esse “mercado que esta por trás dos mercados” que possibilita uma série de estratégias de agregação e circulação de produtos, contribuindo para a estruturação de muitas das formas de comercialização descritas anteriormente. Esses intercâmbios colocam em jogo lógicas distintas de operação, onde existem aqueles agricultores mais consolidados, que alegam vender os produtos para outros agricultores como forma de ajudar aqueles que estão passando maior dificuldade. Têm aqueles agricultores que investem mais na comercialização direta e, dessa forma, recorrem aos demais produtores do assentamento visando garantir a oferta mais diversificada de produtos, seja nos pontos de venda da pista, na cidade ou na feira. Porém, o que ocorre, independentemente de quem compra ou quem vende, é que por trás desse mercado existe uma racionalidade distinta envolvendo a formação dos preços, e que acaba, de certa maneira, possibilitando algum tipo de distribuição dos resultados gerados pela comercialização entre os próprios assentados, bem como o fortalecimento de uma rede interna no PA, mesmo se considerarmos que essas vendas representem uma parcela menor da produção total. Quem vende recebe preços melhores do que os pagos pelos atravessadores, e quem compra consegue revender na pista por um preço melhor do que os praticados nos supermercados e estabelecimentos comerciais da cidade, reafirmando uma estratégia de reciprocidade entre os agricultores assentados (Sabourin, 2009).

Já no caso do atravessador a lógica operante não se baseia nessa distribuição um pouco mais equilibrada dos resultados econômicos e que garanta certos espaços de comercialização mais independentes, mas consiste em satisfazer uma demanda de escala de forma a atingir volumes maiores de venda, compensando os preços baixos recebidos

pelos produtores. Os produtores que possuem menores volumes de produção participam desse mercado de forma desvantajosa, mas ainda assim participam não apenas dos circuitos mediados pelos atravessadores, mas também de outros circuitos, contribuindo para manter o PA Francisco Julião como referência na produção agrícola, fato que ajuda na construção cíclica de novas e distintas redes de mercado e reforça o perfil de produtor rural dos assentados frente à população local.

4.3 As complexas formações de circuitos mercantis aparentemente simples

No Capítulo 1, quando apresentamos as principais perspectivas teóricas que orientaram a construção desse trabalho, nos referimos ao debate hoje existente na literatura sobre o papel de diferentes tipos de mercados na reprodução da agricultura camponesa e familiar, particularmente à divisão feita por diversos autores entre circuitos curtos e longos de produção (Leader, 2000; Maluf, 2004; Specht & Rückert, 2008). Longe de pretender desqualificar o debate sobre o tema, limito-me aqui a tentar demonstrar, a partir desse estudo de caso, como uma visão muito rígida ou dicotômica dessas noções (circuitos curtos x circuitos longos), pode resultar em limitações na compreensão da dinâmica dos canais de comercialização utilizados, no caso desta pesquisa, pelos agricultores assentados.

Dessa forma, consideramos importante a utilização mais flexível desses termos, de forma a evitar possíveis reduções conceituais sobre o tema. Isso se deve a observação, reiterada ao longo desse trabalho, que sugere que a compreensão dos processos decisórios no acesso aos mercados já existentes e na construção de novos mercados por parte dos assentados, coloca em ação racionalidades distintas, construídas ao longo das trajetórias de vida e das experiências de cada produtor, e que são constantemente tensionadas pelo ambiente e por diferentes pressões estruturais (incluindo, aí, as regras de mercado) presentes no seu cotidiano.

Atentamos aqui para a importância de não reduzir nossa análise a uma visão tradicional sobre os mercados, onde as pressões e os processos decisórios antes e depois do processo de produção não são levados em consideração e na qual as práticas dos atores são por vezes, compreendidas, a partir de um único modelo de comportamento. Tomando o caso do comércio na pista como exemplo, por trás de sua aparente simplicidade de circuito curto, passível de ser interpretado como um esquema de comercialização direta, eventualmente de pouca importância em função do volume de produção comercializado, é possível encontrar complexos processos decisórios e combinações de estratégias que ligam o funcionamento desse mercado a uma série de outros circuitos e esferas de decisão. Pequenos canais de comercialização são comumente relegados ao segundo plano das análises orientadas por uma visão mais convencional, ou mesmo ignorados. Procuramos mostrar aqui que esses pequenos circuitos, aparentemente simples, são fundamentais para compreender o processo de formação e o tipo de participação dos agricultores assentados em circuitos de mercados mais amplos e complexos de comercialização da produção agrícola.

Outro fator que vale a pena ser enfatizado, diz respeito à forma como as primeiras etapas de estruturação dos processos de comercialização, têm significativa importância no seu desenrolar. Se, como procuramos demonstrar, nos momentos iniciais da instalação no assentamento, a relação com a terra, as opções feitas na implantação dos sistemas produtivos, o acesso (ou a dificuldade de acesso) às políticas públicas e as relações com o poder local, influenciaram na estruturação atual do assentamento, o mesmo parece ocorrer no que diz respeito às relações com os mercados (Maluf, 2004). A possibilidade de reconstruir, historicamente, as primeiras ações de comercialização do

grupo, recorrendo para isso a uma perspectiva orientada aos atores, permite uma análise mais coerente e segura sobre os caminhos trilhados pelos assentados na sua relação com os diferentes mercados. Tentar compreender esse processo a partir dos próprios produtores, evita a desvalorização ou omissão de elementos que muitas vezes, ainda que aparentemente simples, podem figurar como elos-chave na conformação das relações destes produtores com diferentes circuitos de comercialização.

A pista, como espaço de comercialização, não funciona somente como espaço que possibilita a estruturação ou estabilização de diferentes circuitos de comercialização hoje em operação no assentamento, mas permite também ampliar as possibilidades de reprodução econômica e social das famílias assentadas, expandindo seu leque de alternativas. Essa modalidade de comercialização funciona também como um elemento que contribui para reafirmar a identidade dos assentados como agricultores, operando como uma vitrine para os habitantes do município e para o poder público local. Os diferentes tipos de transações que ocorrem às margens da BR envolvem uma combinação entre circuitos curtos e circuitos longos de produção, que operam, muitas vezes, de forma simultânea, em um espaço de mercado que combina diferentes tipos de sociabilidade, envolvendo trocas simbólicas e mercantis que colocam em jogo identidades.

Dentro da perspectiva proposta por esse trabalho, a Figura 9 mostra como esse circuito mercantil apresenta uma série de complexidades, que englobam desde o processo produtivo ao de comercialização. Enfatizando ainda que o esquema não se resume a um circuito curto de comercialização, pois além de envolver diferentes atores e redes de sociabilidade, funciona como um elo com agentes que fazem mediações com circuitos longos de comercialização. Pensando além da perspectiva tradicional, observamos como os circuitos curtos e longos podem estar combinados de forma bem mais complexa, até mesmo naqueles canais de comercialização que são aparentemente simples.

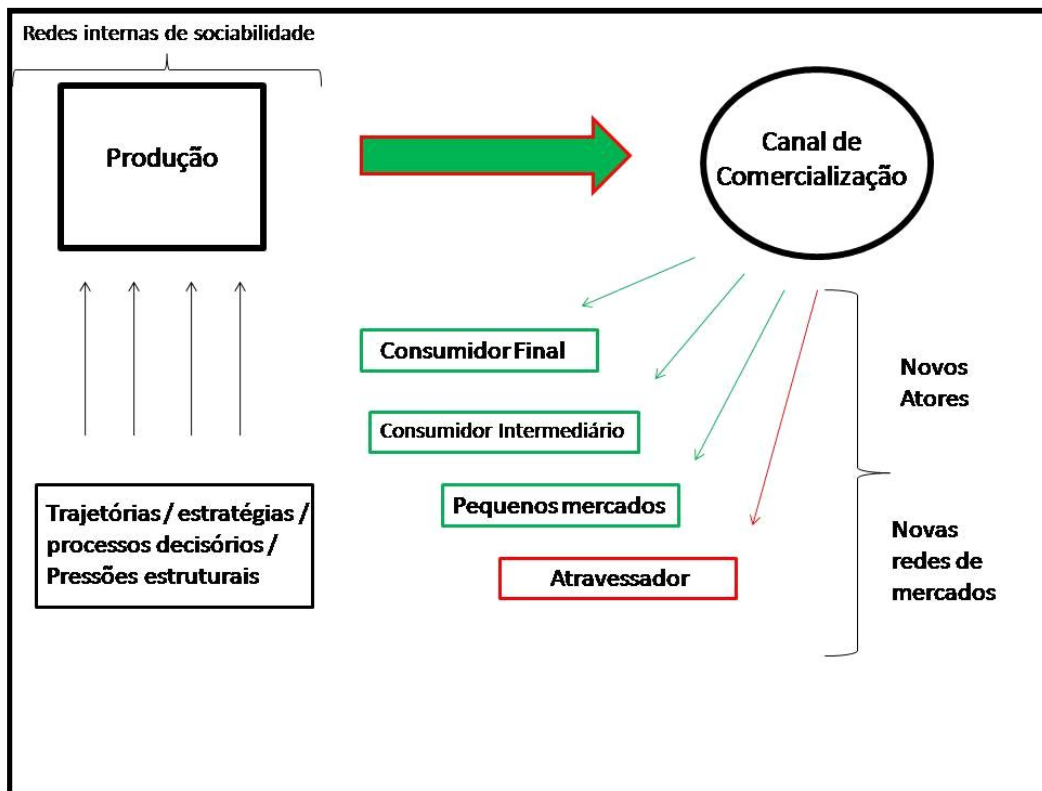


Figura 9. Representação gráfica do espaço de comercialização às margens da BR 356.

A Figura 9 busca ilustrar de forma sintética o grau de complexidade e a heterogeneidade de formas que diferentes canais de comercialização podem assumir de acordo com os tipos de pressões sofridas e caminhos trilhados pelos atores, em um determinado contexto histórico, social, econômico e ambiental (Ploeg & Long, 2011).

Um mesmo espaço de comercialização pode ser utilizado de diferentes maneiras, segundo as necessidades e opções dos atores que ali comercializam seus produtos. A comercialização na pista, por exemplo, abriga diferentes tipos de transações. Quando os clientes são consumidores finais, que compram dos pontos de comercialização instalados às margens da rodovia, diretamente para seu consumo, é possível observar diferenças no volume de produção escoado, nos preços praticados e nas margens de lucro obtidas pelos produtores. Os produtos destinados à venda direta precisam atender, ainda, a determinadas exigências em termos de qualidade e aparência. Já nos casos dos consumidores intermediários e pequenos mercados locais, estes compram produtos com certa regularidade no atacado, porém em menor escala, para revenda em mercearias, quitandas e pequenos mercados locais, ou para a produção artesanal de bolos, salgados e doces também comercializados no mercado local. Nesses casos, ainda que o volume vendido possa até mesmo ser semelhante ao comercializado através da venda direta, surgem novas exigências no que diz respeito ao preço, qualidade e aparência do produto comercializado, exigências estas que variam dependendo do canal a que se destina essa produção, reiterando a importância das estratégias de inserção em diferentes mercados a partir das características de qualidade e confiança dos produtos (Ferrari, 2011). O produto comprado na pista para ser revendido posteriormente nos mercados, para consumo final, precisa ter uma melhor qualidade e aparência em relação ao produto destinado ao beneficiamento, que não tem grandes exigências em termos de aparência, tamanho e grau de maturação, sendo comercializado, de forma geral, por um valor mais

baixo do que aquele destinado ao consumo direto. E, por fim, o circuito dos atravessadores também é acessado em alguns casos via mercado da pista, principalmente nas primeiras compras do agente intermediário, ou seja, quando ele não possui vínculos mais fortes com os assentados. Nesse caso, os produtos ali expostos são o elo entre o produtor e o intermediário e, na própria banca, são feitas as primeiras negociações para a venda das lavouras comercializadas em maior escala. O tipo da produção comercializada varia de acordo com o objetivo final do comprador, o tipo de circuito ao qual se destina o produto. Tendo esses aspectos em vista, cabe ressaltar que há por parte dos produtores um processo de seleção da sua mercadoria no ato da comercialização. (Specht & Rückert, 2008) Isso não quer dizer que essa seleção ocorra de forma rigorosa e de acordo com os padrões e convenções das grandes redes de mercados.

Por certo, um assentamento que não se localize as margens de uma importante rodovia que, nesse caso, liga o Norte ao Noroeste do Estado Fluminense, apresentará possibilidades distintas na conformação tanto de seus circuitos mercantis, como das estratégias de reprodução das famílias assentadas.

4.4 Atores sociais e redes de sociabilidade na construção dos circuitos mercantis

A disputa pelo poder no assentamento e a legitimação de lideranças encontram-se, no caso do PA Francisco Julião, profundamente ligadas à capacidade dos agricultores de se relacionar com seu entorno e, a partir daí, construir não só circuitos de mercado capazes de garantir sua reprodução, mas também de manter e expandir sua influência nas conexões com esses mercados. Os contatos de mercado e as redes de sociabilidade, além de um instrumento econômico, figuram também espaços de poder e de barganha na interação com o grupo (Bourdieu, 2005). Logo, a atuação em diversos circuitos de mercado não se resume ao seu resultado econômico, e por vezes, verifica-se a manutenção de circuitos menos rentáveis em detrimento de outros mais rentáveis, devido à garantia de conservação de certas redes. Isso se reafirma ao percebermos como as redes de relação que ligam os produtores ao governo municipal são intermediadas por determinadas lideranças, que controlam, de certa forma, a distribuição dos serviços produtivos no interior do PA. O argumento que justifica a distribuição desigual de serviços de máquinas, por exemplo, consiste em priorizar aqueles que produzem mais, pois não faz sentido “desperdiçar” tempo de serviço para aqueles que não irão produzir. Por outro lado, aqueles que não conseguem produzir em maiores quantidades, alegam que não possuem condições de fazê-lo sem o auxílio do maquinário ou com o pouco tempo de uso das máquinas que lhes é destinado. Nesse ponto, a capacidade de escoar a produção está ligada ao ciclo de produção, obtenção de serviços e disputas de poder ligadas a redes externas ao assentamento. Reside, aqui, uma das oposições entre a estrutura e a capacidade de ação. Nem sempre a capacidade de produzir se resume à vontade do produtor, o exercício dessa capacidade muitas vezes envolve mediações externas que funcionam como um círculo vicioso, onde quanto menos se produz e acessa mercados, menos se tem acesso às condições que viabilizam a produção. Não se trata aqui de reduzir as relações sociais dos atores à propriedade ou não propriedade dos meios de produção, mas em reiterar o peso dessa estrutura na consolidação e formulação de suas estratégias de reprodução (Granovetter, 1985).

A dependência em relação à Prefeitura Municipal para a obtenção de serviços tem se mantido ao longo do processo de implantação do assentamento e reitera a influência do poder local na vida desses agricultores (Sabourin, 2009). O controle das lideranças internas sobre estes recursos seria facilmente superado, se fosse possível para

o assentado recorrer à outra rede que lhe permitisse desviar seu caminho em relação a esses mediadores ou, ao menos justificar suas necessidades em algum tipo de espaço público de mediação, o que abriria para esses produtores novos espaços de ação. Podemos pensar como ilustração dessa situação, um caso onde um assentado que não possui prioridade no atendimento pelos serviços de maquinário no interior do assentamento, consiga um contato externo, que lhe viabilizem uma parceria na implantação da lavoura ou que lhe possibilitasse escoar uma grande parte da produção colhida nessa lavoura. Se o acesso ao maquinário não fosse garantido internamente, através do esquema de serviços que hoje opera no assentamento, ele poderia, a partir de sua própria relação, ou através de seu novo contato, solicitar à Prefeitura que seu pedido fosse atendido. Nesse caso, dependendo do grau de influência de seus contatos e das redes passíveis de serem mobilizadas visando acessar estes serviços, o interesse de outros agentes locais passaria a interferir na agenda política do assentamento, sobrepondo-se, ou não, aos interesses das lideranças internas.

No entanto, pensar as redes de sociabilidade no assentamento não se limita às relações com a Prefeitura, ainda que, por se tratar de um município pequeno, elas estejam quase sempre presentes ou entrelaçadas. Contatos familiares, de trabalho e resultantes das atividades desenvolvidas pelos assentados antes de ir para o assentamento, também influenciam nas suas estratégias e, por diversas vezes, transcendem as relações com o poder municipal e até mesmo local. Alguns assentados mantêm seus mercados a partir de seus trabalhos externos. Aqui a pluriatividade figura como importante elo na reprodução das famílias, garantindo mais do que a renda obtida com o trabalho, novas redes que permitem a continuidade e/ou a razão do investimento produtivo. O assentado que possui uma banca no Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes garante o escoamento de sua produção e de vários outros assentados através de seus contatos com distribuidores e atravessadores que atuam no Mercado Municipal de Campos. Desse modo, ele reforça tanto seus laços internos no assentamento, como seus laços externos, agindo como uma ponte entre a produção e a comercialização no assentamento. Outros assentados que também possuem contatos no Mercado Municipal esticam suas redes a partir dali, visto que os agentes presentes neste mercado também não se encontram isolados (Granovetter, 1973). Atualmente, o gerente de compras de produtos *in natura* de uma grande rede regional de supermercados era feirante no Mercado Municipal de Campos. Suas redes e seu conhecimento tanto de intermediários como dos produtores que fazem do Mercado seu entreposto, garantem o abastecimento das mais de 10 lojas da rede na cidade. A própria ideia de possuir redes para comercialização ou de buscar com frequência a inserção nestas, remete à importância dessas redes na consolidação, até mesmo identitária, das lideranças.

João: “Os contatos que a gente tem com os mercados lá de fora sou eu. Os caras que vem de fora aí comprar, sou eu que peço. Eu vendo pra rede Superbom também. Mas fui eu quem fui oferecer, bati na porta deles lá. Tava tudo encalhado aí na roça e eu tive que correr atrás. Fiz o contato com o Renato Ribeiro. O Renato era feirante no mercado municipal, mas agora é gerente lá do Superbom”.

Outras vezes os compradores externos chegam através de trocas de informações com outros assentados, mas não estabelecem vínculos. A indiferença com relação aos vínculos sociais, ou a reafirmação de vínculos de caráter mais mercantis, é característica daqueles atravessadores que são mal vistos no assentamento. Essas transações são evitadas, quando possível, e não necessariamente se estabelecem com frequência. Porém, existem aqueles que conseguem comprar no assentamento nessa situação, seja

por uma questão de necessidade imediata do assentado, ou por uma recomendação de um terceiro, que fez negócios anteriormente com esse atravessador. Por certo, há uma prioridade em fazer negócios com pessoas conhecidas, ou recomendadas por algum amigo, baseada em laços de confiança, mas nem sempre essa é a realidade dos produtores.

Geraldo: “Muitas vezes alguém comenta que tem um fulano que compra aipim por aí, que o cara é gente boa e pode vender pra ele, conforme tem gente boa aí que compra aipim. Mas eu não sei nem de onde vem, arranca na roça, paga na roça, é assim que a gente quer. Tem gente que paga aí em cima da roça”

Em termos de canais de comercialização, não há um padrão claramente definido de preferências na forma de comercializar, e mesmo que houvesse, seria difícil atender essas demandas, seja em função da capacidade produtiva do grupo, seja devido a uma eventual saturação do mercado em questão. Por essa razão, os produtores combinam uma série de diferentes mercados a partir das diversas redes que possuem ou que constroem quando necessário. Os relatos mostram que as redes facilitam a comercialização da produção, pois simplesmente correr atrás de novos compradores, ainda que isso possa ser frutífero e abra novas opções de mercados, nem sempre resulta no acesso a mercados satisfatórios ou viáveis.

Marcelo: “a gente vai mostra a mercadoria, fala que tem, procura ver quanto que eles pagam. Quando eu tenho que procurar eu vou no Mercado Municipal de Campos, no Hortifruti a gente procura, tem que tá soltando a mercadoria, não é mesmo. Então às vezes a gente vai no Hortifrute, procura ver se eles querem, mas quase sempre eles já estão ocupados, estão pegando de outra pessoa e não querem pegar da gente, aí fica difícil.”

O Mercado Municipal de Campos é uma forte referência para esses assentados, primeiramente por sua centralidade na região e também devido às origens dos produtores, pois grande parte deles possui passagens e/ou experiências de trabalho nesse município, seja no ramo da comercialização ou não. Aqueles assentados que já tinham alguma bagagem na área tiveram maior facilidade de se estabelecer no mercado do que os demais. O agricultor Alfredo fala da importância de seus contatos para a venda da sua produção no começo do assentamento.

Alfredo: “eu comecei a vender aqui [na roça] pra campos, o cara vinha aqui buscar. Eu conheci ele no Mercado Municipal de Campos, eu já conhecia ele, porque antes eu trabalhava no ramo de verdura e outras coisas na rua, eu já conhecia ele. Aí nós entramos em contato, ele já era comprador de aipim, foi o aipim a primeira coisa que a gente começou a tirar e ele começou a comprar da gente”.

Outros tipos de serviços externos também fornecem elos comerciais, importantes que garantem maiores margens de manobra para os assentados, reduzindo sua condição de dependência de um canal único. Houve um caso no início do PA em que dois assentados fizeram um combinado de arrendamento para produzir uma grande roça de abóbora. As condições iniciais já não eram muito favoráveis aos assentados, pois todo o

investimento e comercialização seriam feitos por um outro agente. Os assentados entraram por sua vez com a terra e o trabalho, contando com um retorno de 20% sem descontos do que fosse comercializado. No período da safra, quando receberam as primeiras colheitas perceberam que estavam sendo lesados nos valores combinados inicialmente. O terceiro agente que estava envolvido, estava descontando os custos de transporte da parte que cabia aos assentados, resultando em uma remuneração muito mais baixa do que o esperado. Ao divergirem da situação, caso não possuíssem outras redes, poucas opções lhe restariam que não fosse continuar comercializando através desse agente. No entanto, os assentados decidiram que, após pago o investimento inicial, não venderiam mais as últimas colheitas para esse agente e buscariam novas formas de comercializar o que ficou daquela safra. A solução se deu por intermédio de um dos assentados que possuía contatos externos a partir de seu trabalho. O assentado entrevistado afirma que não conhecia o novo comprador e somente chegou a ele por intermédio do colega.

Donizete: “Conhecido meu não, era conhecido de Amaro. Sei que veio de Morro do Coco, não sei se ele é de lá de onde Amaro trabalha... O Amaro é muito andado por aí, ele vende muita peça de trator esses troços, então ele anda muito aí. O patrão dele tem uma loja grande e ele anda pra tudo que é lugar. Então ele conhece muita gente. Aí depois eu e ele ficamos com o resto da roça de abóbora e foi quando nós vendemos o resto da abóbora pra um outro rapaz aí onde nós fizemos, mais ou menos, uns 2000 contos. Esse era daqui de perto, daquele lugar de Campos, me esqueci o nome. Foi Amaro encontrou ele também, se não a gente ia perder a roça, aí ele conheceu esse rapaz que tem uma fábrica de doce e essas coisas, aí o Amaro foi e conversou com ele e vendeu um bucado dessas abóboras que estavam aí, foi quando nós fizemos uns 2000 contos, cada um. Se não, nós não fazíamos nada, ainda mais que pra cá a gente só fazia pingado o rapaz não apanhava tudo de vez”

O relato indica a importância dos contatos externos para a viabilização da produção e comercialização, desde o início do investimento, como forma de reduzir a margem de dependência, tendo opções de comercialização que não se limitem a apenas um mesmo agente. Nesse sentido, mais do que obter um canal de comercialização ou investimento, fica clara a importância para os assentados de ampliar suas redes e opções de forma a garantir melhores espaços de manobra, ainda que através da utilização dos intermediários na comercialização.

4.5 O desempenho econômico dos circuitos mercantis no assentamento: os limites e possibilidades na agregação de valor frente diferentes necessidades

Acima, tratamos das diferentes formas pelas quais os produtores assentados acessam circuitos mercantis e como as relações de poder podem influenciar no desenho das estratégias e em suas opções. No entanto, apesar das dificuldades em registrar com precisão a renda e os valores produzidos e comercializados, essa parte do trabalho busca voltar nosso olhar para alguns aspectos do desempenho econômico dos circuitos mercantis do assentamento.

Ao levantarmos informações a campo sobre a comercialização dos produtos do assentamento, levantamos alguns preços praticados de produtos nos diferentes circuitos

de comercialização, em comparação com os preços que os produtores consideravam o mínimo satisfatório pela sua comercialização. Ao serem perguntados sobre os preços que vendiam sua produção em cada canal, perguntávamos também se os agricultores consideravam o minimamente satisfatório, e qual seria esse mínimo no seu entendimento. É importante reiterar que os valores apresentados abaixo não expressam, necessariamente, as cotações vigentes nos mercados agrícolas, no entanto, isso não quer dizer que esses valores sejam construídos aleatoriamente. Percebe-se de fato uma vinculação, ainda que variável entre os preços “da praça” e os preços declarados pelos agricultores, mas o importante aqui é notar que essas informações estão baseadas na percepção de cada agricultor sobre a produção e comercialização de seus produtos. Logo, apesar de haver um certo nivelamento entre os valores considerados minimamente satisfatórios por parte dos produtores, isso não quer dizer que as noções de remuneração são iguais. Tais valores passam por percepções subjetivas que conjugam esforço pessoal e familiar e dispêndio econômico e de tempo com a produção e a comercialização, além da própria percepção de cada produtor em relação ao funcionamento dos mercados. Os dados apresentados a seguir foram calculados a partir dos valores declarados pelos produtores como recebidos, em média, nos diferentes mercados e os valores considerados satisfatórios para aquela mercadoria em cada mercado, considerando as variações tanto no preço recebido, como no preço considerado mínimo satisfatório, lembrando ainda que alguns canais podem remunerar o produtor com preços acima do que os mesmos consideram um valor aceitável.

Dentre todos os canais citados pelos produtores, os de venda direta, sem grandes surpresas, e as vendas para a CONAB, através do mercado institucional, e que alcançam preços mais razoáveis, são aqueles que remuneram os preços mais próximos àqueles esperados pelos produtores. No entanto, apenas na feira do município de Cardoso Moreira todos os produtos citados recebem remuneração igual ou superior ao desejado pelos produtores, atingindo uma média de 26% acima do mínimo desejado, sendo necessário em conta que apenas de uma pequena parcela da produção é escoada na feira. A pista e a venda direta no Mercado Municipal de Campos, também apresentam remunerações semelhantes às expectativas dos produtores, no entanto isso não ocorre na totalidade dos produtos comercializados. No caso do Mercado Municipal de Campos, apenas um produto foi indicado como remunerado abaixo do esperado, cerca de 20% do valor desejado. A pista por sua vez remunera com pouca variação em relação ao preço esperado pelos produtores, se considerada apenas a comercialização no varejo. No entanto, esse canal não se limita à venda no varejo e a venda no atacado mantém preços semelhantes aos preços pagos pelos atravessadores e pequenos comerciantes locais, onde a remuneração é em média 35% abaixo da expectativa. Somente a venda para a agroindústria de farinha da região apresentou remuneração muito abaixo dessa última, chegando a 80% abaixo da expectativa. Isso se deve também à qualidade do produto que é entregue à farinheira, mas ainda assim é uma das remunerações mais insatisfatórias.

Já a CONAB remunera valores próximos aos considerados minimamente satisfatórios pelos produtores, mas ainda assim, em certos períodos do ano, principalmente nas entressafras ou frente a desequilíbrios ecológicos que influenciam na oferta de produtos nos mercados, os preços oferecidos pela empresa pública não se mostram tão atrativos. Essa regularidade dos preços estabelecidos ao longo do ano nos mercados institucionais caracteriza um importante aporte para que os produtores possam lidar com as oscilações do mercado, por outro lado, por se encontrarem em um estágio pouco avançado na sua relação com os mercados institucionais, a constante variação de preços nos mercados ao longo do ano e a baixa diversidade de produtos ofertados no

ano inteiro, principalmente devido às condições climáticas e de infraestrutura na região, atrapalham o estabelecimento desse vínculo de maneira mais constante, fazendo com que em certos casos, os mercados institucionais sejam desabastecidos em certos períodos.

Devemos, no entanto, ser cuidadosos ao utilizar esse tipo de análise se pretendemos tirar algumas conclusões sobre a eficácia econômica de determinados canais de comercialização. Se, de fato, os canais que se baseiam em comercialização direta e no varejo possuem maior capacidade de agregar valor aos produtos, isso não representa, necessariamente, canais de comercialização economicamente mais eficazes. Esses canais somente são frutíferos para aqueles produtores que possuem uma grande diversidade de produtos, produzidos em pequena ou média escala em seus lotes. Essa não é uma realidade do assentamento, que nos casos onde a maior parte da renda está ancorada na agricultura, o produtor usualmente possui uma ou mais culturas principais produzidas em maior escala. Além disso, o mercado consumidor varejista local rapidamente ficaria saturado se todos os produtores da região optassem por seguir a lógica exclusiva da agregação de valor no canal mais promissor. Esses fatores reiteram a necessidade de observar mais atentamente as combinações de estratégias e de mercados delineadas pelos produtores, posto que a garantia de permanência e reprodução dessas diversas unidades familiares se desenha e se consolida a partir destas relações. Podemos tomar como exemplo duas diferentes formas de combinação de estratégias de produção e comercialização de dois produtores, para entender melhor como estas estratégias se estruturam e se orientam.

O agricultor Geraldo possui seu lote em uma das áreas mais produtivas do PA. Inicialmente, costumava produzir em maior escala e ter apenas o atravessador e a pista com pequenos volumes como canais de comercialização. Com o passar do tempo o assentado começou a redesenhar seu sistema produtivo de modo a atender sua estratégia de comercialização. Se antes dava ênfase a poucos produtos em maior escala, principalmente o aipim, hoje ele mantém a estratégia de comercialização em maior escala, mas combinada com seu foco principal, que combina diversificação da produção e maior valor agregado por produto. Ainda que um dos principais focos de sua atividade esteja na barraca da pista, construída junto ao ponto de ônibus da comunidade local, ele consegue operar diversos outros canais, evitando assim ficar dependente de apenas uma forma de comercialização e obtenção de renda. Quase toda a renda da família é obtida por meio da comercialização de produtos agrícolas, com exceção dos serviços que o filho presta fora do PA. Porém, em grande parte do tempo, o filho se reveza com o pai na barraca da pista. Hoje, devido à grande variabilidade de canais de comercialização e trabalho na roça, por vezes pagam uma pessoa para ficar na barraca. A Tabela 8 é composta pelos produtos e canais de comercialização declarados pelo produtor durante a entrevista. Esse é o exemplo de um tipo de estratégia, que conta com auxílio da família e a primazia de canais de comercialização onde há maior autonomia ou satisfação na definição dos preços recebidos.

Tabela 8. Produtos comercializados do Sr. Geraldo.

Produto	Canais	Forma de Pag.	Preço pago no canal	Preço justo⁸³	Como acessa?
Abóbora	Atravessador	na hora	R\$0,70 p/ KG	R\$0,70 p/ KG	pega na roça
Abóbora	Pista	na hora	R\$1,00 p/ KG	R\$0,70 p/ KG	carrinho de mão
Abóbora	Supermercado Cardoso	na hora	R\$0,80 p/ KG	R\$0,70 p/ KG	ônibus ou carro
Abóbora	Feira	na hora	R\$1,00 p/ KG	R\$0,70 p/ KG	caminhão Prefeitura
Abóbora	Atravessador Campos	na hora	R\$0,70 p/ KG	R\$0,70 p/ KG	caminhão Prefeitura
Abóbora	Conab	até 5 meses	R\$0,67 p/ KG	R\$0,70 p/ KG	caminhão Prefeitura
Milho	Pista	na hora	R\$5,00 p/ dúzia	R R\$5,00 p/ dúzia	carrinho de mão
Milho	Feira	na hora	R\$5,00 p/ dúzia	R\$5,00 p/ dúzia	caminhão prefeitura
Milho seco	Vizinhos locais e assentados	na hora	R\$350,00 p/ carroça	NR ^x	pega na roça
Quiabo	Pista	na hora	R\$3,00 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	carrinho de mão
Quiabo	Feira	na hora	R\$3,00 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	caminhão Prefeitura
Banana Figo	Pista	na hora	R\$1,50 p/ dúzia	R\$1,50 p/ dúzia	carrinho de mão
Banana Figo	Feira	na hora	R\$1,50 p/ dúzia	R\$1,50 p/ dúzia	caminhão Prefeitura
Banana Maçã	Pista	na hora	R\$2,00 p/ dúzia	R\$2,00 p/ dúzia	carrinho de mão

⁸³ Ao longo da pesquisa, os produtores foram indagados sobre o preço que consideravam “justo” pela venda de sua mercadoria. Em razão da atribuição de “justiça” nos preços praticados ser um conceito com componente relacional, optamos por utilizar na redação final a noção de mínimo satisfatório na atribuição de preços por parte dos produtores.

Produto	Canais	Forma de Pag.	Preço pago no canal	Preço justo⁸³	Como acessa?
Banana Maçã	Atravessador	1 semana	R\$1,00 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	pega na roça
Banana Maçã	Conab	até 5 meses	R\$1,62 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	caminhão Prefeitura
Aipim	Pista	na hora	R\$1,00 p/ KG	R\$1,00 p/ KG	carrinho de mão
Aipim	Atravessador	na hora	R\$10 p/ caixa	R\$22,00 p/ caixa	pega na roça
Aipim	Supermercado Cardoso	na hora	R\$10 p/ caixa	R\$22,00 p/ caixa	ônibus ou carro
Aipim	Feira	na hora	R\$1,00 p/ KG	R\$1,00 p/ KG	caminhão prefeitura
Inhame	Pista	na hora	R\$2,00 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	carrinho de mão
Inhame	Atravessador	15 dias	R\$1,00 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	pega na roça
Inhame	Conab	até 5 meses	R\$1,20 p/ KG	R\$2,00 p/ KG	caminhão prefeitura
Carne de porco	Particular	na hora	R\$6,00 p/ KG	NR	pega na roça

*Não Respondeu

Percebe-se que há uma preferência do agricultor em comercializar em canais onde a definição dos preços ocorre de forma menos assimétrica em relação aos seus anseios. Mesmo assim, com exceção da abóbora, os produtos comercializados em maior escala não escapam à rede do atravessador e recebem remuneração menor do que a expectativa do agricultor. Outro fator importante de ser apontado como diferencial, nesse caso, é também a priorização de canais de comercialização que remuneram no ato da compra, fator que garante a continuidade dos investimentos em novas lavouras garantindo a distribuição dos ganhos auferidos através da comercialização ao longo de todo o ano, evitando forte concentração de renda em períodos de grandes safras e escassez absoluta em outros períodos. Já a infraestrutura para a comercialização é bastante básica, e conta apenas com a barraca da pista que fica relativamente próxima ao lote e é abastecida com o uso de um carrinho de mão. A barraca da feira cedida pelo convênio entre Prefeitura, Emater e MDA, com auxílio do caminhão da Prefeitura⁸⁴ também utilizado em outras atividades de comercialização que não a feira no município de Cardoso.

⁸⁴ O caminhão em questão foi adquirido com recursos do MDA via território da cidadania.

Tal estratégia tem sido frutífera para o produtor que, recentemente, expandiu sua barraca na pista e agora comercializa maior variedade de produtos. Nessa estratégia, que antes se aplicava somente aos seus produtos, agora ele comercializa todos os produtos produzidos no PA, atuando como intermediário de diversos produtores em menor ou maior escala. O ponto forte de sua consolidação como produtor e comerciante, segundo ele, é manter a variedade de produtos atribuídos à qualidade de produtos “da roça”, com preços mais baixos ou nivelados com o mercado local de Cardoso Moreira. Além disso, combina outras diversas estratégias que evitam que fique dependente de apenas um canal de comercialização, ainda que sua preferência seja pela comercialização direta, ele reconhece a importância e o peso da comercialização em maior escala, principalmente como forma de reinvestimento em novas lavouras, pois a remuneração não é “picada” em pequenas partes. Segundo ele para as lavouras em maior escala os melhores canais de venda ainda são os atravessadores.

Geraldo: “Pra mim, em grande quantidade é em Campos. Em Campos, porque lá o cara tem como vender um caminhão de abóbora, o cara tem como ir tratar um caminhão de banana. Já de preço não é tão bom, só tem mesmo explorador, porque a gente não vai vender no preço justo, mas tem que vender, se não perde a mercadoria. Aqui em Cardoso eu vendo nos mercados, abóbora, principalmente, tem um precinho razoável, mas em quantidade de carro, tem que ser atravessador de campos.”

Outro caso que ilustra uma estratégia distinta é o exemplo do agricultor Marcelo. Aqui encontramos uma situação completamente diferente e uma tendência que foi percebida após a realização da pesquisa de campo. Nesse caso o agricultor não conta com o auxílio direto do trabalho da família e apesar de estar situado bem próximo à área mais produtiva do PA, seu lote possui algumas condições limitantes como maior escassez de água, além de áreas que só podem ser plantadas no inverno devido às cheias do verão e partes bastante declivosas. Esses fatores não impedem o desenvolvimento da atividade produtiva, mas induzem a diferentes contornos nas estratégias e também na obtenção de retornos econômicos. Assim, sua atividade não está ligada exclusivamente à agricultura como no exemplo anterior. O assentado mescla seu tempo entre a agricultura e a pesca, de forma a garantir a obtenção de renda de forma mais constante, mesmo que isso lhe custe a entrada de rendimentos um pouco menores. Anteriormente ele contava com a ajuda de um de seus filhos, que desistiu devido às dificuldades e condições de vida iniciais do assentamento. Dessa forma, ele tem avançado no objetivo de estabilizar as condições de vida no lote, buscando estruturar a residência e garantir o fluxo de renda para que futuramente consiga trazer a família. O assentado afirma que toda sua renda é oriunda das atividades agrícolas e pesca. Na Tabela 9 estão apresentados os dados coletados durante a pesquisa. Aqui notamos menor diversidade de produtos e também de canais de comercialização.

Tabela 9. Produtos comercializados do Sr. Marcelo.

Produto	Canais	Forma de Pag.	Preço pago no canal	Preço justo	Como acessa?
Aipim	Mercado Campos	8 dias	R\$ 8,00 p/ caixa	NR*	pega na roça
Aipim	Atravessador	15 dias	R\$ 10,00 p/ caixa	NR	pega na roça
Aipim	Pista	na hora	R\$ 1,00 p/ KG	NR	Moto
Aipim	Conab	até 5 meses	R\$ 0,66 p/ KG	NR	caminhão prefeitura
milho	Pista	na hora	R\$5,00 p/ dz, R\$30,00 p/ cento	NR	Moto
Milho seco	Vizinhos locais e assentados	NR	R\$35,00 p/ saca (50KG)	NR	pega na roça
Banana	Porta em porta	na hora	R\$3,50 p/ dúzia	NR	Moto
Ovo	Porta em porta	na hora	R\$5,00 p/ dúzia	NR	Moto

*Não Respondeu

O entrevistado disse que não saberia dar valores aos preços justos, pois isso dependeria da qualidade do produto comercializado, mas que, de forma geral, os valores pagos pelos atravessadores eram abaixo de sua expectativa para aqueles produtos. Nesse caso, o agricultor possui maior dificuldade em auferir renda com a comercialização de seus produtos, pois sua estratégia encontra-se ligada a uma variedade menor de produtos e canais de comercialização, no entanto, essa estratégia se combina com a atividade da pesca. Mesmo que suas safras sejam comercializadas em escala maior do que o exemplo anterior, há ainda um risco constatado por diversos produtores do PA, que reside na possibilidade de, no período da colheita, os valores oferecidos pelas grandes safras estarem muito abaixo do esperado, até mesmo daqueles valores pagos pelos atravessadores. Novamente, os mercados diretos apresentam remuneração mais alta e mais compatível com os anseios dos produtores, mas nesse caso, a estratégia da venda de porta em porta implica em aumento de custos para o produtor, já que precisa abastecer sua motocicleta. A comercialização de ovos e peixes se apresentava no momento da pesquisa como a principal fonte de renda do produtor. Hoje, o mesmo tem investido na diversificação da produção. As hortaliças têm sido alvo de forte investimento e seu objetivo é a comercialização direta e também para o PAA da CONAB. É interessante apontar que novas estratégias não substituem, obrigatoriamente, estratégias antigas, agregando-se a elas. O assentado ainda mantém uma grande lavoura de aipim, uma das maiores do PA, continua exercendo a atividade de pesca, está começando a colher laranjas e iniciou uma criação de cabras, mas ainda de maneira experimental.

Outro fator relevante na sua estratégia, que guarda relação com os aspectos econômicos, é o tipo de cultivo e a forma como este é feito, pensando na comercialização no melhor momento do mercado. A fala de Marcelo mostra como essa racionalidade é operada na escolha da lavoura e no modo de produção, principalmente pensando em evitar perdas de lavoura devido à dificuldade de comercialização.

Marcelo: “o aipim a gente deixa esperar lá na roça. E o milho, na verdade, não vai sobrar. Não sobra porque a gente vai tirando ele, vai vendendo e dá pra vender. E quando é milho verde que sobra muito é isso aí que acontece (mostrando o milho estocado), ele seca, mas a gente não perde. Então ele na verdade ele não tá sobrando. Eu queria vender esse milho todo verde, foi o que eu falei com você naquele dia (referindo-se à conversa em outro dia em sua banca na pista), não consegui. Secou, mas não perdi. Perdi porque diminuiu o valor, o milho verde é bem mais caro do que o seco. E daria mais produção, porque eu poderia produzir duas vezes no mesmo espaço. Eu tirava o milho ainda verde, tombava a terra e plantava de novo. Então nesse período de 6 meses, que leva pra ele secar, eu colhia duas plantações dele verde. Eu desocupo a terra pra plantar outra vez, ele dá mais lucro e você pode colher duas vezes a roça. A intenção nossa aqui não é produzir? Então, aqui (no milho seco) eu não perdi, mas eu não produzi igualmente eu produziria se eu vendesse ele verde.”

Dessa forma podemos perceber com mais clareza a relação estreita que há entre os modos de produção, as estratégias de comercialização e acesso aos circuitos mercantis. Estas não ocorrem de maneira isolada e não podem ser lidas apenas a partir dos resultados econômicos mensurados exclusivamente com base na formação de preços e na ideia de lucros líquidos ao final das safras, apesar da grande importância que o dinheiro assume na economia familiar nos assentamentos.

4.6 As dimensões simbólicas da comercialização

A comercialização da produção do assentamento insere os produtores do PA Francisco Julião em uma nova situação de vida frente ao município. Numa sociedade com forte ancoragem simbólica na dimensão do consumo, o processo de cidadania se impõe, em algumas situações, via mercado. É interessante pensar como se dá a transição simbólica do “sem terra”, invasor, para o agricultor familiar. Mais do que constatar essa transição, através de uma visão externa, é importante observar como essa perspectiva se cristaliza para os próprios agricultores. Não se trata, somente, de se inserir no mercado de consumo, ou seja, ter dinheiro para consumir. Trata-se também da (re)construção simbólica daqueles que estão inseridos na agricultura pela reforma agrária e que conquistaram sua terra por meio do processo de ocupação. O período inicial do assentamento, além das dificuldades físicas de instalação no novo ambiente, passa também por um momento onde se faz necessário o (re)estabelecimento da identidade daquele grupo (Leite, 2004). Mesmo que haja um reconhecimento da identidade do “sem terra” relacionada à conquista da terra, do espaço onde vivem, a inserção nos circuitos de mercado, de forma geral, é um dos caminhos percorridos por esses assentados para essa construção identitária frente à sociedade. Não se trata somente de ser reconhecido entre os próprios assentados, é preciso que eles consigam obter um reconhecimento externo, frente à sociedade. O caminho percorrido via mercado se mostra como uma opção na construção de uma identidade de agricultor familiar (e não necessariamente como assentado), identidade que parece se harmonizar mais com o atual modelo produtivo e, do ponto de vista do Estado, baseada na integração com o mercado.

Carlos: “Foi difícil, porque, a princípio, eles não olhavam os sem terra com bons olhos. Então eles tinham uma visão distorcida a nosso respeito, porque eles não tinham o contato, quando a gente chegava num comércio a gente era acompanhado por outras pessoas, a gente era vigiado, então existia uma certa desconfiança. Mas nós não deixamos nos abater por isso, continuamos a frequentar os comércios, íamos lá quando precisávamos comprar algum produto e começamos a fazer novas amizades e, quanto mais amizade nós podíamos fazer, nós fizemos e com isso nós conquistamos a confiança da sociedade, mas foi difícil.”

O relato marca que somente a capacidade de consumo no comércio não garante automaticamente a inclusão no processo de cidadania e o reconhecimento do grupo. Ainda mais por se tratar de um município pequeno, outros processos baseados no reconhecimento e confiança são fundamentais para que o indivíduo consiga abrir portas e estabelecer novos espaços de sociabilidade. Ainda assim, a noção está fortemente ligada ao mercado, seguindo o relato acima o assentado conclui:

“Hoje a gente pega um telefone, ou manda um recado pra uma loja daquelas lá, a gente não precisa nem ir lá, assinar, eles mandam qualquer produto pra nós. Depois a gente vai lá e paga.”

A inserção pelo mercado no caso desses assentados vai além, ela passa pelo reconhecimento pelo poder público, possibilita intercâmbios com o comércio local, seja consumindo ou abastecendo e chega diretamente até o morador do município, através do comércio na beira da pista, a venda direta nas ruas e, por fim, pela feirinha na cidade. Essa é uma construção longa e esta atrelada a diversos fatores. Somente a feira não é capaz de garantir a construção dessa identidade. Isso se reproduz ao observamos o PA Paz na Terra, que também possui espaço na feira, mas tem características identitárias bastante pejorativas, tanto frente ao poder público, como frente à população do município. A noção de trabalho, conquistada por mérito e esforço desses assentados, não pode ser desconsiderada, pois seu reconhecimento é oriundo de conquistas feitas com pouquíssimo apoio dos órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos de reforma agrária e agricultores familiares.

Marcelo: Olha, no início, você sabe que com essa história de ocupação as pessoas ficam meio preocupadas. “Esse pessoal que tá aí não presta”, acham que a gente é vagabundo, acham que a gente é ladrão porque estamos invadindo a terra dos outros, quem não entende é assim. Aí depois eles foram vendo que não era nada disso. Que nós somos um grupo de pessoas trabalhadoras, que estamos aqui querendo produzir, nós somos agora bem falados na região, entendeu. A maioria das pessoas, eu não tenho ainda, mas a maioria já tem as barraquinhas pra vender lá dentro de Cardoso, que a prefeitura, ou o governo, não sei da onde veio, mas acertaram com eles as barracas. Aí faz a feirinha lá toda semana.

O auxílio e parte do reconhecimento pelo poder local passa também por relações muito ligadas à política local e foram avançando também por meio das redes de relação

entre os assentados com essas redes políticas.

João: No início foi péssimo, porque o prefeito Alcindo não atendia a gente, só tinha promessa, ele veio aí, pediu pra gente apoiar, nós apoiamos, votamos nele, porque o pessoal aqui, quando veio pra cá, transferiu os títulos pra cá. Votamos apoiando ele, que dizia que iria nos ajudar e não nos ajudou em nada. Quem ajudou foi o prefeito Walter que está aí, Walter Nestor.

Assim, podemos perceber como foi importante a constituição da identidade social dos agricultores assentados no município para o estabelecimento e interação com os mercados de forma geral. Mais do que lugares de escoamento da produção, os assentados conseguiram por meio de suas redes de sociabilidade estabelecer uma nova relação enquanto cidadãos, utilizando o acesso, ainda que precário, à terra, suas relações na construção de circuitos mercantis, convivendo e superando algumas das diferentes dificuldades da implantação da reforma agrária, mostrando diversas possibilidades de seu êxito, mesmo que em condições adversas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho mobilizou, sem dúvida, na sua realização, muitas das minhas expectativas enquanto pesquisador e técnico de campo, atuando em assentamentos de reforma agrária, sendo muitas dessas orientadas por determinadas perspectivas políticas e ideológicas. Durante o processo da pesquisa essa visão de mundo foi confrontada com um olhar um pouco mais sistemático sobre a realidade vivida pelos assentados beneficiários do programa de reforma agrária. Neves (1999) indica como essas dimensões comumente se confrontam, transitando-se entre a idealização e prática na realização da reforma agrária. Se não há, como indica a autora, uma vontade política homogênea do ponto de vista dos titulares do Estado para a realização do projeto de reforma agrária, é preciso indicar ainda que não há também homogeneidade nos interesses e condições de realização de projetos pessoais por parte dos beneficiários. A capacidade de agência de cada um desses beneficiários é diretamente relacionada aos projetos de vida dos assentados, às pressões estruturais que sofrem, e ao modo como buscam recriar e remodelar essas condições estruturais, na prática do dia a dia, em função de seus objetivos. Não por acaso, aqueles assentados que tiveram maior capacidade de agência, que conseguiram se estruturar de maneira mais eficaz frente às suas necessidades, são os mesmo que reclamam da interferência de outros agentes nos processos decisórios. Já aqueles com menor capacidade de articulação e em condições mais precárias no interior do PA, reivindicam maior intervenção dos órgãos governamentais, marcadamente o INCRA, tanto na estruturação do assentamento, como no seu relacionamento com o exterior, incluindo os mercados. Os órgãos governamentais, aos quais me refiro por vezes como órgãos de tutela, bem como as conexões estabelecidas com diferentes mercados, interferem nos fluxos decisórios e no controle dos processos no interior do assentamento, criando-se assim, uma configuração onde uns reivindicam maior intervenção, outros reivindicam menor intervenção. Isso demonstra que, em grande medida, a percepção dos assentados sobre as intervenções realizadas por agentes externos ao PA em questão, principalmente aquelas feitas por parte dos órgãos públicos, se dão ou de forma punitiva ou assistencialista.

O caso do Assentamento Francisco Julião apresenta uma conjuntura bastante específica, onde o caminho percorrido pelo grupo na busca pela terra via reforma agrária ocorreu, dentre os diversos percalços descritos ao longo desse trabalho, majoritariamente segundo os interesses de um grupo menor de assentados, que trilharam um caminho distinto daquele percorrido na maioria dos outros assentamentos da região, e cujas escolhas se refletiram no desenvolvimento do assentamento como um todo. É preciso lembrar também que, nessa conjuntura, diferentes dificuldades e méritos na construção social dos mercados identificados foram influenciados pelo tipo de configuração dos mercados locais e regionais, considerando a relevância dos buracos estruturais apontados por Ploeg (2010). Além disso, o tipo de relação com a terra e o (des)equilíbrio de poder no assentamento e seu entorno são fatores centrais na compreensão da construção desses mercados. De acordo com essas diversas configurações possíveis, também se configuram os diferentes mercados em suas possibilidades de entrelaçamento.

Nesse estudo de caso, diferentemente de outros assentamentos, onde o caminho percorrido pelos assentados segue da estabilização na terra para a busca dos mercados, esse grupo menor guiou e trabalhou consensos entre grande parte dos assentados do PA, fazendo com que percorressem um caminho inverso, no qual transitaram de atividades ligadas à comercialização para a terra, buscando estabilidade na terra, para retornar aos mercados, mais fortalecidos. Esse fato remete a dificuldades de inserção nos mercados

muitas vezes enfrentadas por produtores familiares assentados, que muitas vezes não têm condições de atuar na produção e comercialização ao mesmo tempo, o que acaba se refletindo numa distribuição desigual de ganhos entre os diferentes agentes que participam dos circuitos de produção e comercialização. Há, portanto, uma clara relação entre situação social, poder e acesso à terra na construção social de mercados. No mais, a precariedade no acesso à terra de forma estável se mostrou, e ainda se mostra, como um elemento central nos desafios relacionados ao acesso e construção de circuitos mercantis nos assentamentos.

Pensando a complexidade dos diferentes circuitos que foram construídos no PA Francisco Julião, reitero que estes não podem ser compreendidos somente com base em uma lógica segmentária, com base em distinções excessivamente rígidas entre circuitos curtos e longos. Os arranjos são complexos e acionados de diferentes formas pelos assentados, de acordo com as suas “condições objetivas” e suas estratégias. Em segundo lugar é de extrema importância observar a imbricação social desses circuitos, destacando o fato de que os assentados assumem ali diferentes papéis que não se restringem à comercialização de produtos. As atividades de comercialização por sua vez, produzem efeitos que não se limitam ao econômico, mas que possuem diversas implicações sociais e de valorização desses agentes e famílias como sujeitos sociais. Ou seja, ainda que rentabilidade econômica tenha um forte peso nos processos decisórios dos produtores, as opções que os assentados fazem por um ou outro circuito ou combinação de circuitos, não são motivadas exclusivamente por uma lógica econômica. Além disso, percebe-se que a participação diferenciada dos assentados na estruturação desses circuitos, somada à relevância do poder local e das redes de relações internas ao assentamento, e para além dele, influenciam de forma decisiva na conformação dos circuitos. Em análises desse tipo, o estudo dos mercados não pode se resumir às estruturas de mercados, ou suas regras econômicas, tais como oferta e demanda. A análise deve contemplar outros tipos de relações, igualmente fundamentais para os assentados, como os usos que fazem da terra, seus distintos modos de produção, seus objetivos de vida, o poder e a política local, elementos estes que estão diretamente envolvidos na construção, manutenção e consolidação de vínculos com os circuitos mercantis com os quais se relacionam.

Cabe lembrar que não é nosso objetivo propor soluções definitivas para as questões de acesso aos mercados, vividas agricultores assentados como um todo, nem sequer daqueles envolvidos em nosso estudo de caso. Fazer considerações nesse sentido seria desconsiderar o peso de toda questão estrutural e heterogeneidade presente nos assentamentos, que foram tratadas ao longo de todo o trabalho. Nossa pretensão com a realização desta pesquisa foi a de contribuir para a reflexão sobre o tema, evitando limitações e “prazos de validade” de possíveis respostas prontas, que desvalorizam a necessidade constante de reflexão tanto teórica quanto prática na construção de novos caminhos com os agricultores, seja através das políticas públicas, da organização de grupos independentes ou da atuação dos movimentos sociais em diferentes arenas.

O trabalho aponta, ainda, para a importância de não se excluir dessas análises os aspectos econômicos, mas ressalta a necessidade de um olhar crítico e mais atento sobre diversos fatores que estão presentes na construção dos mercados, neste caso específico, dos mercados socialmente construídos pelos agricultores assentados. Olhar para a construção social dos mercados garante novas e diferentes possibilidades de viabilizar instrumentos de políticas públicas e de apoio à comercialização, cada vez mais adequados à realidade dos produtores. Ao valorizar o papel dos atores sociais na sua relação com os mercados, é possível avançar nas análises, sem renegar o papel das pressões estruturais, normas e convenções na estruturação mercados, mas também sem

limitar, por antecipação, as possibilidades de ação desses assentados frente aos avanços dos mercados globalizados.

Portanto, debater sobre os valores sociais é essencial para uma análise mais adequada sobre a economia dos assentamentos. Buscamos mostrar aqui o peso das trajetórias de vida e experiências dos assentados, de sua capacidade de decisão, da mobilização de redes sociais e de seus objetivos de vida, no modo como equacionam sua participação nos mercados. Indicamos que, por vezes, alguns aparentes detalhes, que podem passar despercebidos aos olhares menos atentos aos atores e aos processos, podem ser fundamentais para a compreensão mais ampla dos fatos estudados. Em nosso estudo de caso, o modo como ocorreu o processo de transição dessas pessoas para a reforma agrária, trouxe algumas características muito relevantes para a atual conformação do assentamento e o seu grau de interação com os mercados. O fato de alguns desses assentados terem sua participação na agricultura originária no comércio de produtos agrícolas e almejem produzir na terra conquistada, visando retornar ao mercado, parece sinalizar para algum grau de diferenciação, se consideramos as trajetórias percorridas por aqueles assentados que iniciaram sua participação na agricultura, seja de origem familiar, seja no trabalho agrícola assalariado, e buscaram acessar primeiro a terra e posteriormente os mercados. Essa distinção parece ter se limitado, inicialmente, a alguns assentados, que ao longo do tempo, atuaram como mediadores dos processos sociais em curso na formação do PA e colocaram novos horizontes num cenário onde a estrutura pressiona de forma perturbadora a viabilização das atividades produtivas e o acesso aos circuitos mercantis. “Redefinindo socialmente os outros, os mediadores submetidos a processos de mudança reconstruem simbolicamente o grupo e os princípios de seu pertencimento. Aceitando e incorporando este papel, elaboram e colocam em prática outras alternativas de vida” (Neves, 1999. pág. 13)

Por fim, como sugere Long (2007), é preciso observar os marcos locais do desenvolvimento mercantil a partir de marcos mais amplos onde ocorre a mercantilização, buscando compreender as condicionantes externas que se traduzem em significados, ações e resultados localizados, tornando complexa a universalização e a busca por universalidades. Dessa forma, parte dessa reflexão também se destina a sugerir que reduzir o olhar sobre os processos exclusivamente à ação econômica, deixando de lado as diversas variáveis que implicam na ação humana, tende a resultar numa análise incompleta da estruturação dos circuitos mercantis acessados e/ou construídos pelos agricultores assentados. Além disso, há uma profunda influência da ação e interação dos atores e de suas trajetórias na conformação da dinâmica e garantia da permanência dos mercados que os cercam, marcando significativamente sua agência nessas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2 ed. Campinas: HUCITEC, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 16, n. 2, nov. 2004.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- AGUIAR, M. F. de. **Politicagem e dependências políticas: Controles, trocas e negociação**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense.
- ALENTEJANO, P. R. R. **Reforma Agrária, Território e desenvolvimento no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2003. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimo a família Rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.1, n. 1, p. 66-83, 1986.
- BARBOSA, R.; FERRANTE, V. L. B; DUVAL, H. C. Entre a parceria e a diversificação agrícola: A reconstrução dos assentados sobre o seu viver. In: NUPEDOR/UNIARA. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, n.13, p. 285-319. 2010.
- BELO, D. C. **O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Norte Fluminense**. Campos dos Goytacazes, 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. I Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 1985.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária. Brasília, 2003.
- BOURDIEU, P. **O campo econômico**. Tradução: S. Cardoso e C. Raud-Mattedi. *Revista Política e Sociedade*, n. 5, p. 15-57. 2005.
- CARNEIRO, P. A. S. A unidade de produção familiar e os enfoques teóricos clássicos. **Revista de Geografia Agrária (Campo Território)**, v. 4, n. 8, p.52-66. 2009.
- CARVALHO, A. M. de; TOTTI, M. E. F. **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

- CEPERJ, Fundação Centro Estadual de Estatística, Pesquisa e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Produto Interno Bruto dos Municípios. Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG. Rio de Janeiro, 2010.
- CHAYANOV, A. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: SILVA, G. S. & STOLCKE, V. A (Ed.) **Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CHAYANOV, A. **La Teoria de La Economía Campesina**. 2 ed. Cuadernos de pasado y presente., 1987.
- CHAYANOV, Alexandr Vasilevich. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. [1924] In: CHAYANOV et al. **Chayanov y la teoría de la economía campesina**. Compilação de José Aricó. México D. F.: Ediciones Pasado y Presente, 1981. pp. 49-82.
- CHMIELEWSKA, D.; SOUZA, D.; LOURETE, A. A. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no Estado do Sergipe. Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – IPEA – Texto para Discussão, Brasília, 2010.
- COMUNELLO, F. J. **Os Movimentos nos mercados: Movimentos de Agroecologia em São Joaquim/SC**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Centro de documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia, 2013.
- CUNHA, L. A. G. Confiança, capital social e desenvolvimento territorial. **Revista Era** Curitiba, n. 4, p. 49-60, 2000.
- DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, LAGEA/NERA, 2012.
- DELGADO, N. G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: Da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: CONDRAF/MDA. **Brasil Rural em debate**, Brasília, 2010.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ERBAS, M. da S. A reestruturação do setor agrícola: A luta pela hegemonia político-econômica no município de Campos dos Goytacazes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Campinas: UNICAMP, 2003.
- FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. (Orgs.) **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, 2010.

- FERRARI, D. L. A teia da qualidade, do *embeddedness* e do local para construção de cadeias agroalimentares curtas pelos agricultores familiares em Santa Catarina. In: COLÓQUIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., 2011, Porto Alegre. **Anais do III Colóquio da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- FERREIRA, P. C. **Identificando os mecanismos que controlam a comercialização da produção agrícola em assentamentos de reforma agrária no município de Campos dos Goytacazes – RJ**. Campos dos Goytacazes, 2010. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- FERREIRA, P. C.; PEDLOWSKI, M. A.. Desafios e gargalos do processo de comercialização agrícola em assentamentos de Reforma Agrária. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, 7., 2010, Porto de Galinhas. **Anais do VII Congresso LatinoAmericano de Sociología Rural**. Porto de Galinhas, 2010.
- GOODMAN, D.; SORJ, B; WILKINSON, J. **Da lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- GRANOVETTER, M. S. The Strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, pp. 1360-1380, Maio. 1973.
- GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da incrustação. In: **A Nova Sociologia Econômica**, Celta, 2003, (op. cit.) Publicação original: *American Journal of Sociology*, 91, 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A. A.; ROMÃO, D. A.; NETO, J. A. W.; PINTO, L. C. G. Tecnologia e Campesinato: O caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3, n. 4, p. 21-55, out./dez. 1983.
- GRISA, C; SCHMITT, C. J; MATTEI, L. F; MALUF, R. J; LEITE, S. P. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: Apontamentos e questões para o debate. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, p.137-170, 2010.
- GUANZIROLI, Carlos E. Assentar sem terra ou fortalecer agricultores familiares. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, p.107-116, 2010.
- HEREDIA, B. et al. Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 77-111, 2002.
- KAUTSKI, K.. **A questão Agrária**. Tradução: C. Iperoig. Rio de Janeiro, Ed. Laemmert S. A., 1968. (1899).
- KAYAGEMMA, A.; BERGAMASCO, S. M P. P.; OLIVEIRA, J. A. de. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no Censo Agropecuário de 2006. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR/UNIARA n.13, p.107-116, 2010.

- LEADER, Observatório Europeu. Comercializar os produtos locais. Circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural, Caderno n.7, 2000.
- LEITE, S. P. Orçamentos familiares e estratégias socioeconômicas em assentamentos rurais. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, p.118-151. 2003.
- LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. Impactos Econômicos dos Assentamentos Rurais no Brasil: Análise das suas dimensões regionais. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, v.22, n.1., 2007.
- LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. 2 edição, Nova Cultural: São Paulo, 1985. (1899)
- LINHARES, E.; MEDEIROS, L.; PADRÃO, L.; ALENTEJANO, P. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.
- LONG, N. **Sociología del desarrollo: Una perspectiva centrada en el actor**. San Luis: El Colegio de San Luis, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.
- MACIEL, M. C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. In: **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-SP, Publicação periódica do NUPEDOR – UNIARA/INCRA n.12, p.217-242, 2009.
- MALAGODI, Edgar; MENEZES, Marilda; SILVA Flávia Maria. Assentamento de reforma agrária como alternativa para regiões rurais em crise. II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Rio Grande do Sul, 2004.
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: Agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2004.
- MARQUES, R. Os trilhos da nova sociologia econômica. In: **A Nova Sociologia Econômica**, Celta, 2003.
- MARTINS, M.. **Juventude e Reforma Agrária: O caso do assentamento Rural Paz na Terra, RJ**. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- MAYER, E. Households and their markets in Andes. In: CARRIER, James G. (Editor). **A handbook of Economic Anthropology**. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2005. p. 405-422.
- MEDEIROS, L. S. de; LEITE, S.; BENEDETTI, A. C.; SOUZA, I. C.; ALENTEJANO, P. R. R. Luta por Terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil –**

- Processos sociais e políticas públicas** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. p. 117-160.
- MEDEIROS, L. **Reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra.** São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- NEGRÃO, M. P. **Valão dos Pires, memórias e imagens: Cardoso Moreira. Série histórias contadas.** Rio de Janeiro: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, COPPE/UFRJ, 2007.
- NEVES, D. P. Agricultura Familiar e mercado de trabalho. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 7 -24, 1997.
- NEVES, D. P.. Assentamento Rural: Confluência de formas de inserção social. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9., 1999, Porto Alegre. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Sociologia**, Porto Alegre 1999.
- NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: Dilemas do processo de assentamento rural. : Núcleo de Pesquisa e documentação Rural NUPEDOR – Araraquara, 2010.
- OLIVEIRA, D. **Mercados e reprodução social: Um estudo comparativo entre agricultores ecologistas e não ecologistas de Ipê-RS.** Porto Alegre, 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PEDLOWSKI, M. A. Reforma agrária em migalhas e as novas estratégias para garantir a persistência do latifúndio na região Norte Fluminense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – SINGA, 5., 2009, Niterói. **Anais do V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, Niterói, 2009.
- PETINARI, A. R; BERGAMASCO, S. M. P. P; TERESO, M. J. A. Estratégias de reprodução social de agricultores familiares da região de Jales-SP. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 8., 2010, Porto de Galinhas. **Anais do VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas, 2010.
- PEREZ-CASSARINO, J. A **Construção Social de Mecanismos alternativos de mercados no âmbito da rede Ecológica de Agroecologia.** Curitiba, 2012. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná.
- PLOEG, J. D. V. D. *Pasado imperfect y tiempo future*, 2007.
- PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização.** Rio Grande do Sul: Editora UFRGS, 2008.
- PLOEG, J. D. V. D.; LONG, N. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs). **Os atores do desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.

- PLOEG, J. D. V. D. **Labor Markets and agricultural production**. Westview Press, 1990.
- PLOEG, J. D. V. D. Newly emerging, nested markets: a theoretical introduction into their strengths and relevance. In: COLÓQUIO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL, 3., 2001, Porto Alegre. **Anais do III Colóquio da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**, Porto Alegre, 2010.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens de nossa época**. 9 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- RAUDI-MATTEDI, C. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: Análise do papel das Instituições na Sociologia Econômica Clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 20, n. 057, p. 127-142, 2005.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil, entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- SANTOS, B. de S. **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, P. T. dos. **A “luta com a Terra” no Projeto de Assentamento Che Guevara (RJ): produção e transmissão de conhecimento entre assentados**. Niterói, 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense.
- SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio; GAZOLLA, Márcio (ORGS). **Os atores do desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: A diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A.L. (Ed.) **SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**, Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008. p. 989-1014.
- SILVA, L. de C. **Da cana ao petróleo: Dinâmica intra-urbana recente em Macaé**. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social) - ENCE/IBGE.
- SIMÕES, A. de P.; SOUZA, P. M. de. A distribuição da terra nas regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1970 a 1995. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 59., 2009, Porto Alegre. **Anais do XLIX Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, 2009.

- SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.
- SOUZA, M. S.; SOUZA, R. S. Implicação das redes de cooperação do pequeno comércio varejista sobre a construção dos mercados locais de hortigranjeiros. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2011.
- SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J.; MATA, H. T. da C. Estrutura fundiária das regiões Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998. **Revista de Estudos Rurais**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p.71- 91, 2007.
- SPECHT, S.; RÜCKERT, A. A. Sistema Agroalimentar Local: Uma abordagem para a análise da produção de morangos no Vale do Caí, RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 56., 2008, Rio Branco. **Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco, 2008.
- STEINER, P. **A Sociologia Econômica**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.
- WANDERLEY, M. de N. B. O agricultor familiar no Brasil: Um ator social da construção do futuro. **Revista Agriculturas: Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**, Rio de Janeiro, out. 2009.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996. Caxambú. **Anais do XX Encontro anual da ANPOCS**, Caxambú-MG, 1996.
- WEBER, F. A entrevista a pesquisa e o íntimo ou: Por que censurar seu diário de campo?. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul/dez. 2009.
- WILKINSON, J. **Sociologia Econômica, a Teoria das Convenções e o funcionamento dos mercados**. Ensaio FEE, 2002.
- WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, out. 2003.
- WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- ZELIZER, V. A. The social meaning of the Money: “Special Monies”. **The American Journal of Sociology**, v. 95, n. 2, p. 342-377, 1989.
- ZELIZER, V. A. **Circuits in Economic Life**. New Jersey: Dipartimento di Studi Sociali e Politici Università Degli Studi di Milano, Princeton Universty, 2009.

PERIÓDICOS E SITES

O MUNICIPALISTA, Março: Ano IV, Ed. 130, 2006.

http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html acesso em 10 de agosto de 2013.

<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao> acesso em 30 jan. de 2013.

http://www.jandouwevanderploeg.com/2/ESP/doc/Pasado_Imperfecto_y_Tiempo_Futuro.pdf
acesso em 20 de agosto de 2013

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14504.htm acesso em 20 de agosto de 2013.

<http://www.rj.gov.br/web/seapec/exibeconteudo?article-id=167019> acesso em 25 de jul. de 2013

<http://www.tvprefeito.com/2012/index.php/regiao-norte/340-feira-da-agricultura-familiar-e-inaugurada-em-cardoso-moreira.html>. Acesso em 30 de jan. de 2013.

ANEXOS

Anexo I. Questionário de coleta de dados



As estratégias de comercialização e relações com mercados dos produtores assentados no PA Francisco Julião.

1. Data da entrevista ___/___/___
 2. Entrevistador _____
 3. Nome do Entrevistado: _____
 - 4.1 Data da chegada ao assentamento ___/___/___ : _____ (anos)
 - 4.2 Local da Entrevista: Assentamento: _____ Lote _____
 - 4.3 Área do lote _____
 - 4.4 Local de Nascimento e local da última residência antes de ser assentado: _____
-
5. Características Demográficas da Família

Nome	Grau de parentesco com o Entrevistado	Sexo	Idade	Trabalha no Lote? Integral /parcial	Quanto tempo por semana.	Grau de Escolaridade ⁸⁵
1-						
2-						
3-						

⁸⁵ Legenda: EF/IN: Ensino Fundamental Incompleto; EF: Ensino Fundamental Completo; EM/IN: Ensino Médio Incompleto; EM: Ensino Médio Completo; ES/IN: Ensino Superior Incompleto; ES: Ensino Superior Completo.

4-						
5-						
6-						
7-						
8-						

6. Pessoas residentes no lote nos últimos 3 anos:

6.1 Pessoas que chegaram ao PA: Motivo _____

6.2 Pessoas que deixaram o PA: Motivo _____

7. Contrataram mão de obra nos últimos anos:

7.1. Quantas pessoas e em que período?

7.2. Para que função?

8. Têm parentes morando no assentamento?

9. Tabela de renda:

<i>Tipos de renda recebida</i>	<i>Valor Total recebido R\$</i>	<i>Quem recebeu?</i>
1. Produtos agrícolas		
2. Produtos animais		
3. Extrativismo		
4. Produtos processados		
5. Trabalho assalariado		

6. Serviços prestados no PA		
7. Serviços prestados Fora		
8. Pensões aposentadorias		
9. Remessa em dinheiro de familiares		
10. Bolsa Família		
11. Outros auxílios: (especificar)		
12. Outros: (especificar)		
13.		
14.		
15.		

9.1. Essa composição mudou ao longo dos anos no assentamento? De que forma?

10. É sócio ou participa de algum tipo de associação ou movimento?

Sim Não

10.1. Qual?

Associação do Assentamento. Qual? _____

Associação fora do Assentamento. Qual? _____

Cooperativa do Assentamento. Qual? _____

Cooperativa fora do Assentamento. Qual? _____

MST - Movimento do Sem Terra

Outro Movimento. Qual? _____

Outro. Qual? _____

11. Costuma participar de reuniões?

Sempre/ com frequência

Raramente

Não participa

Outra: _____

12. Em caso positivo, de que tipo de reuniões?

Associação

Cooperativa

Sindicato

Grupo de mulheres

Igreja

Outras: _____

Infraestrutura do lote

13. O lote tem boas possibilidades de utilização da terra disponível.

sim

não

13.1. Se não quais são as limitações

14. Tem disponibilidade de água para irrigação?

Boa disponibilidade. Tem alguma, mas é insuficiente. Não tem disponibilidade.

15. Possui alguma forma de irrigação? (sistemas, bomba, etc.)

15.1. Quais produtos são irrigados?

16. Possui transporte próprio? Qual?

18. Possui equipamentos agrícolas? Quais?

17. Aluga maquinário para produção

Prefeitura

Governo do Estado

Particular

Associação

Outro

17.1. Valor do aluguel Hora: Dia:

18. Tabela de comercialização dos Produtos

Produto	Canais	Frequência	Quantidade canal	Forma Pag.	Preço: Pag./Justo	Como acessa?	Obs.	Safra	Quant. total
								2011/2012	
								Bom:	
								Ruim:	
Produto	Canais	Frequência	Quantidade canal	Forma Pag.	Preço	Como acessa?	Obs.	Safra	Quant. total
								2011/2012	
								Bom:	
								Ruim:	

Anexo II. Roteiro de entrevista voltado para trajetórias familiares

Data da entrevista:

Entrevistado:

1. Trajetória de vida até chegar ao assentamento (um pouco da história)

1.1. De onde Veio?

1.2. Possuía residência fixa?

1.3. O que fazia antes de vir para o assentamento? (trabalho)

1.4. Como era a vida antes de ser assentado? (Condições econômicas prévias)

1.5. Tinha experiência anterior com agricultura?

1.6. Tinha experiência com atividades relacionadas à comercialização? (comércio, trabalho nas ruas, trabalho autônomo etc.)

1.7. Como chegou ao assentamento?

1.8. Porque veio para a ocupação?

1.9. Que tipos de relações construiu após a chegada no assentamento?

1.10. Qual era o projeto da família com a ida para o assentamento?

1.11. Como foi e como esta sendo viver no assentamento, as condições de trabalho, produção e comercialização, a qualidade da vida e da renda. (panorama ao longo dos últimos anos)

2. Chegada ao assentamento, primeiros passos na produção e comercialização dos produtos agrícolas.

2.1. Como foi o processo de divisão das famílias e o início das atividades no assentamento?

2.2. Quando começou a produzir e com que recursos? (considerando tanto produção para o mercado como para o autoconsumo)

2.3. Exerce ou exerceu que tipos de atividades não agrícolas para garantir a continuidade no lote?

- 2.4. Como se deram as primeiras relações enquanto assentado com os diferentes agentes do entorno e da região? (prefeitura, sindicato, movimento Social, atravessadores, comerciantes etc)
- 2.5. Quando começou a comercializar, que produtos, por que, através de que canais?
- 2.6. Houve momentos de muita dificuldade? Quais foram e como os enfrentou?

3. Produção e comercialização.

- 3.1. Tabela de produção e comercialização
- 3.2. Como são definidas as principais culturas ou produtos do lote? Tem relação com a produção para o autoconsumo.
- 3.3. Quais são os produtos e as formas de venda que proporcionam maior rentabilidade. Como operam, são formais ou informais?
- 3.4. Qual é a infraestrutura necessária para a comercialização? (tipo predominantemente utilizado pelo agricultor)
- 3.5. Como são vendidos os produtos? Há trabalho incorporado ao produto?
- 3.6. Quem faz esse trabalho e quanto tempo dedica? (limpeza, processamento, embalagem, carregamento etc.)
- 3.7. Como se constituem os elos com o mercado, quem são e qual a origem das conexões com mercados. Seja atravessador, associação etc. (relações de parentesco, políticas entre outras. Como se criam as dinâmicas de mercado entre assentados e agentes de comercialização).
- 3.8. Como evoluíram as opções de mercados do início do PA para os dias atuais? Houve mudanças nos últimos 3 anos? (histórico da relação estabelecida pelos assentados com os agentes de comercialização e histórico da estruturação dos circuitos de comercialização)
- 3.9. Qual(is) mercado(s) tem melhor remuneração e quais são seus obstáculos?
- 3.10. Como é sua percepção geral em relação aos preços recebidos?
- 3.11. Principais problemas enfrentados no processo de comercialização?

4. Relações internas, com o entorno e políticas públicas para produção e comercialização.

- 4.1. Recebeu ou recebe algum tipo de apoio público para a produção e/ou comercialização? Qual?
- 4.2. Participa ou participou de algum programa de compra institucional? (PAA/PNAE)? Qual é a sua avaliação?
- 4.3. Vende mercadorias para a cidade? Como é sua relação com o mercado consumidor de Cardoso Moreira?
- 4.4. Como acha que a associação do assentamento ajuda ou pode ajudar na comercialização dos produtos?
- 4.5. Como você vê o apoio do poder público para a produção e o acesso aos mercados?

Anexo III. Roteiro de entrevistas voltado para as lideranças locais

Data da entrevista:

Entrevistado:

1. Conte um pouco como ocorreu a formação do assentamento, do início da ocupação aos primeiros passos da divisão dos lotes ao começo do processo produtivo.
2. Como é a relação do assentamento, com o município e com a prefeitura Municipal? De que forma estas relações foram se constituindo?
3. Como é a atuação da Associação no Assentamento?
4. Do seu ponto de vista, atualmente, a capacidade de produção, comercialização e geração de renda no PA é satisfatória? Quais são as principais dificuldades e como avançar?

Anexo IV. Fotos do presente estudo.



Área do PA oposta ao rio Muriaé - próximo ao lote 26 (fonte: autor)



Rio Muriaé, à direita, PA Francisco Julião - próximo ao lote 7 (fonte: autor)



Área do PA às margens do Rio Muriaé - Próximo ao lote 8 (fonte: autor)



Lavoura de feijão em consórcio com coco - lote 8 (fonte: autor)



Colheita do feijão - lote 9 (fonte: autor)



Lavoura de tomates - lote 3 (fonte: autor)



Bananal e lavoura de feijão ao fundo - lote 20 (fonte: autor)



Lavouras de abóbora, milho e aipim ao fundo - lote 2 (fonte: autor)



Lavoura de milho - lote 30 (fonte: autor)



Horta de cenoura e beterraba - lote 24 (fonte: autor)



Período de Cheia - próximo ao lote 37 (fonte: autor)



Casa construída com recursos próprios - lote 41 (fonte: autor)



Mercado da pista. Ponto de ônibus na entrada de São Joaquim (fonte: autor)



Mercado da pista - altura do lote 15 (fonte: autor)



Mercado da Pista - Após o lote 1, passando da área do PA (fonte: autor)



Venda atravessador - lote 17 (fonte: autor)



Venda atravessador - lote 17 (fonte: autor)



Venda atravessador - lote 27 (fonte: autor)



Venda direta no município de Cardoso Moreira - calçada da rodoviária (fonte: autor)



Feira dos assentados em Cardoso Moreira (fonte: autor)



Mercado Municipal de Campos (fonte: www.panoramario.com)



Precariedade das estradas internas do assentamento (fonte: autor)

333.3181

Ferreira, Pedro Campeão

F383e

Entre a estrutura e a ação: as interações entre produtores e circuitos mercantis no assentamento Francisco Julião / Pedro Campeão Ferreira, 2013.

T

166 f.

Orientadora: Claudia Job Schmitt

Dissertação – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 138-145

1. Assentamento - Teses. 2. Comercialização - Teses. 3. Mercado - Teses. 4. Reforma agrária - Teses. 5. Norte Fluminense - Teses. 6. Estratégias de reprodução social - Teses. I. Schmitt, Claudia Job. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III. Título.